

Organizadores:
Telma Bessa Sales
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Trajetórias de pesquisa

Os mundos do trabalho em transformação

Série
Território
Científico

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos



Telma Bessa Sales é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), com mestrado (2000) e doutorado (2006) em História pela mesma instituição e pós doutorado na Universidade de Évora – Portugal (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, memória, cultura, história oral, reestruturação produtiva e patrimônio industrial. Fez estágio na Universidade La Sapienza (Roma) sob orientação do professor Alessandro Portelli. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Ceará (ICOMOS-CE), do Conselho Municipal de Patrimônio de Sobral e professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2011.



Antônio Jerfson Lins de Freitas é graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2007) e em História – Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA (2019). Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará e Doutorado em Geografia pela UECE. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.

Organizadores:
Telma Bessa Sales
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Trajetórias de pesquisa

Os mundos do trabalho em
transformação



Sobral - CE
2024

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Trajetórias de pesquisa - Os mundos do trabalho em transformação

© 2024 copyright by Telma Bessa Sales, Antônio Jerfson Lins de Freitas. (Orgs)

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com.br
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com.br

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de História

Carlos Augusto Pereira dos Santos
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valeria Aparecida Alves
Raimundo Alves de Araújo
Antonio Iramar Miranda Barros
Camila Teixeira Amaral
Juliana Magalhães Linhares
Cícero João da Costa Filho
Regina Celi Fonseca Raick
Andreia Rodrigues de Andrade

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

T765 Trajetórias de pesquisa: os mundos do trabalho em transformação. /
Organizado por Telma Bessa Sales, Antonio Jerfson Lins de Freitas. -
Sobral CE: Sertão Cult, 2024.

274p.

ISBN: 978-65-5421-130-7 - papel
ISBN: 978-65-5421-131-4 - e-book - pdf
Doi: 10.35260/54211314-2024

1. Pesquisa.
2. Ensino.
3. Trabalhos- Novas perspectivas.4. Sistemas de trabalho.
1. Sales, Telma Bessa. II. Freitas, Antonio Jerfson Lins de. III. Título.

CDD 331.117

A série Território Científico

Marco Machado

Jerfson Lins

Editora SertãoCult

Quando o Projeto Território Científico foi concebido há mais de quatro anos, as incertezas sobre o que a pandemia da Covid-19 nos traria eram muitas. O futuro era opaco para previsões otimistas diante do quadro de milhares de mortos diariamente, apenas no Brasil.

Mas se o contexto era absolutamente assustador, pelo menos pudemos ter confirmada a resiliência dos pesquisadores brasileiros, que apesar de imersos em um cenário de carência de recursos financeiros e técnicos, ou-saram produzir como nunca, adequando-se àquela realidade, aprendendo a utilizar as ferramentas e tecnologias de informação e comunicação, paradoxalmente ficando ainda mais próximos do que antes da clausura imposta pelo vírus.

A tsunami de lives e eventos virtuais passou assim como chegou. O cansaço de assistir a intermináveis sessões diante das telas cobrou seu preço e a busca pelo contato físico suplantou o medo de sair às ruas. Parece que havia sido em outra vida que podíamos reunir centenas de pessoas em um auditório para discutir alguma pesquisa, ou simplesmente reunir meia dúzia de amigos ao redor de uma mesa para conversar sobre assuntos banais.

Parece que foi em outra vida também que, a partir da série Território Científico, a editora SertãoCult convidou os membros de seu conselho para organizarem entrevistas com renomados pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento. Muito material foi gerado a partir de tal iniciativa, um riquíssimo acervo que já originou quatro livros e agora traz à luz mais um volume, *Trajétórias de pesquisa: os mundos do trabalho em transformação*.

Em mais uma parceria, Telma Bessa e Jerfson Lins reuniram grandes pensadores, de diversas universidades, para falarem sobre o mundo do trabalho, sobre suas carreiras e pesquisas. Mais do que uma aula sobre a realidade vivida pelo trabalhador no século XXI, este livro nos permite enxergar o mundo com os olhos treinados de alguns dos mais respeitados pesquisadores da temática.

Foram, com este, cinco grandes livros produzidos e disponibilizados gratuitamente em formato e-book no escopo do projeto. Foram dezenas de entrevistadores e entrevistados e horas de conteúdo, fontes imprescindíveis para jovens pesquisadores interessados em um aprender com quem realmente sabe sobre o tema.

Brindemos a mais este sucesso! Outros estão a caminho.

Sobral-CE, abril de 2024.

Apresentação

Há três anos nadamos nas águas profundas e agitadas enfrentando a pandemia da Covid-19 (2020-2021) no Brasil e no mundo. Em terras brasileiras, a crise sanitária foi acompanhada de uma crise política, econômica e social que expressou arroubos autoritários, posturas negacionistas e desrespeito aos direitos trabalhistas, direitos humanos, direitos de mulheres etc.

Nesses dias de tempestades de uma demora de três anos, a criatividade, a imaginação, a leveza e o uso das tecnologias informacionais e digitais adentraram em nossas casas e até hoje compõem a maneira de realizar trabalho (no universo acadêmico, por exemplo) e entretenimento.

Navegando nesse mar revolto, criamos plataformas com lives, debates, entrevistas e livros. Este, que você tem em mãos agora, é fruto dessa conjuntura, do desejo de manutenção de relações e vínculos com professores e alunos do país. É possível hoje conhecer as narrativas de intelectuais estudiosos(as) do Brasil, que se colocaram disponíveis para veicular suas trajetórias no período pandêmico do século XXI, especialmente com a temática da pesquisa sobre os mundos do trabalho.

Gratidão é a palavra que cabe para todos(as) que construíram este livro. Agradecer pelo diálogo, aprendizado, dedicação e paciência antes, durante e depois das entrevistas filmadas e que você pode verificar a partir dos links disponíveis em cada narrativa.

Boa leitura e debates a partir da categoria *trabalho*, que continua provocador e contribui na revitalização do pensamento histórico e das ciências sociais/humanas.

Os organizadores

Adriane deu show

Clarice Gontarski Speranza

Adriane Ferreira Veras foi provavelmente a pessoa com a maior capacidade de comunicação que eu conheci na vida. Atenta, perspicaz e inteligente, com um instinto incomum para os sentimentos do outro, ela estabelecia imediatamente uma ligação singular e única com o interlocutor, provocando nas pessoas uma intensa e quase instantânea sensação de ser o centro do seu universo. Sua amabilidade era invulgar e democrática: abrangia amigos próximos, alunos e alunas ou meros desconhecidos, em diferentes graus.

A querida professora Telma Bessa Sales me pede um texto sobre minha cunhada Nani (como chamávamos Adriane). Mestre e doutora em Letras, professora de língua e literatura inglesa, colega de Telma na Universidade do Vale do Acaraú (UVA). Eu poderia começar pela enorme capacidade criativa e intelectual de Adriane, sobre sua exitosa carreira acadêmica no ensino de graduação e pós-graduação, sobre suas pesquisas inovadoras em literatura, gênero e traduções midiáticas. Ou por seu empenho como gestora universitária, ocupando cargos de coordenadora de Programas e Projetos da Pró-Reitoria de Extensão e coordenadora de Letras Português - PIBID da UVA, onde também atuou na Coordenação Pedagógica do Núcleo de Línguas e no Comitê de Ética em Pesquisa.

Mas eu escolhi destacar a imensa capacidade comunicativa de Adriane porque a meu ver isso ajuda também a explicar a sua vocação incomparável como professora. Uma carreira iniciada um tanto tardiamente – quiçá eu possa ter influenciado, como tantas vezes ela me assegurou. Mas sem cair no clichê, era patente que de fato Adriane tinha “nascido” para ser professora. A admiração e o carinho que conquistou entre seus pares e entre seus alunos e alunas tem a ver obviamente com sua inteligência e capacidade de pesquisa, mas também e sobretudo com um dom incomum e incrível – capacidade de estabelecer um diálogo total, uma atenção extraordinária, de dar ao outro uma importância plena que só ela conseguia transmitir.

A vida a levou muito cedo, mas ela foi como uma estrela cujo brilho generoso se intensificava na relação com os outros. Poucos são os professores ou professoras que conseguem ter essa capacidade de interação tão forte com seus alunos e alunas. Nani tinha. E era essa sua natureza, sua alegria, seu jeito de ser.

Já em tratamento médico, em 2020, Adriane acompanhou a entrevista online sobre história do trabalho que eu concedi a Telma e a sua equipe (Fannuel Santos Mesquita e Viviane Prado Bezerra). Ela havia decidido permanecer no Ceará, terra da família paterna, e aí empreender a luta contra a doença. Ao final da conversa, enviei uma mensagem a ela, perguntando se havia gostado. “Falei muita bobagem?”, brinquei. Ela respondeu afetuosamente, me chamando pelo apelido que só ela usava (Nani só tratava as pessoas mais próximas por apelidos inusitados que ela sempre inventava): “Deu show. Fiquei até com vontade de participar das pesquisas”.

Então, Nani, quem deu show foi você. Sentimos sua falta.
Um beijo e até breve.

Sumário

O trabalho continua central na sociedade..... 11

Roberto Vêras de Oliveira – UFPB

Uma visão interdisciplinar sobre o trabalho no século XXI..... 15

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro - UESPI

Doi: 10.35260/54211314-2024.p22-40

Uberização e crise no mundo do trabalho: entrevista com César Sanson..... 23

César Sanson

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Telma Bessa Sales

Doi: 10.35260/54211314-2024.p42-70

Trabalho e gênero: entrevista com Helena Hirata..... 43

Helena Hirata

Joannes Paulus Silva Forte

Telma Bessa Sales

Doi: 10.35260/54211314-2024.p70-94

“As marisqueiras estavam lá, elas por elas mesmas”: entrevista com Luiz Henrique dos Santos Blume..... 71

Luiz Henrique dos Santos Blume

Cosma Silva de Araújo

Fannuel Santos Mesquita

Doi: 10.35260/54211314-2024.p96-125

Transformações capitalistas e (des)igualdades no mundo do trabalho: entrevista com Márcia de Paula Leite.....97

Márcia de Paula Leite

Joannes Paulus Silva Forte

Telma Bessa Sales

Doi: 10.35260/54211314-2024.p126-138

Dialogar com os diversos setores da sociedade é importante na pesquisa e ensino: entrevista com Telma Bessa Sales..... 127

Telma Bessa Sales
Antonio Jerfson Lins de Freitas
Joannes Paulus Silva Forte

Doi: 10.35260/54211314-2024.p140-165

Os sujeitos na luta pela terra: entrevista com Samuel Maupeou.....141

Samuel Maupeou
Telma Bessa Sales
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p166-186

O sindicalismo e o mundo do trabalho: entrevista com Marcelo Badaró Mattos.....167

Marcelo Badaró Mattos
Cosma Silva de Araújo
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p188-206

“Não dá para pensar a sociedade sem trabalho”: entrevista com Clarice Speranza..... 189

Clarice Gontarski Speranza
Fannuel Santos Mesquita
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p208-222

Pesquisa e empatia no mundo do trabalho: entrevista com Antonio Bosi..... 209

Antonio de Pádua Bosi
Fannuel Santos Mesquita
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p224-242

“Boas questões fazem boas pesquisas”: entrevista com Fabiane Popinigis.....225

Fabiane Popinigis
Antonio Jerfson Lins de Freitas
Cosma Silva de Araújo

Doi: 10.35260/54211314-2024.p244-265

“Seria estranho se eu não tivesse optado por estudar o trabalho”: entrevista com William Mello.....245

William James Mello
Antonio Jerfson Lins de Freitas
Cosma Silva de Araújo

Índice Remissivo.....267

Entrevistadores..... 273

O trabalho continua central na sociedade

Roberto Vêras de Oliveira – UFPB

O trabalho continua central na sociedade contemporânea, não obstante os prognósticos de autores como André Gorz, Clau Offe, Jürgen Habermas, entre outros. Desde que a sociedade humana se constituiu como tal, é por meio do trabalho (sob diversas formas históricas de manifestação) que homens e mulheres geram suas condições materiais e simbólicas de produção e reprodução social. Na era da sociedade informacional, do capitalismo de plataformas, da quarta revolução industrial, da uberização, não é diferente. Do ponto de vista das Ciências Sociais, um dos mais importantes desafios, desde os seus primórdios, é o de buscar analisar o trabalho sob diversos prismas. Entre esses, ganharam destaque: os processos de socialização, as formas de produção, as relações sociais de produção, os padrões de divisão social do trabalho, os processos de construção de identidades sociais, os conflitos e formas de ação coletiva, as formas de organização do Estado, as lutas de classes e os processos de transformação social.

Este livro, parte do projeto “Território Científico”, organizado por pesquisadores e pesquisadoras da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA SOBRAL - e a editora SertãoCult, versa sobre os Mundos do Trabalho. Buscando lançar um olhar abrangente sobre o tema do trabalho, em perspectiva histórica e atual, os organizadores realizaram dez entrevistas com estudiosos dessa temática.

Foram entrevistados oito historiadores e três sociólogos: Marcelo Badaró Mattos (UFF), Clarice Gontarski Speranza (UFRGS), Antônio de Pádua

Bosi (UNIOESTE), Fabiane Popinigis (UFRRJ), William James Mello (UECE), Samuel Carneiro de Maupeou (UECE) e Luiz Henrique dos Santos Blume (Universidade Estadual de Santa Cruz), Helena Sumiko Hirata (CNRS, associado às Universidades de Paris VIII e Paris X), Márcia de Paula Leite (UNICAMP), César Sanson (UFRN) e Telma Bessa Sales. São pesquisadores e pesquisadoras situados em estágios diferenciados na carreira acadêmica e oriundos de várias instituições do país, sendo que dois atuam em instituições estrangeiras.

Tanta diversidade no perfil dos entrevistados trouxe à lume um leque muito amplo de experiências de pesquisa, de temas abordados, de problemáticas de investigação, relevantes no passado e no presente. Foram realizados temas como: os grandes desafios das Ciências Sociais quanto ao tema do trabalho, envolvendo referências a autores clássicos e contemporâneos, estrangeiros e nacionais; os compromissos de uma perspectiva crítica no fazer científico; o desenvolvimento e diferenças nas abordagens sobre o tema trabalho e gênero, a questão da divisão sexual do trabalho, as reflexões contemporâneas sobre cuidados e sobre reprodução social, as convergências e diferenças entre conceitos como interseccionalidade e consubstancialidade; a recolocação da compreensão do trabalho para além de suas formas industriais e reguladas, passando a incluir as manifestações de trabalho informal, de trabalho não assalariado, de trabalho doméstico, de trabalho não remunerado; as questões étnico-racial, de orientação sexual, de conflitos intergeracionais; os caminhos do movimento operário e do movimento sindical, as greves e outras formas de luta, em momentos históricos diversos; o sindicalismo e o papel da Igreja no campo (especialmente no período da Ditadura Militar); a experiência da Economia Solidária; as implicações da incorporação das novas tecnologias nos processos produtivos e na organização do trabalho, a uberização e as novas modalidades informais e precárias de inserção produtiva, entre outros.

Várias experiências de estudos se concentraram em setores específicos da economia, propiciando também por essa via uma gama diversa de situações de trabalho e de ação coletiva. Foram destacadas experiências de estudos sobre trabalhadores das indústrias metalúrgica, automobilística, têxtil de confecções, de extração mineral, assim como de trabalhadores do comércio, o trabalho informal, a exemplo do segmento de catação de resíduos sólidos, o trabalho de imigrantes no país, particularmente haitianos e africanos.

Foram, ainda, objeto de relatos, comentários e reflexões: a relação entre pesquisa acadêmica e militância; a escolha das metodologias adequadas para cada tipo de estudo, as metodologias qualitativas (destaque para a história oral) e quantitativas (necessidade de manuseio de bancos de dados); a questão das fontes a serem escolhidas de acordo com cada estudo (orais e impressas; de origem jornalística, judicial, documental e outras); as implicações da conjuntura atual (de retrocessos econômicos e sociais) para o trabalho acadêmico e, em particular, para as Ciências Sociais, agravados e redimensionados pela pandemia da Covid-19.

Por tudo isso, trata-se de uma leitura muito útil para quem, alunos, professores, pesquisadores, dedica-se ao estudo dos temas do trabalho, na História, na Sociologia, na Economia, nos estudos interdisciplinares, entre outras áreas do conhecimento. Assim como, interessa a sindicalistas, lideranças dos movimentos sociais, operadores do Direito, formuladores de políticas públicas, integrantes de ONGs, entre outros atores que desenvolvem ações práticas nessa área.

Boa leitura!

João Pessoa, 29 de março de 2022.

Uma visão interdisciplinar sobre o trabalho no século XXI

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro - UESPI

A análise de trajetórias na história do trabalho, sobretudo aquela de perspectiva social, é um recurso imprescindível para pesquisadores e pesquisadoras que buscam compreender as complexas relações sociais que envolvem a classe trabalhadora. Tal recurso é compartilhado por variadas áreas do conhecimento dedicadas à temática do trabalho, como sociologia, antropologia e história.

Nas ciências sociais, as contribuições da chamada Escola de Chicago nos estudos sobre trajetórias de vida, desenvolvidos a partir da década de 1920, tornaram-se basilares para a constituição de uma sociologia do trabalho mais adiante. Vale ressaltar que o intenso processo de industrialização, combinado à urbanização e migração, vivenciado nos Estados Unidos da América nas primeiras décadas do século XX, estimulou sobremaneira tais estudos.

Nos debates antropológicos, pesquisas relacionadas a grupos urbanos dedicaram-se a analisar biografias e trajetórias individuais articuladas às noções de projeto e campo de possibilidades, revelando-se estratégicas na compreensão de uma antropologia urbana, o que para Gilberto Velho tratava-se de uma antropologia das sociedades complexas. “[...] As noções de *projeto* e *campo de possibilidades* podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades” (Velho, 1994, p. 40). Tais trajetórias são delineadas a partir de seus projetos específicos em relação aos demais projetos que compõem um dado contexto. “A via-

bilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros *projetos* individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do *campo de possibilidades*” (Velho, 1994, p. 47).

Em certa medida, tais estudos dialogaram com as análises de processos e conexões entre os mundos rural e urbano, contribuindo para o debate sobre campo e cidade, o enfrentamento das dicotomias em abordagens acerca de trabalhadores rurais, urbanos e fabris, bem como no fortalecimento de uma antropologia do trabalho, que vinha sendo delineada desde o final da década de 1970 (Lopes, 2011).

Nos estudos históricos, para além dos diálogos interdisciplinares, as análises de trajetórias individuais e coletivas se entremearam principalmente em pesquisas com abordagens biográficas, de micro-história, história oral e “história vista de baixo” desenvolvidas desde a década de 1980, desembocando inevitavelmente no processo de consolidação de uma história do trabalho no país. “[...] Para tanto, apoia-se no reconhecimento de pessoas com base no arrolamento de documentos de identidade, nomes e dados biográficos. Acompanhando-os no tempo e no espaço, visa revelar a tessitura de redes de relações sociais. Reconstituir redes interpessoais não é missão impossível” (Negro; Fontes, 2001, p. 159).

A partir de variadas bases de dados, diversas experiências individuais e coletivas das classes subalternas passaram a emergir no debate acadêmico, possibilitando a articulação de aspectos singulares e estruturais nas interpretações de processos históricos, o que a longo prazo tem contribuído enormemente na renovação de muitas temáticas de pesquisa já estabelecidas e até mesmo em possíveis articulações entre elas, como é o caso dos estudos sobre escravidão, pós-abolição, movimento operário, trabalhadores rurais e afins.

É incrível como poderíamos aprender mutuamente trocando informações acerca das fontes existentes em cada área, sejam elas recursos *on line*, como a hemeroteca digital da Biblioteca Nacional ou o *Family Search* (que disponibiliza milhões de registros paroquiais e cartoriais), sejam fontes localizadas fisicamente em arquivos, como os inventários *post mortem*, livros notariais, testamentos, processos criminais, trabalhistas e cíveis e correspondências, além de inúmeras outras, que nos ajudam a encontrar a origem do

indivíduo, suas famílias, crenças, sociabilidades, parentescos, cores, o cotidiano laboral e pessoal, além da condição social. Os dados dos registros de contratação dos trabalhadores das empresas, suas licenças e regulamentos de funcionamento, as biografias dos seus proprietários, as homenagens recebidas, as entrevistas com descendentes de antigos escravos e trabalhadores diversos também revelam sugestivas possibilidades de investigação (Nascimento, 2016, p. 621).

Como instigante iniciativa de fortalecimento desses aprendizados mútuos, o livro *Trajétórias de pesquisa - Os mundos do trabalho em transformação*, organizado por Telma Bessa Sales e Antonio Jerfson Lins de Freitas, reúne trajetórias de pesquisadores e pesquisadoras que estudam as relações trabalho no Brasil e também reflexões sobre as aceleradas mudanças que o mundo laboral tem vivenciado nas últimas décadas, principalmente no sentido de desregulação e precarização dessas relações, afetando sobremaneira as condições de vida e as formas de mobilização, resistência e luta da classe trabalhadora.

Essas trajetórias acadêmicas são apresentadas no livro por meio de onze entrevistas que foram realizadas com pesquisadores e pesquisadoras dos mundos do trabalho: César Sanson (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN), Helena Hirata (Universidade de Paris, França), Luiz Henrique dos Santos Blume (Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC), Márcia de Paula Leite (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP), Telma Bessa Sales (Universidade Estadual do Vale do Acaraú – UVA), Samuel Carvalheira de Maupeou (Universidade Estadual do Ceará – UECE), Marcelo Badaró Mattos (Universidade Federal Fluminense – UFF), Clarice Gontarski Speranza (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS), Antonio de Pádua Bosi (Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE), Fabiane Popinigis (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ) e William James Mello (Indiana University, Estados Unidos da América).

Todas as entrevistas foram concedidas no ano de 2020, de forma remota, no auge do período pandêmico da Covid-19, doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e que vitimou mais de 200 mil pessoas no país naquele ano. Neste mesmo momento, as relações de trabalho em todo o mundo foram duramente modificadas, tendo no Brasil somado-se

ainda as recentes reformas trabalhista e previdenciária. Algumas dessas mudanças já eram um sonho antigo da perspectiva neoliberal, mas que só conseguiu consolidá-las no país por conta de um contexto excepcional que envolveu a deposição arbitrária da presidenta da República Dilma Rousseff, a vitória eleitoral de um governo antidemocrático e a emergência global de saúde pública. Tudo isso em um intervalo de cinco anos. Foi, portanto, diante do ápice das crises política, laboral e sanitária no Brasil que esta obra foi concebida.

Ao longo das entrevistas, que reuniu especialmente profissionais da história e da sociologia, variados aspectos relativos aos mundos do trabalho perpassaram as conversas, desde questões teóricas, metodológicas, de abordagem e engajamento, tais como: formação da classe trabalhadora, escamoteamento de pessoas negras em estudos sobre trabalho no contexto pós-abolição, divisão sexual do trabalho e relações de gênero, interseccionalidade, desigualdades e marcadores sociais, trabalhadores do comércio, luta pela terra e trabalhadores no campo, movimento operário, trabalhadores de comunidades tradicionais, migrações, legislação trabalhista e justiça do trabalho, formas de organização e luta da classe trabalhadora, movimento sindical, Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), movimentos sociais, precarização do trabalho, processo de *uberização*, história oral, fontes históricas e seus usos, ativismo político acadêmico, luta por direitos e divulgação científica.

As entrevistas contemplam pesquisadores e pesquisadoras que atuam em universidades situadas nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil, bem como em centros universitários de outros países. Houve um equilíbrio de gênero na escolha das pessoas entrevistadas, carecendo, porém, da inclusão de pessoas negras que pesquisam a temática e têm renovado essas discussões com excelentes estudos sobre classe trabalhadora no país.

O mote inicial das entrevistas é compreender as motivações de cada pesquisador e pesquisadora em estudar a história do trabalho. A partir desse fio condutor, foram abordadas as respectivas trajetórias profissionais e suas principais questões de pesquisa e engajamento coletivo sobre a temática.

Importante ressaltar a expertise nesse tipo de empreitada por parte da dupla que organizou esta obra. A historiadora Telma Bessa Sales já havia

realizado uma série de entrevistas para a publicação de um instigante livro sobre patrimônio industrial, organizado em parceria com a pesquisadora portuguesa Ana Cardoso de Matos, da Universidade de Évora (Sales; Matos, 2018). O geógrafo Antonio Jerfson Lins de Freitas também publicou diversas entrevistas realizadas com pesquisadores e pesquisadoras em periódicos acadêmicos nos últimos anos, tendo inclusive coorganizado recentemente dois livros com entrevistas de profissionais em pesquisa sobre temáticas específicas (Freitas; Teófilo; Bezerra, 2021; Holanda; Gonçalves; Freitas, 2022).

Além da dupla que organizou o livro, uma equipe de profissionais atuou na elaboração do roteiro e na realização de algumas entrevistas, composta por Joannes Paulus Silva Forte (UVA), Viviane Prado Bezerra (UVA), Cosma Silva de Araújo (Professora de artes do município de Sobral) e Fannuel Santos Mesquita (discente egresso da UVA).

Portanto, o livro *Trajatórias de pesquisa: os mundos do trabalho em transformação* chega em boa hora, como um ponto de inflexão no sentido de estimular análises sobre as complexas relações que envolvem quem pesquisa a classe trabalhadora e a história do trabalho, inclusive refletindo sobre os seus espaços de produção científica e suas temporalidades. De modo inegável, reconstituir trajetórias individuais de pesquisadores e pesquisadoras, bem como suas redes acadêmicas e de seus grupos de pesquisa, contribui decisivamente para uma compreensão mais densa e menos caricata da extensa produção acadêmica dedicada aos mundos do trabalho.

A começar pelas trajetórias de estudos sobre o tema nas áreas de sociologia, antropologia e história, será possível detalhar aspectos que por vezes passam despercebidos a uma leitura mais apressada, e também verificar que, na realidade, cada “território científico” – expressão que dá nome à série da Editora SertãoCult que publica a presente obra – não significa “cercamento” ou “grilagem”, mas espaço de diálogo e “assentamento” de terras não colonizáveis, cuja viabilidade vai depender da interação entre projetos e campos de possibilidade.

Referências:

FREITAS, Antonio Jerfson Lins de; TEÓFILO, João; BEZERRA, Viviane Prado [orgs.]. *Diálogos sobre a Ditadura*. Sobral: SertãoCult, 2021.

HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de; GONÇALVES, Luiz Antônio Araújo; FREITAS, Antônio Jerfson Lins de [orgs.]. *Trajetórias de pesquisadores e os estudos das cidades médias em perspectiva*. Sobral: SertãoCult, 2022.

LOPES, José Sérgio Leite. *Uma experiência da flutuação histórica do tema “trabalho” na Antropologia*. In: Theomai. 2011. n. 24. p. 01-10.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”*: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. In: Estudos Históricos. Set–Dez/2016. v. 29. n. 59. p. 607-626.

NEGRO, Antonio Luigi; FONTES, Paulo. *Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia*. In: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; SWENSSON JUNIOR, Walter Cruz. *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001.

SALES, Telma Bessa; MATOS, Ana Cardoso de [orgs.]. *Conversando sobre Patrimônio Industrial e outras histórias: palavras, espaços e imagens*. Sobral: Edições UVA, 2018.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Doi: 10.35260/54211314-2024.p22-40



César Sanson É professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Área de docência e pesquisa: Sociologia do trabalho e Sociologia do Brasil. Graduado em Filosofia e História pela Pontifícia Universidade Católica - PUC-PR (1981), com especialização em Economia e Trabalho pela UFPR (1997), mestrado (2003) e doutorado (2009) na área da Sociologia do Trabalho pela UFPR. Em 2012 assumiu o cargo de docência superior da Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN). Entre 2015 e 2018 foi Chefe do Departamento de Ciências Sociais e entre 2014 e 2019 foi Coordenador do Curso de Licenciatura Ciências Sociais PRONERA. Atualmente é professor Associado no Departamento de Ciências Sociais da UFRN. Também é coordenador do Grupo de Estudos Trabalho, Estado e Sociedade - GETES.

Uberização e crise no mundo do trabalho: entrevista com César Sanson¹

César Sanson

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Telma Bessa Sales

Telma Bessa (UVA): Boa tarde! Hoje é dia 14 de maio de 2020. Nós estamos aqui com o professor de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), César Sanson, e nós vamos dialogar hoje sobre *O Mundo do Trabalho* e um pouco sobre a sua trajetória de pesquisador. É uma parceria que nós estamos fazendo com a SertãoCult, para nós divulgarmos e aprofundarmos essa pauta do que é o trabalho, as relações sociais, nesse momento de crise que nós estamos vivendo dentro de uma pandemia, de uma crise sanitária, política e econômica. Professor César Sanson, você quer se apresentar rapidamente?

César Sanson (UFRN): Boa tarde! É uma satisfação! Meu nome é César Sanson. Eu sou professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rio Grande do Norte – UFRN e a minha área de ensino prioritária é a Sociologia do trabalho.



¹ Entrevista realizada via *Google Meet* em 14 de maio de 2020. Confira a entrevista utilizando ou clicando no QR Code ao lado.

Telma: Muito bem! Mas o César tem esse olhar também, tanto acadêmico, teórico, metodológico e um olhar voltado para as questões sociais. Uma questão voltada para os movimentos sociais. E a primeira questão seria um pouco essa: como foi o seu envolvimento com essa temática do trabalho, a ponto de eleger essa temática para o mestrado e para o doutorado?

César: Perfeito! Veja, o meu interesse para essa área do mundo do trabalho tem duas dinâmicas. Primeiro, o contato permanente com grupos de trabalhadores. E, a segunda dinâmica, simultaneamente a esse contato com o mundo do trabalho, com trabalhadores, são os estudos que tenho feito acerca das mudanças do mundo do trabalho. Então, eu diria que essas duas dinâmicas, a observação das lutas operárias, o contato com os trabalhadores de diferentes categorias, vinculado ao meu estudo, resultou na prioridade que eu tenho dado a esse tema. Eu, particularmente na história da minha vida, antes de ser professor universitário, trabalhei muito tempo em uma organização denominada Pastoral Operária, que acompanhava as lutas operárias, os movimentos sociais, particularmente nos anos 1980, um período de ascensão das lutas operárias, do movimento sindical brasileiro, das greves, ações coletivas. Simultaneamente a esse acompanhamento, essa participação nas lutas operárias, eu também trabalhei numa instituição que era um centro de pesquisa, o CEPAT (Centro de Pesquisa de Apoio aos Trabalhadores) que se dedicava ao estudo, exatamente, dessas mudanças que estavam ocorrendo na sociedade do trabalho. O objetivo aqui era exatamente fazer um link entre o que a gente estudava com o que estava acontecendo na sociedade do trabalho. Daí vem um pouco da minha trajetória de interesse pela sociologia do trabalho, pelo mundo do trabalho. Ela não tem uma iniciação na academia, ela tem uma iniciação na vida mesmo, no movimento social, diria que antes de ser acadêmico eu fui um ativista, um militante também da luta social. Posteriormente, vou me inclinar mais para a academia. O meu interesse, portanto, ao mundo do trabalho está vinculado a essas duas dinâmicas, de ativista social e, posteriormente de acadêmico, de estudioso desses temas.

Jerfson Lins (SertãoCult): O senhor poderia falar um pouco sobre a sua principal pesquisa? Agente sabe que o senhor tem uma linha mestra... que o senhor vai seguindo toda a sua carreira. Até hoje qual foi a sua principal produção nessa área?

César: Olha, na verdade, eu tenho algumas pesquisas mais específicas de categorias, eu já pesquisei metalúrgicos e as montadoras. Tenho pesquisado agora, no Rio Grande do Norte, trabalhadores da indústria têxtil. Eu já fiz pesquisa também com trabalhadores da sociedade rural, particularmente do MST (Movimento Sem-Terra). Iniciei uma pesquisa, ainda bastante incipiente, com trabalhadores de aplicativos. Entretanto, se fosse para definir uma linha mestre... de minhas pesquisas e o que tem me interessado mais e tem me acompanhado desde o início da minha trajetória acadêmica, é a pesquisa de procurar compreender a mudanças substanciais que estão ocorrendo na sociedade do trabalho. Então, a minha pesquisa, diria assim, macro, é uma pesquisa de caráter teórico, estudar as mudanças que ocorrem na sociedade do trabalho e suas inflexões na vida dos trabalhadores. Tenho me dedicado muito ultimamente a tentar entender melhor esses grandes ciclos históricos de transformações produtivas e como é que isso impacta a vida social do trabalho e a organização dos operários. Tenho feitos estudos, muito através da literatura... de entender um pouco qual foi o caráter dessas grandes revoluções produtivas, tomando como referência a primeira grande Revolução Industrial e, agora, a esta última, a chamada Revolução 4.0. Essa é a minha pesquisa digamos assim estrutural do ponto de vista teórico. As outras pesquisas são pesquisas pontuais, conjunturais. Agora, do ponto de vista teórico, é esse tema que tem me interessado mais, tentar compreender essas grandes tendências, para onde caminha a sociedade do trabalho. Quais são os grandes impasses que se colocam hoje.

Telma: Então, nesse sentido, como nosso material é um material didático também, que nós vamos provavelmente utilizar em sala de aula, quando em 2002, o professor iniciou aquela pesquisa sobre a mutação do trabalho, sobre o pertencimento desse trabalhador na grande engrenagem industrial, o que seria essa mutação do trabalho que nós tanto falamos e tantos autores insistem... como podemos compreender a mutação do trabalho? E quem são esses trabalhadores?

César: A definição talvez mais clara dessa grande mutação, dessa grande transformação, dessa grande metamorfose que está acontecendo na sociedade do trabalho, é o que alguns autores definem como a transição da sociedade fordista para a sociedade pós-fordista. Então, é interessante contextualizar um pouco, o que é a sociedade fordista. A sociedade fordista foi um modelo de organização fabril/industrial durante décadas que tem ori-

gem no início do século XX. Essa sociedade fordista conformou, configurou a sociedade do trabalho durante muito tempo. A sociedade fordista que foi a referência da sociedade do trabalho do século passado está em crise.

O que caracteriza a sociedade fordista? É exatamente a ideia da inclusão operária via o assalariamento. Aqui tem uma questão interessante, a chamada Revolução Industrial vai incorporar os trabalhadores num sistema de produção e vai torná-los assalariados. A sociedade do século XIX e XX foi uma sociedade do assalariamento e o fordismo caracteriza bem isso, essa ideia de que todos e todas se tornam operários, se tornam operárias, trabalham e têm o seu rendimento. E se a gente olha um pouco o século XX, a gente observa, particularmente na Europa - menos aqui nos países do Sul, porque nosso capitalismo foi tardio – que são sociedades que atingiram o pleno emprego e Estado de bem-estar social. Então, havia uma espécie de pacto, a sociedade fordista associada ao keynesianismo caracteriza isso, um pacto entre o capital, o Estado e o trabalho. O capital entra com os postos de trabalho, os trabalhadores entram com o seu trabalho e o Estado entra com os serviços públicos. Ora, isso que conforma o chamado *Welfare State*, uma sociedade equilibrada, onde todos têm um emprego, um rendimento minimamente satisfatório, uma rede de proteção social de direitos está em crise.

Essa sociedade fordista, que foi hegemônica, está em profunda crise. A mudança profunda que está acontecendo na sociedade do trabalho, no declínio da sociedade fordista está associada a dois grandes movimentos: um de ordem econômica e outro de ordem política. O movimento de ordem econômica da crise do fordismo está associado, fundamentalmente, a um ataque sem precedentes do capital sobre o trabalho que se iniciou no último quarto do século XX. As teses neoliberais preconizam a retirada do Estado da economia e estabelecem uma nova dinâmica na relação capital-trabalho. Associado a isso, você tem uma revolução das forças produtivas. Deixamos para trás a Revolução Industrial e, já estamos vivendo a chamada Quarta Revolução Industrial. Nos anos 1970, do século passado, tivemos uma revolução importante, a chamada Terceira Revolução, mais conhecida como Revolução Tecnológica, que foi

Essa sociedade fordista, que foi hegemônica, está em profunda crise. Nós estamos passando para o que alguns denominam de sociedade pós-fordista.

a introdução de novas tecnologias que, grosso modo, ficou conhecido com a introdução da internet. Se a gente olhar, por exemplo, toda essa chamada sociedade do trabalho dos aplicativos, o denominado capitalismo de plataforma, ele tem origem exatamente a partir dos anos 70, anos 80, do surgimento do Vale do Silício a partir da introdução de novas tecnologias que deram origem a chamada revolução tecnológica informacional.

Essa revolução mudou radicalmente todo o processo produtivo. Anteriormente, o processo produtivo fordista era padronizado, produção em massa. Essa revolução tornou as forças produtivas flexíveis, aquilo que David Harvey chama de acumulação flexível. Portanto, transitamos de um modelo de acumulação padronizado para um modelo de produção flexível. A fábrica mudou radicalmente a partir do advento dessa Revolução Tecnológica. Ela muda em que sentido? A informática possibilita novos processos produtivos, aumentando a produtividade de forma exponencial e poupando mão de obra. Essa não necessidade de empregar tanta gente reorienta parte do lucro para o capital financeiro e, aqui, há uma novidade na história do capitalismo mundial que vai ter uma inflexão direta sobre os trabalhadores. Que novidade é essa? Max Weber em sua obra *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*² destaca que havia certa “ética” no capitalismo histórico, no capitalismo da primeira Revolução Industrial, o fato do empresário capitalista dividir os seus ganhos em três partes: uma parte, ele revertia para os trabalhadores em forma de salário; a segunda parte, revertia abrindo novas fábricas para ampliar o seu negócio e, a terceira parte, era o seu lucro. Ora, o que está acontecendo agora, a partir dessa Revolução Tecnológica ou informacional e elevada a uma potencialidade maior com a revolução 4.0? Considerando que o capital emprega menos gente, ele não precisa mais distribuir parte do seu lucro em salários e também não precisa abrir

[...] a fábrica mudou radicalmente a partir do advento dessa revolução tecnológica. Ela muda em que sentido? Exatamente que a informática possibilita novos processos produtivos, que faz com que aumente a produtividade de forma exponencial e poupe mão de obra.

2 A datação mais comum da publicação da obra é de 1904 e 1905 ao reunir dois artigos independentes, um escrito em 1904 e outro em 1905; ambos publicados na revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, da qual Weber era um dos editores. Em 1920, o autor revisou e ampliou o texto.

novas unidades produtivas, porque a Revolução Tecnológica aumenta exponencialmente a produtividade. Essa é uma diferença importante entre essas duas últimas revoluções e as revoluções anteriores. A Revolução Industrial, aquela que Marx estudou, necessitou de milhares de operários. Essas novas revoluções produtivas não necessitam de tantos operários, então, parte substancial do dinheiro da produção, que antes era revertido em salários, em aberturas de novas fábricas, está indo para o mercado financeiro.

Essas grandes corporações transnacionais aplicam o seu dinheiro no mercado financeiro, portanto, há uma subtração de recursos que anteriormente ia para a sociedade e agora vai para o mercado financeiro. O mercado financeiro, por sua vez, se autonomizou da esfera produtiva e passou a interferir na política. Aí, a política acabou também subordinada ao capital financeiro. O que assistimos hoje? Em todos os Estados nacionais quem de fato determina as políticas é fundamentalmente o capital financeiro. E como isso se manifesta na sociedade do trabalho? Através de uma nova normatização, de uma nova regulação na relação capital-trabalho, onde o Estado se retira e flexibiliza toda a legislação trabalhista. Temos, portanto, uma perspectiva bastante perversa para a sociedade do trabalho, porque de um lado assistimos ao esfacelamento da sociedade do trabalho assalariada e de outro, vemos uma ofensiva de desestruturação de todo o arcabouço jurídico que dava sustentação à chamada rede de proteção social através dos direitos do trabalho.

É um pouco esse o tema que tem me interessado, compreender essa mudança profunda na sociedade do trabalho. E aqui é exigido de nós, teóricos e estudiosos da sociedade do trabalho pensar alternativas, porque imaginar que nós iremos retornar à sociedade operária, fordista, a sociedade da fábrica, isso não volta mais. Doravante, cada vez mais, o trabalho será caracterizado pelo que se denomina hoje de uberização do trabalho. O

Essas grandes corporações transnacionais, elas aplicam seu dinheiro no mercado financeiro, então, há uma subtração de recursos que anteriormente iam para a sociedade que agora vão para o mercado financeiro. O mercado financeiro, por sua vez, se autonomizou da esfera produtiva e passou a interferir na política, dada a sua força.

que é uberização? É exatamente a ausência total da regulação do trabalho. Essa é a perspectiva do que eu tenho discutido e estudado ultimamente.

Telma: Que aula maravilhosa que a gente está vendo! Exatamente essa transformação do que é o trabalho nas décadas de 80, 90, víamos toda uma ascensão da organização sindical, também contra a crise do desemprego naquele momento e a entrada realmente das novas tecnologias, das máquinas de comando numérico computadorizados, então, parece que isso realmente já está obsoleto. Nos jornais do ano 2000, que foi a virada do século, o que os cientistas políticos e da sociologia do trabalho, como

o José Pastore e outros mais, falavam exatamente dessa obsolescência desse trabalhador, dele sentir que o que ele sabia, até então, não era mais necessário para continuar essa máquina mais ampla, essa engenharia. Então, esses trabalhadores, que é a pergunta seguinte, onde eles foram parar nesse processo de uberização? Quem são esses trabalhadores?

César: Alguns autores, e eu lembro particularmente aqui do Robert Castel – também o Manuel Castells e o Richard Sennett vão um pouco nesta linha – afirmam que hoje temos três categorias de trabalhadores. Uma primeira categoria extremamente pequena, eu estou falando isso do ponto de vista mundial, que está no nicho do trabalho do conhecimento. E aqui, há outra questão importante: se a gente estuda a Revolução Industrial anterior ao sécu-

Então, a gente tem uma perspectiva bastante perversa para a sociedade do trabalho, porque você tem por um lado o esfacelamento da sociedade do trabalho assalariado. Nós temos cada vez menos pessoas assalariadas, particularmente, na indústria e, por outro lado, você tem uma ofensiva de destruturação de todo o arcabouço jurídico que dava sustentação à chamada rede de proteção social através dos direitos do trabalho.

E aqui é exigido de nós, teóricos, estudiosos da sociedade do trabalho, pensar alternativas, porque imaginar que nós vamos voltar à sociedade operária, fordista, a sociedade da fábrica, isso não retornará mais. Doravante, cada vez mais, o trabalho será caracterizado pelo que se denomina hoje de uberização do trabalho.

lo XXI percebemos que não era exigido aos trabalhadores o chamado conhecimento e, hoje, o conhecimento se tornou a “matéria-prima” da maior importância. Hoje, quem realmente tem salários altos e está incorporado a essa nova dinâmica internacional, nessas redes de produção internacional, são os trabalhadores que detêm o conhecimento. Aqui, temos uma mudança importante, na sociedade fordista não se exigia conhecimento, se exigia apenas dos operários a sua energia física. Era aquela ideia de Ford que dizia que queria apenas os braços e as pernas dos trabalhadores, a sua inteligência, você deixa lá fora. Ela, a inteligência, era prescindida no processo produtivo. Hoje, o conhecimento é cada vez mais importante, porque se a produtividade anteriormente era dado pelo chamado mais-valor relativo e absoluto, a intensificação da jornada de trabalho associada às novas tecnologias, hoje, o mais-valor não é mais dado pela intensificação da jornada de trabalho, pelo chamado roubo do tempo do trabalhador, ele é dado sobretudo pelo conhecimento. Uma ideia, o desenvolvimento de um software pode revolucionar o processo produtivo, rendendo uma produtividade e um ganho exponencial ao capitalista. Há aqui há uma coisa importante: hoje, exige-se um trabalhador que empregue a sua inteligência no processo produtivo, estou falando desse capitalismo informacional transnacionalizado, dessas grandes corporações, tanto na área da indústria como na área dos serviços. Esse capital emprega muito pouca gente, mas emprega trabalhadores que detenham conhecimento. Esta é uma primeira parcela de trabalhadores, os que ganham mais porque detêm o conhecimento.

Na sequência, temos uma segunda parcela de trabalhadores muito numerosa, que são os trabalhadores que trabalham onde não é requisitado o conhecimento, mas são requisitadas tarefas tayloristas e fordistas. Eles são esses trabalhadores que trabalham na área de serviços, na área da indústria, terceirizados e que ganham salários baixos. E nós temos um terceiro grupo de trabalhadores, que são os trabalhadores que estão fora da sociedade do trabalho formal. São os informais, aqueles que se viram por conta própria, que hora têm trabalho e hora não têm trabalho. Esse é o fracionamento da classe trabalhadora.

A classe operária antigamente era homogênea, os trabalhadores ganhavam salários similares, tinham o seu uniforme, tinham uma jornada de trabalho bem definida, final de semana ficavam em casa; essa homogeneidade simplesmente evaporou. Hoje, você tem poucos trabalhadores

altamente qualificados que não se identificam como classe trabalhadora, uma gama enorme de trabalhadores terceirizados em serviços precários e ganhando pouco e os trabalhadores que estão fora do assalariamento. Então, houve uma quebra da homogeneidade, por isso nesse contexto vemos o enfraquecimento dos sindicatos, porque os sindicatos são resultantes de um período histórico que foi o da ascensão desse movimento operário homogêneo, de uma classe operária que se identificava, que trabalhava junto, que conseguia construir relações de solidariedade, de amizade muito fortes. Houve uma fragmentação muito grande do conjunto da classe trabalhadora e, junto com essa fragmentação, os sindicatos perderam força, vivemos outro momento histórico e, acrescento a isso, evidentemente, o ataque violento do capital sobre o trabalho e as organizações operárias. Isso é um fenômeno mundial. Nós estamos diante de um desafio gigantesco e não adianta ficarmos com saudosismo da classe operária, da industrialização, do assalariamento... esse período não retornará mais. Doravante, teremos sempre e cada vez mais essa situação de fragmentação entre os trabalhadores, a redução desse assalariamento e também a necessidade de reinventar formas de organização.

Telma: Há 20 anos, a gente pesquisava exatamente como é o modo de vida desse trabalhador. Eu, na Volkswagen, quando eu morava em São Paulo, então, esse sentimento de pertencimento à “família da Volkswagen”, que a “Volkswagen era uma cidade”, a vida do trabalhador... ela pautava o cotidiano dele, da família de acordo com os preceitos dessa fábrica. E no trabalho do professor, você fala de um “feitiço” que essas empresas têm sobre a subjetividade operária, que faz exatamente com que pareça que há um véu, como dizia Darcy Ribeiro, que cobre essa realidade, como nós hoje vamos desvelar exatamente isso. E de um ponto de vista mais amplo, mesmo considerando a fragmentação, a dispersão do movimento operário e o ataque do capital sobre o trabalho, como é que hoje nós podemos valorizar essa dimensão da subjetividade, desse encantamento ou desse feitiço que o professor fala há 20 anos? E ampliando mais, como hoje nossa população parece que comprou, vestiu um discurso da violência, do conservadorismo, da xenofobia? Entende? Dessas ondas, dessas composturas fascistas e autoritárias e sem compreensão até do que foi um período de ditadura militar no Brasil. Então, não é saudosismo, mas como é que nós podemos pautar essa discussão que o senhor falou de enfeiti-

A classe operária antigamente era homogênea, os trabalhadores ganhavam salários similares, tinham seu uniforme, tinham jornada de trabalho bem definida, final de semana ficavam em casa; essa homogeneidade simplesmente evaporou. Hoje, você tem poucos trabalhadores altamente qualificados que não se identificam como classe trabalhadora, uma gama enorme de trabalhadores terceirizados em serviços precários e ganhando pouco e os trabalhadores que estão fora. Então, houve uma quebra da homogeneidade, por isso que a gente vê nesse contexto o enfraquecimento dos sindicatos, porque os sindicatos são resultantes de um período histórico que foi de ascensão desse movimento operário homogêneo, de uma classe operária que se identificava, que trabalhava junto, que conseguia construir relações de solidariedade, de amizade muito fortes.

çamento desses trabalhadores? Sejam os jovens ou idosos nesse momento?

César: Junto com essas mudanças produtivas, junto à evolução das forças produtivas, veio junto com isso aquilo que nós chamamos de ascensão do chamado neoliberalismo. O neoliberalismo nada mais é que um novo tipo de liberalismo, faz referência ao liberalismo do século XVII e XVIII, daquele preconizado por Adam Smith e David Ricardo. E o que é o liberalismo para a gente entender o neoliberalismo? Adam Smith um dos formuladores da base do liberalismo viveu no século XVIII, na época em que a Igreja tinha muita hegemonia. Como a gente sabe, a Igreja criticava muito a avareza, criticava a cobiça, criticava a usura e Adam Smith, num livro importante, *A Teoria dos Sentimentos Morais*³, vai dizer que a avareza, a cobiça, você querer ganhar mais não é um pecado, mas é um valor. Ele vai dizer que a inveja, tudo isso, não são coisas negativas, são coisas positivas. Ele aplica essa reflexão à economia, a ideia – estou simplificando aqui – que na medida em que você procura o seu interesse particular, o seu objetivo individual, você beneficia os outros indiretamente. Essa é a ideia do mercado que se autorregula na medida em que cada um procura o seu interesse, acaba beneficiando indiretamente o interesse

3 SMITH, Adam, 1759.

do outro. Ele dá aquele exemplo clássico do sujeito que acorda de manhã cedo, às quatro da manhã (o Adam Smith era escocês e vivia num lugar frio), ele perguntava o seguinte: o que faz um sujeito levantar às quatro da manhã, passar muito frio para botar lenha no forno, amassar o pão, para que às sete horas você, Telma, vá comprar aquele pão fresquinho e aromático? O que o move a levantar da cama e trabalhar duro? É o prazer em te oferecer o pão fresco ou é o resultado do ganho que ele vai ter com a venda desse pão? Então, ele diz que o que motiva as pessoas a dar duro, a buscar seus interesses são seus rendimentos próprios. Fundamentalmente, a ideia do liberalismo é essa, do ponto de vista econômico, o liberalismo tem uma concepção política interessante, a ideia do de que na medida que cada um procura o seu interesse, move a engrenagem da economia.

O neoliberalismo é uma retomada dessas ideias liberais, que em todo o mundo ficou conhecido como o *Consenso de Washington*. No final dos anos 70, um grupo de economistas se reúne em Washington e sugere uma série de medidas para a retomada do crescimento da economia. Fundamentalmente quais são essas medidas? Retirada do estado da economia, privatizações, reformas de caráter fiscal e abertura comercial indiscriminada. Então, é nisso que o Brasil entrou também nos anos 80, no neoliberalismo. Mas o que eu queria chamar atenção é que, junto com o neoliberalismo, não vêm apenas medidas econômicas, vêm valores. É esse o grande drama hoje de quem nos anos das décadas anteriores trabalhava com a ideia da solidariedade, do coletivo. O sindicato expressa o quê? É uma organização coletiva, uma organização solidária, uma organização de cooperação. Ora, hoje, o que é hegemônico na sociedade não são os valores socialistas, o que é hegemônico são os valores liberais, essa ideia do empreendedorismo, ela está muito forte e ela tomou conta e está na mente de todos os trabalhadores, essa ideia de cada um ser o seu próprio patrão. O que eu acho é que não há apenas uma mudança de ordem, digamos assim, produtiva. Há uma mudança de ordem também cultural, como dizia o Milton Santos: a competitividade é uma categoria econômica; mas ela se transformou também numa categoria cultural. Ela escorreu da sociedade econômica para a sociedade no seu conjunto.

Essa ideia da competitividade, do individualismo, da produtividade, do empreendedorismo são valores que estão presentes com muita força na sociedade. São valores hegemônicos que estão presentes no trabalho,

que estão presentes na vida das instituições. Estão presentes na política, por isso você observa uma ascensão do conservadorismo. E o conservadorismo é exatamente isso, a quebra desses valores coletivos. Então, na sociedade do trabalho você tem isso também, pessoas compram muito facilmente esse discurso de que agora nós não somos mais trabalhadores, agora nós somos colaboradores. Há toda uma mistificação em torno dessas novas palavras que tentam vender aos trabalhadores essa ideia de que eles agora não são mais apenas operários, mas que na medida em que a empresa cresce, eles podem crescer. Mas veja, isso tem o seu limite, essa ideia de que nós somos uma família. Aqui, a gente também precisa pensar o seguinte: muitos trabalhadores aceitam muitas vezes esse discurso, se submetem, digamos assim a essa farsa toda porque eles precisam daquele emprego, precisam daquele salário; mas essa ideia de que somos todos colaboradores, isso é uma tremenda mistificação, de que “somos uma família”, isso é o novo ‘blá, blá, blá’ desse capital liberal e que carrega consigo essa nova cultura. Mas é isso, nós, além de termos que enfrentar essa desestruturação da sociedade salarial, também temos que fazer o enfrentamento ideológico desse debate cultural que está presente na sociedade, a chamada uberização do trabalho parte desse princípio muito forte do empreendedorismo: “agora todos nós somos empreendedores”!

Jerfson: A próxima pergunta faz uma retomada dessa ideia final da sua resposta e também de uma resposta anterior que o senhor deu, falando sobre essa necessidade de refletir sobre esse novo momento no mundo do trabalho. Qual a importância de se pesquisar essa temática hoje, para tentar causar um impacto nas sociedades? Como estimular esses novos pesquisadores a verem a importância de trabalharem nessa área, com esse objeto de pesquisa? E como isso impacta positivamente na produção do conhecimento científico?

O sindicato expressa o quê? É uma organização coletiva, uma organização solidária, uma organização de cooperação. Ora, hoje, o que é hegemônico na sociedade não são os valores socialistas, o que é hegemônico são os valores liberais, essa ideia do empreendedorismo, ela está muito forte e ela tomou conta e ela está na mente de todos os trabalhadores, essa ideia de cada um ser o seu próprio patrão.

César: Para responder essa questão vou retomar, talvez sendo um pouco pretensioso, pensando nos novos pesquisadores, a ideia de metodologia de Marx. Marx foi um intelectual, um pesquisador que viveu um determinado momento histórico e desenvolveu uma metodologia nos seus estudos que pode ser muito útil a todos nós. Veja, Marx tinha um método de pesquisa que tinha duas dinâmicas: a primeira dinâmica era a do estudo, da pesquisa, da investigação. Esse estudo, essa pesquisa, essa investigação, tinha duas características, a primeira era realmente a de estudar. Marx foi um sujeito que, antes de escrever *O Capital*⁴, se encerrou, se enfiou por dez anos no museu britânico em Londres, que na época tinha a melhor e a mais vasta biblioteca. Estudou profundamente a história, estudou a economia, estudou a literatura, além do conhecimento que ele já tinha acumulado. Marx era um incansável estudioso e essa era uma das pernas do método de pesquisa dele, o estudo, a investigação exaustiva do objeto de estudo. Ele foi realmente ousado. O objeto de estudo dele era o modo de produção capitalista. Marx colocou esse modo de produção capitalista sobre uma mesa e eviscerou como se fosse um cadáver, foi fundo nos estudos. Agora, essa investigação tinha, então, primeira essa característica, o estudo. Ele estudou toda a economia clássica, David Ricardo, Adam Smith, todos os economistas; era um leitor insaciável; ele aprendeu inglês exatamente para poder ler essa literatura desses economistas clássicos, como aprendeu outras línguas exatamente para estudar.

Então, para quem está chegando à academia, essa é uma dica imprescindível: estudar! Não há alternativa, o conhecimento é resultado do estudo, da leitura, de você ir atrás de quem já acumulou conhecimento. A gente não inventa a roda, não é mesmo?! O conhecimento já está de certa forma dado, então, há necessidade de você estudar, de você pesquisar, de você investigar. Marx estudou os modos de produção tribais, os modos de produção asiáticos, escravocratas da Grécia e da Roma. Fez todo um estudo da transição da sociedade feudal para a sociedade industrial, estudou as corporações de ofício, as manufaturas, a grande indústria, estudou sobre aqueles pesquisadores que escreviam sobre as novas tecnologias. Agora, além disso, e aí temos a outra característica do modo de pesquisa de Marx, ele acompanhava a prá-

4 *O Capital* é uma obra publicada em três volumes. O volume I é o único publicado pelo próprio Marx, ainda em vida, com o apoio de Engels. A publicação data de 1867. Os volumes II e III foram publicados posteriormente por Engels, respectivamente nos anos de 1885 e 1894.

xis, as mudanças que estavam acontecendo na sociedade. Então, ele tinha contato com as associações operárias da época na Inglaterra, na Alemanha, na França... Essa dinâmica, eu diria que é o método que Marx sugere, que é extremamente interessante e continua sendo extremamente atual, você associar essas duas dinâmicas: o estudo, a investigação e a pesquisa com a práxis. Por isso que geralmente quando a gente fala em método de pesquisa, a gente fala no sujeito pesquisador e no objeto da pesquisa e só depois de você analisar profundamente tudo isso é que vem a descrição. Marx comenta isso, se a gente olhar a produção literária dele, ele tem uma enormidade de rascunhos e de manuscritos; antes de escrever *O Capital*, ele escreveu três vezes mais do que está n' *O Capital* que eram rascunhos, anotações. Então, estude, pesquise e depois descreva, o que não pode é você querer descrever sobre um objeto de pesquisa sem conhecê-lo, sem acompanhá-lo e sem estudar; eu diria que esse método é bastante interessante, de você associar a investigação com a práxis.

Telma: E nesse processo, quais as principais dificuldades que a sua experiência pode citar? E até para a gente compreender mesmo o caminho difícil e instigante que é da pesquisa, e é uma pesquisa transformadora que não é só teórica, que vai o tempo inteiro incentivando e estimulando para que seja algo mais, como diz o próprio Marx, de transformação também, transformação pessoal e transformação coletiva nesse sentido.

César: Quando você estuda um objeto de pesquisa mais específico, eu diria que não é tão complicado assim, você define: “vou estudar determinada categoria” ou “vou estudar determinado acontecimento”. Quando você cerca bem o seu objeto de pesquisa e define um pouco quais são as possíveis hipóteses, isso te dá um caminho mais fácil. Agora, nessa discussão que estamos falando aqui, que é uma discussão mais ampla, que é discutir essas grandes transições, essas grandes metanarrativas do capitalismo, isso é muito mais difícil e muito mais complicado. Porque hoje, e aqui vai uma crítica a nós das ciências humanas e, particularmente estou pensando aqui na sociologia do trabalho, mas podemos pensar nas ciências humanas, na história, na filosofia, na geografia, nas nossas disciplinas todas, na antropologia... eu acho que houve nos últimos períodos, uma segmentação muito grande de estudos, então, nós estamos hoje carentes de autores que tenham realmente essa ousadia de pensar o macro. Na sociologia do trabalho, por exemplo, que é a minha área, que eu conheço um pouco mais,

há muito estudo de economia do trabalho. O que significa isso? Há muitos estudos focados na mudança da legislação do trabalho e na flexibilização, na terceirização, na desregulamentação, mas isso é muito conjuntural e é importante. Eu, inclusive, participo de uma rede, a REMIR, que estuda essas coisas que estão acontecendo no Brasil e em todo o mundo: esse ataque violento do capital sobre a legislação do trabalho. Mas isso é uma coisa muito conjuntural. O que eu estou falando é que faltam estudos mais estruturais. A sociologia do trabalho, por exemplo, ela é uma sociologia, eu diria, assim um pouco “depressiva”. Tudo é subsunção, subordinação, exploração, assujeitamento. Quando, vamos a um evento da sociologia do trabalho, se sai de lá meio desanimado, porque os estudos que são apresentados, as pesquisas discutidas revelam pouca dialética. Eu vejo hoje que há pouca produção teórica na perspectiva de pensar a emancipação. A gente está muito subordinada à dinâmica e ao debate ideológico dado pelo próprio capitalismo. Então, isso é outra coisa importante, todo pesquisador não pode se conformar apenas com o que seu objeto diz. Ele tem que ser realmente fiel ao que o objeto diz, mas o objeto de pesquisa deve suscitar interrogações que o façam pensar para além disso. Fundamentalmente, eu diria que o papel de um acadêmico é aquele que não vai apenas ficar sobre o objeto, mas ele vai tentar, a partir do objeto, pensar para além dele. Creio que hoje falta um pouco essa discussão. A gente está muito preso a certo cerceamento economicista dos objetos de pesquisa. Acho que está faltando mais ousadia, pensar e sugerir.

Particularmente na sociologia do trabalho, o que me desencanta um pouco é a percepção que a gente não tem conseguido discutir mais o que seriam os processos emancipatórios. A gente está muito preso à dinâmica dada pelo capitalismo e os estudos estão muitos circunscritos a isso: em ver apenas esses efeitos, dessa onda devastadora do capital sobre o trabalho, e não estamos conseguindo produzir novas ideias. Embora, talvez, a ausência de novas ideias também estejam linkadas à ausência de lutas operárias, das lutas sociais; porque também é verdade que toda vez que a gente tem uma onda de lutas sociais, como foi recentemente a Primavera Árabe, temos também tem uma fertilidade maior no pensar. Talvez esteja nos faltando isso também. O movimento antiglobalização nos anos 1990 foi muito interessante nessa perspectiva: possibilitou a criação do Fórum Social Mundial, coisas novas. A ausência da ousadia na teoria hoje talvez

esteja associada à ausência também de lutas sociais emancipatória. Esses são os mares em que nós estamos navegando. Tempos difíceis!

Jerfson: Nesses tempos difíceis, já é uma dificuldade você pensar sobre a realidade atual. Imagina ter esse trato com as fontes e trabalhar de forma acadêmica, forma objetiva, ainda mais na nossa área que mexe tanto com a nossa vida! Como o senhor analisa essa relação do pesquisador com as fontes? Especificamente nessa área, que é uma área que envolve tanto a nossa subjetividade, mas também a nossa vivência e como tratar essas fontes de forma científica sem correr o risco de lançar mão de opiniões, meras opiniões, como a gente vê muito hoje, e também de obter essas fontes? Porque é a vida das pessoas, então, tem que ter um trato diferenciado.

César: Esse é um velho debate nas ciências sociais e em todas as ciências humanas, da relação do objeto com o pesquisador, dos cuidados do sujeito com o objeto de pesquisa. Esse é um debate já antigo na nossa literatura, de como você de fato tem uma relação de fidelidade com o que efetivamente o objeto diz e não com o que você pensa ou gostaria que o objeto te dissesse. Esse é um cuidado que todo pesquisador deve ter. Já existe bastante literatura sobre isso. É um debate grande nas ciências sociais. A partir da abordagem dos métodos marxista, durkheimiano e weberiano, como cada um empregou a sua metodologia; mas em todos eles há um pouco o denominador comum, que é que você tem que ser fiel ao que efetivamente o objeto de pesquisa está lhe dizendo, sobre o risco de você ser ineficaz nos seus resultados, se você dissipar o objeto. Isso é uma coisa importante para todo pesquisador; agora, por outro lado, não existe a pesquisa sem o envolvimento do sujeito, o envolvimento da subjetividade nossa, nós somos seres sociais que temos as nossas opiniões, as nossas concepções de mundo, então, isso também vai permear você no processo de pesquisa. Isso não é um problema. Porque muitas vezes são as suas inquietações que direcionam aquilo que lhe interessa no objeto de pesquisa.

A questão aqui é um pouco o cuidado de você não abdicar das suas posições, da sua subjetividade no processo de pesquisa, mas fazer com que isso não invalide o que o objeto está de fato lhe falando. Como você disse mui-

Fundamentalmente, eu diria que esse é o papel de um acadêmico: é aquele que não vai apenas ficar sobre o objeto, mas ele vai tentar, a partir do objeto, pensar para além dele.

to bem, nós temos que ter também um cuidado na relação com o objeto de pesquisa, principalmente no caso nosso, das ciências sociais, quando envolve as pessoas, tomar certo cuidado para não haver instrumentalização nesse processo das pessoas, como respeitar de fato esses autores sociais e como também dar um retorno da pesquisa a esses atores sociais. São todos processos importantes, que a gente deve ter quando estuda alguma coisa e, de fato, dependendo da sua pesquisa, as fontes de pesquisa são mais difíceis, mas também depende do tipo de pesquisa que você vai fazer, se é uma pesquisa etnográfica, se é uma pesquisa de outro tipo, do objeto, as fontes muitas vezes estão associadas às dificuldades ou facilidades ao que você está pesquisando.

Telma: Então, na verdade são 15 horas, já faz uma hora que a gente está aqui tendo uma aula excelente do professor César. Não sei se teria alguma questão, Jerfson? Se não, a gente poderia ver qual a mensagem para os novos pesquisadores que o professor César poderia falar, tendo em vista também, a experiência em sala de aula aqui no Nordeste, porque a maior parte da vivência do professor César foi no Centro-Sul do país. Então, como é que são esses 10 anos aqui de Nordeste e aqui, nosso vizinho, em Natal. Qual a mensagem que você diria para a juventude?

César: Olha, eu não gosto muito de dar mensagem. Sempre passa certa concepção de assertividade, como se você tivesse algo muito importante para dizer e que as pessoas devem te ouvir; mas eu acho o seguinte: para os jovens que estão chegando na academia, uma coisa muito importante é a curiosidade intelectual. Você ter interesse em aprender, em conhecer. Eu, particularmente, na minha experiência de docente que é pouca, não é mais do que 10 anos, porque eu entrei tardiamente no ensino universitário, é realmente muito gratificante ver estudantes que entram muito jovens, com 17, 18, 19 anos e, depois de quatro anos, saem totalmente transformados. Realmente, o ensino é uma coisa fantástica! A potência que a educação tem, particularmente as humanas. Por isso é que as humanas são tão atacadas e vilipendiadas pelas forças do capital. A gente está sofrendo ataques sem precedentes. Estão querendo retirar o nosso lugar no ensino, dizendo que a única coisa importante é o ensino técnico, porque as ciências humanas trabalham com uma coisa que é teoria crítica social. Essa é uma das coisas mais importantes dos alunos das áreas de humanas, o de fato de que eles tenham curiosidade intelectual de estudar, de aprender, porque na

medida, e a gente percebe isso, que esses alunos se dedicam aos estudos, à aprendizagem, eles se transformam em agentes sociais, de transformação social. Eles saem tendo mais clareza de como funciona a sociedade, das ideologias; então, é muito gratificante você, como professor, perceber que esses alunos fazem esse crescimento e para o aluno também é interessante. Muita gente diz assim: “Ah, mas nas ciências humanas não têm emprego, não tem mercado de trabalho”. Nós temos também nosso mercado de trabalho, mas fundamentalmente, nós temos uma contribuição importante a dar, que é manter essa massa crítica diante de uma sociedade que está totalmente subordinada ao capital. Então, acho que é essa a nossa contribuição hoje. E eu sempre tenho essa expectativa de que os nossos alunos se descubram como sujeitos sociais.

Telma: A gente agradece muitíssimo ao professor César, essa uma hora dedicada. Roubamos o tempo! Ele está afastado da universidade para o pós-doutorado.

César: Eu que agradeço a oportunidade! Parabenizo por esse excelente trabalho e fico à disposição de vocês. Obrigado, viu, Telma, pelo convite! A Telma é uma grande amiga e companheira de décadas. Grande Professora!

Doi: 10.35260/54211314-2024.p42-70



Helena Hirata é graduada em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1969) e doutora em Sociologia política pela Université de Paris 8 - Vincennes-Saint-Denis (1979). Fez a Habilitation à diriger des recherches (HDR) (1997), equivalente à livre-docência pela Universidade de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines. Atualmente é diretora de pesquisa emérita do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) no laboratório CRESPPA - equipe GTM (Genre, Travail, Mobilités) associado às Universidades de Paris 8 – Vincennes-Saint-Denis e Paris 10 - Nanterre. Sua pesquisa é voltada para a área de Sociologia do Trabalho e do Gênero.

Trabalho e gênero: entrevista com Helena Hirata¹

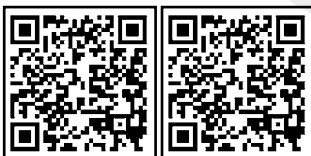
Helena Hirata

Joannes Paulus Silva Forte

Telma Bessa Sales

Joannes Forte (UVA): Boa tarde, Professora Helena Hirata! Estamos aqui, professora Telma Bessa e eu, Joannes Forte, para essa conversa com a professora Helena, neste 22 de julho de 2020. Bom, em princípio quero agradecer, neste começo, por ter aceitado o nosso convite de dialogar conosco sobre a sua trajetória como pesquisadora na área do trabalho. Especialmente, na área do trabalho e gênero, que muito tem contribuído com os seus estudos e suas pesquisas para que nós possamos compreender, entender, inclusive, o lugar da divisão sexual do trabalho, nos estudos do trabalho, não só no Brasil, mas na França, no Japão, enfim, em todos os países nos quais a professora Helena desenvolveu o seu trabalho como pesquisadora.

Telma Bessa (UVA): Então, professora Helena Hirata e professor Joannes Forte, para nós, é uma grande honra tê-la conosco com essa contri-



¹ Entrevista realizada via *Google Meet* em 22 de julho de 2020. Confira a entrevista utilizando ou clicando nos QR Codes ao lado.

buição valorosa para a nossa publicação. É uma publicação simples de uma editora pequena, independente, mas que tem um valor imenso porque nós gostaríamos de pautar essa reflexão sobre o trabalho e gênero junto aqui à nossa universidade, no Centro de Ciências Humanas, bem como em todo o país. Iniciando nosso diálogo, quais foram as motivações para a Senhora abraçar essa temática da pesquisa do trabalho com esse foco e essa variação da questão de gênero dentro desse mundo do trabalho ou mundo dos trabalhos?

Helena Hirata (CNRS): Eu gostaria primeiro de agradecer a vocês dois, tanto à Telma Bessa quanto ao Joannes Forte, por este trabalho de edição de pesquisa, de construção de elaboração de uma série de trajetórias e gostaria muito de agradecer pelo trabalho que vocês estão tendo, que vai ser útil para muitos pesquisadores, muitos estudantes, os vários atores da sociedade, atores políticos, atores sindicais que acho que vai ser bastante útil o trabalho que vocês estão tendo.

Eu acho que em relação à questão que você me colocou, Telma, sobre como é que veio o meu interesse sobre o trabalho e gênero, na realidade, eu que fiz Filosofia na USP, e em Filosofia eu estudava Hegel, então, não tinha muito a ver diretamente com a questão nem do trabalho nem com o gênero, e as minhas pesquisas eram sobre Filosofia Política, sobre Hegel e Sartre, Hegel e Marx etc., e foi quando eu tive que ir para a França como refugiada política, porque eu fui perseguida na época da ditadura militar, e aí, então, tive que fugir para a França e eu já tinha uma bolsa de estudos que me tinha sido concedida pelo governo francês, que eu tinha recusado dizendo que eu estava no Brasil e não ia sair naquele momento etc., mas quando eu tive que sair, foi muito bom porque essa bolsa estava ainda disponível e eu pude começar então a fazer pesquisas lá. E a questão é que eu encontrei um grupo de pesquisadores que trabalhavam sobre a questão do trabalho, sobre a questão do gênero, em particular a Danièle Kergoat, com quem eu tenho trabalhado e trabalho até hoje. E para nós, o importante era pensar o trabalho de uma maneira ampla, não só o trabalho profissional, o trabalho assalariado, mas também o trabalho doméstico, o trabalho não-assalariado, o trabalho informal, o trabalho não remunerado. Então, a gente pensou o trabalho de uma forma bem mais ampla do que naquela época a Sociologia do Trabalho estudava. A Sociologia do Trabalho se inte-

ressava pelo trabalho profissional, pelo trabalho assalariado, pelo trabalho nas empresas, a ação organizada nas empresas, e se interessava pouco pelas outras dimensões do trabalho que nos interessavam, justamente, tendo em vista a questão do gênero, isto é, da relação social entre homens e mulheres na sociedade. Então, o trabalho doméstico é um trabalho que, para nós, era tão importante quanto o trabalho profissional, porque era um trabalho realizado gratuitamente dentro das casas, dentro da família, realizado, digamos, por amor, mas sem nenhuma remuneração e isso evitava toda uma série de recursos ao trabalho assalariado de pessoas que deviam, por exemplo, cozinhar ou deviam arrumar as casas, ou deviam fazer roupas etc. Tudo isso era feito pela dona de casa gratuitamente. Então, a reflexão sobre as relações entre homens e mulheres na sociedade, a relação dentro da família foi uma reflexão que nos levou a pensar a Sociologia do Trabalho e o trabalho de uma maneira bem mais ampla do que na época se fazia na área das reflexões sobre o trabalho.

Hoje, isso mudou e muitas pessoas, muitos pesquisadores trabalham a questão do gênero e do trabalho, isto é, pensam o trabalho numa dimensão muito mais ampla, muito mais global e muitas pessoas hoje, muitos pesquisadores pensam o trabalho, não só assalariado, mas também o trabalho que se realiza na sociedade, que reverte a toda a sociedade, mas que não é reconhecido, não é valorizado e, aliás, é bastante desvalorizado como todas as profissões que são profissões femininas e que são próximas do trabalho doméstico, que também são desvalorizadas e não reconhecidas, que é o caso, por exemplo, o trabalho de cuidado: o cuidado de crianças, o cuidado de idosos, o cuidado de deficientes físicos e mentais. O cuidado de doentes é feito gratuitamente no interior do lar pelas mulheres e quando esse trabalho é trazido para o mercado, quando ele se mercantiliza, quando ele se torna uma profissão, uma profissão de cuidadora, uma profissão de auxiliar de enfermagem, essas profissões são desvalorizadas, se paga muito pouco por elas no mundo inteiro.

Joannes: Professora, é interessante a sua trajetória porque é uma trajetória transnacional, digamos assim. Até chegar nos estudos sobre trabalho e gênero, como foi que se desencadeou o seu processo de pesquisa entre Brasil, França e Japão?

Helena: Sim. Na realidade eu nasci no Japão e fui para o Brasil com idade de 5 a 6 anos porque o meu pai era advogado e conseguiu fazer uma especialização no Japão e depois conseguiu um trabalho de consultor jurídico no Consulado Japonês em São Paulo. Então, minha mãe, que era japonesa, ela mudou com os três filhos que nasceram no Japão, inclusive eu, que era a primogênita. Nós fomos todos para o Brasil e, no Brasil, eu fiz toda a minha escolaridade: primário, ginásio, clássico e universidade e, depois, vim para a França por causa da ditadura militar. Então, eu tinha bastante familiaridade com o Japão. Era a minha língua materna. Também tinha muita familiaridade com o Brasil e também com a França, porque quando fui para a França, tinha 24 anos e eu estudei, terminei e fiz o meu Doutorado e fiz também uma série de trabalhos pequenos para ganhar a vida. E depois que eu consegui terminar o Doutorado, eu fui recrutada pelo Centro Nacional de Pesquisa Científica, como Joannes Forte falou no início, pelo *Centre National de la Recherche Scientifique*, e nesse Centro eu comecei desenvolvendo pesquisas sobre empresas multinacionais francesas e japonesas no Brasil. Então, era uma comparação entre filiais e matrizes de multinacionais francesas e japonesas. Eu tive bastante facilidade para entrar nessas empresas porque, no caso do Japão, o meu pai, depois de ser advogado, se tornou deputado. Ele foi deputado estadual duas vezes, deputado federal duas vezes e, como deputado, ele ajudou a entrada de empresas japonesas para o Brasil. Ele fez a intermediação entre o governo brasileiro e as empresas japonesas. Então, quando eu ia para as empresas japonesas no Brasil dizendo que eu era filha do meu pai, eles tinham muita facilidade, com muita boa vontade me acolhiam e depois avisavam às matrizes, quando eu ia para o Japão, dizendo que iria entrevistar as pessoas nas matrizes.

E assim, fui a mais de trinta empresas, estabelecimentos industriais de quase todas as diferentes ramificações industriais: o automóvel, têxtil, confecção, indústria do vidro e todas essas grandes indústrias que tinham filiais aqui no Brasil, como é o caso da Toyota, como é o caso de outras empresas, e essas comparações entre filiais e matrizes foi muito interessante porque aí, primeiro eu vi que, para as empresas, eram homens e mulheres, não era assim uma entidade neutra que eles empregavam. Eles já saíam à procura de um certo tipo de trabalhadores que eram diferentes pelo seu sexo, pelas suas qualidades, pelas suas qualificações etc. Então, a mão de obra era as-

sexuada, a mão de obra era mão de obra masculina ou feminina e também deu para ver, comparando filiais e matrizes, que havia uma produtividade muito grande nas matrizes japonesas e que nas filiais havia produtividade menor porque se empregava muito mais gente para fazer a mesma coisa com uma tecnologia relativamente similar. A tecnologia que vinha do Japão era mais ou menos a mesma no Brasil, nas filiais brasileiras. E as pessoas, na realidade, elas tinham uma produtividade menor porque, para fazer a mesma coisa, havia muito mais gente, muito mais trabalhadores que eram recrutados, por exemplo, por causa das férias, porque tinha férias, porque os trabalhadores faziam, na realidade... eles substituíam os que estavam de férias e os que estavam doentes, enquanto que no Japão não havia férias. Os trabalhadores não tinham o gozo de férias, eles não tinham o gozo de tempos assim, o absenteísmo era quase zero, enquanto no Brasil havia muito absenteísmo. Por exemplo, no Polo Petroquímico de Camaçari. Por quê? Porque no Polo Petroquímico de Camaçari, as pessoas vinham de 30, 40 km de Salvador até o Polo de ônibus e havia problemas. Muitas vezes de deslocação etc., enquanto que os trabalhadores japoneses moravam praticamente no local onde eles trabalhavam. Havia moradias da empresa e isso diminuía, digamos, a necessidade de ter mais mão de obra. Então, por toda uma série de razões que se deve a questões culturais, a questões de modos de vida, a questões diversas, havia várias diferenças muito grandes entre as filiais e as matrizes das firmas multinacionais, o que me levou a confirmar o interesse de fazer comparações internacionais porque uma perspectiva comparativa... a Sociologia, desde o seu início considera importante um ponto de vista comparativo. Uma comparação internacional como o método de conhecimento e acho que deu para ter uma série de conhecimentos novos fazendo essa pesquisa de comparação entre filiais e matrizes de firmas multinacionais.

Telma: Eu gostaria que a senhora comentasse aqui, então, quem são esses trabalhadores que compuseram, que construíram a Volkswagen e o Centro Industrial do Brasil, que foi no ABC Paulista. E quem são esses homens e essas mulheres que tiveram um papel fundamental no processo de redemocratização do Brasil? E também, quais foram as principais dificuldades que a senhora teve nesse processo de pesquisa, não só de entrar no ambiente de trabalho, mas também desenvolver essa pesquisa. Quais as documentações?

Helena: Eu acho que eu tive esta vantagem, por exemplo, em relação às firmas japonesas que eu, por causa do meu pai, tive mais facilidade de acesso, mas ao mesmo tempo criou dificuldades o fato de que queria fazer uma pesquisa numa época em que entrar nas fábricas já era problemático. Eu comecei as minhas pesquisas no fim dos anos 1970, começo dos anos 80, que era uma época em que ainda estávamos no período que tinha acabado de haver a anistia. E foi porque houve a anistia que eu pude começar a fazer pesquisa no Brasil, e aí realmente deu para ver que os trabalhadores e as trabalhadoras no Brasil tinham uma combatividade diferente da que a gente encontrava, por exemplo, no Japão, onde os sindicatos de empresa, são sindicatos que não têm autonomia da empresa. A empresa, na realidade, modela esses sindicatos e os trabalhadores têm que ser obedientes, não podem fazer greves, têm de estar de acordo com a política da empresa. O que não acontecia no caso do Brasil e eu, inclusive, logo que eu cheguei no Brasil em 1980, eu fiz conferências no Sindicato dos Trabalhadores do ABC Paulista porque eles tinham muito interesse em conhecer o processo de criação de Círculo de Controle de Qualidade (CCQ), que havia bastante no Japão e que fazia com que as empresas pudessem ganhar muito com essas ideias sobre inovações etc., que os próprios trabalhadores davam para a empresa e os trabalhadores do ABC tinham muitas dúvidas sobre a maneira como as empresas no ABC queriam implantar o CCQ. Inclusive, a Tribuna Metalúrgica, que era o jornal, o periódico do Sindicato dos Trabalhadores do ABC, dizia que CCQ queria dizer “come, calado e quieto”, e aí então, eles diziam que “come, calado e quieto” era o lema do CCQ e dessas diferentes características do modelo japonês, essas diferentes formas de adoção do modelo japonês de empresa no Brasil. E acho que houve uma série de pessoas que mostraram que no Brasil esses trabalhadores e essas trabalhadoras, embora com muitas dificuldades, sobretudo dificuldades monetárias, dificuldades econômicas, fizeram, construíram, digamos, o Brasil industrial tal como a gente conhece hoje. Embora hoje esteja havendo uma desindustrialização, como bem descreve um pesquisador, o professor Pierre Salama, que mostra que houve uma desindustrialização grande no Brasil nas últimas décadas.

Eu acho que é importante essa sua questão sobre os trabalhadores que construíram o Brasil porque, na realidade, um dos achados dessa comparação internacional que eu fiz é que, por exemplo, quando eu perguntava

sobre o sofrimento e prazer no trabalho, na linha da psicodinâmica do trabalho do Christophe Dejours, que eu colaborei bastante com ele, quando eu perguntava sobre o sofrimento e prazer no trabalho, as questões relacionadas ao sofrimento e ao prazer eram muitas vezes muito próximas nos três países. Os trabalhadores diziam que o trabalho bem feito, por exemplo, dava prazer, que havia uma série de questões que eram positivas no trabalho, mas as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros eram os únicos que diziam que havia um problema no sofrimento, que era o sofrimento da dificuldade econômica, dos baixos salários e toda essa questão do problema econômico era levantado apenas pelos trabalhadores brasileiros, e não pelos trabalhadores dos outros países, embora do ponto de vista financeiro, claro que esses trabalhadores, ditos não qualificados, ganhavam menos do que trabalhadores de outros setores. Mas, comparando os mesmos tipos de trabalhadores nos três países, dava para ver que a questão econômica estava muito mais presente no caso dos trabalhadores do Brasil do que dos outros dois países. Eu acho que isso também é uma verdade em relação ao trabalho de cuidado, que é uma pesquisa que eu faço atualmente, porque dá para ver que as trabalhadoras – as cuidadoras – elas ganham mais no Japão, ganham menos no Brasil e ganham intermediário, digamos, um valor intermediário na França.

Mas no Brasil há uma diferença muito grande salarial que faz com que as trabalhadoras brasileiras estejam sempre procurando vários trabalhos ao mesmo tempo, embora tenham 24 horas por dia, como as trabalhadoras francesas ou as trabalhadoras japonesas. Elas, na realidade, muitas vezes trabalham como cuidadoras numa instituição, trabalham no fim de semana no hospital, trabalham em casa de família cuidando de idosos à noite, quer dizer, elas se desdobram para poder ter o dinheiro necessário para a sobrevivência e, ao mesmo tempo, quando a gente olha do ponto de vista das trajetórias delas, a gente vê que a trajetória dessas trabalhadoras tem muito trabalho informal: muito trabalho de trabalhadora doméstica, de vendedora, de diferentes trabalhos ditos “não qualificados”, informais, que formam a trajetória delas enquanto que, por exemplo, no Japão, são em geral jovens que fizeram o seu curso de cuidadoras depois de fazerem o seu segundo grau e que vão trabalhar até o casamento, porque quando se casam, você tem que sair do trabalho profissional. No caso do Japão, até hoje, porque se considera que as mulheres devem cuidar das crianças, educar as crianças,

e não continuar a trabalhar. Então, isso faz com que as mulheres japonesas tenham que abandonar a carreira pela metade, no meio da carreira para cuidar dos filhos e, por causa disso mesmo, há poucas creches no Japão ou as creches não estão desenvolvidas porque se considera que não é a creche que deve cuidar da criança, mas é a mãe. E hoje em dia se nota uma taxa de fertilidade muito baixa no Japão, que é 1,2 crianças por mulher com idade para procriar, porque as mulheres que têm um trabalho interessante ou que não querem parar de trabalhar, elas decidem não ter filhos porque é uma maneira de poder continuar a ter uma vida profissional, quando você tem o apreço pela vida profissional.

Joannes: Professora Helena, ouvindo esse seu comentário agora, a respeito do trabalho precário, podemos pensar, inclusive, como a Márcia de Paula Leite (Unicamp) também, e outras pesquisadoras e pesquisadores que chegaram a observar que a precariedade do trabalho não é igual em todos os países. Existem especificidades, de país a país. Talvez seja essa a grande razão pela qual não devemos nos apropriar de formulações como o toyotismo, o fordismo, o taylorismo, como modelos organizativos, técnicos e de controle do processo de trabalho, da produção dos trabalhadores e das trabalhadoras em toda parte do mundo, em todos os países, devendo conhecer e entender cada país. Eis que o trabalhador e a trabalhadora podem ter mais direitos em um país em relação a outros. A depender de cada país se observa que o quadro econômico, as condições materiais de vida, o acesso a direitos do trabalhador e a trabalhadora podem ser, digamos assim, mais difíceis ou precários do que noutro país. Então, por exemplo, enquanto a Europa vivia um estado de bem-estar social, o Brasil vivia uma precarização do trabalho. O nosso país, quando se desenhou a Constituição de 88, o Brasil já tinha um trabalho precário, que é diferente do trabalho precário francês, do trabalho precário japonês e, a partir daí, pensando sobre as pessoas, digamos, que fazem parte de categorias sociais alvejadas pelas violências quotidianas, pelos preconceitos, pela discriminação, pelas exclusões, há as pessoas negras, as mulheres, sobretudo mulheres negras, mulheres pobres, pessoas que sofrem com a desigualdade socioeconômica. Isso se encontra com esses elementos, inclusive de gênero, de raça. Diante disso, nós sabemos que o feminismo negro desenvolveu uma perspectiva muito interessante chamada interseccionalidade, a partir dos estudos de Patrícia Hill Collins, depois seguidas de outras mulheres, de outras pesquisadoras, de mulheres

negras e de outras não-negras também, que enveredaram pelos caminhos da interseccionalidade. Por outro lado, a sociologia francesa nos mostra um conceito que se chama consubstancialidade e, com a consubstancialidade, evidencia-se também as relações sociais estruturais, como as relações de classe, as relações de raça e as relações de gênero. Gostaria que você fizesse um comentário a respeito desses dois conceitos tão presentes na Sociologia do Trabalho, especialmente, nos estudos de trabalho e gênero que têm sido desenvolvidos por você, pela Danièle Kergoat e por outras pesquisadoras e pesquisadores que têm se dedicado à abordagem dessas relações sociais de classe, de gênero, de raça, de região, de geração, para o entendimento do mundo do trabalho.

Helena: Eu acho que é importante o que você colocou no início, isto é, que a gente não deve considerar que o modelo fordista, que o modelo taylorista, o modelo japonês, são modelos universais porque justamente a precariedade, por exemplo, é diferente de país para país, de categoria social para categoria social. Então, considerar como sendo modelos universais transponíveis a outras sociedades e a outras realidades é uma temeridade. Eu acho que você tem razão de dizer que não se deve considerar como sendo categorias universais. Outra coisa que você disse também que concordo é a questão da precariedade, que é vista de maneira diferente pelos atores sociais e eu sei que, por exemplo, na França, é um dos lugares onde mais se desenvolveu a ideia de que a precariedade pode ser também um sentimento subjetivo, que você pode ter um trabalho de tempo indeterminado, um trabalho estável no setor público etc., e ter o sentimento da instabilidade, um sentimento de precariedade, embora, objetivamente, você tenha um trabalho estável. Então, essa ideia de que, dada situação, dada conjuntura, dado momento, você pode ter a impressão de que essa situação pode se reverter e que você pode não ter sempre essa estabilidade, esse sentimento subjetivo

[...] a gente não deve considerar que o modelo fordista, que o modelo taylorista, o modelo japonês, são modelos universais porque justamente a precariedade, por exemplo, é diferente de país para país, de categoria social para categoria social. Então, considerar como sendo modelos universais transponíveis a outras sociedades e a outras realidades é uma temeridade.

de precariedade é algo que a literatura francesa, por exemplo, Daniele Li-nhard estudou e que não aparece tanto nas pesquisas realizadas em outros países como o Brasil ou Japão. Então, eu acho que realmente é importante dizer que a precariedade é vivida diferentemente de país para país, de lugar para lugar, de pessoa para pessoa etc.

Agora, a questão da interseccionalidade, que você citou muito bem a Patrícia Hill Collins que nós recebemos no ano passado... ela veio ao Brasil e falou no Rio de Janeiro, falou em São Paulo. Eu acho que ela não chegou a ir ao Nordeste, embora tenha querido, mas já foi outras vezes e ela tem muito interesse pelo Brasil justamente pelo fato de que existe o movimento negro. Existe uma população negra numa quantidade muito grande e também, eu acho que ela representa o pensamento da interseccionalidade, o pensamento do “*black feminism*”, do feminismo negro, mas ela reconhece que, no Brasil, pessoas como Lélia Gonzalez e outras pesquisadoras negras e que trabalharam sobre a questão do feminismo negro têm um papel importante para irrigar esse tipo de pesquisa sobre o pensamento negro e sobre o feminismo negro. Então, eu acho que é muito importante pensar em todas as precursoras brasileiras do pensamento negro e que forjaram conceitos novos que hoje em dia estão sendo aplicados, por exemplo, na França, o “América Ladina”, é uma expressão que junta América e África e que é uma expressão da Lélia Gonzalez e é muito utilizado hoje, por exemplo, por pesquisadores e pesquisadoras francesas, como Jules Falquet, que é uma pesquisadora, uma socióloga que também tem bastante contato com o Brasil e com o pensamento negro brasileiro. Agora, eu acho que a interseccionalidade, a consubstancialidade podem ser considerados sinônimos. Não é o que pensa Danièle Kergoat. Danièle Kergoat defende que o termo é consubstancialidade e vai dizer que interseccionalidade não é um bom termo para o que a gente quer dizer, isso é, interdependência entre a raça, o gênero e a classe. Ela acha que a interseccionalidade reúne ou tenta interseccionar categorias; categoria de classe, categoria de raça, categoria de gênero e que, portanto, pode ter um ponto de vista geométrico sobre a questão, enquanto que a consubstancialidade, para ela, é um conjunto de relações sociais. Para ela, trata-se de relações sociais de raça, relações sociais de gênero, relações sociais de classe social e que essas relações sociais são relações de poder, são relações de dominação, então, que a Interseccionalidade muitas vezes, pensando em termos de categorias, não

vai atentar às relações sociais e que, para ela, é importante as relações sociais. De fato, a Kimberlé W. Crenshaw utilizou pela primeira vez esse termo de Interseccionalidade, que funda o conceito de Interseccionalidade. Ela nem sempre pensa em termos de relações sociais. Ela pensa em termos de categorias, mas alguém como Patrícia H. Collins, que usa o termo Interseccionalidade, mas pensa em termos de relações sociais, eu acho que aí consideraria sinônimo, porque é o ponto básico para definir a interdependência das relações sociais, de classe, gênero e raça, então, falar em Interseccionalidade ou de falar em Consustancialidade é uma questão um pouco nominalista, eu acho que poderia se considerar que são dois termos que podem ser considerados sinônimos porque as duas falam de relações sociais. Para mim, o que é importante é, primeiro, considerar que são relações sociais, e não categorias geométricas, e segundo, que não há hierarquização entre esses três termos. Isso é muito importante e define a Interseccionalidade em relação ao resto.

A Interseccionalidade considera que não há uma hierarquia, por exemplo, da classe social que seria uma determinação em última instância, em relação ao gênero ou em relação à raça. Por exemplo, os marxistas tradicionais, há muitos no Brasil, consideram que, mesmo que a raça seja importante, mesmo que o gênero seja importante, no fim das contas, no momento do “pega pra capar”, como a gente diz, o importante é a classe social. É a classe social que é a determinação em última instância. Ora, se você considera que um dos três termos... que tem uma hierarquização entre os três termos e a hierarquização é de um termo sobredeterminar os outros. Nesse caso, os teóricos da Interseccionalidade não estariam de acordo, nem Patrícia H. Collins, nem Danièle Kergoat, nem Kimberlé W. Crenshaw, nem muitas pesquisadoras e pesquisadores que hoje no Brasil e fora do Brasil analisam a realidade em termos de Interseccionalidade. Eu acho que valeria a pena olhar o artigo da Bila Sorj e o meu artigo no livro que saiu no Rio, pela Edição da Fundação Getúlio Vargas, que se chama *Trabalho, logo existo*². O Descartes fica se remexendo no túmulo, porque não vai gostar nada nada dessa mudança nos termos dele. Mas o *Trabalho, logo existo* é um livro onde tem vários textos sobre a questão da Interseccionalidade, inclusive, um texto da Amélie Le Renard, que é uma pesquisadora francesa

2 MARUANI, Margaret (Org.). *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas*. Rio de Janeiro: RJ, FGV Editora, 2019.

e que trabalha sobre um dos pontos de Interseccionalidade, que é a Nação. Ela mostra como a Nação pode ser um ponto importante na Interseccionalidade. Então, aí você, Joannes, apresentou vários: região, geração etc. Então, é um pouco o que eu chamo de Interseccionalidade de geometria variável, porque na realidade, para Danièle Kergoat existem três pontos, três aspectos, três dimensões que são fundamentais na Consubstancialidade, que é: a raça, o gênero e a classe. E quando a gente vai colocar, por exemplo, a geração, a idade, a nação ou a religião, outros termos, a gente vai considerar... eu considero que se trata de uma Interseccionalidade de geometria variável. Eu considero que há realmente três dimensões básicas, como diz Danièle Kergoat, mas quando a gente vai fazer pesquisa empírica, às vezes a questão, por exemplo, da idade se torna fundamental, se torna central, se torna mais evidente e aí você vai trabalhar com a intersecção entre a raça, a classe, o gênero e a idade, a geração, a intergeracionalidade. Então, acho que essa questão da Interseccionalidade é bastante complexa e acho que hoje em dia está na moda. Muita gente trabalha sobre essa questão. Mas ainda está longe de ser uma questão resolvida, mas espero que tenha esclarecido alguns pontos em relação às duas denominações.

Telma: Professora, eu fico maravilhada com as suas reflexões. Na década de 90, no final de 98/2000, na virada do século, nós víamos um Brasil com muitos desempregados e a pauta era também a chegada da nova tecnologia. Então, no mestrado eu fiz uma pesquisa sobre os metalúrgicos... e o que é a célula... o CCQ aqui, é uma figura da Tribuna Metalúrgica explicando e compreendendo, tentando compreender que método é esse; o que é que tem por trás desse aparato tecnológico da entrada dos robôs, dos comandos número-computadorizados e a própria relação dos trabalhadores no “chão da fábrica” que foi mudando e na visão de muitos trabalhadores, isso iria tirar obviamente postos de trabalhos. Então, nesse sentido, nós percebemos uma precarização muito grande desse empregador que não acompanhou, que não foi incluído nessa virada, nessa transformação da tecnologia. Então hoje, nós estamos no século XXI e percebemos que esses trabalhadores estão mais precarizados do que nunca, sem vínculo nenhum porque o que nós conquistamos em 1945 com a CLT³ etc., hoje nós vimos uma total flexibilização. Nesse sentido, como a senhora poderia comentar conosco o que é esse trabalhador hoje? Quais são essas reinvin-

3 Consolidação das Leis do Trabalho.

dicações ou que mundo do trabalho é esse que além de existir essa amplificação, essa amplitude maior para a questão de gênero, tardia, inclusive, aqui no Brasil... nós descobrimos tardiamente que a classe operária tem dois sexos, como já nos dizia a Elisabeth Souza, mas, como é que nós hoje podemos contribuir para compreender esse processo histórico, e parece que nós voltamos, assim, num mundo que de um lado é essa tecnologia potente - revolução 4.0 -, e do outro lado, total precarização e vínculo nenhum e o processo de uberização que nós vimos no Brasil, um pouco esse paradoxo... A senhora poderia comentar?

Helena: Eu acho que é um paradoxo mesmo. E os dois aspetos, os dois lados. Você vê a uberização, você vê toda essa mobilização dos entregadores que foi recentemente uma mobilização bastante histórica porque você não vê em outros lugares, por exemplo, na Europa, onde há muitos entregadores, você não viu nenhuma mobilização do tipo que se viu agora com a greve dos entregadores no Brasil e eles mostram a face mais precária do que você colocou, da precariedade dos trabalhadores. Porque eles não têm direitos sociais nenhum e eles já começam sem direitos, enquanto que o caso de vários outros trabalhadores industriais ou de serviços, eles deixaram de ter direitos, têm menos direitos com a Reforma Trabalhista. Então, eu acho que a Reforma Trabalhista é um marco, assim como foi um marco a Constituição de 88, assim como foi um marco, 45, como você levantou. Então, eu acho que há uma situação de crescente precarização com essas leis e essa Reforma Trabalhista que foi anterior ao Bolsonaro, mas que se acentuou, hoje em dia, você vê o número de precários, de informais como aumentou no Brasil e eu acho que a Reforma Trabalhista realmente tornou a situação bem pior para categorias como as trabalhadoras domésticas. As trabalhadoras domésticas tiveram uma legislação que as privilegiou em 2013/2015, no esteio das regulamentações da ONU em relação às empregadas domésticas e, hoje em dia, com a

[...] eu acho que há uma situação de crescente precarização com essas leis e essa Reforma Trabalhista que foi anterior ao Bolsonaro, mas que se acentuou, hoje em dia, você vê o número de precários, de informais como aumentou no Brasil e eu acho que a Reforma Trabalhista realmente tornou a situação bem pior para categorias como as trabalhadoras domésticas.

Reforma Trabalhista elas perderam praticamente o pouco que começaram a conquistar em 2013/2015 e hoje em dia há uma explosão da informalidade que sempre caracterizou o trabalho doméstico remunerado no Brasil e acho que realmente é um escândalo que das seis milhões de trabalhadoras, mais de 70% sejam informais e não tenham direito nenhum, como grande parte de trabalhadores hoje em dia no Brasil.

Acho que você fez bem de lembrar a indústria 4.0, todas as novas tecnologias, porque de fato essas tecnologias estão trazendo de novo um grande excesso de desempregados e esse movimento ocorreu já no passado. Nos anos 60 e 70 houve todo um período em que nós estudamos as novas tecnologias e as consequências das novas tecnologias sobre o emprego dos trabalhadores. Hoje em dia, a gente está vendo o mesmo fenômeno e eu acho que a OCDE, a ONU e os organismos internacionais que estudam a questão da evolução do emprego têm mostrado como haverá uma diminuição do emprego dito não qualificado, aí, todos os mais qualificados que têm mais competência específica em certos ramos não serão prejudicados e ganharão, digamos, com esse aumento das tecnologias novas e da mudança de patamar tecnológico. Acho que é bastante preocupante, e sobretudo preocupante se pensarmos nas mulheres, porque as mulheres estão sendo e sempre foram vítimas desse tipo de situação porque estão sempre nas categorias menos qualificadas e que estão em trabalhos que são mais facilmente substituíveis por robôs, mas ao mesmo tempo você pode ver, por exemplo, no trabalho de cuidado, das cuidadoras. Embora se diga que no Japão existem robôs para substituir as cuidadoras, na realidade não é tão simples assim porque o trabalho emocional, para um robô, fazer o trabalho emocional acho que não dá para dizer que ele vá poder fazer trabalho emocional, embora ele possa fazer muita coisa, e acho que esse trabalho de cuidadoras ainda tem um limite para a robotização, que é o fato de que uma cuidadora é muito pouco paga, tem salários muito pequenos, e um robô custa muito caro. Um robô que substitui uma cuidadora é em termos de algumas centenas de milhares de dólares cada robô, então, como as cuidadoras são muito mal pagas, o salário delas é muito pequeno. Esse é realmente um limite econômico evidente a toda a tentativa de robotização, de modernização tecnológica nesse ramo, além do que, eu acho que, para as pessoas idosas, um robô não é sempre o interlocutor mais favorável porque as pessoas idosas têm toda uma série de limitações, digamos,

para acolher algo de totalmente novo, algo de totalmente mecânico etc. E então, acho que há muitos limites para a robotização nesse campo particular do cuidado.

Joannes: Em 2002 foi publicado no Brasil o seu livro *Nova divisão sexual do trabalho?* Um olhar voltado para a empresa e a sociedade, um livro muito conhecido da sua produção, entre outros trabalhos, sobretudo nos últimos tempos, com a sua análise sobre o “care”. A minha pergunta, professora, vai nesse sentido: há uma nova divisão sexual do trabalho nesse momento, nesses, digamos, nos últimos dez anos, depois que houve uma estruturação do mercado de trabalho no Brasil, então foram criados milhões de postos de trabalho, mas com grande rotatividade e muitos deles com um salário mínimo, postos de trabalho com salário mínimo, postos de trabalhos formais.

Na verdade, são duas questões em uma. Uma é: a chamada nova divisão sexual do trabalho, se você identificou isso nesse processo da criação de postos de trabalho, digamos, algo novo num processo antigo que nos leve a ver a divisão sexual do trabalho e a desigualdade de homens e mulheres associadas a outros elementos que também passaram a ser mais presentes, inclusive nos estudos do trabalho na atualidade, que é o trabalho relacionado às pessoas LGBT. Um exemplo de fenômeno que contempla essa relação é Lei n.º 13.352, de 27 de outubro de 2016 (Lei do Salão Parceiro), a partir da qual o/a trabalhador/a, tido/a como parceiro/a do/a proprietário/a do salão, é alguém que vai trabalhar necessariamente em um espaço que não lhe pertence, subordinando-se ao proprietário do negócio, o dono do salão⁴. Em tese, essa relação não é entre o/a trabalhador/a e o patrão, mas sim entre “parceiros”, sem contrato de trabalho baseado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e sem direitos trabalhistas. Com base em situações como a do “Salão Parceiro”, podemos dizer que, no cenário atual, há uma nova divisão sexual do trabalho, desde a expansão

4 Para Forte (2021), a reforma trabalhista do governo Temer começou pela flexibilização dos direitos das/os trabalhadoras/es pobres, principalmente negras/os, e pessoas LGBT, que são as manicures, as/os cabeleireiras/os, as/os esteticistas, todas/os trabalhadoras/es dos salões de beleza. Segundo Forte (2021), pode-se considerar que a Lei do Salão Parceiro foi a primeira parcela da Reforma Trabalhista de 2017, seguida pela liberalização da terceirização irrestrita (Lei n.º 13.467/2017) e pela efetivação da Reforma Trabalhista (Lei n.º 13.467/2017). FORTE, J. A economia solidária e as alternativas à coronacrise. In: SALES, T. B; SANTOS, C. A. P.; FREITAS, A. J. L (Orgs.). *Lives: mundo do trabalho na pandemia*. Sobral-CE: Sertão Cult, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361733518_A_economia_solidaria_e_as_alternativas_a_coronacrise A economia solidária e as alternativas à coronacrise (researchgate.net)

de postos de trabalho, que aconteceu nos governos do PT, com os milhões de empregos criados, até esse contexto que mostra uma precarização do trabalho que envolve, sobretudo, mulheres lésbicas, homens gays, travestis, transexuais, quando se trata da Lei do Salão Parceiro, ponto pelo qual, digamos, a Reforma Trabalhista de 2017 foi iniciada no Brasil?

Helena: Você já colocou as dimensões da precarização que mudam a divisão sexual do trabalho, as dimensões da entrada das pessoas LGBTs, das lésbicas etc., no trabalho, a criação de muitos postos de trabalho nos governos do PT, tudo isso modifica, de uma certa forma, a divisão sexual do trabalho. Então, acho que você colocou todas as características novas que você deu dos últimos dez anos, como você diz. Nos últimos dez anos houve de fato uma série de mudanças, mas eu acho que a gente pode dizer que houve uma mudança nas fronteiras da divisão sexual do trabalho, mas, a divisão sexual do trabalho, ela mesma, permanece, ela continua existindo, não dá para dizer que a divisão sexual do trabalho desapareceu porque houve toda uma série de novas características no trabalho das mulheres, no mercado de trabalho das mulheres etc.

Eu dou o exemplo da pesquisa que foi levada a cabo pela Bárbara Castro, da Unicamp, sobre as mulheres que trabalham em teletrabalho, em telemarketing⁵, que são profissionais muito qualificadas, com diploma de nível superior e que trabalham nas suas próprias casas etc. E dá impressão de que mudou o trabalho dessas mulheres porque elas já não estão mais num contexto de trabalho e de divisão do trabalho tradicional. Entretanto, tudo o que ele mostra é que, dentro da casa, as mulheres continuam fazendo o trabalho de casa, as mulheres continuam tendo uma discriminação espacial, os

Nos últimos dez anos houve de fato uma série de mudanças, mas eu acho que a gente pode dizer que houve uma mudança nas fronteiras da divisão sexual do trabalho, mas, a divisão sexual do trabalho, ela mesma, permanece, ela continua existindo, não dá para dizer que a divisão sexual do trabalho desapareceu porque houve toda uma série de novas características no trabalho das mulheres, no mercado de trabalho das mulheres etc.

5 cf. Barbara Castro, *As armadilhas da flexibilidade, trabalho e gênero no setor de tecnologia da informação*. São Paulo: AnaBlume, 2016.

maridos continuam tendo melhores condições de trabalho dentro das suas próprias casas e acho que a própria pandemia mostrou isso. Os relatos que eu ouvi sobre a pandemia no Brasil mostram que as mulheres estão em casa, os homens também, e então os homens participam mais no trabalho doméstico, mas as mulheres têm muito mais trabalho doméstico do que tinham antes, porque têm que cuidar das lições dos filhos por internet; têm de cuidar de três refeições, e que tudo isso não só diminuiu, mas aumentou a carga do trabalho doméstico sobre essas mulheres. Esse seria o exemplo, essas mulheres que a Bárbara Castro entrevistou mostram que houve uma mudança no trabalho das mulheres porque elas não tinham esse tipo de trabalho antes, mas ao mesmo tempo, a mudança não afeta a divisão do trabalho entre homens e mulheres, cuja fronteira se modifica, mas a própria divisão sexual do trabalho continua.

A mesma coisa em relação às mulheres hoje que ocupam profissões antes dedicadas apenas a homens, que é o das jornalistas, publicitárias, médicas, trabalhadoras executivas em bancos, advogadas, farmacêuticas, arquitetas, professoras universitárias, toda uma série de profissões em que hoje em dia as mulheres têm uma presença minoritária, mas significativa. Há uma mudança na divisão sexual do trabalho porque há mais mulheres do que homens que estão nesse tipo de trabalho muito qualificado, mas a maioria continua, como vocês disseram, em situação muito precarizada, a maioria continua em trabalhos ligados à saúde, ligados à educação, ligados à higiene e todas as ocupações que são normalmente executadas, realizadas dentro do lar pelas mulheres e que quando citou a professora primária cuidando de crianças ou quando você é auxiliar de enfermagem cuidando de doentes, são trabalhos que são majoritariamente muito precários, muito mal pagos e que continuam sendo exercidos pelas mulheres. Então, nisso há uma permanência.

Eu acho que importante é ver que há permanência e variabilidade na divisão sexual do trabalho e o aspecto de permanência através do tempo e através do espaço é bastante visível apesar das mudanças ocorridas, tanto na sociedade, quanto na legislação, quanto no tratamento mesmo que se dispensa aos homens, às mulheres etc. Eu acho que o fato do Joannes ter citado o caso das LGBT, por exemplo, mostra que é necessário a gente levar em conta que a divisão sexual do trabalho, o próprio conceito da divisão sexual do trabalho, se modificou, porque na origem, quando Danièle Kergoat

elaborou esse conceito de divisão sexual do trabalho, é a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, entre um homem e uma mulher, enquanto hoje a gente fala de vários sexos. Até [Anne] Fausto-Sterling fala de cinco sexos. Então, há toda uma série de mudanças na maneira de considerar essa divisão sexual, porque esse sexo pode ser um sexo masculino, um sexo feminino, pode ser um sexo trans, pode ser uma variedade muito grande. Inclusive, vários autores hoje em dia mostram que há uma necessidade de pensar uma multiplicidade de sexos ou uma possibilidade de passar de um sexo para outro, como diz a Judith Butler. A Judith Butler pensa que o sexo não é algo de determinado e de fixo, que você pode passar de um sexo para outro. Dependendo de sua identidade sexual, é móvel. A identidade sexual não é algo de fixo. E essa concepção modifica, claro, a ideia da divisão sexual do trabalho tal como a gente tinha originalmente como divisão sexual do trabalho entre um homem e uma mulher. Pode ser outra coisa se você coloca no conceito de divisão sexual do trabalho as ideias da Judith Butler, as ideias da Anne Fausto-Sterling etc. Então, acho que isso complexifica o conceito e complexifica não só a noção do conceito, mas complexifica a maneira de utilizar o conceito para estudar a realidade empírica hoje em dia, para estudar o que empiricamente nós vemos como a realidade nas sociedades contemporâneas.

Telma: É, professora, esse olhar, bem mais amplo e complexo realmente é um grande desafio para todos os pesquisadores. Então, nesse sentido, o que a senhora diria para as novas pesquisadoras, as mulheres que estão exatamente numa graduação, as jovens que estão curiosas para compreender esse mundo em mutação do ponto de vista do trabalho e principalmente num país como o nosso, que ainda mantém essa hierarquização e essa divisão tão rígida?

Helena: Eu acho que assim... as jovens pesquisadoras de um lado, eu sempre aconselharia, na boa tradição da Sociologia do Trabalho francesa, muita pesquisa empírica, porque acho que é muito importante aqui em Pa-

Dependendo de sua identidade sexual, é móvel.

A identidade sexual não é algo de fixo. E essa concepção modifica, claro, a ideia da divisão sexual do trabalho tal como a gente tinha originalmente como divisão sexual do trabalho entre um homem e uma mulher.

ris e na França, nas universidades, o trabalho empírico. Isto é, a pesquisa empírica, a pesquisa de campo, sobre qualquer que seja o assunto. Eu lembro, por exemplo, de uma doutoranda em cuja banca eu estive em Minas Gerais, que trabalhava sobre “a mulher na mineração”⁶. O fato da mulher estar a trabalhar na mineração com transporte de minério já é algo que você, fazendo uma pesquisa empírica, você conhece uma realidade que você não conhecia antes e, fazer pesquisa é trazer novos conhecimentos. Então, acho que o conhecimento que você pode ter, fazendo uma pesquisa empírica, qualquer que seja o campo, é muito importante. E a segunda questão que é relacionada à primeira é que realmente é muito importante você conseguir ter um domínio dos conceitos, isto é, de ter um conhecimento teórico como vocês devem provavelmente ensinar aos seus alunos. Com o cabedal de conhecimentos teóricos que vocês têm, é uma maneira de as pessoas saberem o que, como pesquisar; porquê pesquisar; e porquê pesquisar esse campo e não outro; essas pessoas e não outras; e o interesse, acho que sempre vem de alguma maneira do gancho que um conhecimento teórico pode proporcionar, em termos de interesse, por uma dada realidade.

E aí, acho que, concluindo em relação a esses dois pontos, o teórico e o empírico, acho que a nossa realidade, a nossa realidade individual, pessoal, sempre contribui para a escolha da pesquisa, para a escolha do caminho. Eu, por exemplo, certamente comecei a me interessar por cuidados porque eu comecei a ficar velhinha e comecei a ver que a minha mãe estava velhinha. Ela estava precisando de cuidados, então, é um traço biográfico, mas eu acho que é um traço biográfico que me leva a ter interesse por coisas que eu não me interessei quando eu tinha trinta anos ou quando eu tinha quarenta anos, quando a minha mãe era muito jovem e eu também. Então, eu acho que também o fato de que o interesse, por exemplo, pela política, ou pela relação entre militância e conhecimento, militância e teoria, são coisas que você pode ter ou não ter dependendo da sua experiência individual, da sua experiência de vida. Aí, eu acho que tudo isso entra de uma maneira ou de outra nas suas escolhas. Certamente se eu pudesse entrevistar vocês agora, diriam sobre as suas orientações e as escolhas, porque é que vocês foram por esse caminho e porque é que vocês escolheram esses temas de

6 cf. Raquel Quirínio, *Mineração, é lugar de mulher! Desvendando a (nova?!) face da divisão sexual do trabalho na mineração de ferro*, BH, UFMG, 2011.

pesquisa, esses temas de mestrado e doutorado; donde vem o interesse, tanto teórico quanto empírico; donde vem a participação, digamos, da subjetividade nisso tudo e porque vocês não escolheram uma outra profissão e escolheram ser universitárias e professoras e pesquisadoras? Mas eu não acho que posso fazer as perguntas para vocês. Não é o acordo. Nós não estamos nessa reciprocidade, infelizmente.

Joannes: Os franceses têm perdido o que conquistaram em termos de bem-estar social e nós, no Brasil, quando começamos a dar o primeiro passo para isso, logo começamos a perder, o que se fala em relação ao golpe de 2016 e toda a política ultra neoliberal que está em curso e, agora, com o governo com fortes traços fascistas, tudo piora. Então, o cenário do trabalho no Brasil está em processo de precarização, como o da educação, o da saúde, o da moradia, o do saneamento básico. Se antes houve um processo de melhoria, chegando a alcançar algo previsto na Constituição de 1988, como estado social, que é um avanço, o que é muito importante, agora nós passamos a um processo de precarização novamente, ou seja, de piora da vida das pessoas, de exclusão dos direitos, de uma precarização da vida.

Então, atualmente, como você vê, digamos, a precarização do trabalho em relação a esses países? Você colocou um pouco essa questão agora. O Brasil acaba perdendo mais do que a França nesse contexto. Mas a França também tem tido muitas perdas do estado de bem-estar social que foi conquistado pelas lutas sociais que aconteceram na França. Nesse sentido, a reforma trabalhista, a reforma previdenciária são reformas que estão acontecendo no mundo, em vários países. Como você tem visto as consequências dessas ações neoliberais, não só no Brasil, mas na França? E nesse contexto, como você observa esse movimento que envolve especificamente países da América Latina, como o Brasil, e um país com um estado de bem-estar social que foi bem estruturado, como é o caso da França, em tempos de neoliberalismo, de política neoliberal global?

Helena: Eu acho que de fato existe uma política neoliberal global que faz com que justamente na França se observe uma reforma trabalhista que tem muita proximidade com a reforma trabalhista que foi implementada no Brasil. A única coisa é que essas reformas não agem sobre um cabedal de instituições, de leis iguais. Não é, porque aqui há instituições

sindicais, há estruturas sindicais muito poderosas e que de certa forma fazem não recuar, mas elas impedem a aplicação como seria desejável para os reformistas de conseguir que essas reformas sejam implementadas. Eu acho que aqui há mais dificuldades para implementar essas reformas trabalhistas, embora, se a gente for ler as reformas trabalhistas francesas e latino-americanas (brasileiras, argentinas etc.), a gente vê que os pontos são comuns e a política neoliberal é a mesma tanto num país quanto no outro. Provavelmente a Márcia Leite deve ter falado para você sobre isso porque ela fez uma pesquisa ou está fazendo uma pesquisa sobre a reforma trabalhista do Brasil comparando com a França e ela estudou, portanto, os diferentes mecanismos de reformas implantadas aqui na França. A questão é que houve um aprofundamento dessa reforma em relação à universidade, como uma lei que agora está sendo de novo, se aventa votar, mas com a pandemia, com o coronavírus, tudo isso ficou meio paralisado, acabou-se colocando “entre parênteses” e agora é que vai se voltar de novo a pensar em texto de lei, como vai a reforma da aposentadoria, por exemplo, que era uma reforma bastante contestada pelos sindicatos porque não se pensava mais em termos de antiguidade, de tempo de serviço, mais em termos de pontos em toda a carreira que você tem na sua vida. Toda uma série de características da reforma que eram bastante negativas para os trabalhadores e havia realmente uma contestação bastante unânime da parte do sindicato, da parte dos coletivos dos trabalhadores, e essa reforma também foi suspensa por causa da pandemia e agora vai ser retomada, mas nem se sabe se vai ser retomada imediatamente porque existem divergências no seio do governo. O primeiro-ministro, porque há um novo primeiro-ministro, do presidente etc.

Acho que você tem razão de apontar que há algo de global nesse sistema de reformas e que ela vai atingir certamente os mais fracos dos dois países, os mais precários, no caso da França, e entre os mais precários, as mulheres porque existe em torno uma série de legislações no interior da reforma trabalhista que acabam atacando diretamente o direito das mulheres em relação, por exemplo, à gravidez, durante o período da gravidez, toda uma série de questões que são relacionadas aos direitos das mulheres e que foram postas em cheque com a reforma trabalhista na França. Eu acho que o importante é ver como cada um dos países pode enfrentar essas

reformas no contexto atual, que é um contexto que ainda exacerba as dificuldades criadas pela reforma para os trabalhadores.

Telma: Nós estamos vendo muitas ações de solidariedade, de partilha, da necessidade da gente encontrar e buscar saídas coletivamente, nesse momento de pandemia. Mas, por outro lado, nós também vemos o agravamento dessa distância entre esses mais empobrecidos e os que detêm maiores condições de vida e de trabalho. O que nós estamos percebendo, parece que é uma lavagem cerebral, aqui no Brasil, de muitos trabalhadores defenderem ainda esse sistema de exclusão. Então, na sua visão, vendo desde os anos 60 a luta desses trabalhadores para garantir minimamente melhores condições de vida e trabalho, como é que nós podemos reconquistar, ocupar mais espaços diante dessa ofensiva global, desse obscurantismo, dessas posturas neofascistas que vêm tomando força aqui no Brasil desde 2013 e muito fortemente após 2016 com o impeachment da Presidenta Dilma?

Helena: Eu acho que o importante seria haver uma resposta da sociedade civil organizada porque, na realidade, os movimentos sociais de base da sociedade civil ainda estão pouco presentes e aí acho que é a maior esperança nossa, porque os sindicatos, por exemplo, têm tido muito pouca presença por uma série de razões e eu acho que os partidos políticos, também. Não há uma frente, uma união dos partidos de esquerda como seria de se desejar, então a gente só pode confiar mais que haja um movimento de união da sociedade civil, das pessoas, de coletivos de base, e, por exemplo, eu vi que em algumas favelas grandes houve solidariedade e organização de coletivos de base para ajudar e fazer com que toda uma série de ações necessárias, que não vinham de cima, do governo, pudessem ser organizadas pelos próprios moradores. Não sei se existem outros exemplos, mas certamente não estamos mais na situação nem dos anos 60, nem nos anos 70. O momento em que houve realmente uma esperança em torno do Partido dos Trabalhadores. O momento em que houve uma força sindical importante dos trabalhadores do ABC etc. Tudo isso pertence ao passado e acho que não dá para dizer que são coisas que têm uma existência, uma atuação, hoje, importante, inclusive, porque eu acho que a sociedade e a indústria no Brasil mudaram. Acho que houve uma desindustrialização realmente bastante grande com consequências importantes em

termos de mão de obra industrial, de força de trabalho que não tem mais possibilidade de se sindicalizar.

Os informais não se sindicalizam, é muito difícil você ter uma organização pela base de trabalhadores que possam enfrentar uma situação tão difícil como aqui nós vemos hoje em dia e a impressão que a gente tem, é possível que depois da pandemia a situação volte a ser como antes, isto é, de grande desigualdade social e, como você diz, é uma situação em que as pessoas que estão em situação muito precária estejam em situação ainda mais precária e, com essa desigualdade igual a antes, e acho que é uma questão que é importante salientar nos estudos sobre cuidado, a gente sempre tinha a discussão sobre o cuidado e a vulnerabilidade. Então, se perguntar: “será que as pessoas são vulneráveis ou autônomas?” E as teóricas do cuidado achavam que a vulnerabilidade era de todos nós, que todos nós somos vulneráveis em algum momento das nossas vidas e todos temos que ter uma ética do cuidado, temos todos que lutar para que todos sejamos iguais em relação a vulnerabilidades, que ajudemos mutuamente uns aos outros e que não sejam só mulheres, não sejam só as pobres, não sejam só as negras que façam um trabalho de cuidado. E essa questão da vulnerabilidade mudou com a pandemia porque os homens que justamente achavam que eles eram autônomos, não vulneráveis, os homens ricos, os brancos de classe média começaram a dizer “nós esquecemos que somos vulneráveis”. Por que? Face à pandemia, face ao vírus, todos começaram a se considerar vulneráveis, tanto assim, necessitando de cuidados quanto necessitando de terapêutica mesmo, de saúde, de profissionais de saúde para começar pelo Presidente Macron, que disse: “somos todos vulneráveis e acho que esquecemos que éramos vulneráveis”, e todos agora dizem “cuidem-se, tomem cuidado”.

[...] certamente não estamos mais na situação nem dos anos 60, nem nos anos 70. O momento em que houve realmente uma esperança em torno do Partido dos Trabalhadores. O momento em que houve uma força sindical importante dos trabalhadores do ABC etc. Tudo isso pertence ao passado e acho que não dá para dizer que são coisas que têm uma existência, uma atuação, hoje, importante, inclusive, porque eu acho que a sociedade e a indústria no Brasil mudaram.

E a questão do cuidado se tornou alguma coisa de bastante central nos dias de hoje, mas isso vai mudar a sociedade? Provavelmente não. Porque o que a gente está vendo agora no desconfinamento, as enfermeiras, as ajudantes de enfermagem pediram aumento salarial pelo trabalho que executaram e pelo trabalho que elas executam que isso seja reconhecido, e elas pediram 300 euros a mais no salário delas porque não gostaram da história de receber um prêmio que era mais importante em termos financeiros, mas que era uma vez só e acabou, enquanto que o salário é mensal. Aí, elas não receberam esses 300 euros que elas pediram por pessoa, mas 185 euros divididos em duas etapas. Uma etapa no fim desse ano e uma etapa no ano que vem, e nada em relação ao hospital, porque elas pediram que o hospital tivesse mais leitos, que contratasse mais gente porque eles não eram em número suficiente. Tudo isso está sendo implementado. Então, a gente fica se perguntando quais vão ser as lições do que está acontecendo hoje para os homens públicos, para os governos, para as pessoas? E, eu acho, por exemplo, que a questão da renda mínima se coloca de maneira bastante evidente. Nós estamos perdendo um programa online com a Lena Lavinas, no “Instituto dos Estudos Avançados” da Federal Rural do Rio de Janeiro e a discussão que ela ia propor era sobre a necessidade de uma renda mínima, e isso está se colocando também aqui, e até se colocou porque foi dado, no Brasil, uma renda mínima, mas que depois, acho que foi muito difícil porque não tinham um cadastro geral, um cadastro eficiente. Depois não tinha dinheiro e o número suficiente de meses, mas é certo que uma maneira de diminuir a desigualdade social hoje vigente no Brasil seria alguma coisa desse tipo. É verdade que desde 91 reivindicamos a renda mínima com Suplicy, mas isso não acabou por ser efetivado de maneira regular até hoje e provavelmente seria uma das formas porque a desigualdade social é tão grande no Brasil que a gente não sabe de onde começar, por onde se pode resolver esse problema e certamente alguma coisa de política geral seria necessária. E agora, por que é que isso não foi feito nos governos do PT? É uma pergunta. Porque o PT ficou no governo bastante tempo e daria para fazer alguma coisa desse tipo.

Joannes: Como você, Helena Hirata, uma mulher, que se envolveu com os estudos, inclusive sobre trabalho de migrantes, saiu do Brasil, foi para a França pesquisar e está com “tudo” o que foi dito na entrevista, do elemento autobiográfico... como você percebe essa produção teórica, meto-

dológica, analítica, feita na Sociologia, nas Ciências Humanas de um modo geral, sobre o trabalho?

Helena: Enquanto grupo social, as mulheres trouxeram a marca da sua personalidade de mulheres pesquisadoras e acho que em condições bastante difíceis, que perduram até hoje. Por causa do aniversário do Florestan Fernandes foi feita uma entrevista pelo jornal da USP ao Fernando Henrique Cardoso, que eu pude assistir, e foram três pesquisadores homens, três jornalistas homens que o entrevistaram, quando há muitas mulheres jornalistas no jornal da USP e há muitas mulheres que eles poderiam ter convidado para fazer essa entrevista. Acabou sendo os maiores jornalistas do jornal da USP que tiveram acesso a fazer essa entrevista em homenagem ao centenário do Florestan Fernandes. Então, e a gente sabe todos os problemas que teve a Heleieth [Saffioti], todos os problemas que teve a Elisabeth Souza-Lobo até conseguir ter um posto de trabalho na Universidade. Então, acho que de fato, é muito difícil para as mulheres conseguirem no mundo em que estão em concorrência direta com os homens, ter um lugar ao nível da produção, de igualdade com os homens. Acho que é importante lembrar uma frase da Virginia Woolf em que ela diz que para produzir, para criar, é necessário ter um espaço para si mesmo, um quarto para si⁷, que você tenha sempre um espaço para si e, sem dinheiro, você não consegue criar, escrever. Eu acho que, é uma verdade que as mulheres em geral têm menos espaço ao nível das suas casas. Eu me lembro, por exemplo, que a Beth Lobo tinha uma mesa no quarto dela e o Marco Aurélio [Garcia], marido dela, tinha um escritório com livros dele. Então, a gente tem menos espaço, inclusive mesmo num casal progressista. E acho que é um problema que as mulheres são consideradas, que devem ser altruístas, e não egoístas. Então, ser altruísta é cuidar do outro, é pensar no outro e não pensar em si mesma, e o altruísmo é realmente uma negação da criação. Enquanto você está se preocupando com o outro você não vai nem criar, nem escrever, nem fazer os seus artigos, nem ter um lugar na Sociologia

E acho que é um problema que as mulheres são consideradas, que devem ser altruístas, e não egoístas. Então, ser altruísta é cuidar do outro, é pensar no outro e não pensar em si mesma, e o altruísmo é realmente uma negação da criação.

7 cf. Virginia Woolf, A room of one's own, London, The Hogarth Press, 1929.

do Trabalho, enquanto se você tem que ser egoísta porque é um defeito, considerado um defeito gravíssimo nas mulheres, você tem de ser egoísta para poder fechar a porta, deixar as crianças fora, deixar o marido cozinhar a sua própria comida e se dedicar a escrever. Então, acho que é um problema que é societal, é da sociedade mesmo e que é muito difícil resolver porque aí entra a questão da subjetividade, da intimidade, da relação amorosa, que até hoje é considerada como sendo uma desculpa para perdurar essa situação, esse tipo de situação das mulheres e dos homens.

Então, acho que para o punhado de mulheres que têm um nome na Sociologia do Trabalho que você citou, você imagine as milhares de mulheres que acabaram não podendo seguir uma via de universitárias, de pesquisadoras, de professoras e acabaram criando os filhos porque era importante e porque não era o marido que ia criar os filhos e iam ser elas e que acabaram, embora tenham feito o seu Doutorado, tenham a sua tese, tenham o seu diploma, acabaram não podendo fazer uma carreira universitária, uma carreira de pesquisadora, embora tivessem vocação, competência, estudo, cabedal teórico, etc. Eu mesma conheço várias jovens pesquisadoras nesse caso, que entre a família, as crianças pequenas, o marido e a dificuldade em conseguir um emprego acabam sendo mães, principalmente, e deixando o trabalho, acadêmico ou não, ao seu marido.

Telma: Sem falar no dilema da consciência em que se está a fazer uma tese, estudando, estar deixando filho, ou o contrário, estar com o filho e deixar a tese. Várias pesquisadoras realmente reconhecem essa dificuldade, essa luta histórica que nós temos.

Então, professora, não sei como agradecer as suas palavras sábias, a sua valorosíssima contribuição para o nosso trabalho, enfim, que nós vamos continuar fazendo essa discussão e trazendo à pauta do trabalho e das mulheres na nossa sala de aula e na nossa prática e na nossa postura para a gente realmente tentar construir novas relações.

Helena: Obrigada!

Joannes: Professora, para nós foi muito importante contar com a sua contribuição. Muito obrigado!

Helena: Obrigada a vocês! Os dois! E obrigada por todo o trabalho!

Doi: 10.35260/54211314-2024.p70-94



Luiz Henrique dos Santos Blume é graduado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1994), com mestrado (1998) e doutorado (2011) em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professor adjunto da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA, onde leciona desde 2004. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: memória, história oral, modernização, marisqueiras, história do Brasil, Jacobina e Ilhéus. Atualmente pesquisa sobre as memórias sobre a ditadura de 1964-1985 em Ilhéus.

“As marisqueiras estavam lá, elas por elas mesmas”: entrevista com Luiz Henrique dos Santos Blume¹

Luiz Henrique dos Santos Blume

Cosma Silva de Araújo

Fannuel Santos Mesquita

Telma Bessa (UVA): Boa tarde! hoje é dia 18 de maio de 2020. Nós estamos desde o dia 16 de março em quarentena, em isolamento social devido a uma pandemia. Essa é a conjuntura mundial que nos exige muita resiliência, em que nós possamos construir um bem-estar e fortalecer os nossos diálogos. Então, dentro desse desafio, nós, junto com a Editora SertãoCult, estamos com esse projeto que se chama “Território Científico”, que é exatamente dialogarmos com os estudiosos, com os pesquisadores sobre diversos temas. Hoje conversaremos com o professor Luiz Blume, da Universidade Estadual de Santa Cruz, no Sul da Bahia (Ilhéus). Aquele Paraíso! Nós já realizamos vários eventos lá. Então o Professor Luiz vai se apresentar um pouco para a gente. Tudo bem?

Luiz Blume (UESC): Boa tarde! Obrigado pelo convite. Meu nome é Luiz Henrique dos Santos Blume. Eu sou professor da UESC, Universidade Es-



¹ Entrevista realizada via *Google Meet* em 18 de maio de 2020
Confira a entrevista utilizando ou clicando no QR Code ao lado.

tadual de Santa Cruz, que fica em Ilhéus, no eixo Ilhéus/Itabuna. Eu fiz minha graduação na Faculdade de Ciências e Letras, na UNESP, campus de Assis. Depois eu fiz o mestrado e o doutorado na Pontifícia Universidade São Paulo, na PUC. O mestrado foi sobre reforma urbana e cortiços no final do século XIX. Tive como orientadora a Professora Yara Khoury. E o doutorado sobre histórias de vida de marisqueiras, em Ilhéus, que ficou um título longo: “*Viver de tudo que tem na maré: tradições, memórias de trabalho e vivências de marisqueiras em Ilhéus, BA, 1960-2008*”. Esse trabalho foi minha tese, orientada pela Maria do Rosário Peixoto. Eu defendi a tese em julho de 2011 e retornei às minhas atividades. A gente sabe que depois que volta do doutorado, quatro anos sem dar aula, só pesquisando, a gente volta com uma carga enorme. Então, nesse meio tempo, eu fui publicando algumas coisas, alguns artigos sobre a tese. Agora a gente está na fase de finalização de publicação da tese toda. Espero que depois dessa pandemia ela possa acontecer, ela possa sair! Foi um edital da Fundação Cultural do Estado da Bahia que nós concorremos, eu e mais três autores. A professora Gal Meirelles é que organizou. Ela que é a responsável por isso. Espero que seja legal! E os quatro livros são sobre a temática dos pescadores ou comunidades ribeirinhas, comunidades litorâneas daqui da Bahia.

Também tenho uma inserção social bastante ativa na Universidade; faço parte atualmente da Diretoria do ANDES, Sindicato Nacional de Professores Universitários. Tenho atuado um pouco com os movimentos sociais, sempre na perspectiva do diálogo. O que não é sempre muito fácil, porque nossas atividades são muitas. A gente dá aula e faz mais um monte de coisas. Então, gosto muito desse diálogo com colegas, com pesquisadores, com gente de várias áreas porque acho isso importantíssimo. Já fiz parte da direção da ANPUH/Bahia. Fui presidente da ANPUH em 2005. Sempre tenho participado dos encontros da ANPUH. E na nossa ANPUH/Bahia, sempre faço questão de participar tanto do simpósio de ensino, como do Simpósio Estadual de História da ANPUH/Bahia. Faço parte, junto com Wellington Castellucci, de um grupo de pesquisa que é *História Regional*, que tem duas linhas de pesquisa, e uma das linhas diretamente envolvida com trabalhadores, movimentos sociais e populações litorâneas.

A gente está vinculado à UNEB, por que o professor Wellington é professor do Programa de Pós-Graduação da UNEB. O Grupo de pesquisa está vinculado lá, mas estou procurando ainda encontrar pessoas parceiras que

a gente possa falar mais sobre essas relações entre história, ética, política, movimentos sociais, trabalhadores, mundos do trabalho, porque acho que isso é importantíssimo. Então, quando a Telma combinou, fiquei meio assim: “Será que eu estou à altura para fazer parte do grupo?” Então, vamos lá, vamos tentar colaborar!

Telma: Realmente está sendo comum os nossos interlocutores, além de terem esse olhar acadêmico, teórico, sobre *os mundos do trabalho*, também terem uma preocupação com as questões sociais e com envolvimento social. Então esse diálogo entre teoria e prática também está muito presente. É uma das primeiras questões, professor Luiz: qual a motivação que o senhor teve para se envolver com essa temática dos *Mundos do Trabalho*?

Luiz: Eu era professor de uma outra universidade estadual, aqui no interior também, na UNEB, e pedi uma transferência aqui pra Ilhéus por questões pessoais. E tinha o interesse sempre de estudar pescadores artesanais. A família de minha mãe é uma família de pescadores. São caixaras, no litoral norte de São Paulo, no bairro da Caçandoca, em Ubatuba. E quando eu vim para Ilhéus eu pensei: “Eu quero estudar esses pescadores aí, porque eu sei que tem uma presença ainda importante. A gente vê pescadores na cidade”. Então começou com esse interesse mesmo, pessoal, meio que familiar também, buscando essas experiências. Eu cheguei em 2004 e comecei a buscar isso. Queria estudar os pescadores. Inicialmente vinha com uma perspectiva de estudar as colônias, os sindicatos, porque eles trabalham, organizam os pescadores e aos poucos a gente foi percebendo uma história social, a presença de mulheres, de marisqueiras e que elas estavam muito mais presentes. E que embora, não estivessem nas colônias, não aparecessem, elas estavam presentes na cidade, seja vendendo mariscos, seja pescando, mariscando, seja catando filé, extraindo filé do marisco. E aí, a gente começou a buscar isso, a procurar esses pescadores, essas pescadoras, e fomos meio que adentrando.

Inicialmente eu pegava o ônibus quando saía de casa para ir pra UESC, morava em um lugar que se a Telma visse ia dizer: “Oh! que lugar bonito mesmo!” Ele era bonito. Era o encontro de três rios e o mar. Era Baía do Pontal, bairro da Sapetinga. Era um mangue, na verdade. E a gente sempre via os pescadores ali, quando a maré estava baixa, né?! Quando a coroa aparecia, as pessoas pescando. Isso era uma coisa que a gente via, quan-

do era criança em São Vicente, nos fundos das cidades, nos mangues tinha muitos pescadores. Um tio que levava a gente para ir pescar, passar rede... Com o processo de urbanização, isso nunca mais vi. Comecei a ver que isso era muito presente na cidade! A gente saindo de casa, lá na Baía do Pontal, passando pela praia, a gente via os pescadores. Indo para a UESC, a gente passava pela ponte, no rio Cachoeira, que também tinha muitos pescadores que mariscavam debaixo da ponte. Então, a presença de pescadores é uma presença visível na cidade. Diferentemente daquela região que os pescadores vão ao mar, que tem muitos também, mas a presença desses pescadores que pegam jereré, que catam marisco com a mão, era muito visível. Então, isso me chamou bastante atenção. Aí, eu comecei a estudar um pouco, a buscar a história desses pescadores aqui de Ilhéus. Não foi tanto uma incursão teórica: “Agora vou discutir a história social do trabalho, com Hobsbawm, Thompson...”. Fui buscar essa história de pescadores, vendo-os na cidade, vendo que eles tinham uma presença muito forte, marcante. Era visível esses pescadores na cidade. Então, foi por aí que eu fui entrando nesse mangue.

Fannuel Santos (UVA): Vi que antes de entrar nessa *história social do trabalho*, com as marisqueiras e marisqueiros, teve a sua pesquisa de mestrado, que foi sobre a reforma urbana em Santos, e aí eu me perguntei o que lhe levou a pesquisar essa reforma urbana em Santos, no final do século XIX, antes de entrar na história social?

Luiz: A gente costuma dizer que é a pesquisa que escolhe a gente, não é a gente que escolhe a pesquisa. Então, tem uma questão importante de novo. As nossas experiências são muito presentes naquilo que a gente faz, naquilo que a gente, por vários motivos, acaba embarcando. Sou da Ilha de São Vicente. São Vicente e Santos são cidades vizinhas. Santos tem o maior porto da América Latina. E me lembro, nessas lembranças de infância, algumas vezes que a gente ia passear, havia o porto. E o porto de Santos realmente é uma coisa incrível. Ele é uma cidade. O maior porto da América Latina. Mas para além disso, tem uma outra cidade, uma cidade que está sempre em movimento. Uma cidade que, para a gente, quando é criança... você tem trem, você tem navio, você tem gente andando, você tem caminhão, você tem muitas pessoas entrando e saindo, vivendo aquilo ali. Alguns passeios que a gente fazia com o pai, quando a gente era criança, isso fica na sua memória e, quando chega o final da graduação,

you think: "What am I going to study?" Here, I read a text by Michelle Perrot, in that "Excluded from history"², where she talks about the workers and the housing, in the 19th Century. Then I was fascinated, I fit completely into that text, into that article of hers. She said: "Damn! I lived this! This thing about the workers' housing, in the workers' houses. My house was a workshop, then, the people always lived this relationship between home and work. Then, I think these issues ended up leading me to look for this period, in the final of the 19th Century, the Porto de Santos. The urban reforms happen in this period in Brazil, in the final of the 19th Century, both the construction of the Porto as well as the proper sanitary reform, organized in Santos by Saturnino de Brito, who was a great sanitary engineer who had a great reference for all of Brazil. His son came to do a project of sanitation here for Itabuna, in the decade of 1920. Incredible this!

And why the tenements? Why the housing of the poor population? Why did I understand that it was important to talk about the Porto? Why all those readings that the people had in the final of the Century... O Chalhoub³, the proper Michelle Perrot, who makes a lot of this relationship between Porto and city. I lived in a city that had passed through the urban reform and had the biggest port of Latin America, then there were objective conditions to do a research. Here, it was that I did the work in the master's degree. It's a social history. It doesn't seem to be a social history. Remember that what Bloch says, "The historian is equal to the ogre of the legend: fareja carne humana"⁴. Then, the people are talking about people. Always we are talking about people. It doesn't matter if the people want to do a history that doesn't talk about people, about subjects, that was a concrete historical experience, of people who existed. Then, I was very impressed because in my city, in Santos, the people had little of a regional history. Like I did history in Assis, far from

2 PERROT, Michelle *Os excluídos da história: Operários, mulheres, prisioneiros* - São Paulo, Paz e Terra, 1988. Coletânea de artigos organizados por M. Stella Bresciani.

3 CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

4 "[...] o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou máquinas], por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. **Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça**" (BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001).

Sempre estamos falando de pessoas. Não adianta a gente querer fazer uma história que não fale de pessoas, de sujeitos, que era uma experiência histórica concreta, de pessoas que existiram.

minha cidade, quando eu retornei, eu fui buscar essas referências e percebi que tinha poucas referências que falavam da história de Santos, sem uma perspectiva que fosse endeusar o saneamento, o urbanismo, tudo o que foi feito. É claro que foi diferentemente do que foi o Rio de Janeiro, com o Pereira Passos, mas teve um processo muito

grande. Um processo social, um projeto de mudança radical da cidade.

Entre outras coisas, uma coisa que ficou assim, para alguém estudar, é “*onde foram parar os trabalhadores negros da cidade?*” Santos tinha um terço da cidade de ex-escravos. Em 1886 a cidade aboliu a escravidão e era a rota de fuga dos quilombos que vinham de São Paulo. E esses ex-escravos foram parar no Jabaquara, que é onde hoje está o estádio do Santos. Tinha uma pedreira lá, que fornecia o material para a construção do porto. Teve um vereador eleito, Quintino de Lacerda, um vereador negro, ex-escravo eleito para a Câmara de Santos, mas que de repente, nesse processo de urbanização, isso desaparece. Essa história desses trabalhadores desaparece! Eu fiquei com um período anterior, de 1880 a 1910, que foi o processo mesmo, dessa grande revolução da cidade, em que a cidade aumentou duas vezes de tamanho, diminuiu com a presença de imigrantes, de trabalhadores nacionais. Então, foi um período que você tinha um padrão de moradia muito irregular e que, diferentemente do que a gente pensa, o Banco de Santos era proprietário da maior parte dos cortiços. Um banco! A gente vai vendo essa história, um pouco como o Chaloub, na *Cidade Febril*, a gente vai vendo como as coisas vão se encaixando. E para mim, foi muito importante, porque a gente tinha um grupo de colegas que encarou essa nova perspectiva de História. A gente tinha um grupo de estudos no núcleo da UNESP, em São Vicente, o CEPEL,⁵ e que a gente foi buscando isso daí. Eu estudei cortiços e reforma urbana. Valmir Carlos Bispo dos

5 CEPEL – Centro de Ensino e Pesquisa do Litoral Paulista, vinculado à UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. No CEPEL, a equipe de pesquisadores atuava com formação permanente de professores e diversas outras modalidades de extensão. Posteriormente, a Unesp criou o campus do Litoral Paulista, e a experiência do CEPEL deu lugar aos cursos de graduação. Em 2001 foi aprovada pelo Conselho Universitário da UNESP a implantação do Curso de Ciências Biológicas – Bacharelado com Habilitações em Biologia Marinha e Gerenciamento Costeiro - no Câmpus do Litoral Paulista (CLP/SV).

Santos, estudou as irmandades negras. José Dionísio de Almeida, estudou os loucos. Dulcineia de Oliveira Gomes estudou, posteriormente, o trabalho da educação profissionalizante como uma tentativa de organizar essa classe trabalhadora. Foi bom porque a gente fez uma esfera, um pouco que um grupo, cada um fazendo algumas questões e todo mundo fez lá na PUC, em São Paulo, no período de 1996-1998, foi um período importante para mim. Acho que foi uma formação social. Foi lá que conheci Telma Bessa Sales também, naquela época. O que a gente tinha era muito bom. A gente trocava, parecia que era realmente um troca. A gente conhecia a pesquisa de todo mundo, se intrometia, dava palpite, conversava, ajudava. Então, nesse momento de convívio de pesquisador, eu aprendi muito. Foi isso, né?! Todo mundo acabou se ajudando, todo mundo aprendeu bastante naquele período.

Cosma Araújo (SME - Sobral): Boa tarde! No mestrado, você falou de Santos do Século XIX, e na sua pesquisa no doutorado você falou das marisqueiras da década de 1970 até 2008. Eu queria saber como é que foi esse redirecionamento teórico-metodológico, porque são recortes muito diferentes e que, portanto, exigem tipos de fontes diferentes. Então, eu gostaria que você falasse sobre isso, sobre o redirecionamento, sobre o encontro com as marisqueiras. Como que se deu a escolha dos entrevistados?

Luiz: Foi uma virada não só de século, mas totalmente de postura. Eu comecei com uma pesquisa e terminei com outra. Eu comecei com algumas premissas e abandonei no meio do caminho, com muita insistência, depois de errar muito e insistir muito no erro. Porque diferentemente de quando a gente trabalha o século XIX, que as fontes são mudas, elas só respondem aquilo que nós perguntamos, só respondem as perguntas que nós fazemos, com a História Oral, as pessoas respondem mesmo. [*Risos*]. Elas falam mesmo! Elas têm voz, como diz o Portelli. E, assim, a perspectiva da História Oral é primeiro que a gente tem que ter a postura do diálogo. Nós temos que pensar nessa tradição oral como aquele que escuta. Então, nós temos duas orelhas e uma boca, isso significa que a gente tem que escutar mais e falar menos. Esse é um aprendizado que a gente acaba tendo, mas é muito penoso, porque a gente, que é das Ciências Sociais, das Ciências Humanas, nós que somos formados com uma instrução teórico-metodológica, a gente é muito cheio de certezas. Então, a gente acaba

desconstruindo essas certezas no meio do caminho. O que acho que é muito bom!

Então, como eu falei, eu vim para Ilhéus, eu queria estudar pescadores. Era a minha ideia já, desde sempre. No mestrado eu tinha perspectiva de estudar a história da cidade, a história de Santos, mas o que eu queria estudar era a história dos pescadores até um pouco para, não me reencontrar, mas dialogar com a história da minha família, a família da minha mãe. Família de caiçaras, de pescadores e agricultores lá de Ubatuba, Litoral Norte de São Paulo. Então, eu queria estudar pescadores. E aí, como a gente faz? Bom, como a gente começa com a História Oral? Às vezes assim, você tem um pouco da fortuna também, sorte também, sempre tem. Aí quando eu estava vindo para cá, para Ilhéus, na semana que eu estava vindo pra cá, meu pai me disse que encontrou uma pessoa que serviu no quartel dele, serviu o exército com ele em 1945 e que o filho dessa pessoa estava gerente numa Colônia de pescadores em Ilhéus. Pensei: “tem algumas coisas aí para a gente começar”. Porque eu sou muito tímido, eu não sei chegar nas pessoas e dizer: “Dá pra você dar uma entrevista aí pra mim?” Ou então, chegar numa entidade e nunca deu certo. Vou lá no local X, no horário X, vou perguntar com o doutor fulano, com alguma pessoa, alguma autoridade, alguém da direção da entidade... Nunca dá certo. Parece que tem alguma coisa. A pessoa não atende direito ou não quer. As entrevistas que deram certo foram aquelas que a gente foi organizando através de contatos pessoais. Então, meu pai encontrou essa pessoa que disse que o filho dele estava gerenciando a colônia de pescadores. Perguntei o nome. Era Márcio. Então, vamos lá bater na colônia e me apresentar: “Eu sou o filho do seu Henrique, que serviu no quartel com seu pai, o seu Vargas, lá em 1945, e quero conhecer seus pescadores”.

E a entrada foi forte. Porque a gente da universidade, mesmo com as boas intenções que a gente tenha, a gente tem um pouco de resistência da sociedade. Certa parte tem razão, outra parte não, mas o fato é que a gente carrega com a gente essa figura do Estado. Embora a gente não tenha nem poder na universidade. Era um simples professor, tinha acabado de chegar! Então, o fato de conhecer, de ter essa interligação me ajudou a entrar na colônia. Eu poderia ter entrado lá, buscado o endereço... Aí, o Márcio, com essa referência, abriu um pouco as portas para mim, indicou algumas pessoas para a gente conversar, para fazer a entrevista. Aí, anotei.

Fiz uma pré-entrevista com ele, como a gente sempre faz. Bom, eu quero começar a estudar um tema, mas não sei se esse tema tem viabilidade. Então, o que a gente faz? A gente faz uma primeira entrevista que é exploratória. É uma entrevista pra ver se aquilo que a gente acha, se tem razão, algum espaço para seguir. Fiz essa entrevista exploratória com Márcio Vargas, que era o gerente da Z-34⁶, perguntando algumas coisas que vinham a partir da leitura. Aí, o principal era o Antônio Carlos Diegues, que é o estudioso da socioantropologia marítima, um cara que estuda pescadores no Brasil. Eu li, tinha essas leituras do Diegues, que sempre se pautava na relação entre a pesca artesanal e a pesca industrial. A pesca artesanal como um trabalho rural, trabalho agrícola. E os pescadores estavam em campo, que é diferente dos trabalhadores embarcados e a pesca industrial desenvolvida pelas grandes empresas. Eu tinha um pouco essa visão, essa perspectiva teórico-metodológica. Fui entrevistar o Marcio, fiz aquela entrevista exploratória, aí ele me indicou algumas pessoas.

Bom, eu quero começar a estudar um tema, mas não sei se esse tema tem viabilidade. Então, o que a gente faz? A gente faz uma primeira entrevista que é exploratória. É uma entrevista pra ver se aquilo que a gente acha, se tem razão, algum espaço para seguir.

Eu tinha uma aluna, que era minha bolsista no projeto, e o tio dela morava no bairro que tinha uma vizinha que era marisqueira. Ao invés de entrevistar primeiro a pessoa que a colônia indicou, fui entrevistar, junto com a Fabiana de Santana (minha bolsista, depois ela fez o mestrado nisso também), a vizinha do seu tio, lá no Bairro Teotônio Vilela, um bairro periférico daqui de Ilhéus, que tem boa parte de trabalhadores rurais que vieram ali do campo, com a crise da lavoura do cacau no final dos anos 1980, e ocuparam esse bairro. Então fomos lá entrevistar a vizinha do tio da Fabiana, a dona Júlia, que era marisqueira, uma pescadora. Aí, quando a gente chegou lá no lugar, eu não tinha carro, estava de ônibus, e lá fomos a pé. Fui na casa de Fabiana, que foi na casa do tio dela, e fomos na casa do vizinho

6 Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-34, fica no bairro do Malhado, em Ilhéus. Existe também a Colônia de Pescadores Z-19, a mais antiga em funcionamento na cidade, no bairro do Pontal, e foram criadas duas associações: APESMAR - Associação de Pescadores e Marisqueiras do bairro São Miguel, e a AMMA - Associação de Marisqueiras do Alto do Mambape, com as quais conversei para a pesquisa.

do tio. Então, são contatos pessoais mesmo. Você vai escutando pessoas que alguém disse que você vai encontrar. A gente foi fazer essa primeira entrevista com as marisqueiras, aí, ao invés de entrevistas individuais, foi entrevista em grupo. Então, estava lá a dona Júlia, que era vizinha do tio da Fabiana, o marido dela, que era seu Gileno, que era pescador aposentado, a filha dela, a Maria Helena, que também era marisqueira, e a dona Tertulina, que era a vizinha da vizinha do tio da Fabiana. E estávamos conversando ali, 20 minutos conversando, e a gente começava perguntando coisas técnicas: O que é mariscar? Como é que você pesca? Quais são as artes da pesca? Porque isso é um pouco do que a gente lê na bibliografia. De repente a dona Tertulina, que estava dentro de casa, numa sala, numa janela (a gente estava num terraço pra fora da casa, mas ainda dentro da casa, que estava coberto), dona Tertulina estava ali 20 minutos observando a gente. Ela sai com uma armadilha de pesca, que é um manzuá, e disse assim: “O manzuá é isso aqui. É assim que funciona”. Porque a gente estava perguntando como era, como é que faz... E outra, com aquela insistência de pesquisadores. Bom, tem que contar o detalhe: “mas me diz como é que é! E essa cordinha?” E aí, a mulher veio, saiu lá de dentro e trouxe o manzuá e disse: “Isso aqui é o manzuá, funciona assim, o caranguejo entra aqui...”. Peraí! “Que moça é essa que saiu? Estava escondida?” E de repente, dona Tertulina saiu. A gente vai conversando, mais uma hora de conversa, uma entrevista longa, quatro pessoas e nos despedimos. A primeira entrevista... Isso foi em 2005.

Teve essa entrevista com esse grupo de marisqueira. E quando a gente vai escutando a entrevista, vai transcrevendo, pensei: “essa mulher ficou escondida por 20 minutos? Por que essa mulher ficou escondida e depois apareceu?” Aí, escutando a entrevista de novo, no final, eu pergunto: “o que vocês acham que eu devia fazer?” Ela diz: “Acho que vocês deviam fazer a pesquisa que vocês estão fazendo aí!” Que pesquisa? Quer dizer, a gente vai fazer pesquisa, mas a ideia de pesquisa dela é fazer uma pesquisa para saber quem era marisqueira de verdade, porque eles estão pedindo o seguro defeso e aposentadoria e dona Tertulina tinha pedido a aposentadoria dela como pescadora, como marisqueira. Foi no INSS um dia, bem de madrugada, por acaso, nesse dia eu também estava na fila do INSS para resolver uma questão pessoal. No final das contas, nessa agência do INSS, a maioria das pessoas não foi atendida porque era ano eleitoral

e tinha um esquema de vendas de lugar na fila, aí, eu fiz um escarcéu, eu e minha esposa, e exigimos que todo mundo que estivesse ali, fosse atendido. Só que o pedido dela foi negado, aí, ela estava achando que eu estava fazendo uma pesquisa para o INSS ou para a Colônia de Pescadores para saber quem era pescador de verdade. Rapaz! Para a gente descobrir isso aí e voltar esse nó, esse fio... A gente acha que não somos ninguém, ninguém me conhece. Quer dizer, a mulher me viu em uma única situação, ela estava lá presente, e aí, percebemos assim, a dona Tertulina queria mostrar pra gente que ela sabia, que ela era marisqueira. Apesar dela não ser de família de marisqueira, apesar dela ter aprendido as artes da pesca com o marido dela. Diferentemente de dona Júlia, que já nasceu na família de pescadores, de seu Gileno, que também que era de família de pescadores, de Maria Helena, que era filha de pescadores. Então, quer dizer, uma questão que a gente coloca é pensar pra quê que a gente faz a pesquisa? E como é que a gente chega. Então, é aquilo que a [Luiza] Passerini fala da intersubjetividade. Tem um elemento da intersubjetividade que é presente, porque ela diz assim: “a entrevista, a fonte oral é atravessada pela relação entre sujeitos”. Não adianta a gente querer aparecer no lugar, na casa da marisqueira, como se eu fosse uma tábula rasa ou uma pessoa neutra e dizer: “vou coletar depoimentos”. Não! A gente não coleta depoimentos, a gente faz uma conversa, e quando a conversa é boa, a gente procura fazer um diálogo. Aquilo que o Portelli chama de “experimento em igualdade”.

Dona Tertulina, marisqueira, pediu a aposentadoria pelo o INSS, que negou dizendo que ela não tinha as qualidades, os requisitos de ser pescadora de marisqueira. Eu estava lá como professor da universidade, Fabiana também, arguindo, perguntando o que era ser pescador, o que era ser marisqueira, como é que deveria ser, como era o trabalho para elas, que sabiam, que tinham essa experiência. De repente, começam a entrar os sujeitos, as marisqueiras. Eu não fui lá com uma posição neutra. Antes, eu pensei que eu fosse lá com uma posição neutra, que

Não adianta a gente querer aparecer no lugar, na casa da marisqueira, como se eu fosse uma tábula rasa ou uma pessoa neutra e dizer: “vou coletar depoimentos”. Não! A gente não coleta depoimentos, a gente faz uma conversa, e quando a conversa é boa, a gente procura fazer um diálogo.

eu pudesse ir com posição neutra, mas na minha condição do lugar, que eu estava, a minha condição de pesquisador, de professor da UESC, de pessoa que faz perguntas, que faz uma pesquisa, como dizia Tertulina, já me colocava nessa questão da relação intersubjetividade. Quer dizer, a investigação tem um tecido de narrações pré-existentes. Quem somos nós, enquanto sujeitos se colocando naquele lugar, naquele momento? Então isso é importante a gente perceber, saber que existe um antes, e que nós não chegamos lá de forma neutra, como se fossem pessoas coletando informações. É uma entrevista. E se a gente consegue fazer da entrevista um experimento em igualdade, ótimo!

Então, tinha uma questão objetiva para dona Tertulina: ela não conseguiu se aposentar como pescadora. O INSS, um agente do Estado, negou o pedido dela. Vem um professor da Universidade fazer pergunta para esse grupo sobre o que é ser pescador, o que é mariscar... Ela se sentiu na condição de nos estudar. Ela literalmente ficou por 20 minutos nos estudando, querendo saber quem a gente era, ou seja, aquilo que o Thomson diz: a entrevista é uma coisa também entre sujeitos. Somos, pesquisadores e entrevistados, todos sujeitos. Nessa relação da intersubjetividade, temos os nossos papéis sociais, que nós carregamos, e estão presentes ali! Então, a entrevista é o encontro de pessoas e quanto mais a gente consegue fazer esse encontro de pessoas ser um encontro realmente franco, honesto, direto, melhor. E aí essa ideia da rede, de puxar as relações, se não, por que a dona Tertulina vai responder questões para pessoas que ela nem conhece? Um cara que vem aí, da universidade, não é nem daqui, tem sotaque diferente, branco, como é que ele vem aqui?

Então, assim, como é que a gente chega nessas pessoas? Ser um pouco franco também, né?! Ser um pouco direto, ser um pouco honesto. Eu não fui totalmente honesto porque eu não disse o objetivo de verdade, que era o que eu queria de verdade. Na última entrevista que a gente fez nesse projeto, com a dona Rosimeire, eu comecei assim: “É, eu também sou neto de pescador!”. Ela respondeu: “É? Que gosto!” Eu senti que ali a coisa ia ser diferente. Por que? Encontrei a dona Rosimeire através dessa pesquisa com as marisqueiras do Teotônio Vilela e isso gerou uma organização delas. A Fabiana continuou fazendo entrevistas com ela, que culminou na monografia e depois no mestrado... [eu] fui para o doutorado. O tempo passou. Aí a colônia percebeu que tinha gente fazendo entrevista com essas

marisqueiras e acolheu a demanda da dona Tertulina. A dona Tertulina conseguiu se aposentar. Aí, eu fiz uma outra entrevista com elas, a primeira em 2005 e uma segunda em 2008. As questões que ela colocou na primeira foram completamente diferentes daquelas que ela colocou em 2008. Quer dizer, em 2005 ela estava lutando para ser reconhecida como marisqueira, pois o INSS não reconhecia, a colônia também não reconhecia a presença daquelas mulheres, a prefeitura também não. E aí, assim, os sujeitos que estão envolvidos aí... Tinha as marisqueiras, mas tinha os dirigentes da Colônia. Tinha o presidente da colônia, que também era vereador pelo PPS, o presidente da colônia era vereador, depois virou secretário de agricultura e pesca do município. Tinha a universidade, tinha um projeto com a colônia para desenvolver jangada de fibra. Tinha um projeto do Estado para construir jangada de fibra. Tinha vários agentes ali. E as marisqueiras estavam lá. Elas por elas mesmas! Ninguém tinha buscado a presença dessas mulheres. Como a gente começou a futucar, começou a ir lá fazer as entrevistas, isso chamou a atenção de outras pessoas. Aí, uma estudante de jornalismo, Jaqueline, ela fez o TCC dela sobre a história das marisqueiras do Vilela. Aí, foi lá, fez um filme belíssimo, documentário *Marola*.⁷ Aí, começou. Eu participei de um dia dessa filmagem, filmando a dona Rosimeire. Eu não conhecia dona Rosimeire. Aí, eu fui lá, me encontrei com Jaqueline. A Jaqueline filmou a entrevista com dona Rosimeire e eu marquei de encontrar dona Rosimeire dois dias depois, só que eu não fui. Alguma coisa aconteceu e eu não consegui chegar a tempo da entrevista. Perdi o dia da entrevista. Aí, fui dois dias depois. Dona Rosimeire me disse: “É, eu estava esperando o senhor. O senhor não veio”. Eu falei: “Puxa vida!”

Uma outra questão é o compromisso que a gente tem. O compromisso ético, porque as pessoas estão dando o tempo da vida delas. A expectativa que a gente gera nesses sujeitos, qual a demanda que a gente gera? De repente vem uma moça da universidade, que também era repórter de uma TV local, então, as pessoas conheciam a Jaqueline. Eu não conhecia,

Uma outra questão é o compromisso que a gente tem. O compromisso ético, porque as pessoas estão dando o tempo da vida delas. A expectativa que a gente gera nesses sujeitos, qual a demanda que a gente gera?

7 CERQUEIRA, Jaqueline. *Marola*: seguindo o curso das águas. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social) - UESC/Curso de Comunicação Social, Ilhéus, 2008. Cor, 13' (aprox.).

pois não assistia TV. Mas as pessoas sabiam que a Jaqueline era a moça da televisão Record, da TV Aratu. Ela já era jornalista, já trabalhava, mesmo não sendo formada ainda. Aí, são outros sujeitos que... Aí está a relação da intersubjetividade. São muitos sujeitos que estão envolvidos. Não é só você e a pessoa que você está entrevistando. Então, esses textos, essas questões colocadas, as nossas experiências nesse momento da entrevista se cruzam. Esse é um momento riquíssimo. Então, como a gente faz? Não tem forma! Não tem receita, não tem metodologia. Tem intuição, mas tem também um profundo respeito, uma profunda honestidade do pesquisador de dizer aquilo que você quer de fato. Não aquilo que você coloca nos objetivos do seu projeto de pesquisa.

Telma: Dentro desse enredo que você contou pra gente, desses sujeitos a quem nós damos visibilidade nesses nossos trabalhos, qual a importância desse tema, não só pra você, mas para a Universidade, no momento de hoje? Dentro dessa discussão de perda de direitos, da desregulamentação, da precarização, hoje uma característica da revolução 4.0, que é uma uberização, quando não há vínculo nenhum do trabalhador com a empresa. Como o é que você vê a importância disso nesse momento?

Luiz: Eu queria retomar só uma coisa que eu acabei não falando, que é o seguinte: como é que a gente se relaciona com os sujeitos? O Michael Frisch fala da “autoridade compartilhada”, como a gente pensa hoje na nossa Universidade. Quer dizer, quando eu comecei a fazer essa pesquisa, foi um embate pela história e por metodologia de história aqui na universidade, porque o forte do período aqui na universidade, aqui na UESC, era uma história regional, uma história que falava das elites do cacau, uma história que falava da produção do cacau, não só da perspectiva histórica, como da perspectiva econômica, muito forte. Então,

Então, esses textos, essas questões colocadas, as nossas experiências nesse momento da entrevista se cruzam. Esse é um momento riquíssimo. Então, como a gente faz? Não tem forma! Não tem receita, não tem metodologia. Tem intuição, mas tem também um profundo respeito, uma profunda honestidade do pesquisador de dizer aquilo que você quer de fato. Não aquilo que você coloca nos objetivos do seu projeto de pesquisa.

eu comecei a falar de outros sujeitos, que não estão debaixo dos pés de cacau. Até estão, nessa complexa rede, que é a lavoura cacauzeira. Bom, a gente começou a perceber que esses agricultores rurais foram migrando, perdendo as roças ou deixando de ser meeiros porque as fazendas faliram e foram ocupando as áreas do mangue. Então, esse grupo é do Teotônio Vilela. Tem outro grupo de pescadores, que era de São Miguel, mais ao Norte de Ilhéus, que já veio com a intenção de criar uma comunidade de pescadores. Isso na década de 20/30 do século passado. Então, a gente começou a ver esses sujeitos na mesma categoria, de pescadores artesanais com diferentes histórias, diferentes trajetórias de vida.

Então, quando a gente fala: “Como a gente pode lidar com isso, como a gente pode lidar com isso na universidade? Quais são as escolhas que nós fazemos?” Foi uma busca tanto da gente romper um pouco com a perspectiva da história regional que era colocada, inicialmente, quanto da gente construir outras formas de história, outras histórias, muitas histórias. Como a gente vai buscando isso? Como a gente vai procurando esses sujeitos? É um percurso que a gente vai Tateando. Tem a discussão bibliográfica, que é importantíssima, que é fundamental a gente ir buscando as referências, afinal de contas, nós fazemos História, fazemos ciência. E quando a gente foi buscando esses sujeitos, querendo trazer esse debate para a universidade, e quando a gente está querendo trazer esse debate para a academia, a gente percebe resistências, porque enquanto esses sujeitos são pessoas que nos fornecem informações, eles são ótimos. Quando esses sujeitos começam a nos fazer questionar nossas próprias certezas, as nossas metodologias, sua própria visão de perceber a história, aí eles passam a ser sujeitos do próprio conhecimento também. Então, são sujeitos históricos no duplo sentido, em que eles fazem a história, em que eles também nos fazem questionar a História que nós fazemos. E fazer com eles é difícil!

Quando eu terminei o doutorado, eu pensei “eu vou lá. A gente vai voltar. A gente tem que trabalhar com cooperativismo, educação cooperativa etc., etc.” Aí, fui me aproximando de alguns grupos, com o pessoal que trabalha com a questão do trabalho nas comunidades, e fomos lá! Voltei. Terminei o doutorado, agradei, fui lá na comunidade etc. e tal, e fizemos um outro contato. Metade das marisqueiras já não trabalhava mais na mariscagem, a outra metade foi colher algodão no Espírito Santo. Um outro tanto, os filhos estavam envolvidos num processo de violência. A própria comunidade, que

já existia a associação de marisqueira, estava em crise. A associação foi criada pelo grupo da Cáritas. A associação conseguiu construir uma sede no local onde elas moram. A ideia era ter uma câmara frigorífica para poder vender o marisco. Um processo muito difícil porque isso serve para o nosso conhecimento ocidental cartesiano, não serve para a vida cotidiana das pessoas. Então, as marisqueiras precisam se virar o tempo todo. E aí, é o momento de estar aqui, de estar lá, de fazer outras coisas...

A gente teve um retorno. Eu consegui um contato com elas e disse: “vamos apresentar o trabalho, agora, ao invés de eu somente apresentar a tese, vou chamar um grupo de marisqueiras para apresentar as histórias de vida delas. Aí, foi um terceiro momento. Foi um momento que as marisqueiras vieram à universidade. Aí, foi muito simbólico porque é um projeto do Laboratório de Ensino de História e Geografia (LAHIGE). Uma colega tinha recém chegado do doutorado e começado a apresentar a pesquisa aqui e ali e ela diz: “Blume, me apresenta a sua pesquisa!”. Eu disse: “Ótimo, quero fazer diferente, eu quero apresentar junto com as marisqueiras!”.

Aí, articulei. Começa assim: - Dona Tertulina? Não está mais nesse telefone. Vamos na casa dela. - Ah! Estou aqui. - Dona fulana? Foi para o Espírito Santo colher algodão. E a outra pessoa? - “Ah, está aqui, mas o telefone mudou!” Aí conseguimos quatro ou cinco marisqueiras para vir para a UESC. E simbolicamente não existia espaço no auditório da universidade no dia. E aí a gente ficou “poxa, e agora?” Já arranjamos a van, o motorista, o lanche, autorização para buscar, o RG das pessoas, todo esse processo e não vai acontecer? Aí uma colega articulou: “Não! Vamos conseguir o auditório do Conselho Universitário, auditório da Reitoria!”. Eu falei: “Ótimo!” Aí, fizemos uma apresentação, coloquei o nome *Workshop Tradições de marisqueiras em Ilhéus*, e apresentei o filme. O filme que a Jaqueline fez, que foi o trabalho de conclusão de curso dela. Aí foi que eu percebi: quatro anos depois, foi a primeira vez que dona Tertulina tinha visto o filme. Ela foi parte do filme e não tinha visto. E assim, a forma, o jeito que eles veem, os olhares, o riso... Gente, foi muito bom! Pode não acontecer mais nada, mas minha consciência aqui, uma parte dela já está paga, porque o fato das marisqueiras virem aqui na Universidade, se assistirem... a gente devia ter passado o filme para elas. Se não, a gente faz o trabalho, vai embora e tchau!

Aí, foi mais interessante que elas falaram. Quem tem que falar são elas! Fizemos uma mesa, fui só o mediador e elas falaram no salão nobre da Universidade para três turmas de alunos. E uma colega do curso de Pedagogia, Flávia Alessandra, também se interessou. Aí, as alunas fizeram uma atividade. Fomos lá de volta, fomos mais duas vezes lá na comunidade, lá no Mambape. Foi no primeiro momento interessante, que a minha ideia era a gente criar uma educação comunitária, cooperativa, mas isso ficou no sonho ainda. Mas essa ideia delas virem até a universidade, delas falarem... Depois da Universidade, alunos da Pedagogia retornarem ao Mambape... Depois os alunos de Pedagogia levaram as crianças para fazer parte da oficina que foi a finalização da disciplina com a professora Flávia Alessandra, eu senti que isso seria o ideal da gente conseguir fazer sempre na Universidade. Porque você transforma as pessoas numa ideia realmente de igualdade. Nós temos conhecimentos, temos diferenças, temos funções e oportunidades diversas, mas que a gente pode se encontrar. De alguma forma, em algum momento a gente pode se encontrar e conversar, se conhecer. Acho que esse é um elemento importantíssimo!

Não falei de uberização porque o processo de mariscagem é um processo muito mais precário, não daria nem para chegar qual grau, qual nível de precarização. Só lembro que nesse processo de ir e vir, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial também, a partir da colônia de pescadores, se interessou. De repente as marisqueiras começaram a aparecer. Aí, a Secretaria fez um vídeo sobre as condições de vida das marisqueiras. Mas foi um vídeo horrível porque mostrou só as condições péssimas de moradia e de trabalho. As mulheres saem às quatro horas da manhã, andam meia hora dentro do mangue, dentro da mata, pegam um barco, arrastam esse barco no meio do mangue. Depois têm que atravessar um rio para chegar num local chamado Coroa, e quando a maré está baixa, os sedimentos aparecem e elas fazem a mariscagem. É um processo muito difícil. Mas elas disseram assim: “foi com isso que eu criei meus filhos e é com isso que os meus filhos vão continuar sobrevivendo”. É essa a lição, quer dizer, “aqui está meu futuro”. A maioria delas dizia isso para mim: “aqui está o meu futuro, a garantia da sobrevivência da minha família, porque eu digo pros meus filhos, ‘como é que vai ser?’ Vai ser com a mariscagem! Eu criei vocês, vocês vão criar os seus filhos. E assim, vamos garantir o futuro da nossa família, através da mariscagem, através do mangue”. Aí, é um dis-

curso que não é ecologicamente correto, mas na consciência prática, na linguagem de preservar o ambiente, não um discurso fácil, do politicamente correto, do ecologicamente correto, que serve para os resorts criarem espaços reservados para milionários passarem as férias, como o resort aqui do Itacaré, Txai Resort e outros mais. Não é essa a noção de ecologia, mas a ecologia da consciência prática, da linguagem, quando elas falam, dos modos de vida, das tradições, da necessidade da preservação do ambiente.

Dona Rosimeire dizia assim: “Quando eu pego um siri e eu vejo que é uma fêmea, eu jogo de volta, porque ali tem 30/40 filhotes, bichinho que vai nascer! Então, se eu tô colhendo uma fêmea, eu vou matar o futuro dela, eu vou matar a minha própria pescaria. Então eu devolvo para o mar”. Então, essa dimensão ecológica é fundamental! É importante e é da consciência prática aliada com os conhecimentos que elas têm da escola. Aí, dona Rosimeire dizia assim: “é o habitat delas!” Foi muito engraçado a forma como ela trouxe isso! Foi um comentário da banca: “Olha só! Ela pega isso, que é um conceito da ciência, e transforma! Ela traz isso para a realidade concreta dela: ‘quando pego uma fêmea, eu devolvo porque ali tá o meu futuro’”. Então acho que é isso, é muito importante essa dimensão com a natureza, da relação com o meio ambiente que elas têm.

Telma: A Cosma está informando aqui que o dia 22 de dezembro é dia da marisqueira. É isso?

Luiz: Olha só! isso aí eu vou anotar, que eu não estava sabendo, não! [Risos]. Diga aí, você descobriu isso onde?

Cosma: Eu fiquei curiosa quando estava lendo a sua tese e eu fui pesquisar como está o cotidiano dessas marisqueiras, alguma notícia sobre as marisqueiras atualmente. Então, é isso, um político, cujo o nome eu não estou lembrada agora, propôs esse projeto de instituir um dia da marisqueira e foi escolhido o dia 22 de dezembro⁸. E ela fala justamente isso, pelo fato dele ser filho de pescadores, de marisqueira, ter família nessa realidade. Mas a gente sabe que isso também é resquício da nossa pesquisa, da visibilidade que as nossas pesquisas deram a essas mulheres, de alguma forma é um retorno para elas, essa valorização do seu conhecimento.

8 Projeto 23.612/2019, de autoria do Deputado Jurailton Santos, que instituiu o dia 22 de dezembro como o “Dia Estadual do(a) Marisqueiro(a)”. 105ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.al.ba.gov.br/fserver/imagensAlbanet:PDFsSessao:Splena161219105aOrd.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

Luiz: Tomara!

Cosma: Vou aproveitar que eu pedi a fala agora. Como você vê a questão das mulheres, das marisqueiras hoje? No ano passado, a gente viu a questão do derramamento de óleo, então, como isso afeta essa população? Ao mesmo tempo em que foi vetado o direito dessas mulheres à preferência ao receber a indenização do governo quando atingidas com o desastre, seja ele causado pela ação humana ou natural. Queria que você comentasse um pouco sobre isso, sobre a questão das marisqueiras e os direitos hoje.

Luiz: Então, quando a gente estava conversando com elas, a perspectiva da questão previdenciária estava muito forte porque estava ainda começando esse processo. Não estava nem se discutindo a reforma da previdência, mas o direito à aposentadoria era uma reivindicação muito presente entre elas. Tem toda uma questão, inclusive porque elas são consideradas trabalhadoras rurais, a mesma categoria de trabalhadores rurais. O processo agora de derramamento de óleo atingiu fundamentalmente as mulheres marisqueiras e pescadoras, tanto é que muitas desistiram de vez, abandonaram de vez a mariscagem. Aquelas que conseguiram se aposentar. Não foi o aspecto de atingir diretamente o mangue, mas foi o aspecto simbólico de ninguém mais querer comer marisco, nem peixe. Então o pescado perdeu o preço e as pessoas tiveram medo de comer, porque realmente as cenas... saiu no jornal, em todos os lugares, para todo mundo ver. E o pior, onde que esse óleo foi parar? Foi parar no mangue! Esse é um processo que ninguém estudou ainda: os impactos da degradação ambiental, de fundo. Esse é um trabalho que deveria ser feito, que a gente nas universidades deveria estar puxando, deveria estar chamando atenção, mas como eu disse, simplesmente...

Existia um grupo de pesquisadores que estavam tratando com as colônias sobre a organização da cadeia produtiva do marisco. Esse grupo se desfez também, até porque tinha um entendimento, de que era chegar lá na comunidade, apresentar a fórmula, o método etc. Eles iam imediatamente aplicar esse método, aí, teria um resultado, não sei se imediato, mais objetivo sobre a aplicação desse método, de uma organização racional da cadeia de mariscagem. Primeiro, que as marisqueiras não tinham água encanada para fazer a lavagem dos mariscos. Então, é um processo todo que vai des-

de a questão sanitária a questões de educação, de hábitos. O que é lavar as mãos? Estamos vendo aí na pandemia: “Oh! Temos que lavar as mãos”. Tem comunidade que não tem água encanada, e aí? Então, esse processo da lama no mangue já aconteceu antes, na maré vermelha, em 2007, que atingiu todo o litoral Sul da Bahia. O litoral Sul da Bahia, de Sergipe, Aracaju até o litoral Sul da Bahia. A maré vermelha, em 2007, praticamente acabou com a população de caranguejo. Esse processo agora, do óleo, também no mangue, afetou diretamente e a gente não tem um estudo mais profundo, uma pesquisa mesmo, que não poderia ser só de uma universidade, teria que ser de várias universidades, estudar esse derramamento de óleo. A gente viu, há um mês, aparecerem manchas de óleo no litoral Norte da Bahia, ainda resquícios daquela primeira onda. E olha que não é aquela quantidade enorme que a gente viu, mas são partículas de óleo, que não são invisíveis a olho nu! Que as pessoas foram coletando e deu quilos, aqui em Imbassaí, no litoral Norte da Bahia. Então, esse processo de degradação ambiental é muito duro, que atinge diretamente essas comunidades de marisqueiras. Aí, o que acontece? Elas acabam abandonando parte da atividade de mariscagem, que é muito difícil, e vão buscando fazer esse serviço de doméstica, vão trabalhar na colheita. Aqui tem uma migração, até antes da pandemia, para o Norte do Espírito Santo, para a colheita de algodão. Então, esse grupo de marisqueiras estava indo pra lá.

Também tem um processo aqui em Ilhéus da construção de mega empreendimentos, rodo-ferro-marítimo-portuário, que é a ferrovia Oeste-Leste, que está vindo lá de Tocantins, de Figueirópolis, e termina aqui em Ilhéus, com a construção de um mega porto, que vai ficar alguns quilômetros da costa, mas ele é o porto que vai ter o seu depósito em uma área de proteção ambiental, na Lagoa Encantada, e que entre outras coisas, vai ser um porto para receber o urânio que vem de Caetité. Então, assim, a questão ambiental é um problema sério que atinge vidas diretamente, ecossistema e também pessoas que vivem dessa produção artesanal da pesca.

Jerfson Lins (SertãoCult): O senhor poderia nos dar alguns conselhos, orientações e cuidados que os pesquisadores devem ter ao pesquisar essa determinada temática, que é a do trabalho, e principalmente das comunidades tradicionais? Quando você ingressa na vida das pessoas, sendo um *outsider*, sendo um verdadeiro estrangeiro naquele mundo, quais são os cuidados que você tem que ter?

Luiz: Eu acho que a gente primeiro tem que ser honesto com as pessoas. Dizer o que a gente quer realmente, e não aquilo que está nos objetivos da pesquisa, aí as pessoas vão saber se elas vão dar o tempo delas para a gente ou não. Pensando numa história social do trabalho, é uma discussão num campo minado, campo em disputa. Vamos buscar aqui o que o Thompson chama de *experiência*, da experiência dos sujeitos. Eu parto desse princípio, eu parto daquela ideia que os sujeitos retornam como sujeitos plenos a partir do conceito de experiência social do Thompson. Não resolve tudo, mas é um bom começo. Segundo, se a gente for trabalhar na perspectiva da História Oral, aquele ensinamento do Portelli, “vamos buscar um *experimento em igualdade*”. E pensar também que a História Oral é um trabalho de relação. Não é a mesma coisa da gente fazer uma entrevista desse tipo, por videoconferência. É uma outra história, quer dizer, é o olho no olho, é estar perto, junto com a pessoa. E essa expectativa que a gente cria, é bom tomarmos bastante cuidado.

Algumas vezes, as marisqueiras diziam assim: “você não é da universidade?!” Eu dizia: “Sou!”. “A gente tá precisando de um computador aqui, na sala de aula.” Eu dizia: “Oh, minha filha, eu não tenho computador! Na minha universidade, eu não tenho sala.” Se eu dissesse isso, ia dizer, “esse cara é ranzinza, esse cara é canguinha”, mas não tinha mesmo! Na época, eu não tinha nem computador dentro da Universidade. Estava afastado. Não tenho nem sala, nem nada! As pessoas acham que a gente vai lá... “eu tô dando meu tempo, meu espaço, minha vida, contando minha vida pra esse cara. Esse cara é da universidade, lá tem tudo!” O imaginário que as pessoas têm da universidade é que lá tem tudo: laboratórios, sala de aula, todo mundo anda de carro. Então, o que ele vai trazer pra gente? Então, qual o retorno que a gente vai dar?

Em primeiro lugar, quando você acabou sua monografia, seu TCC, sua dissertação, sua tese, volte até o lugar onde você fez a pesquisa. Eu demorei a voltar e fiquei muito chateado. Eu fiz a última entrevista em 2008, defendi em 2011 e retornei lá só no final de 2012. Então, assim, o cenário tinha mudado! Esse diálogo, essa conversa, esse sentido ético, que é muito diferente de um termo de consentimento livre esclarecido. Eu sei que é obrigatório, tem que ter, mas é o sentido ético. Como nós vamos mostrar aquelas pessoas? Que imagem nós vamos mostrar daquelas pessoas? Porque senão, se a gente não tiver a primeira intenção de mostrar o melhor daquilo

Esse diálogo, essa conversa, esse sentido ético, que é muito diferente de um termo de consentimento livre esclarecido. Eu sei que é obrigatório, tem que ter, mas é o sentido ético. Como nós vamos mostrar aquelas pessoas? Que imagem nós vamos mostrar daquelas pessoas? Porque senão, se a gente não tiver a primeira intenção de mostrar o melhor daquilo que eles têm, como diz Yara Khoury, se a gente não incorpora com legitimidade as narrativas e as demandas dos sujeitos, quando a gente voltar, a gente vai voltar com aquilo que a gente não prometeu para eles. A gente tem que ser honesto, a gente tem que saber que estamos incorporando a história desses sujeitos.

não, mas até a gente faz isso, a gente acha que tem experiência, chega lá na hora da entrevista, cadê a pilha do gravador? Acabou a pilha! Hoje a gente grava em qualquer celular, a gente grava muito bem, mas na época, ainda não era assim. Então, a gente tem que fazer esse treinamento. Um roteirinho de perguntas é importante, pensando que o roteiro não é uma camisa de força, mas um caminho para a gente começar a conversa. Eu

que eles têm, como diz Yara Khoury, se a gente não incorpora com legitimidade as narrativas e as demandas dos sujeitos, quando a gente voltar, a gente vai voltar com aquilo que a gente não prometeu para eles. A gente tem que ser honesto, a gente tem que saber que estamos incorporando a história desses sujeitos. A gente tem que perceber também que, muitas vezes, e é bom que aconteça isso, essas pessoas desfazem as nossas certezas teórico-metodológicas, epistemológicas, pois aquilo que está no projeto de pesquisa pode mudar a partir do diálogo, a partir desse encontro desses mundos, que é o nosso mundo com o mundo deles. Isso vale para sapateiros, para trabalhadores rurais, para pescadores, para cientistas, médicos e advogados.

Nós temos objetivos na nossa pesquisa, sejamos honestos com eles e com as pessoas que nós entrevistamos, para que a gente possa dar um recado, o mais fiel daquilo que foi esse encontro. Essa é a questão. A gente pensar no retrato, na verdade desse encontro, como é que foi esse encontro da entrevista. E é claro, não esquecer de fazer o treinamento com o gravador, botar pilha, fazer o roteiro, porque às vezes a gente pensa que

acho que é importante também a gente tentar se aproximar, mas saber que quanto mais a gente se aproxima da história de vida das pessoas, daqueles sujeitos, elas também podem se aproximar da nossa história de vida. Se as pessoas estão se abrindo para a gente, nós também temos que, na medida do possível, nos abirmos para elas. Se não, vai ser um encontro desigual, esse é um elemento pra gente pesar.

E por último, nunca desligue o gravador, como dizia o Portelli [risos]. Porque a história de nunca desligar o gravador? Teve uma dessas entrevistas com a dona Rosimeire (só para fechar mesmo). Estávamos conversando, conversando... Naquela parte técnica, eu fiquei meio frustrado, conversando, e tal, tal, tal. Aí, ela me contou uma coisa inusitada, de que ela morava naquela casa de pescadores, de pau a pique e que apareceu um jacaré na cama dela [risos]. O que seria fantástico! Revelou toda uma dimensão de pobreza, mas de resiliência e de sobrevivência. E depois ela me contou como foi que ela começou a estudar, paga por uma prostituta. Quer dizer, uma prostituta pagou os estudos dela, pagou livro, pagou caderno, pagou escola. Aí, ela foi se abrindo mais, contando aquela história, foi se abrindo mais. Aquela história foi se enchendo de humanidade. Por que? Porque eu não desliguei o gravador, deixei a coisa ali rolar e estava quase indo embora. Já deu oito horas, já está na hora de ir embora, o ônibus vai passar. E a história de nunca desligue o gravador, nunca desligue o gravador mesmo! Só desligue quando você entrar no seu ônibus para voltar para casa [risos].

Telma: Muito bem! Que riqueza essas histórias e essas narrativas assim, que nos impulsionam muito a continuar exatamente com essa nossa prática, que é uma prática muito aberta e dá visibilidade de dialogar e de entender mesmo que são várias histórias e muitas memórias, que a gente tem que ir ultrapassando fronteiras,

Eu acho que é importante também a gente tentar se aproximar, mas saber que quanto mais a gente se aproxima da história de vida das pessoas, daqueles sujeitos, elas também podem se aproximar da nossa história de vida. Se as pessoas estão se abrindo para a gente, nós também temos que, na medida do possível, nos abirmos para elas. Se não, vai ser um encontro desigual, esse é um elemento pra gente pesar.

para que a gente possa dar valor a tudo isso. A gente agradece muitíssimo, Professor Luiz!

Luiz: Agradeço muito à Telma, a vocês pela paciência. A gente passou um pouquinho do tempo, mas eu queria agradecer muito porque acredito que esse diálogo é muito importante. E eu estou com vontade. Eu quero conhecer Sobral. Esse Sertão do Ceará. Porque a gente tem que sair das capitais e ir para os interiores buscar essa ciência que está sendo feita aí. E bem feita, nas universidades do interior.

Doi: 10.35260/54211314-2024.p96-125



Márcia de Paula Leite é graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1972), com mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (1983) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1990). Fez pós-doutorado no Institute of Development Studies (IDS/ University of Sussex), em 1995, e no Institute of Latin American and Iberian Institute (ILAIS/Columbia University), em 1998. Atualmente é professora plena do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, e professora da Cátedra Friederich Engels da Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Cuajimalpa (UAM C). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: Mercados de trabalho, reestruturação produtiva, relações sociais de gênero. Foi presidente da Associação Latinoamericana de Estudos do Trabalho (ALAST), no período de 2010 a 2013.

Transformações capitalistas e (des)igualdades no mundo do trabalho: entrevista com Márcia de Paula Leite¹

Márcia de Paula Leite
Joannes Paulus Silva Forte
Telma Bessa Sales

Telma Bessa (UVA): Hoje é dia 13 de junho de 2020. Nós estamos com a professora Márcia de Paula Leite e o professor Joannes Forte em mais uma edição do projeto Território Científico, desenvolvido em parceria com a Editora SertãoCult, que é exatamente a editora responsável pela publicação de um e-book sobre as trajetórias dos pesquisadores dedicados ao mundo do trabalho. Inicialmente, agradecemos muitíssimo a sua disponibilidade e atenção com o nosso projeto.

Márcia Leite (Unicamp): É um prazer, Telma!

Joannes Forte (UVA): Obrigado Telma! Primeiro, quero agradecer a você pelo convite que fez para que nós tivéssemos este momento com a nossa convidada de hoje, a professora Márcia de Paula Leite, e agradecer a professora Márcia por ter aceitado o nosso convite e estar aqui nesta



¹ Entrevista realizada via *Google Meet* em 13 de junho de 2020.
Confira a entrevista utilizando ou clicando no QR Code ao lado.

ocasião. Bom, é uma honra muito grande para mim, apresentar a professora Márcia Leite, que coordenou importante projeto temático sobre as contradições do trabalho no Brasil, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), do qual fui pesquisador associado, tendo a oportunidade de trabalhar diretamente com ela, que também foi minha orientadora no doutorado em Ciências Sociais da Unicamp. Márcia, seja muito bem-vinda! É um prazer muito grande ter você aqui conosco!

Márcia Leite: Eu é que agradeço o convite que vocês me fizeram. É um prazer estar aqui para esta conversa. Acho que é muito interessante essa ideia de fazer as entrevistas com vários/as pesquisadores/as e acho que essa ideia de buscar trajetórias de pessoas que já têm mais experiência e que têm anos de trajetórias rodadas é uma coisa muito interessante. Abre muitas questões e muitas reflexões para essa geração mais nova que está vindo.

Telma Bessa: É exatamente nessa dimensão que nós achamos fundamental o diálogo, porque nos artigos científicos dos grandes estudiosos, aos quais nós temos acesso, não trazem informações sobre a trajetória, a forma da pesquisa, as dificuldades... Então, este livro e esta entrevista vêm com essa perspectiva de tentar perceber o caminho do pesquisador. Uma das primeiras questões seria assim: quais as motivações que a levaram a abraçar essa temática do mundo do trabalho e das transformações no trabalho?

Márcia Leite: Bem, a primeira questão que eu teria que colocar seria quais as motivações que me levaram a fazer Sociologia. Eu me lembro, como se fosse hoje, que eu fui fazer o cursinho para me preparar para fazer o vestibular, em 1967, e eu fui fazer o cursinho do Grêmio, que na época era o melhor cursinho de preparação para o vestibular que existia, pelo menos em São Paulo. Eu cheguei lá e a pessoa que estava atendendo os estudantes que chegavam perguntou: “Para que curso você vai fazer o cursinho?” E eu falei assim: “Não sei!” Aí ele disse: “Bom, então vamos começar desde o começo! É Humanas, Exatas ou Biológicas?” “Bem, eu tenho certeza que é Humanas, agora qual, eu não sei”, respondi. “Então você vai entrar numa classe especial que tem aula todos os dias, mas tem aula também aos sábados, ele afirmou. “E nós convidamos, cada sábado, um professor de uma área diferente das Humanas para vir explicar o que é

o mercado de trabalho dessa área e o que faz um profissional dessa área, quais são as possibilidades de emprego e de trabalho etc. e tal”. No dia que foi o professor de Sociologia, eu falei assim; “É esse! Não tenho mais dúvida. É isso que eu quero!” E aí eu fui fazer Sociologia.

Entrei realmente nesse primeiro ano em que prestei o vestibular e entrei num momento super conturbado, em 1968, com milhares de manifestações estudantis, das mulheres, dos jovens, evidentemente entrei nesse movimento todo. Entrei na USP e fui fazer o curso. No curso já ficou claro para mim que essa questão do trabalho era essa entrada para entender a sociedade. Então, eu já fui me direcionando para os estudos do trabalho e quando eu terminei o curso, eu dei um tempinho de dois anos para começar o mestrado. Quando comecei o mestrado, eu já sabia o que queria fazer, eu queria analisar a questão do trabalho. E o meu mestrado foi sobre as greves durante o governo João Goulart. As greves, os movimentos grevistas do governo João Goulart, qual o sentido dessas greves e como é que os sindicatos se comportaram etc. E aí eu já estava com um pé na Sociologia do Trabalho e continuei nessa área. Fiz o doutorado analisando como os trabalhadores vivenciavam a entrada das novas tecnologias, isso já era nos anos 1980, quando já estava começando a entrar a tecnologia microeletrônica nas fábricas e essa questão me chamou muito a atenção. É muito interessante que a cada momento que eu terminava um trabalho, eu já tinha uma ideia de coisas que eu não tinha feito e que gostaria de ter feito, me propondo a fazer no momento seguinte. Isto está me vindo à cabeça agora que estou falando com vocês. E por quê? Porque quando estava fazendo minha dissertação de mestrado, eu me detive mais à questão histórica. Eu queria ver como é que tinha sido o movimento operário e sindical durante o momento anterior à ditadura. Queria também entender o porquê do golpe, o porquê da ditadura militar e o que isso teve a ver com o movimento sindical e operário. Mas quando eu estava terminando a minha tese, o movimento sindical tinha renascido, porque eu fui defender a tese só em 83. Então, já desde 78 já tinha havido, já tinha irrompido o novo sindicalismo e eu dizia assim: “Gente, eu estou aqui estudando os anos 60... eu quero estudar o que está acontecendo agora!”. Então essa ideia de estudar o que estava acontecendo naquele momento e de estudar a partir de uma perspectiva menos das instituições, como eu estudei durante o mestrado, que eram os sindicatos, os partidos, mas a experiência dos próprios trabalhadores so-

bre aquilo que estava acontecendo naquele momento, que era a introdução das novas tecnologias, foi o meu tema de doutorado.

A minha pesquisa de doutorado foi na indústria mecânica, que é uma indústria eminentemente masculina, na época só tinha homens. Quando terminei o doutorado, eu dizia assim: “Gente, eu quero estudar a divisão sexual do trabalho!” Essa questão já tinha assumido uma dimensão muito importante, que não tinha tido anteriormente, e já tinha ficado claro, para mim, que não dava para estudar o trabalho masculino como sendo universal, quer dizer, que tinha uma divisão sexual do trabalho que fazia com que as mulheres ocupassem um determinado lugar no mercado de trabalho e, portanto, analisar o trabalho das mulheres não era simplesmente um tema, era uma questão que tinha de estar presente ou você estaria olhando só um lado da realidade; o que é pior, tomando esse lado da realidade como se ele fosse o todo. Então, depois que eu terminei a minha tese de doutorado, eu comecei a dirigir as minhas pesquisas ou a introduzir nas minhas pesquisas a questão da divisão sexual do trabalho. É muito interessante que nas universidades paulistas, depois do doutorado ainda tem dois níveis, que é a Livre Docência e depois a Titulação. Aí, na minha Titulação, o ponto que caiu para eu dar aula foi sobre a divisão sexual do trabalho, trabalho das mulheres etc. E então isso mostra, um pouco, qual foi a minha trajetória, qual foi o meu caminho.

Joannes Forte: Professora Márcia, uma coisa que se destaca muito da sua trajetória profissional e acadêmica é a vasta produção que você elaborou ao longo de décadas de dedicação exclusiva ao trabalho. São dezenas de artigos, são

Essa questão já tinha assumido uma dimensão muito importante, que não tinha tido anteriormente, e já tinha ficado claro, para mim, que não dava para estudar o trabalho masculino como sendo universal, quer dizer, que tinha uma divisão sexual do trabalho que fazia com que as mulheres ocupassem um determinado lugar no mercado de trabalho e, portanto, analisar o trabalho das mulheres não era simplesmente um tema, era uma questão que tinha de estar presente ou você estaria olhando só um lado da realidade; o que é pior, tomando esse lado da realidade como se ele fosse o todo.

dezenas de livros, livros organizados, pesquisas, dezenas de orientandos de mestrado e doutorado, e você é pesquisadora 1A do CNPq, é bolsista de produtividade 1A do CNPq. A pergunta que farei agora tem conexão com essa sua trajetória profissional e acadêmica. Como foi, na sua trajetória, ser uma mulher pesquisadora, inserida no campo de estudos do trabalho, inicialmente com tantos pesquisadores homens, pesquisando sobre esse tema?

Márcia Leite: Como toda mulher, eu tive problemas. Embora exista também uma divisão sexual do trabalho na academia, a gente vê que, por exemplo, os diretores, os reitores, em geral, são homens e as mulheres estão como professoras. Mas na academia eu não senti tanto, até porque eu nunca tive essa pretensão de seguir uma trajetória mais administrativa. Eu acho que o meu lugar foi na docência, na pesquisa, é isso que eu gosto de fazer na vida. Então, por isso eu não sofri muito. Eu tive algumas dificuldades, por exemplo, com gerentes de empresa, mas nada que tenha chegado a impedir o meu trabalho. Foram dificuldades, mas eu consegui ir me equilibrando entre essas dificuldades.

Mas a maior dificuldade que eu tive na minha vida acadêmica, na minha vida profissional, foi da divisão sexual do trabalho mesmo, na divisão doméstica do trabalho. Eu tinha um filho que era muito pequenininho quando eu fiz o meu mestrado e ainda era pequeno quando fiz o meu doutorado, e aí, eu vou dizer que foi uma barra! Foi uma barra porque cada vez que eu estava estudando, eu me sentia culpada porque eu não estava cuidando do meu filho. Cada vez que eu estava cuidando do meu filho, eu me sentia culpada porque não estava fazendo a minha tese. Na dissertação de mestrado isso foi muito difícil para mim, foi realmente uma batalha bastante complicada e ela me acompanhou até que meu filho chegasse aos 15, 16 anos e já tivesse uma vida mais independente dos meus cuidados cotidianos. Mas enquanto ele era pequeno, isso realmente me acompanhou.

Telma Bessa: No ano 2000, os jornais estamparam a chegada da tecnologia nas fábricas e, junto com isso, o temor do desemprego. Nas suas pesquisas, tanto no mestrado como no doutorado, você vivenciou essa temática. Como era a incorporação dessa tecnologia no cotidiano desses trabalhadores?

Márcia Leite: Bom, foi muito interessante porque a primeira entrevista que eu fiz com os sindicalistas, antes de ter escolhido as fábricas que eu ia pesquisar, um sindicalista disse assim para mim (era um sindicalista do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC): “Olha, professora, o nosso lema aqui é o seguinte: – entrou robô, nós quebra –”. Então, era uma postura do sindicato muito contra as novas tecnologias. Mas depois que eu fui para as fábricas e comecei a conversar com a comissão de fábrica, com os trabalhadores, com os trabalhadores que inclusive não tinham uma relação tão forte com o sindicato, foi ficando claro para mim que eles tinham, aliás essa é a conclusão da minha tese de doutorado, eles tinham uma relação que era ao mesmo tempo de recusa, porque eles tinham medo do desemprego, eles tinham medo de que eles não iriam conseguir acompanhar aquele avanço tecnológico, eles tinham medo que eles iriam ficar para trás. Eles tinham medo que eles iriam ser mais explorados ainda, enfim, eles tinham muito receio em relação a essa nova tecnologia. Mas ao mesmo tempo que ela exercia medo sobre eles, ela também exercia uma atração. E essa atração era a atração pelo progresso tecnológico, pelo que era novo, pelo fato de descobrir, de entender uma tecnologia que era muito mais produtiva, então até havia uma certa disputa entre eles na fábrica para ver quem ia trabalhar naquelas máquinas. Então, era uma relação um pouco contraditória, era uma relação ambígua com essas novas tecnologias e que na minha preparação para a tese eu li muito, estudei muito o Thompson nessa época e eu compreendi como o Thompson, se referindo à classe trabalhadora inglesa, lá na passagem para o capitalismo, como a reação dela era também dessa forma, usando os termos dele, os “olhos no futuro”, quer dizer, ela vivia o presente com os olhos no futuro, mas ao mesmo tempo apegada às tradições, a valores do passado, e que acaba tendo esse efeito ambíguo sobre ela, quer dizer, um certo medo do novo, das transformações que estavam vindo, mas ao mesmo tempo uma esperança de que esse novo pudesse vir trazendo dias melhores para ela também.

Joannes Forte: Como você vê, como pesquisadora da área do trabalho, a importância nos estudos de gênero para compreender os mundos do trabalho?

Márcia Leite: Quando eu estava terminando o meu doutorado, sentia que eu precisava fazer uma pesquisa que introduzisse a questão de gênero, porque na verdade, o trabalho masculino é diferente do trabalho feminino

e, até então, havia uma certa tendência na Sociologia do Trabalho, de uma forma geral, de tomar o masculino como universal, como se o trabalho da maneira como ele era vivenciado pelos homens, fosse a experiência do trabalho humano, enquanto não é isso! Na verdade, o trabalho feminino é uma coisa e o trabalho masculino é outra. E porquê que é assim? É assim porque existe uma divisão sexual do trabalho que responsabiliza basicamente as mulheres pelo trabalho de reprodução social, ou seja o trabalho de cuidado, o trabalho doméstico, o trabalho de cuidado com a nova geração, de cuidar e criar a nova geração, como se a manutenção da espécie fosse uma coisa que só tivesse a ver com as mulheres, como se metade da espécie humana não tivesse nada a ver com a reprodução social. Claro que tem! Mas existe essa concepção, essa construção social, porque isso é uma construção social, de que esse papel da reprodução é um papel “basicamente” ou “eminentemente” ou “naturalmente”, entre um montão de aspas, feminino, que a gente sabe que não é assim. Isso é uma construção social, não há nada na natureza que diga que é a mulher que, basicamente, tem de se responsabilizar pela criação das novas gerações, pela saúde, pelas dificuldades cotidianas que significa a criação de uma nova geração. Então, o que acontece é que, por causa dessa divisão sexual do trabalho, as mulheres não têm a mesma possibilidade de inserção no mercado de trabalho que os homens têm e então elas vão procurar determinadas atividades que permitem alguma flexibilidade de horário para que elas possam também se dedicar aos cuidados dos filhos.

Então, elas vão procurar empregos ou trabalhos que tenham essa flexibilidade, que em geral são empregos precários, que são empregos de seis horas ou de

Na verdade, o trabalho feminino é uma coisa e o trabalho masculino é outra. E porquê que é assim? É assim porque existe uma divisão sexual do trabalho que responsabiliza basicamente as mulheres pelo trabalho de reprodução social, ou seja o trabalho de cuidado, o trabalho doméstico, o trabalho de cuidado com a nova geração, de cuidar e criar a nova geração, como se a manutenção da espécie fosse uma coisa que só tivesse a ver com as mulheres, como se metade da espécie humana não tivesse nada a ver com a reprodução social. Claro que tem!

Então, elas vão procurar empregos ou trabalhos que tenham essa flexibilidade, que em geral são empregos precários, que são empregos de seis horas ou de meio período de quatro horas, muitas vezes empregos informais, empregos não, trabalhos por conta própria, através dos quais elas podem ter alguma inserção na estrutura ocupacional, no mundo do trabalho sem que isso signifique que ela não continue presente no cotidiano do trabalho doméstico, e isso faz com que haja uma segmentação no mercado do trabalho, ou seja, as mulheres não estão em qualquer trabalho. Elas estão eminentemente nesses tipos de trabalho que são exatamente os trabalhos menos privilegiados, menos reconhecidos, os trabalhos que pagam menos, os trabalhos onde elas têm menos possibilidade de ascensão profissional, de fazer carreira etc.

meio período de quatro horas, muitas vezes empregos informais, empregos não, trabalhos por conta própria, através dos quais elas podem ter alguma inserção na estrutura ocupacional, no mundo do trabalho sem que isso signifique que ela não continue presente no cotidiano do trabalho doméstico, e isso faz com que haja uma segmentação no mercado do trabalho, ou seja, as mulheres não estão em qualquer trabalho. Elas estão eminentemente nesses tipos de trabalho que são exatamente os trabalhos menos privilegiados, menos reconhecidos, os trabalhos que pagam menos, os trabalhos onde elas têm menos possibilidade de ascensão profissional, de fazer carreira etc. Então, isso é uma segregação horizontal, ou seja, tem determinados tipos de trabalho em todo o mercado de trabalho que são masculinos e têm determinados tipos de trabalho que são eminentemente femininos, porque são esses trabalhos que permitem uma certa flexibilidade para que as mulheres possam também cuidar da reprodução.

Além disso, existe uma segmentação vertical, quer dizer, quando as mulheres entram em grandes empresas, inclusive no setor industrial, que é um setor muito mais masculino do que feminino, o que acontece? Elas em geral experimentam um “teto de vidro” que não lhes permite subir na hierarquia empresarial, não lhes permite acessar os cargos de mando, os cargos de maior decisão. Por quê? Por-

que também se concebe que isso não é um papel das mulheres. O papel das mulheres não era ficar em casa tomando conta das crianças? Como é que de repente elas vão ter subordinados dentro das empresas, a quem elas vão dar ordens? Quer dizer, fica meio desequilibrado. Então existe também “esse teto de vidro” que promove uma segmentação vertical. Normalmente as mulheres não entram em determinados setores e, quando elas entram, ainda estão nos postos mais baixos.

Tem uma outra questão também, que é a seguinte: esses postos mais altos, esses trabalhos mais valorizados, que são em geral os masculinos, ocupados pelos homens, podem exigir dos trabalhadores uma dedicação muito grande em relação ao trabalho, porque tem uma mulher em casa cuidando das crianças, da comida, de fazer o supermercado, de lavar a roupa, de passar a roupa, de limpar a casa, de fazer tudo aquilo que é necessário para a reprodução e eles podem trabalhar oito, dez horas por dia sem muita preocupação. Eles não precisam brigar com a empresa para que permita assistir à reunião da escola dos filhos porque a mulher vai. Eles não precisam reivindicar que a empresa lhes dê dias de faltas justificadas quando os filhos estão doentes, porque as mulheres ficam com eles. Então, isso permite também que o homem tenha uma relação de trabalho de muito maior disponibilidade do que a mulher pode ter. Isso tudo, evidentemente, tem a ver com o tipo de trabalho que os homens e as mulheres exercem e com a dedicação possível ao trabalho que os homens e as mulheres possuem. Isso em relação, digamos, a essa divisão sexual do trabalho, em relação às implicações dessa divisão sexual do trabalho para os homens e para as mulheres. É isso que permite que no Brasil tenha cinco dias de licença de paternidade para os homens e três a seis meses, dependendo da empresa, para as mulheres. É um absurdo um homem ter apenas cinco dias de licença de paternidade quando o filho acabou de nascer. É uma coisa completamente absurda! Mas isso tem um efeito também muito grande quando a gente pensa na economia como um todo.

Tem um livro que foi lançado, eu acho que em 2018 ou 2019, publicado em inglês, e também foi publicado em português, lançado pela editora Boitempo. Ele é da Nancy Fraser e da Rahel Jaeggi e chama-se “*Capitalism: A conversation in critical theory*” (Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica). Ele mostra, na verdade, como é essa divisão sexual do trabalho em que o trabalho produtivo é considerado como trabalho masculino

e o trabalho doméstico, o trabalho de reprodução, é considerado trabalho feminino. Como isso foi e é fundamental para a constituição e para a reprodução ampliada do capital, ou seja, para a reprodução do capitalismo, porque se não houvesse a reprodução social, a humanidade teria acabado. Então, alguém teve de reproduzir novas gerações até para que a humanidade continuasse, para que existam trabalhadores disponíveis para trabalhar para o capital, e quem faz isso são as mulheres. Então as mulheres têm um papel na reprodução do capitalismo, nesta reprodução ampliada do capital, que é muito grande, que é fundamental e, nesse sentido, elas também são exploradas e muito, porque elas fazem esse trabalho de graça. É o trabalho delas que permite que os homens tenham essa dedicação ao trabalho, que permite que os homens possam passar tanto tempo diariamente trabalhando, mas o trabalho delas não é remunerado. Elas têm um papel enorme na reprodução do capital, mas ao mesmo tempo esse papel simplesmente não é reconhecido pela sociedade, não é remunerado. Então, é uma situação bastante complicada. De forma indireta, é uma exploração do capital.

Telma Bessa: As mulheres estão muito mais alijadas desse processo de entrar nessa era e na produção na qual a moeda é o conhecimento. Essa mutação, essa transformação do trabalho cada vez desnuda mais essa desigualdade. Então, que mutação é essa? O que é essa transformação do trabalho que a gente viu de uma forma nos anos 2000 e agora passa por um processo de Uberização? O que é esse trabalho, essa transformação do trabalho, esse trabalho tecnológico, essa mutação que se fala hoje de uma revolução 4.0? Como é isso, professora?

Márcia Leite: Bom, só para terminar, porque acho que uma coisa vai complementar a outra, o que isso tudo que eu falei anteriormente quer dizer, é que a exploração do trabalho da mulher é constitutiva do capitalismo. Ele precisou fazer isso para garantir uma dedicação dos homens tão grande ao trabalho sem comprometer a reprodução social, sem comprometer que surjam novas gerações de trabalhadores à disposição do capital. Bom, o que significa isso quando a gente considera essa revolução tecnológica atual? Eu acho que a gente tem de levar em consideração que a revolução tecnológica tanto cria trabalhos mais qualificados, trabalhos que vão ter o contato direto com essas novas tecnologias, trabalhos que vão significar a utilização dessa nova tecnologia no processo de produção e que podem se tornar mais qualificados. Como você pode ter trabalhos que, na verdade,

vão se tornar cada vez menos qualificados, porque na verdade a questão é a seguinte: a tecnologia em si não é nem qualificadora nem desqualificadora. A tecnologia é um processo de desenvolvimento tecnológico em que você dá um passo no sentido de ter, de produzir uma tecnologia mais complexa, mais sofisticada, que para compreendê-la você vai ter um trabalho mais qualificado, mas ela pode ser utilizada para transformar o trabalho numa atividade sem conteúdo, num trabalho repetitivo. O fordismo foi isso. A gente viu como foi isso! Na minha pesquisa de doutorado eu descobri coisas muito interessantes, de como a tecnologia pode ser utilizada de forma a impedir que os trabalhadores tenham um trabalho mais qualificado.

Eu pesquisei duas empresas. As máquinas, naquela época, eram movidas a disquetes, eram disquetes, não tinha nuvem etc. Você tinha um programa, enfiava num disquete e o disquete na máquina. E a máquina passava a operar a partir daquilo que o disquete estava dizendo para ela fazer. Essa programação da máquina era feita no Departamento de Métodos e Processos. E os trabalhadores, o que eles faziam? Eles pegavam esses disquetes e os agilizavam. Numa das empresas, eles agilizavam os disquetes, porque quem tinha o contato com a máquina eram eles, embora a empresa não os deixasse fazer o disquete, deixava que eles mexessem no disquete, então melhorassem aqui, melhorassem ali... Eles chamavam “agilizar o programa”. Então os trabalhadores “agilizavam o programa” e tornavam o programa melhor. Quem fazia isso eram os operários porque eles conheciam a máquina (essa primeira empresa era uma empresa sueca).

Na segunda empresa, não! Não acontecia isso! O que é que acontecia? Era uma empresa brasileira do interior de São Paulo que tinha uma forma de gestão mais patriarcal, então, ainda trabalhava com o prêmio de produção. E essa empresa não deixava os trabalhadores agilizarem os disquetes, os programas, porque eles achavam que os trabalhadores não tinham que pôr a mão no programa porque se pusessem iam atrapalhar, iam desfazer coisas que o Departamento de Métodos e Processos tinha conseguido fazer. E tinha um trabalhador que eu entrevistei, eu perguntei: “você mexe no disquete?” Aí ele falou assim para mim: “Ah, professora, eu vou falar uma coisa, mas a senhora não pode falar para ninguém! Eu tenho um disquete que é meu. Quando chega o disquete do Departamento de Métodos e Processos eu copio ele no disquete que eu compro e que é meu. E aí o que eu faço? Eu agilizo ele! Torno mais rápido e com isso eu consigo ganhar

muito mais prêmios de produção. Mas eu não falo isso para a empresa e não falo isso para ninguém porque, em primeiro lugar, se eu disser eu vou ser castigado, porque eu não devo fazer isso e, em segundo lugar, porque eles vão aumentar a produção que eu tenho que ter para ganhar o prêmio de produção”. Então, esse trabalhador ganhava bastante prêmio de produção desta forma, ou seja, ele tinha um conhecimento que a empresa, pela forma de gestão que ela adotava, permitia que os trabalhadores pudessem melhorar a programação feita no Departamento de Métodos e Processos.

Mas com isto tudo, quero dizer o seguinte: quando a gente compara duas formas de gestão da mão de obra, a gente vê uma que tem uma forma de gestão que permite aos trabalhadores irem se desenvolvendo porque, quanto mais eles mexem, testam, mais eles ficam, por isso mesmo, conhecendo toda a programação da máquina. Enquanto na segunda empresa, não! Eles estão lá como apertadores de botão. Se der algum problema, volta para o Departamento de Métodos e Processos e os trabalhadores ficam ali parados. E a questão não é se eles estão parados ou não, a questão, para a nossa discussão, é que eles não estão aprendendo nada! Ou quando estão aprendendo, é apesar da empresa, a partir de um esforço próprio, apesar das formas da organização da empresa. Então, você tem desde as pessoas, hoje, com essa tecnologia 4.0, tudo isso que está vindo, você tem, desde os programadores, que estão aprendendo cada vez mais programas mais sofisticados, até o Uber ou motorista de Uber. O tipo de trabalho que está surgindo e vai surgir ainda quando essa tecnologia continuar sendo implementada, porque nós estamos muito no início dela ainda, vai depender de como ela for utilizada e o que a gente tem que entender é que, na verdade, a forma como as empresas se utilizam da tecnologia não é, em geral, a forma que permite uma qualificação mais efetiva da mão de obra. Por que? Porque o trabalhador qualificado é sempre mais bem pago. E as empresas não querem. Querem é ter uma massa de trabalhadores desqualificados para poder pagar salários mais baixos para terem maiores lucros. É essa a lógica do capitalismo, para poder extrair mais-valia e ter mais lucros no final das contas. Essa é sem dúvida a lógica do capitalismo.

Então, se depender só das empresas, elas vão continuar criando muito trabalho desqualificado e aí vai toda uma luta. Por exemplo, a questão dos motoristas de Uber. Por que o trabalho deles não é reconhecido como trabalho formal? Não tem um motivo, um porquê de não reconhecer esses

motoristas como trabalhadores, porque eles estão totalmente subordinados a ela, eles têm, inclusive, castigos que sofrem caso não sigam explicitamente, rigidamente aquelas normas que a empresa coloca para eles. A subordinação é óbvia! Então, por que eles não têm vínculo? Evidentemente porque as empresas não querem. E vai ter que ter todo um processo de lutas, que na verdade já está tendo, e em alguns lugares eles estão conseguindo isso e eu acho que daqui para frente vai-se conseguindo cada vez mais porque é uma questão mais ou menos evidente, mas vai depender da luta deles, porque as empresas simplesmente não querem e não vão fazer, e eles vão ter que lutar, e lutar muito.

Bom, aí na divisão sexual do trabalho, o que é que acontece? Além da segregação horizontal e vertical do trabalho, que eu já falei, a segregação no mercado de trabalho por gênero, existe uma outra questão, que é a seguinte: toda a vez que determinada profissão se feminiza, ela perde a importância, em termos salariais, em termos de reconhecimento porque isso tem a ver com a imagem do homem e da mulher. O homem é que está lá, está produzindo, que está se dedicando o dia inteiro na empresa e a mulher está lá em casa cuidando dos filhos. Então, este modelo de mulher, ele não condiz muito com um trabalho mais qualificado, um trabalho que exige mais empenho das mulheres, que exige mais qualificação. Mesmo na profissão que anteriormente foi considerada qualificada, como a de professor, no momento em que ela se feminizou, ela começou a ser considerada pouco qualificada e mal paga. Hoje, quase ninguém consegue manter uma família com um salário de professor da educação básica e fundamental. A mesma coisa está acontecendo com o setor de saúde, que é um setor que também vem se feminizando de uma forma muito rápida, hoje a gente tem quase 70% do setor da saúde nas mãos de mulheres e é um setor que

[...] toda a vez que determinada profissão se feminiza, ela perde a importância, em termos salariais, em termos de reconhecimento

Mesmo na profissão que anteriormente foi considerada qualificada, como a de professor, no momento em que ela se feminizou, ela começou a ser considerada pouco qualificada e mal paga. Hoje, quase ninguém consegue manter uma família com um salário de professor da educação básica e fundamental.

vem sendo cada vez mais mal pago e que também tem menos reconhecimento social em relação ao que tinha anteriormente. Isso está muito claro no livro da Elisabeth Lobo: quanto mais uma profissão se feminiza, mais ela vai sendo desvalorizada, seja em termos salariais, seja em termos de reconhecimento social.

Joannes Forte: Qual o lugar das relações estruturais de raça, de classe, de gênero, dentre outras, nesse fenômeno de superexploração do trabalho, e ao mesmo tempo, no processo de desregulamentação dos direitos já conquistados com a luta da classe trabalhadora? As relações entre classe, raça e gênero nos mostram um cenário contemporâneo do mundo do trabalho?

Márcia Leite: Olha, eu acho que essa questão do imbricamento entre classe, gênero e raça é fundamental para a gente compreender o trabalho e também é fundamental para a gente entender o capitalismo. Por que? Porque o capitalismo se baseou numa determinada forma de exploração, que é essa exploração, pela mais-valia, dos homens. Que é a exploração de classe; numa determinada forma de exploração das mulheres, que é essa que coloquei aqui, de simplesmente relegá-las a um papel na sociedade, de um trabalho que não é pago. E a um trabalho dos negros, que é de expropriação total, que foi durante séculos, de escravização. Então, nesse livro que eu falei, da Nancy Fraser e da Rachel Jaeggi, elas vão falar isso de uma forma muito interessante; esses são os três pilares de constituição do capitalismo: a exploração do trabalho principalmente masculino, a dominação das mulheres por meio do trabalho doméstico não remunerado, do trabalho de reprodução social e a expropriação da população negra, que foi expropriada das suas terras, dos seus países, da sua pátria, separada das suas famílias, levada para outros continentes e para trabalhar como se fossem animais sem direito nenhum, durante séculos. Isso tudo foi o processo de acumulação primitiva do capital, isso tudo foi o processo de constituição do capitalismo.

Então, o capitalismo se constituiu sobre esses três pilares: a dominação de classe, a dominação de gênero e a dominação de raça. Não é à toa que essas três formas de dominação se perpetuaram e estão aí até hoje. Aliás, os últimos acontecimentos mundiais nos Estados Unidos e que se tornaram mundiais, são uma expressão disso. Por que até hoje os negros são tratados como são nos Estados Unidos, no Brasil, onde se mata uma

quantidade enorme de negros, que são os mais pobres, que estão nas favelas, enfim, toda essa realidade que a gente já conhece suficientemente dos nossos estudos de Sociologia, lá na nossa formação inicial. Então, isso é constitutivo do capitalismo e eu acho que isso só dá para entender realmente no mercado de trabalho quando a gente olha esse mercado, o analisa a partir desses três vetores, porque senão a gente está tomando

o trabalhador de uma forma única, como se não houvesse diferenciação de gênero, de raça e de classe e a gente não consegue entender o que acontece. Quando a gente olha os dados sobre o mercado de trabalho, nós vamos ver que inclusive, as mulheres brancas estão em alguns postos ou em algumas situações mais vantajosas, inclusive, com relação aos homens negros. Então, tem algumas situações, por exemplo, em relação ao desemprego, em relação ao trabalho formal e informal, em relação ao assalariamento, quanto ganha em média, tem algumas situações em que os homens negros estão um pouco melhor, mas tem algumas situações em que as mulheres brancas estão, inclusive, numa posição superior em relação aos homens negros.

Então, evidentemente que as mulheres negras estão sempre no último lugar dessa escadinha. Os homens brancos na escala superior, as mulheres negras na escala inferior e no meio você tem as mulheres brancas e os homens negros, que ficam ali, em alguns casos, os homens negros estão acima e em alguns casos as mulheres brancas estão acima. Por que é que acontece isso no mercado de trabalho? Porque nós temos uma divisão que é sexual e uma divisão que é de raça também. É muito difícil. Nós temos uma segregação de raça no mercado de trabalho que tem a ver, em parte com a escolarização, com o fato de os negros serem mais pobres etc., mas que tem a ver também com a discriminação. Quando a gente compara homens negros e homens brancos ou mulheres negras e mulheres brancas na mesma profissão ou no mesmo tipo de tarefa, em geral as mulheres brancas ganham melhor que as mulheres negras e os homens brancos ganham mais do que os homens negros, ou seja, existe também

Então, o capitalismo se constituiu sobre esses três pilares: a dominação de classe, a dominação de gênero e a dominação de raça. Não é à toa que essas três formas de dominação se perpetuaram e estão aí até hoje.

Então, evidentemente que as mulheres negras estão sempre no último lugar dessa escadinha. Os homens brancos na escala superior, as mulheres negras na escala inferior e no meio você tem as mulheres brancas e os homens negros, que ficam ali, em alguns casos, os homens negros estão acima e em alguns casos as mulheres brancas estão acima. Por que é que acontece isso no mercado de trabalho? Porque nós temos uma divisão que é sexual e uma divisão que é de raça também.

essa discriminação de gênero e de raça e existe também para os negros uma dificuldade de assumir tarefas de mando, ou cargos de mando, por quê? Porque existe discriminação e porque, assim como não se entende que as mulheres vão mandar, imagina, vai ter duzentas pessoas subordinadas às ordens de uma mulher?! Não vai, não é? A mesma ideia existe em relação aos negros. Como assim, o diretor da empresa vai ser um negro? Ninguém vai levar a sério as ordens dessa pessoa! Enfim, não é a mesma dificuldade, é uma dificuldade diferente, mas que tem como fundo o mesmo fenômeno, ou seja, a questão da discriminação, porque esse não é entendido como um papel de mulheres ou esse não é entendido como um papel de negros, mesmo que sejam homens, mas eles são negros, então, não é o papel deles.

Não dá para se entender o mercado de trabalho como uma coisa única. A gente tem que entender como uma coisa que tem diferenças e essa divisão de classe, de gênero e de raça que algumas pesquisadoras e pesquisadores chamam de *interseccionalidade*, ou seja, só dá para analisar o mercado de trabalho olhando esses três aspectos ao mesmo tempo. Outros chamam, as francesas em geral e os franceses, chamam de *consustancialidade*. No Brasil, a Heleieth Saffioti² chamava de “nó”, que já dá para ver o que é que acontece quando a gente vê que tem um “nó” ali, que junta essa questão de classe, de gênero e de raça, é fundamental, senão a gente não entende o que está acontecendo no mercado de trabalho.

2 Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (Ibirá, 4 de janeiro de 1934 - 13 de dezembro de 2010) foi uma socióloga marxista, professora, estudiosa da violência de gênero e militante feminista brasileira. Foi professora da Faculdade de Ciências e Letras (FCL, mais adiante incorporada à Universidade Estadual Paulista – Unesp, *campus* Araraquara), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professora visitante na Faculdade de Serviço Social da UFRJ.

Telma Bessa: Qual é a metodologia que foi usada durante todo o seu processo de pesquisa? Como nós podemos, a partir da nossa prática, da nossa experiência, da nossa narrativa, do nosso testemunho mesmo, envolver as novas gerações, com rigor científico, com metodologia, para a gente compreender a complexidade que cada vez se torna mais ampla no século XXI e com essa primeira crise do século XXI, que é a que nós estamos vivendo?

Márcia Leite: Olha, Telma, eu privilegiei em toda a minha trajetória profissional a pesquisa qualitativa. Eu sempre tive um pouco essa curiosidade de entender como é que as pessoas estão vivendo a situação à qual elas estão submetidas. Então, normalmente eu utilizei a história de vida, aplicação de entrevistas, observação dos locais de trabalho, observação participante, enfim, um pouco de etnografia, também, essas metodologias que são mais qualitativas. Mas isso evidentemente não significa que eu não tenha usado ou que eu não considere importante as pesquisas quantitativas, é óbvio; na verdade, as duas metodologias se complementam e eu acho que a forma de pesquisa mais rica é aquela em que a gente consegue juntar as duas coisas. Eu estou nesse momento fazendo uma pesquisa para o CLACSO, Conselho Latino Americano de Ciências Sociais, sobre a implicação da reforma trabalhista de 2017, e agora da pandemia, junto às mulheres trabalhadoras ou as implicações para o trabalho das mulheres. E a gente está fazendo exatamente isso, que eu também já fiz em muitas pesquisas anteriores, que é de juntar os dados sobre o mercado de trabalho, comparar o que aconteceu antes da reforma, o que está acontecendo agora, com as entrevistas que nós fomos fazendo com sindicalistas e agora, nesta última etapa, nós estamos fazendo com as próprias trabalhadoras. E eu acho que a Sociologia é uma ciência que não tem uma causa unívoca. Quando você analisa um fenômeno social, você tem de levar em consideração um conjunto de fatores que interferem nesse fenômeno. A gente nunca tem um problema social, um fenômeno social cuja causa é essa. Você até pode ter uma causa mais determinante, mas há geralmente muitos fatores influenciando ao mesmo tempo. E quanto mais você abre o seu olhar para esse conjunto de fatores e você leva em conta esse conjunto de fatores na sua análise, eu acho que mais próximo da realidade você está.

A gente sempre tem de ter a humildade de entender que a ciência não vai encontrar uma resposta que seja igual à verdade. Ela é uma aproxima-

ção em relação ao real. O que ela descobre não é exatamente a realidade, mas uma aproximação. Então, para ela ser mais próxima da realidade, eu acho que ela, a Sociologia, tem que olhar para esse conjunto de fatores e os fatores sociais estão sempre imbricados, porque um se imbrica com o outro, um está atuando juntamente com o outro e o fato dele estar atuando juntamente com o outro faz com que o outro seja muito mais intenso.

Por exemplo, essa questão que estávamos falando sobre o mercado de trabalho, é importante a gente olhar o gênero, mas também importante a gente olhar a raça, e quando a gente olha a mulher negra, nós vamos ver que ela está numa situação que é extremamente complicada. Em geral, a mulher negra, quando a gente compara salário, não ganha nem 50% do que ganha o homem branco no mercado de trabalho. Então, é óbvio que quando a gente está olhando a desigualdade do mercado de trabalho, nós temos que olhar para o gênero e para a raça. Eu acho que um dos grandes desafios da Sociologia é esse: a gente tem de olhar sempre abrindo o campo de possibilidades, sempre buscando quais são os diferentes fatores que podem estar atuando na determinação de um fenômeno social, na atuação, digamos assim, ou na maneira como aparece ou se manifesta um determinado fenômeno social.

Joannes: Em 2016, foi aprovado o projeto de lei chamado Salão Parceiro (Lei nº. 13.352, de 27 de outubro de 2016). A lei do Salão Parceiro, aprovada pelo Legislativo Federal possibilita que trabalhadores e trabalhadoras de salão de beleza não sejam mais contratados com carteira de trabalho assinada, como se fossem “parceiros” do dono do salão, e aí, esse trabalhador e essa trabalhadora estariam numa posição supostamente de igualdade com o proprietário do salão. Quem são os trabalhadores e as trabalhadoras do salão de beleza? Geralmente são mulheres, pessoas negras, pessoas LGBT, são homens gays, mulheres trans, pessoas pobres, e são elas que, de ime-

Eu acho que um dos grandes desafios da Sociologia é esse: a gente tem de olhar sempre abrindo o campo de possibilidades, sempre buscando quais são os diferentes fatores que podem estar atuando na determinação de um fenômeno social, na atuação, digamos assim, ou na maneira como aparece ou se manifesta um determinado fenômeno social.

diato, foram impactadas pela reforma trabalhista do governo Temer. Fatos como este levam à necessidade de uma nova perspectiva para olhar para o gênero no mundo do trabalho, de modo a ultrapassar o lugar comum da relação entre homens e mulheres?

Márcia Leite: Eu acho, Joannes, que traz uma complexificação, mas que é boa, porque é uma complexificação que leva em conta a realidade. Eu acho que a questão do gênero e da sexualidade é uma questão também a ser analisada porque você tem uma enorme discriminação no mercado de trabalho, seja em relação aos gays, aos trans, enfim, todas as sexualidades que não são entendidas como a ideologia acha que elas devem ser entendidas, assim como acho que a gente deve olhar também para a idade, porque quando a gente pensa na questão da idade, também tem muitas dimensões que são fundamentais para a gente entender a alocação no mercado de trabalho. A batalha dos jovens para entrar no mercado de trabalho é muito grande, o nível de desemprego, por exemplo, dos jovens no mercado de trabalho, é muito grande. A batalha dos seniores (dos idosos) para se manterem no mercado de trabalho também é muito grande. Por que?

Em primeiro lugar, o mercado de trabalho, falando agora da questão da sexualidade, porque o mercado de trabalho é preconceituoso e é isso, quem sai do padrão de sexualidade que é estabelecido como normal é visto com um pé atrás. Então, começa assim: “Ah, eu vou contratar uma trans para atender clientes? Os clientes não vão querer ser atendidos por ela, por ele. Eu vou contratar um gay para fazer... não sei o que... Ah, não, não vai dar”. E começa esse tipo de coisa... “Ah, mas as pessoas não vão aceitar”. Na verdade, quem não aceita é o empregador e ele acha que são as pessoas que não vão aceitar, ele ou ela. Então, existe esse tipo de problema.

E com relação à idade, você vê também uma diferenciação muito grande. Por que? Porque o capital, o empresário, a empresária pensam no trabalhador e na trabalhadora na sua idade de maior produção, que é do final dos 20 anos até o final dos 40, ou seja, um trabalhador jovem de 20 anos, de 22, ele é mal pago. Ele não fica no emprego, é difícil ele conseguir um emprego; aí as pessoas começam a exigir de um jovem de 17, 18, 19 anos que ele tenha experiência. Como ele vai ter experiência se ainda não entrou no mercado de trabalho? E é a mesma coisa em relação à população com mais de 50 anos, que hoje em dia é um absurdo, um absurdo total, porque

hoje em dia uma pessoa com 50 anos tem uma vitalidade muito diferente da que tinha uma pessoa de 50 anos em 1960, 1970. Ela realmente já vivia como um velho ou uma velha. Hoje, já não é mais assim, porque, enfim, as nossas condições físicas mudaram de acordo com a alimentação, com o desenvolvimento da medicina, com tudo isso. Hoje nós vivemos quase 100 anos e uma pessoa com 70 anos pode não ter mais o mesmo vigor físico, mas ela tem uma experiência fantástica, então não deveria ter esse tipo de discriminação em relação a ela, mas ela não está encaixada dentro daquela faixa que é considerada a faixa mais produtiva.

Então, todas essas pessoas que estão fora desses limites, dessas faixas, dessas caixinhas em que a sociedade coloca as pessoas, sofrem, basicamente, discriminação. E eu acho que talvez, eu não sei se é exatamente isso, mas talvez, a tentativa de começar essa flexibilização, de pegar uma categoria, de transformar os e as empregadas em autônomos, microempreendedores, essa coisa que fizeram com os trabalhadores dos salões de beleza, eu acho que talvez pode ter sido por ser um nicho de homossexuais, de transexuais. Acho que isso pode ter sido um fator que fez com que essa categoria fosse escolhida para ser uma das primeiras a sofrer esse tipo de coisas, que agora com a reforma trabalhista de 2017 se espalhou para muitos outros setores. Mas o que eu quero dizer é o seguinte: como os homossexuais têm uma dificuldade muito maior de lutar, porque eles sofrem uma discriminação que os heterossexuais não sofrem, talvez isso tenha sido um fator. Enfim, eles já são mais pressionados, eles têm mais dificuldade de lutar porque são discriminados. Então, vamos começar por eles. Eles, por conta disso, provavelmente, terão menos condições de oferecer resistência. Vamos começar com eles e ver no que dá, porque isso foi como você bem falou, foi anterior à reforma trabalhista e expandiu para quase todo o mercado de trabalho ao permitir o autônomo exclusivo. O que é isso? O autônomo exclusivo é alguém que trabalha para uma determinada empresa e só para essa empresa porque também é empregado dessa empresa, mas ele pode ser um autônomo em vez de ser considerado um empregado.

Telma Bessa: Então, de fato é de grande complexidade que nós vivemos desde a desconstrução do que nós já construímos, por exemplo, com o direito ao trabalho da empregada doméstica, que nós vimos aqui, foi a primeira vítima da pandemia aqui no Brasil. Que é mulher, que é negra, que

é pobre, então, vem desnudar mesmo o fosso que a gente já dizia desde a década de 1980, a distância abissal que existe entre as classes sociais aqui no Brasil. E professora, eu gostaria que a senhora comentasse um pouco desse avanço, dessas práticas neofascistas, desses atos pontuais, conservadores de fazer um grande discurso para o período de ditadura militar no Brasil e posturas e posicionamentos que elogiam a tortura, que elogiam os torturadores.

Márcia Leite: Eu vou começar respondendo a essa sua questão da seguinte forma: tem um livro, que eu acho que é o último livro do Pierre Dardot e Christian Laval, "*Ce cauchemar qui n'en finit pas*"³ (eu não sei se ele foi traduzido para português. Eu sei que foi traduzido para o espanhol), que traduzindo para português, seria "*O pesadelo que não tem mais fim*". Eu já o vi em espanhol, é "*La pesadilla sin fin*", mas eu nunca vi o livro em português. Em francês ele foi publicado em 2016. É muito interessante esse livro porque ele faz uma reflexão que é a seguinte: o neoliberalismo sofreu uma crise muito forte em 2008/2009, aquela crise que começou a quebrar os bancos etc. e tal, e no início, muitos estudiosos acharam que aquilo já significava o fim do neoliberalismo porque o Estado teve que intervir, ajudando os bancos, criando financiamento para os bancos, dando dinheiro para os bancos, então, isso é totalmente contrário à lógica do neoliberalismo, que significa o Estado mínimo, levando a crer que o neoliberalismo sofreria uma mudança muito grande. Em vez de acontecer isso, segundo o que a gente vê, segundo o que eles analisam de uma forma muito precisa, aconteceu o inverso, o neoliberalismo se fortaleceu. E ele se fortaleceu de uma forma que é assim: o que o Estado fez? O Estado fez o que já fazia durante o período neoliberal anterior, que era favorecer o grande capital, especialmente o capital financeiro, porque o neoliberalismo também corresponde a uma fase de hegemonia do capital financeiro.

Então, na verdade, isso não foi uma ruptura do neoliberalismo, mas sim um aprofundamento do neoliberalismo. Assim é que eles entendem como o mundo saiu da crise de 2008/2009, saiu aprofundando o neoliberalismo, e aí eles vão dizer o seguinte: bom, o que aconteceu? O neoliberalismo, ao se aprofundar passou a exigir do resto da sociedade uma tamanha transferência de renda da sociedade ao capital, basicamente ao

3 DARDOT, Pierre; LAVAI, Christian. *Ce cauchemar qui n'en finit pas*. Paris: La Découverte, 2016.

capital financeiro, ao grande capital de uma forma geral. Ele começou a exigir dos trabalhadores um tamanho sacrifício que não é mais possível garantir a democracia nesse quadro de relações, ou seja, se as pessoas falarem, elas vão começar a dizer o que elas estão sentindo, como é que elas estão trabalhando. Essa coisa do Uber, do trabalho precarizado, das reformas trabalhistas que estão ocorrendo e que ocorreram antes da pandemia no mundo inteiro, não foi só no Brasil, e com o mesmo sentido, no sentido de perda de direitos, de flexibilização. Então, não dá para as pessoas falarem, porque se elas falarem, elas vão reclamar. Ninguém pode estar contente com um sistema econômico que exige tanto do conjunto dos trabalhadores. Então, essa última fase do neoliberalismo que vem pós 2008 é uma fase de aprofundamento do neoliberalismo, que vem acompanhada de uma tendência ao autoritarismo, ou seja, de uma tendência antidemocrática. E não é à toa que o [Donald] Trump, que está nos Estados Unidos, que [Boris] Johnson, que está na Inglaterra, que na Hungria, na Turquia... Enfim, a gente tem em vários países do mundo, alguns deles muito importantes, como os Estados Unidos, a

Inglaterra essa situação que nós também estamos a viver no Brasil. Ela faz parte deste quadro. Eu acho que dá para entender muito bem.

No caso dos Estados Unidos e do Brasil, nós estamos num quadro de autoritarismo muito próximo do fascismo, embora esses governos tenham sido eleitos, em ambos os casos a gente tem um nível de autoritarismo brutal, maior no Brasil, mas nos Estados Unidos a situação também não

Essa coisa do Uber, do trabalho precarizado, das reformas trabalhistas que estão ocorrendo e que ocorreram antes da pandemia no mundo inteiro, não foi só no Brasil, e com o mesmo sentido, no sentido de perda de direitos, de flexibilização. Então, não dá para as pessoas falarem, porque se elas falarem, elas vão reclamar. Ninguém pode estar contente com um sistema econômico que exige tanto do conjunto dos trabalhadores. Então, essa última fase do neoliberalismo que vem pós 2008 é uma fase de aprofundamento do neoliberalismo, que vem acompanhada de uma tendência ao autoritarismo, ou seja, de uma tendência antidemocrática.

é fácil, e eu acho que, na verdade, este último momento que nós estamos vivendo agora, da pandemia, pode ser um momento de inflexão disso, no sentido de que, por exemplo, a gente já viu o [Emmanuel] Macron, que é o Presidente da França, pedindo desculpas, dizendo: “olha, nós não podíamos ter feito com a saúde como nós fizemos, só agora, que chegou essa pandemia é que a gente viu que o sistema de saúde da gente foi desmobilizado”. Chegou a um ponto que a gente não tem condições, num país como a França, que sempre teve um sistema de saúde exemplar, não tem condições de enfrentar a pandemia de uma forma mais eficiente. Então, eu acho que, talvez, eu não sei, vai depender do nosso fôlego de lutar contra isso, mas nós temos aí uma realidade hoje em dia que coloca em xeque o neoliberalismo, porque o que aconteceu, o que está acontecendo no mundo durante esse período de pandemia é uma coisa inédita na história mundial. Quer dizer, nós nunca ouvimos falar de tanta morte assim percentualmente, porque nem a gripe espanhola, do início do século passado, gerou tantos mortos em termos mundiais como essa que a gente está vivendo agora.

Então, isso nos oferece um momento de reflexão, um momento de olhar... Essa forma de organização social não deu conta de um simples vírus, então, talvez... a gente está vendo aqui e ali manifestos de economistas, de filósofos, enfim, de grandes intelectuais da esquerda refletindo nesse momento no sentido de pensar numa outra forma de organização social. Não dá mais para a gente aguentar o neoliberalismo. E eu acho também que há relação desse vírus com esse sistema destruidor, porque o neoliberalismo é isso, está certo que o capitalismo é isso, mas o neoliberalismo é o capitalismo levado às suas últimas consequências, é o capital sem nenhum controle. Então, o capital sem nenhum controle o que faz? Ele destrói as florestas, ele destrói os rios, ele destrói os oceanos, destrói tudo porque ele quer o lucro. Lucro! Lucro agora, aqui, hoje! Então, é isso, destrói as florestas, de repente saem vírus que estavam lá acomodados, que tinham o seu sistema, o seu microssistema ambiental, que sai porque, de repente, perde o seu local de moradia, porque a floresta está sendo destruída e começa a ir para as cidades e aí, de repente, chega um vírus que ninguém nunca conheceu, não sabe como se manifesta e dá nisso. Então são animais selvagens que estão saindo das florestas que estão sendo destruídas, são vírus, insetos etc., e que de repente provoca esse tipo de coisa. E agora o grande capital, o neoliberalismo não se importa com isso.

Então é por isso que o Trump, o Bolsonaro, todos esses governos mais neoliberais são negacionistas em relação à questão ambiental, que é outra questão fundamental para estar presente nas nossas análises hoje, porque é uma questão de sobrevivência, de novo uma questão de reprodução. Nós vamos continuar com a humanidade na face da terra? Não sei, porque o neoliberalismo está destruindo o mundo. É verdade! Não sei se vocês viram hoje um navio na Rússia contaminando as águas com óleo. É um desastre atrás do outro. Então, eu acho que essas questões colocam hoje em dia um questionamento ao neoliberalismo que é muito profundo. Agora, eles estão com o capital nas mãos, eles são o governo no poder, mas eles já estiveram em outros momentos da história e já se conseguiram outras formas de organização social mais equitativas, com mais distribuição de renda. Eu estou me referindo ao final do século XIX, começo do século XX, em que também o liberalismo estava à solta. Foi necessário a crise de 1929, uma crise tão profunda como em 29, e depois a Segunda Guerra Mundial, enfim, um monte de acontecimentos desastrosos, absolutamente desastrosos para a humanidade para que ele fosse vencido, mas foi. Agora, nós estamos vivendo também um acontecimento desastroso de grandes proporções e eu acho que também de uma forma global, mais global mesmo, que esses dois outros acontecimentos históricos aos quais eu estou me referindo, que foi a crise de 29 e a Segunda Guerra Mundial. Porque eles não tiveram essa capacidade de pegar todo o mundo, embora também fossem universais, mas hoje está absolutamente todo o mundo sendo tomado, sendo atingido por esse vírus de forma implacável.

Então, eu acho que isso pode gerar um momento de grande mudança. Mas eu acho que também esse grande capital financeiro neoliberal não vai “largar o osso” se não houver um movimento contrário. Portanto, nós estamos num novo momento de grandes lutas sociais, um momento em que a luta de classes está nas ruas e cabe a nós forçar para que esse movimento consiga realmente refrear essas tendências neoliberais, porque sozinhos, eles não vão se retirar não. Não adianta a gente querer porque não vão!

Joannes Forte: Considerando toda essa tempestade que estamos enfrentando, é possível vislumbrar a abertura de uma alternativa contemporânea para o trabalho, e mais do que para o trabalho, para uma sociedade mais igualitária e mais democrática?

Márcia Leite: Olha Joannes, eu acho que, enfim, você está fazendo uma pergunta que é muito difícil de ser respondida, porque eu não tenho uma bola de cristal, mas eu acho que tem algumas questões, algumas coisas que a gente prevê ou alguns elementos com os quais a gente precisa trabalhar, não é? Eu acho que uma das coisas que os movimentos sociais trazem à tona é o seguinte: se a gente quer um mundo melhor, um mundo com mais igualdade, um mundo com mais distribuição de riqueza, nós temos que olhar para aquilo que está sendo colocado por todos os grupos sociais, especialmente para os grupos sociais dominados, que são aqueles que estão numa situação de exploração ou de dominação neste momento, porque eu acho que a grande dificuldade que a gente tem é que a gente sabe que a gente não quer essa sociedade que está aí, até porque tem um nível de destruição que vai acabar com o planeta, com a vida. Então, não dá para a gente querer a longo prazo apoiar isso. Isso não é possível de ser apoiado porque é a destruição da Terra, da humanidade. Não tem como a gente querer que isso continue por muito tempo.

Agora, quando a gente pensa no que nós vamos querer, a gente só consegue pensar nisso, a gente quer uma sociedade mais equitativa, a gente quer uma sociedade com mais igualdade. Eu acho que a gente vai ter que descobrir que sociedade é essa na luta e no processo de construção, porque nós não temos uma receita e na verdade a história do socialismo nos mostra que o socialismo real também não conseguiu construir alguma coisa diferente. Não estou querendo dizer com isso que não há uma outra possibilidade de um outro socialismo. Sim, há, mas o que eu quero dizer é que historicamente nós não temos um exemplo de socialismo onde se tenha conseguido isso. É isso que estou falando: mais liberdade, mais equidade, mais igualdade e onde todos os grupos humanos, com todas as suas diferenças estejam incluídos, porque nós humanos somos diferentes. Existem brancos, negros, indígenas, asiáticos, gays, trans, existe tudo no mundo e o mundo tem que ter espaço para tudo isso. A nova sociedade, uma sociedade que a gente quer construir com igualdade e com liberdade é uma sociedade onde existe espaço para todas essas pessoas, com todas as diferenças possíveis que elas apresentem, porque são seres humanos e merecem estar aqui, merecem ser felizes como qualquer outro ser. Não existe um com mais direito que o outro ou pelo menos não deveria existir. Então, o que eu acho é que a gente tem que pensar na construção des-

Existem brancos, negros, indígenas, asiáticos, gays, trans, existe tudo no mundo e o mundo tem que ter espaço para tudo isso. A nova sociedade, uma sociedade que a gente quer construir com igualdade e com liberdade é uma sociedade onde existe espaço para todas essas pessoas, com todas as diferenças possíveis que elas apresentem, porque são seres humanos e merecem estar aqui, merecem ser felizes como qualquer outro ser. Não existe um com mais direito que o outro ou pelo menos não deveria existir.

sa nova sociedade juntamente com os movimentos sociais. Eu acho que só o movimento feminista vai poder nos apontar qual é a sociedade ideal para as mulheres. Só o movimento negro vai poder nos apontar qual é a sociedade que os negros querem. Só o movimento LGBT vai poder nos apontar qual é o tipo de sociedade que as pessoas LGBT querem, precisam e necessitam para continuar vivendo e sobrevivendo em boas condições. Só o movimento indígena vai conseguir nos apontar como é que eles precisam ser tratados. E eu acho que só numa articulação de todos esses movimentos sociais é que nós vamos conseguir construir uma sociedade mais equilibrada, mais humana, mais igualitária, com mais liberdade, com mais igualdade.

Telma Bessa: Como é que a senhora percebe esse momento da globalização, que coloca em xeque, talvez, esse neoliberalismo, e se seria uma forma da gente flertar com a organização do Sul global? Como é que a senhora vê isso?

Márcia Leite: A globalização deve ser entendida de distintas formas. Eu acho que o grande problema da globalização é que ela foi uma globalização econômica, quer dizer, ela foi uma globalização de acordo com os interesses do capital. Então, vão tirar todas as fronteiras, o capital pode aplicar aqui, lá, não sei mais onde, usar os trabalhadores da América do Sul para produzir eletrônicos porque eles são mais baratos, enfim, essas cadeias globais de valor. A globalização foi isso. Agora, a globalização nunca foi, por exemplo, uma globalização dos trabalhadores, visto que os trabalhadores africanos que tentam atravessar o Mediterrâneo são impedidos. A palavra de ordem dos governos ali do Sul da Europa é “deixa morrer”. Essa é a globalização econômica. Essa é a globalização do capital. E essa é uma globalização que evidentemente não nos interessa.

Agora, existe uma globalização, se a gente pensar, que é uma globalização que é promovida pelo avanço tecnológico das comunicações. O fato de que hoje eu estou aqui no México conversando com vocês aí em Sobral, não estamos presencialmente, mas estamos conversando como se estivéssemos os três numa sala, isso é uma globalização muito boa. Isso é uma forma de aproximação entre as pessoas e uma forma de possibilidade de aproximação, de comunicação, de transmissão de conhecimento em termos mundiais, que é uma coisa fantástica. Então, eu acho que não dá para a gente colocar tudo dentro da globalização como se fosse ruim. Se a gente separar a globalização econômica de todos esses avanços tecnológicos que permitiram, pelo menos na área de informação, esse progresso que a gente tem hoje, que eu acho que é um grande progresso, realmente, nós vamos ver que são formas de globalização diferentes.

A globalização econômica foi profundamente afetada pela pandemia. Por que? Porque ela foi feita pelo neoliberalismo de acordo com os interesses do capital financeiro e, evidentemente, ela é uma forma de globalização que só interessa ao grande capital, especialmente ao capital financeiro. Então, eu acho que é uma forma de globalização que foi profundamente afetada pela pandemia dos dias atuais. Isso vai ter de ser repensado. Isso está em discussão hoje em dia e é nessa discussão que a gente tem que entrar porque isso está em questionamento por alguns setores da sociedade, mas quando a gente ouve, por exemplo, o [Paulo] Guedes⁴ falar, ele está dizendo que vai continuar o ajuste, ou seja, para sair da crise depois de terminar a pandemia a gente tem que aprofundar o ajuste estrutural, então, enfim, é a mesma cabeça. Vai ser a mesma coisa se o Trump for reeleito nos Estados Unidos. Não é isso que a gente quer.

Existe uma possibilidade, não estou querendo dizer que é uma tendência, é uma possibilidade, de que essa globalização econômica seja questionada e essa possibilidade para nós é muito boa. Ela já vem sendo questionada, não sei até que ponto esse questionamento vai conseguir influir na forma como nós vamos sair da crise sanitária, porque na verdade, esse vírus não deixou ainda nenhum país inteiramente. Não tem nenhum país onde não haja mais casos ocorrendo. Tem uma grande diminuição na Ásia, uma grande diminuição na Europa. Na África, eles estão conseguindo

4 Ministro da Economia durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

controlar, mas não tem nenhum país do mundo onde a gente possa dizer que o vírus não está nesse momento. Então, a crise sanitária não acabou, ela continua aí e o que vai acontecer depois dela, a gente ainda não sabe. O que a gente sabe é que a gente vai ter o grande capital internacional querendo manter essa globalização econômica do jeito que ela era, do jeito que ela sempre foi, especialmente nos últimos anos, por isso tudo que eu falei, do aprofundamento do neoliberalismo com o surgimento de Estados autoritários, essa tendência neofascista que a gente assiste de uma forma tão horrorosa no Brasil. Mas isso vai estar em aberto porque eu acho que existem setores das elites, das classes dominantes que se deram conta de que esse modelo é muito destrutivo e não dá para apoiá-lo, então vai estar em discussão qual é esse mundo que vai sair da crise sanitária ou como é que vamos sair da crise sanitária. Já está em discussão. E aí, eu acho que a globalização econômica vai estar profundamente questionada.

Mas eu acho que não dá para a gente pensar também no mundo como se a gente vivesse na Idade Média porque hoje as comunicações são muito amplas. Felizmente tem um lado muito bom que nos permite ter um contato com os outros países, com as outras culturas, com as outras pessoas, algo que era impensável há vinte anos. Eu me lembro, gente, que em 1995 eu fui fazer um pós-doc na Inglaterra e eu mandava cartas para São Paulo. Já existia e-mail, mas só tinha e-mail quem estava na universidade, as pessoas comuns não tinham. Então, na minha família ninguém tinha e eu escrevia cartas, que levavam 15 dias para chegar em São Paulo. 15 dias! Estou aqui no México e falei com o meu sobrinho hoje, como estou falando com vocês. Então, é uma diferença. E isso faz 25 anos. É disso que estou falando, quer dizer, nos últimos 20 anos, o que as comunicações se desenvolveram é uma coisa fantástica e isso é progresso, isso é uma melhoria para toda a humanidade. Se a gente pensar em termos, por exemplo, do aprofundamento das discussões científicas, isso é maravilhoso. A gente poder discutir o resultado das nossas pesquisas com pessoas noutros continentes, que estão vivendo outras realidades. É uma coisa fantástica!

Telma: Professora, eu fico maravilhada com as suas análises, com a sua trajetória muito inspiradora e, o mais importante, essa vitalidade que nos mostra que ainda estamos começando a caminhar para transformar tudo isso.

Márcia Leite: A gente estava comentando qual era a saída, não é, Joannes? Então, eu falei que eu achava que a única saída possível era construir um modelo de novo mundo em que todos caibam e que todos tenham os mesmos direitos. Estou falando dos brancos, dos negros, dos índios, dos amarelos, dos gays, dos transexuais, enfim, de todo mundo. Um mundo onde haja lugar em que todas as diferenças humanas sejam respeitadas e que isso a gente só vai conseguir construir se a gente se abrir para a discussão com os movimentos, porque assim, só o movimento de mulheres tem condições de dizer o que é que as mulheres necessitam; só o movimento negro tem condições de dizer o que é que os negros necessitam; só o movimento indígena tem condições de dizer o que é que os índios necessitam; só o movimento LGBT tem condições de nos dizer os que elas/eles necessitam, enfim, um grande pacto, como foi o pacto pós-guerra. Um grande pacto em que todos estejam inseridos. Só que o pacto pós-guerra foi entre trabalhadores e empregadores e não incluiu as mulheres, não incluiu as pessoas LGBT, não incluiu os negros, enfim, foi um pacto muito mais limitado, muito mais restrito, mas eu vejo que essa é a possibilidade, digamos, da construção de um mundo novo que a gente tem pela frente e aí eu encerro a entrevista. Eu acho que essa possibilidade está colocada, se a gente vai conseguir ou não construir esse novo mundo é uma coisa que só a história vai nos dizer se será possível. Nós não temos uma bola de cristal, mas eu acho que esse é o caminho. Esse é o caminho!

Joannes Forte: Muito obrigado, professora Márcia Leite! Sigamos!

[...] nos últimos 20 anos, o que as comunicações se desenvolveram é uma coisa fantástica e isso é progresso, isso é uma melhoria para toda a humanidade. Se a gente pensar em termos, por exemplo, do aprofundamento das discussões científicas, isso é maravilhoso. A gente poder discutir o resultado das nossas pesquisas com pessoas noutros continentes, que estão vivendo outras realidades. É uma coisa fantástica!

Doi: 10.35260/54211314-2024.p126-138



Telma Bessa Sales é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), com mestrado (2000) e doutorado (2006) em História pela mesma instituição e pós doutorado na Universidade de Évora – Portugal (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, memória, cultura, história oral, reestruturação produtiva e patrimônio industrial. Fez estágio na Universidade La Sapienza (Roma) sob orientação do professor Alessandro Portelli. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Ceará (ICOMOS-CE), do Conselho Municipal de Patrimônio de Sobral e professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2011.

Dialogar com os diversos setores da sociedade é importante na pesquisa e ensino: entrevista com Telma Bessa Sales¹

Telma Bessa Sales

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Joannes Paulus Silva Forte

Joannes Forte (UVA): Boa tarde a todos e todas! Meu nome é Joannes Forte. Eu sou professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú e atuo nos estudos do trabalho. É uma das áreas temáticas que eu pesquiso: trabalho, educação e direito. E estou hoje com esta responsabilidade prazerosa de conversar com Telma Bessa sobre a trajetória dela de pesquisadora também da área do trabalho, que se desdobraram em produções que foram da pesquisa científica ao audiovisual, a opção de curta metragem. Também englobando a trajetória da Telma no debate sobre trabalho e os trabalhadores e trabalhadoras e da classe que vive do trabalho.

A professora Telma Bessa é do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú. É graduada em História. É mestra em História e é



¹ Entrevista realizada via *Google Meet* em 17 de novembro de 2020. Confira a entrevista utilizando ou clicando no QR Code ao lado.

doutora em História pela PUC de São Paulo. Então, gente, ela deu início a uma trajetória de estudos do mundo do trabalho, sobre os quais nós iremos conversar aqui hoje.

Telma Bessa (UVA): Boa tarde! Eu agradeço muitíssimo. Me sinto honrada de participar desse diálogo e apresentar um pouco da minha carreira profissional e minha trajetória, que tem tudo a ver com isso, não é? Com um ambiente de trabalho, com um ambiente de uma postura sempre envolvida com os movimentos sociais. Como é importante firmar as parcerias, os diálogos, pra gente transformar, pra gente mudar, pra gente compreender e mudar o espaço e o momento que a gente vive! Então, eu gostaria de começar falando que a dinâmica que eu escolhi, o tema, tem dois momentos, tem dois movimentos. O primeiro é que eu já convivía e estava envolvida com uns grupos de trabalhadores na cidade de Fortaleza, na minha graduação. Então, antes de eu entrar na Universidade Federal do Ceará, na década de 1990 para cursar a graduação de História, eu já participava das pastorais sociais. As pastorais sociais, gente, vêm desde a década de 1980 cumprindo um papel muito importante no apoio aos menos favorecidos, na luta pela redemocratização junto com o movimento sindical, obviamente, de todos os setores sociais. Eu era de uma pastoral chamada pastoral operária. Existia, naquele momento, a pastoral da terra, a pastoral da criança... Eu me envolvi e fiquei muito tempo, uns 15 anos, dedicada à pastoral operária, que hoje, nesse ano, faz 50 anos. É uma alegria! Eu fui convidada a participar da comissão de preparação para participar desses 50 anos. Por que? Porque essas pastorais sociais foram o fermento na transformação da sociedade. Nós fizemos da educação popular, como a professora Viviane [Prado] fala do MEB - Movimento de Educação de Base, como os operários construíram na cidade, na luta pelos seus direitos, que é exatamente o mesmo tema que nós estamos trabalhando hoje, a defesa dos direitos. A aplicação dos direitos.

Então, eu fazia parte dessa pastoral e, na década de 90, muitas coisas importantes aconteceram. A CNBB, que é a Conferência Nacional dos Bispos no Brasil, fez uma grande atividade que se chamou “ Primeira Semana Social Brasileira”, nessa instância que ela foi crescendo, nos bairros, na cidade e para o país. Fez um grande diagnóstico sobre o Brasil que temos e o Brasil que queremos. Quem participou dessa dinâmica, desse evento, foram os desempregados, foram os trabalhadores, as mulheres, os religiosos

e, no final, nós fizemos um grande debate com o Fernando Henrique Cardoso e com o Luiz Inácio Lula da Silva, que eram candidatos, que eram lideranças que naquele momento estavam participando da nossa discussão sobre a sociedade. Então, essa pastoral social é muito importante, por isso eu conversei com os novos alunos. Os alunos são dos grupos de jovens, são da comunidade, enfim, importante participar, abordar e acompanhar grupos de teatro, grupo é de Slam.² É muito importante a gente apoiar e participar desses movimentos. A minha trajetória começa aí, o meu interesse pelos trabalhadores, por uma abordagem mais social e pela luta dos direitos, entende? Então, tem essa vertente de desenvolvimento social. E, como diz o professor Marcelo Badaró, que é um grande professor estudioso do mundo do trabalho, e a professora Déa Felon falava muito isso em São Paulo, são os movimentos sociais que incentivam as Instituições de Ensino Superior a repensar o seu cotidiano, a sua sala de aula, os seus currículos e a sua atuação. Então, nesse momento da década de 80-90 as universidades estavam muito envolvidas nessa dinâmica, impulsionadas, obviamente, pelo movimento social.

Eu estudava na Universidade Federal do Ceará e a minha graduação foi muito interessante. Professores como o professor [Francisco José] Pinheiro, como a professora Adelaide [Maria Gonçalves Pereira], como o professor Frederico [de Castro Neves]... Então, eu tive muitos professores justamente nessa linha, dessa trajetória, dessa opção de não desligar os estudos dentro da universidade, como estava acontecendo na sociedade, entende? Como diz o Milton Santos, a universidade não está acima do bem e do mal e não está fora da sociedade, mas ela faz parte e contribui inclusive para pensar a construção e as mudanças, para pensar uma nova sociedade. Então, pra que serve a pesquisa, não é? Pra que que servem os nossos estudos? A não ser tornar a vida mais digna, lutar por igualdade social, que a gente possa dar visibilidade àqueles personagens e aqueles sujeitos que não estão nos livros, né assim? E que não estão nos meios de comunicação. Como dizia Michelle Perrot e alguns outros autores franceses e ingleses, “os excluídos da história”.

2 Identificado como um gênero literário de resistência, no Brasil o slam é caracterizado pela declamação de versos em espaços públicos, inspirados pelo rap, sintonizados com a vida nas periferias e experimentados coletivamente.

Então, veio a minha escola na faculdade. A minha formação de graduação tem exatamente essa marca, de pensar não só a universidade, pensar não só o meu curso de graduação, mas pensar o meio em que estou vivendo. Imagine só, na década de 90, o que aconteceu no Brasil! O impeachment do governo Collor, não é? Se vocês não lembram, já houve esse impeachment, que envolveu a juventude, os trabalhadores rurais. Muito interessante! Meus professores nos incentivavam a ir para a praça exatamente para ter esse envolvimento político. E nós fomos para as ruas de caras pintadas. Vocês lembram? Dos livros que tem? Nós pintamos o rosto e fomos para a praça José de Alencar, exatamente para lutar por esses direitos políticos. E exatamente, fazia coro a essa grande reivindicação e luta que era o impeachment do Collor. Sendo que, anos antes do que em 88, mesmo antes de eu entrar pra faculdade, a gente já estava, através das pastorais, construindo a Constituição Federal, a Constituição Cidadã de 1988. Alguns de nossos alunos estavam nascendo, não é? Na década de 80, e eu tive a grande oportunidade de participar desse momento, sabe? De lutar por uma Constituição Cidadã, de ir para as praças, de ir para as ruas pedir a assinatura dos menores, dos índios, das mulheres, dos segmentos sociais que não eram respeitados pela nossa Constituição. Foi um marco de fato, e que hoje tem nos livros, e de todo esse envolvimento e essa mudança social.

Eu tive essa oportunidade de compreender a urgência dos estudos e das pesquisas, intrinsecamente ligado com a sociedade. Ligados com as opções de vida das pessoas, ligados com a justiça social. Então, o nosso laborar, o nosso viver, nossa vida feliz. O que é uma vida feliz? Uma vida feliz é uma vida justa. Essa vida justa é quando todos têm acesso a tudo de bom, não é assim? Não só pra mim, pra você, para a comunidade, para a nação! Nós lutamos pela cidadania. É isso que nós estamos fazendo, dentro e fora da universidade a vida inteira, né isso? Então, a minha formação, da minha juventude é que possibilitou essa análise, esse assumir compromisso, porque o estudo não são só teóricos, as nossas pesquisas não se desenvolvem só pra cumprir tabela. Não é só cumprir tabela, pra terminar, para concluir. Então, na minha escola que eu aprendi, na UFC, na graduação.

Joannes: Sobre as suas escolhas teórico-metodológicas, nos seus trabalhos a história oral se destaca como uma perspectiva fundamental. Como se deu esta escolha?

Telma: Então, antes precisamos compreender que de fato a história oral é uma opção política. A história oral contribui para a ampliação da democracia, da visibilidade, a pluralidade de vozes. E antes de entrar nesse aspecto, eu gostaria de dizer que o tripé das minhas pesquisas são o trabalho, a cidade e os trabalhadores. É claro que o mundo do trabalho inclui, inclusive, o patronato, as histórias empresariais. Nós temos acervos como o CPDOC³ e vários outros que escutam os personagens e as personalidades, e eu fiz a opção de pesquisar e dar visibilidade a esses outros setores. Então, nesse diálogo do mundo do trabalho, da sociedade e dessas memórias. Esse campo de trabalho da historiografia só veio despertar nos anos 1970-80. Antes, esse tema do mundo do trabalho era muito restrito às ciências sociais. Os historiadores, um pouco depois dos sociólogos, é que desenvolveram de fato essa opção. Então, na minha opção, no meu mestrado em São Paulo, no final dos anos 90, eu estudei os operários da Volkswagen de São Bernardo do Campo. Eu estudava muito sociólogos como Francisco Oliveira, Fernando Henrique Cardoso... Esses sociólogos estudavam, nos anos 60-70, esse Brasil industrial. Era o Brasil em formação, era o começo da industrialização do ponto de vista da produção, do maquinário pesado, a migração. Depois eram abordagens de outras concepções de trabalhador. O trabalhador não é só aquele imigrante que vai compor o operário fabril, mas é aquele sujeito social que se mobiliza, que faz greve e que faz oposição.

Então, houve essa dinâmica até a história entrar nessa discussão como, por exemplo, com a professora Ângela de Castro Gomes, do Rio de Janeiro, que escreveu "*A invenção do trabalhismo*"⁴, como professores como Edgar de Decca, Claudio Batalha, Marcelo Badaró. São vários estudiosos que abraçaram esse tema do mundo do trabalho de uma perspectiva do envolvimento, da ação coletiva, da luta pelos seus direitos. Antes de ontem eu assisti a uma *live* maravilhosa, que está no Youtube, na Unirio, da professora Ângela de Castro Gomes. Gente, ela foi espetacular ao discutir exatamente os direitos dos trabalhadores em 1945, a partir da CLT, como as leis trabalhistas, como essa luta está no mundo atual e exige de nós, historiadores e pesquisadores, novos estudos e novas posturas.

3 O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, é uma instituição de pesquisa e ensino superior brasileira que conta com um banco de dados de documentação sobre história contemporânea do Brasil.

4 GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, SP: Vértice, 1988.

Em 2000, os historiadores fundaram o GT sobre o mundo do trabalho dentro da ANPUH, da Associação Nacional dos Professores de História. Então, vocês percebiam que tem uma grande caminhada e sempre no diálogo com as Ciências Sociais, com os diversos pesquisadores. É exatamente nessa perspectiva a minha trajetória e os meus estudos. Essa opção política, teórica, metodológica, historiográfica pelos trabalhadores. É exatamente o que nos move e abraçando, obviamente, a história oral. Na minha graduação, por exemplo, nem existia monografia, mas a gente fazia uma pesquisa e um relatório e eu entrevistei os dirigentes sindicais. Por que? Porque naquele momento, eu trabalhava na Central Única dos Trabalhadores, eu era secretária e ali eu tinha acesso aos sindicatos mais pobres, sindicatos dos têxteis, sindicatos dos sapateiros, sindicatos das castanhas. Gente, nem existia o sindicato das castanheiras!

As trabalhadoras da Guararapes, das linhas de confecção em Fortaleza, não tinham refeitório, não tinham uniforme, elas comiam nas calçadas. Então, nós da Universidade, junto com a sociedade, apoiamos esses trabalhadores, para lutar organicamente, sistematicamente por seus direitos. Por isso que a Universidade é um espaço fundamental pra gente alargar os nossos horizontes, pra gente ver além das nossas pesquisas. A minha pesquisa, nesse sentido, da UFC, foi muito incipiente.

No mestrado, na PUC-São Paulo, aí sim! Foi uma experiência que me levou semanalmente ao Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo, então eu tive acesso aos trabalhadores no local de trabalhador, no chão da fábrica. Eu escolhi os ferramenteiros, que é exatamente esse livro aqui, que foi publicado. Trabalho e restauração produtiva.⁵ Eu escolhi a ferramentaria porque é o coração da fábrica. Naquele momento, eram os trabalhadores que desempenhavam toda a produção no ponto de vista do modelo do carro, das peças produzidas.

Joannes: Só fazer uma propaganda: este livro é uma produção da dissertação de mestrado da professora Telma Bessa e você pode comprar pela internet.

Telma: Então... Eu vou contar uma piada pra vocês, não sei se eu contei pra você, Joannes. Acho que eu contei pra outro professor. Gente, esse li-

5 SALES, T. B. *Trabalho e reestruturação produtiva: o caso da Volkswagen em São Bernardo do Campo/SP*. 01. ed. São Paulo: Annablume, 2002.

vro foi no ano 2000, então eu assinei o contrato e todos os direitos autorais obviamente para a editora. Hoje ele custa R\$ 6,00 na Estante Virtual. Qual é a graça disso tudo? Eu tenho uma amiga que está no pós-doutorado em Lisboa e viu meu livro. Eu pedi pra ela olhar o preço... 93 euros!

Joannes: Uau!

Telma: Quase 500 reais! Então, que loucura!

Joannes: Que bom que no Brasil está acessível, né? (risos).

Telma: Por outro lado, nos mostra também a desvalorização. Quem me conhece, sabe que eu não quero vender absolutamente nada. Tudo é gratuito, entende? Obviamente, faz 20 anos, nos anos 2000... há 20 anos! O que é importante disso tudo? A gente perceber que essa pesquisa, pra mim, foi super importante. E no doutorado eu continuei nos estudos do mundo do trabalho com os nordestinos que moravam em São Paulo. Mas por que os nordestinos? Foi com um contato e articulação com os familiares. Eu pesquisei trabalhadores desde a época de 1950. Eu pesquisei um trabalhador que chegou em 1957 pra trabalhar na Volks e outros trabalhadores que estavam chegando lá no ano 2000. Então, esses trabalhadores construíram São Paulo e construíram também essa grande fábrica. Eu separei aqui uma coisa super legal sobre esse livro: a Volkswagen é uma cidade. Aqui diz assim: “O consumo médio mensal é de 62 toneladas de arroz, 132 toneladas de carnes, 7 milhões de refeições”. É a dimensão da Volks, que era uma cidade. E esse trabalhador se envolvia, além da fábrica, nas comissões de trabalho, se envolvia no futebol, se envolvia no grupo de teatro, não é? Se envolvia no 1º de maio. A vida desse trabalhador, para nós pesquisadores, não é apenas uma engrenagem que faz parte dessa indústria, ele é um sujeito social protagonista, que ama, que sofre, que sorri, que luta, que reza e transforma. Só pra concluir, é essa abordagem que a metodologia da história oral faz, que é exatamente ter uma experiência de igualdade, e é uma não-relação de hierarquia. É uma troca de experiências.

Joannes: Como foi pesquisar esses trabalhadores fabris e imigrantes na cidade de São Paulo?

Telma: É muito interessante, gente, porque na verdade quando eu fiz meu mestrado e meu doutorado eu continuei, obviamente, com meu envolvimento na política. Então, eu fui trabalhar como assessora parlamentar legislativa em São Paulo e o deputado com quem eu trabalhei era ligado

também às pastorais sociais. E existe em São Paulo e aqui também, no Nordeste e no Ceará, uma pastoral dos migrantes. Essa pastoral foi fundamental para o meu estreitamento de laços com esses grupos de alagoanos, cearenses, de baianos, de piauienses, de maranhenses. Esses nordestinos em São Paulo constituíam comunidades organizadas, sabe? A metodologia da história oral lhe possibilita esse olhar que eu valorizo, pois considera a dinâmica, o cotidiano, a subjetividade desses sujeitos sociais.

Muitos historiadores vêm estudando o trabalho. E como é essa realidade, essa dinâmica? Nessa realidade de São Paulo, que tinha de tudo, boliviano, italiano, chileno, inclusive nordestino, inclusive cearense, inclusive canudense. Por que eu estou fazendo esse triângulo? Porque quando eu fui dialogar com eles, a primeira coisa que deixavam claro era: “Nós somos descendentes de Canudos da Bahia e nós estamos compreendendo uma outra versão da Guerra de Canudos. Nós temos comunidades, reuniões, nós vamos nas escolas dar palestras, nós fazemos celebrações, nós fazemos forró que envolve mil pessoas, que é pra celebrar a memória dos nossos avôs, do que foi a Guerra de Canudos, e não a memória que está nos livros”. A história oral é essa experiência transformadora que faz com que a gente perceba que há outras histórias além da história e da versão oficial. Nós queremos o quê? Outras disciplinaridades, outras memórias, outras histórias, e foi exatamente o que eu fiz, sem saber, no começo, na minha graduação, depois no mestrado, no doutorado e no pós-doutorado.

E quando eu vos falo em Sobral, quando eu vim embora, depois de 15 anos que eu cheguei em Fortaleza, de volta ao Ceará, eu também me dediquei aos estudos com as parteiras, com os trabalhadores, com os enfermeiros, com os trabalhadores da área da saúde, com os têxteis, da Finobrasa, que é uma fábrica que nem existe mais. Então, eu me envolvi, eu voltei, fui professora visitante da Universidade Federal do Ceará por três anos, e lá também nós tínhamos o nosso grupo de história oral. E nós fomos exatamente dialogar com algumas categorias. Essa percepção, essa sensibilidade, essa valorização desses segmentos sociais sempre foram muito presentes na minha trajetória.

Joannes: No caso dos trabalhadores migrantes, o que eles falavam sobre a saudade? Como pensavam a distância do seu lugar de origem? Quais as dificuldades de adaptação ao novo lugar?

Telma: Quando eu cheguei a Sobral, nós fomos conhecer os trabalhadores da Fábrica de Tecidos.⁶ Por que? Porque o que nos interessa, o que nos move são as histórias desses trabalhadores, as memórias desses trabalhadores que trabalhavam nesses estabelecimentos.

Joannes: Inclusive você fez o vídeo, documentário, né?

Telma: É isso exatamente o que eu ia falar. Porque no começo você disse: “Ela fez ciência, ela fez pesquisa e também foi pro audiovisual”. E essa é uma grande polêmica porque a produção de audiovisual também é ciência, pois estamos produzindo metodologias abrangentes, diferenciadas e hoje são metodologias digitais educacionais, por exemplo. Eu tive muita sorte de encontrar excelentes pessoas em Sobral. Sobral é um campo aberto, é um grande convite para os pesquisadores, para a gente conhecer essa cidade que não está nos livros, que não está no bem tombado do centro histórico e dos casarões do século XIX. Que é maravilhoso! Que é um arcabouço teórico. Que é um estudo de conhecimento da produção da cidade. Que é formidável! Mas como disse o professor Nilson [Almino de Freitas]: “Nós queremos olhar além”. O nosso olhar busca outras histórias, outras memórias, então, a história que eu conheci tá no documentário, está neste livro, são as histórias desses trabalhadores que vieram de outras cidades.

Joannes: Eu só quero deixar claro, que essa polêmica não é comigo, pra mim, isso está muito claro! (Risos).

Telma: Ótimo! Exatamente! Por que? Porque mesmo a história oral, nos anos 80 no Brasil, é muito questionada e é muito bom isso, né? A gente compreende como os historiadores, como os pesquisadores na França, na Inglaterra, no México, na Espanha, na Itália, aqui, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Amazonas, como é que essa metodologia é tão rica! Ela proporciona isso, como dizia o Michael Pollak: “Possibilidade de interpretação de outras histórias e de outras memórias”. É disso que tratam os escritos do professor Alessandro Portelli. É disso que fala a professora Yara Khoury. É quando trata essas memórias, essas experiências vividas dos sujeitos sociais, é disso que trata também a Antropologia. O Paulo Arantes, quando fala do espaço dividido entres os imigrantes, entres os nativos, entre os

6 Companhia de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano, conhecida também como Fábrica de Tecidos de Sobral.

empresariados, entre os trabalhadores. Então, é dentro dessas realidades que nós todos estudamos e nós todos pesquisamos.

Agora, pra que pensar nisso? Por que pesquisar considerando todos e todas, esses elementos? Além de ser um compromisso intelectual da academia, pra que tudo isso? Porque a história nos ajuda a pensar e a entender a sociedade em que nós vivemos! Sempre existiram as dificuldades. A história do Brasil é uma história de guerra, de luta, de protesto, não é isso? Então poucos momentos nós tivemos em berço esplêndido, aliás, os trabalhadores nunca viram isso. Nós estamos tendo, hoje ainda, trabalho escravo. Não é escravo como houve no Brasil Colonial, mas é uma escravidão pela vigilância, pelo controle de tempo. A professora Ângela de Castro tem uma pesquisa esplêndida, maravilhosa dos entregadores antifascistas que são exatamente os trabalhadores que estão movimentando o capital. Eles dizem exatamente o [Karl] Marx falou. Do que é essa realidade de trabalho que Marx falou até hoje? O que significa a precarização do trabalho hoje?

Joannes: A uberização que ataca os entregadores e as entregadoras nesse momento, pelo mundo. E outras categorias também.

Telma: E do professor! Então, por que é tão importante? Nós temos que considerar o quê, gente? Por que nós fazemos essas opções? O que importa é a gente fazer nossas pesquisas com uma experiência transformadora na Universidade e na cidade, como Sobral. Porque nós temos que estar atentos à realidade em que nós vivemos. Porque nós temos que saber desconstruir as mentiras, as *fake news*. O que exatamente são essas mentiras? São o canto da sereia do neoliberalismo, que tenta convencer o trabalhador, que não tem direito, que não tem vínculo, de que é um empreendedor, e isso é mentira! Não sou eu quem está falando, são eles próprios.

Joannes: Professora Telma, sua pesquisa analisa o impacto das políticas neoliberais no campo do trabalho?

Telma: É disso que se trata. É porque eu fico tão apaixonada por isso! (risos). Nós estamos falando do ataque do capital ao trabalho. Então, esse tripartite do trabalho, do capital e do Estado é o que Marx estudou também. É disso que se trata. E nós, os trabalhadores, é que estamos perdendo. Por que? Porque somos nós que estamos reivindicando comida, nós queremos comida! O que os entregadores estão pedindo? Eles estão pedindo comi-

da, pedindo álcool, eles estão pedindo salários justos. Porque eles pagam inclusive o celular, inclusive o uniforme. Então, é uma desregulamentação, é uma flexibilização total. É uma desconstrução dos direitos sociais e dos direitos dos trabalhadores que foram garantidos com muita luta e com muita organização, entende?

Qual é a importância do curso de história? Eu sei que eu não trabalho sem ciências sociais, sem os meus parceiros que são da Geografia, da Antropologia, da Arquitetura, das Ciências Sociais. Mas nós não podemos esquecer que a história nos permite compreendermos essa historicidade, esse processo. Como é que vamos compreender o hoje sem olhar essa história? E a história está nos mostrando isso, vamos ficar atentos ao que está acontecendo, não cair no conto do vigário, no canto da sereia, que é o que o neoliberalismo coloca. Que nós somos empreendedores, que a tecnologia é tudo. Eu sei que nós, em sociedade, que tem uma distância abissal. Como dizia o Boaventura de Sousa Santos, “Entre as pessoas que têm tecnologia, que têm conta bancária, que têm acesso a tudo e a grande massa que não tem nada”. E agora, inclusive, nessa pandemia, é esse o nosso desafio. Como é que nós, pesquisadores, podemos contribuir pra ajudar a mudar essa situação? Nós não queremos só um chip. O que é um chip? É uma porta de acesso! Nós não queremos só a metade, nós queremos igualdade pra raça, pra gênero, pras mulheres negras. Nós queremos igualdade de acesso para as periferias. É disso que tratam os nossos estudos.

Joannes: Muito obrigado, professora!

Telma: Quero agradecer muito e dizer que eu e toda a minha trajetória foi em

Eu sei que eu não trabalho sem ciências sociais, sem os meus parceiros que são da Geografia, da Antropologia, da Arquitetura, das Ciências Sociais. Mas nós não podemos esquecer que a história nos permite compreendermos essa historicidade, esse processo. Como é que vamos compreender o hoje sem olhar essa história? E a história está nos mostrando isso, vamos ficar atentos ao que está acontecendo, não cair no conto do vigário, no canto da sereia, que é o que o neoliberalismo coloca. Que nós somos empreendedores, que a tecnologia é tudo.

diálogo com os pesquisadores da Unicamp, da PUC, da UFC e dizer que nós temos muito, muito o que caminhar para trazer as costureiras aqui, as mulheres que trabalham com palha de carnaúba, entende? Pra entender essa região em que nós moramos. E isso desde a década de 30, desde que nunca foram reconhecidos os direitos dessa mulher, que ainda mais tem uma tripla jornada de trabalho, onde o companheiro não ajuda, não divide as tarefas. E isso é uma luta histórica e ela é fundamental pra gente hoje. E para concluir, eu gostaria só de dizer isso: vamos entender que a nossa luta hoje é por proteção social, é pelo vínculo, é pelo básico, entende? Que foi negado e que a classe trabalhadora, os diversos segmentos sociais juntos é que conseguem mudar isso.

Doi: 10.35260/54211314-2024.p140-165



Samuel Carneiro de Carvalho é graduado em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2004), tem mestrado (2004) e doutorado (2012) em História pela Université de Toulouse -Le Mirail (França), pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2022). Atualmente, é professor adjunto de História da Universidade Estadual do Ceará - UECE (Fortaleza), nas disciplinas de História da América, Moderna e Contemporânea, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades (PPGHCE - UECE) e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (PPGH - UFC).

Os sujeitos na luta pela terra: entrevista com Samuel Maupeou¹

Samuel Maupeou

Telma Bessa Sales

Viviane Prado Bezerra

Telma Bessa (UVA): O professor Samuel Maupeou faz parte do grupo de trabalho da Anpuh sobre o mundo do trabalho e é muito importante para a ampliação do destaque desta discussão temática aqui para o Norte/Nordeste. Então, queria pedir para o senhor se apresentar rapidamente e depois falar conosco sobre quais foram as suas motivações para a escolha do seu tema de pesquisa e de trabalho.

Samuel Maupeou (UECE): Vou fazer uma pequena apresentação, se vocês quiserem que eu aprofunde, sem problema, temos bastante tempo. Meu nome é Samuel Carneiro de Maupeou, sou pernambucano. Vou falar só dos meus estudos universitários. Fiz a minha graduação na UFPE, comecei no segundo semestre de 99 e terminei em 2004. Oficialmente, o semestre era 2003.2, mas aí, por conta de uma greve – na universidade pública é muito comum e a UFPE nessa época tinha muitas greves - terminei em 2004. É importante destacar que na graduação eu participei como bolsista de iniciação científica do CNPq², com Antônio Montenegro, e eu



¹ Entrevista realizada via *Google Meet* em 30 de maio de 2020.

² Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

trabalhava a Igreja durante o Regime Militar, especificamente em Pernambuco na década de 1960, mais especificamente o ano de 68. A gente trabalhava muito a questão do conflito do arcebispo local, que era dom Helder [Camara], cearense, inclusive, com as autoridades militares, discursos e a troca de correspondências que ele teve com Gilberto Freyre. Não sei se todos conhecem, mas [G. Freyre] foi apoiador do regime militar.

Adiantando um pouco, eu terminei e acabei não renovando a bolsa com Montenegro por questões de escolha pessoal e também pelo tempo. E aí, eu fui fazer o mestrado na França e quem me ajudou muito, na época, foi Christine [Paulette Yves Rufino] Dabat, minha co-orientadora em parte do mestrado, mas principalmente do doutorado. Eu fiz o mestrado de 2004 a 2006, fiz um estudo das redes de sociabilidade da Teologia da Libertação. Escolhi alguns teólogos e fiz esse estudo.

Depois, eu emendei no doutorado em Toulouse, na França. Fiz com Richard Marin com a ajuda de Christine Dabat. Fiz o doutorado sobre, especificamente, a questão agrária, mas, na época, eu não tinha muita consciência de que estava fazendo História Agrária. Aí, trabalhei sobre a CPT – Comissão Pastoral da Terra – em Pernambuco. A CPT daqui [Nordeste 2] tem uma especificidade: ela surgiu um pouco mais tarde, reúne mais de um estado e aí acabei, no doutorado, prologando um pouco. Mudei de tema no meio do caminho, terminei em 2012. Foi meio que um golpe de sorte. Fiz a defesa em setembro, surgiu o concurso da UECE, acho que foi em novembro de 2012 e, em janeiro, eu já tinha passado. Me mudei em junho pra Fortaleza, já foi junho de 2013.

Telma: Bom, poderia nos falar um pouco sobre as motivações que o levaram a optar por esse caminho de pesquisa?

Samuel: Falo já do mestrado e doutorado ou da bolsa de IC [Iniciação Científica]?

Telma: Você pode contextualizar. Porque é um processo, você vai se descobrindo, vai aprofundando, né isso?

Samuel: Na bolsa de IC foi uma coisa um pouco por acaso. Era uma pesquisa que Antônio Montenegro, inclusive, publicou agora um livro sobre as memórias dos padres do Nordeste e um desses padres, mais de um, são amigos da família, porque meu pai foi um ex-padre, também, e teve

contato com eles. Talvez ele tivesse se tornado um dos padres da Teologia da Libertação, mas aí ele largou a batina, como se diz, e casou com minha mãe. Resumindo: o projeto de IC de Antônio Montenegro era um pouco esse, aí eu entrei e só depois eu fui vendo. Na época, eu só sabia que ele tinha entrevistado o meu tio – tio Xavier -, que é um dos que ele cita no livro de artigos dele, e depois eu entrevistei com ele Dom Marcelo Carvalheira, que é o meu tio também e que já é falecido.

Não vou cair muito naquela ilusão biográfica, foi um período que eu aproveitei pouco, eu tive muita experiência de pesquisa com os arquivos, mas eu não tinha muita consciência, sinceramente, do que eu estava fazendo, por uma série de razões que todo mundo sabe como estudante. Para encurtar, eu não aproveitei muito, sentia muita dificuldade, mas, por um lado, foi bom porque eu comecei a trabalhar com História da Igreja que, apesar de eu ter essa família muito católica, eu não sou praticante. Uma formação muito clássica na Igreja, de primeira comunhão e tudo, mas não é a minha praia. Mas foi interessante porque Montenegro insiste muito na questão das fontes, e eu comecei a ter um contato meio que na aventura mesmo. Eu precisaria ter uma cabeça mais estruturada em relação à pesquisa pra poder ter aproveitado. Mas, serve pra isso também. A gente trabalhava muito na perspectiva das das práticas e discursos, como era construído o discurso sobre o Comunismo, como a Igreja tinha entrado pra combater o Comunismo e acabou sendo tachada de comunista. Eu tinha dificuldade de sair do que já era muito trabalhado, digamos assim. Apesar de eu ser muito novo na época, tanto de idade quanto de experiência de pesquisa, eu tinha impressão de que não conseguia me descolar da bibliografia, eu acabava um pouco reproduzindo essa ideia de setores da Igreja tachados de comunistas. Eu não conseguia sair disso, a verdade é essa. Eu nem sei se hoje em dia, se eu voltasse a essa pesquisa, se eu conseguiria, porque tem muita coisa produzida. Ao mesmo tempo, isso me deu um interesse muito grande, como Paul Veyne (1930-2022) fala, não querendo me comparar a Foucault, eu sou um pouco positivista no sentido de dar muito valor às fontes, não um valor hierarquizado, mas de procurar discussões um pouco mais originais, digamos assim, a partir do que as fontes permitem você discutir. Ao mesmo tempo, essa preocupação que eu já sentia de não conseguir fazer nada de novo, me leva a achar que eu rendi pouco, fazendo uma autocrítica. Diferentemente dos meus colegas

que permaneceram, acabaram continuando com Montenegro, eu fiquei um tempo aí meio perdido. Não é um privilégio meu porque acho que muita gente passa por isso.

Telma: Foi o início da caminhada?

Samuel: Foi, no projeto de IC. Eu acho que acabou repercutindo um pouco no mestrado. Porque assim, a dificuldade no mestrado, lá na França, talvez pra um brasileiro, porque por mais que eu tivesse meu pai, eu sou totalmente brasileiro, a parte do meu pai é francesa, mas eu sou muito pernambucano, não sou nem brasileiro, sou muito recifense mesmo. A cultura da gente, tanto para o lado bom quanto pro ruim, é muito escolarizada. Lá, não. Lá, você chega com seu orientador com um texto pra ele comentar, não tem um acompanhamento, não tem disciplina de seminário de pesquisa, não tem nada disso. É muito empírico mesmo. As aulas de mestrado eram seminários em que os professores discutiam suas pesquisas. E como eu estava num centro de pesquisas da América Latina... Uma crítica que até hoje me angustia muito é que eu acho que os estudos que são feitos na França sobre o Brasil são muito – é muito forte o que eu vou dizer, mas vou assumir o risco – caricaturais, muitos trazem uma visão de um estrangeiro, eu percebo muito isso. E eu, que gosto muito de trabalhar com história local, cada vez mais tenho ficado muito descrente. Eu sou muito novo pra isso em termos de pesquisa, mas eu sou muito descrente de perspectivas muito abrangentes, talvez o pessoal da História Global não goste muito de eu dizer isso – apesar de eu estar num grupo de História Global –, eu valorizo o chamado local, perspectiva local, embora possa estar conectada ao global, mas eu sou muito apegado à história local, digamos assim, um recorte mais direcionado. Com isso, eu sinto que a minha perspectiva, que foi se aprofundando cada vez mais nessa história, tem entrado muito em conflitos de terra, e é uma coisa que às vezes me complica um pouco no mundo do trabalho. A questão agrária é, às vezes, um pouco menos trabalhada no mundo do trabalho e aí, por exemplo, pra eu me inscrever num simpósio, eu tenho mais dificuldade.

O mestrado, eu considero que tive uma certa dificuldade por conta disso, o meu orientador queria que eu trabalhasse os teólogos latino-americanos, isso pra mim já era muito abrangente. Eu tive de definir alguns e trabalhar um pouco algo que hoje em dia eu identificaria como história

intelectual, dos intelectuais da Teologia da Libertação. No fundo eu tentei entender, porque por mais que se entenda a Teologia da Libertação como um movimento social, no fundo ela é um movimento altamente intelectualizado, poucos são os teólogos que têm um trabalho de base, de pastoral, são muito mais as comunidades de base, que não são teólogos da libertação. É uma discussão muito específica, talvez não valha a pena eu me aprofundar. Terminando o mestrado, com toda a questão da língua e por mais que eu tenha a origem do meu pai, não é a minha língua materna e o francês escrito é difícil. Hoje em dia, eu acho que eu tenho um nível bem razoável de escrita em francês, mas por conta dessa dificuldade eu investi muito. Às vezes eu corrijo francófonos, eu corrijo pessoas que têm o francês como língua materna. Acontece, não muito. Lógico que por escrito, eu nunca ousaria corrigir oralmente.

Mais no final do doutorado, acho que no último ano, eu entendi o que estava fazendo na minha pesquisa. De certa forma, eu comecei a entender retroativamente. Eu já fazia história oral e um pouco de história agrária, mas sem dar nome aos bois. Eu tento, de certa forma, conciliar uma discussão que seria mais de movimentos sociais à questão da pastoral, de maneira muito genérica. Eu tenho outras questões, eu trabalhava muito a importância da produção de documentos sobre os trabalhadores, ou de discussão sobre o mundo do trabalho, mas eu acho que a orientação que eu tenho seguido cada vez mais é tentar associar um pouco uma discussão que seria mais clássica dos movimentos sociais, ou seja, a luta pela terra como sendo mais uma questão de uma história social, mas eu tento atrelar muito à memória. Eu tenho feito entrevistas cada vez mais longas, mais subjetivas, cada vez menos estruturadas e falando de conflitos sociais. Eu tento atribuir significados outros do que só um conflito, objetivamente falando, com datas e acontecimentos marcantes. Eu tento ver muito como os próprios atores pensam esse conflito.

Viviane Prado (UVA): Em que momento desse percurso você encontrou o Sorpe³? Queria que você falasse um pouquinho desse órgão. Em Sobral, nas minhas pesquisas, eu encontrei algo parecido, que foi o CETRESO. Em

3 Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, organização criada em 5 de agosto de 1961 a partir do Plano de Emergência traçado pela CNBB, a pedido do papa João XXIII, para conduzir o esforço de sindicalização rural, cooperativismo e educação de base, então em curso segundo o modelo da *Populorum Progressio* e sua doutrina social Cristã.

Sobral, a gente tinha na década de 60, no jornal Correio da Semana, uma “Coluna do CETRESO” e, a partir dela, eu fui investigando e encontrei o organismo vinculado à Diocese de Sobral chamado CETRESO, que é Centro de Treinamento de Sobral, criado na década de 60, mas em 67 ele deixou de existir porque o seu fundador, que era o padre Luiz Melo, saiu de Sobral pra cidade de Camocim e iniciou outro trabalho pastoral lá, chamado Serviço de Promoção Humana. No entanto, eu encontro uma semelhança do que eu já li do Sorpe, essa coisa de tentativa de organização dos trabalhadores vinculando a um discurso de sindicalismo.

Samuel: O Sorpe, não posso dizer que é meu xodó, porque é de direita, ele é uma opção contrária às Ligas Camponesas, que, na verdade, usando termos pouco acadêmicos, o padre Paulo Crespo foi muito esperto, pois conseguiu ressignificar a atuação do Sorpe, que acabou, num contexto de ditadura mais exacerbada, pousando um pouco de “quase opção de esquerda”, mas, na verdade, ele foi o sindicalismo consentido, digamos assim. Foi, de certa forma, acobertado pelos militares, apesar de que todo apoiador do golpe acaba mal também. A gente tá vendo no contexto atual, gente que apoiou tá pagando o preço.

O Sorpe é sobre o que todo mundo tem interesse, o que o pessoal diz é que era uma coisa muito pessoal, uma iniciativa do padre Crespo – antes era o padre Crespo e o padre Antônio Melo, mas aí depois eles romperam. Inclusive, ele [Pe. Melo] escreveu... Eu tenho esse texto em inglês, foi minha orientadora da época quem me passou. Acho que é o trecho de um livro dele falando de uma revolução, só que uma revolução aos moldes um pouco de direita, fascista. Eles de alguma forma romperam e o padre Melo foi para o Norte do país, não lembro se foi para o Amazonas. Depois, ele acabou falecendo, não por morte violenta, ele morreu por alguma doença, alguma coisa. Dessa parte eu não me lembro mais. O padre Crespo continuou só, ele tinha uma equipe, mas acabava sendo uma iniciativa muito pessoal, pra não dizer personalista, mas pessoal. Talvez muita coisa tenha ficado nas mãos dele, é algo de que se fala muito, mas tem pouca fonte. Eu comecei a me interessar porque algumas dessas fontes eu encontrei e ainda estou trabalhando nelas lá na Cúria, que hoje em dia é o Centro de Pastoral. Lá na antiga Cúria, aqui em Recife. Foi uma época parte do Seminário Menor, depois virou a Cúria Metropolitana da Arquidiocese e, aí depois, se tornou hoje em dia, o Centro de Pastoral, de algumas pastorais,

como a Pastoral do Idoso. Mas aí tem o arquivo, se eu não me engano é Dom José Lamartine o nome do arquivo. Eles tão digitalizando, mas na época que eu ia era uma biblioteca.

Resumindo, era muito interessante porque a questão agrária de Pernambuco, a questão da Igreja e o tema Igreja e questão agrária são muito complexos nesse período, principalmente no início da década de 60. Eu tentei pesquisar um pouco isso no Ceará. Eu acho que nesse ponto a complexidade, às vezes, é um pouco maior aqui, porque tinha ainda o MEB⁴. Você tinha o MEB e o Sorpe, sem contar as Ligas Camponesas e todas as dissidências que foram surgindo. Então, é um campo de conflito muito extenso. Minha decisão foi ver o Sorpe como a opção de sindicalismo que acabou prevalecendo em termos políticos, mas que não impediu que dentro da Igreja existissem divergências, por exemplo. Mas o MEB rompeu claramente com o Sorpe, seu eu não me engano. Até o texto que eu escrevi sobre isso mostra que houve uma ruptura, tanto da JAC⁵ quanto da ACR⁶, quanto do MEB, com o Sorpe. Contrariamente ao que as pessoas pensavam, os maiores recursos do Sorpe vinham do MEB. Como o MEB era ligado ao governo federal no período de Juscelino, recebia muitos recursos e o Sorpe, os recursos que eles recebiam eram doações ou era capital norte-americano, que as pessoas associam àquele sindicalismo americano ligado à CIA⁷. Só que era com a Aliança para o Progresso, todo esse contexto de favorecer uma sindicalização menos radical, mais de conciliação de classes.

O meu interesse no Sorpe, no fundo, é um interesse das pessoas que trabalham com essa questão. Eu não trabalho muito a década de 60, mas, como pra entender o surgimento da CPT⁸ eu tive que entender essas experiências anteriores, eu aproveitei o que tinha pesquisado e confrontei com a perspectiva do Sorpe tentando dar mais detalhes com fontes, porque no fundo muito se fala, mas se você olhar, poucas fontes são citadas do Sorpe, muito mais discutindo o que já foi dito, discutindo um pouco os clássicos, a não ser um ou outro que conseguiu entrevistas com Crespo. Inclusive, eu tentei, mas na época ele já estava doente e faleceu em 2016.

4 Movimento de Educação de Base.

5 Juventude Agrária Católica.

6 Animação dos Cristãos no Meio Rural.

7 Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos).

8 Comissão Pastoral da Terra.

Viviane: Era isso que eu queria entender também, se o Sorpe teve uma linha de atuação assim, como equipe de organização desses trabalhadores, ou se foi mais uma linha intelectual vinculada a um discurso da Igreja, como no caso do CETRESO, que era responsável pela produção de um discurso no jornal, e aí reforçava a importância do sindicalismo, da Reforma Agrária e tal, mas era uma equipe muito pequena e essas pessoas não iam a campo pra organizar. Isso no Sorpe acontecia? Já que você falou da CPT depois, eu emendo: existiu algum desses trabalhadores que participavam do Sorpe, que foram organizados na época do Sorpe, que depois vão estar vinculados a um discurso posterior de organização da CPT, se existe ou não uma linha de continuidade nesses trabalhos.

Samuel: Isso aí é um pouco o que fiz na minha tese. Fazendo uma linha do tempo, foi basicamente a JAC, que surgiu primeiro, porque a JAC é da Ação Católica, da década de 40, já tinha em alguns lugares, eu acho que em Minas Gerais. Em Pernambuco, você começa com a JAC-F, que é a JAC feminina e era muito – desculpe a generalização – “corte e costura” para as mulheres ligadas à Igreja e ensinava como cuidar da família, mas naquela perspectiva bem da mulher “dona do lar”, que cuida dos filhos e que aguarda o marido chegar, aquela visão bem da própria sociedade, bem pudica, de uma mulher recatada etc. Então, a JAC feminina tinha muito essa perspectiva. Depois, começou a surgir uma JAC masculina numa perspectiva, digamos assim, produtivista, de ajudar a ter uma melhor colheita ou de ter uma organização em termos de cooperativa, mas fugindo ao máximo da perspectiva política de confronto, era a política de conciliação. No máximo, à medida que os direitos trabalhistas foram surgindo, foram se ampliando, aí a discussão começava, mas não se falava em greve, não se falava em reivindicação, esses termos praticamente não existiam ali. E aí, depois da JAC – a JAC só vai se radicalizar a partir de 63 -, chega uma hora que começa a surgir um movimento paralelo ao outro, por enquanto era a JAC feminina, depois a JAC e, depois, vai surgir também a ACR. É como se a JAC fosse pra juventude e a ACR para os adultos. Mas nesse caminho da JAC até surgir a ACR surge o Sorpe, paralelamente, e em algum momento eles vão se encontrar – a JAC, o Sorpe e a ACR –, só que aí vai chegar uma hora em que a JAC e a ACR vão romper com o Sorpe e o MEB também rompe, porque no fundo esses três movimentos acabam virando uma opção mais à esquerda – a JAC, a ACR e o MEB. Depois, o MEB acaba sofrendo muitos cortes.

Agora, estou em dúvida... Porque Pernambuco foi um dos primeiros em que a equipe a equipe pediu demissão e encerrou as atividades no MEB, porque a perseguição estava muito grande. E aí, ficou praticamente só a JAC e a ACR. Mas aí o Sorpe, nesse caminho aí, ele tinha uma perspectiva menos política e mais de formação. Quando tinha pronunciamentos políticos, era bem anticomunista. Eles têm um manifesto que, inclusive, foi publicado no jornal de apoio ao que ele chama de “revolução de 64”, usando todo aquele vocabulário anticomunista: agitadores, subversivos, politicóides. Tem um determinado termo através do qual eles dizem que os apoiadores, que as pessoas vinculadas às Ligas Camponesas são politicóides, o que hoje em dia as pessoas chamam de esquerdistas num sentido pejorativo.

Depois, esse caldeirão da década de 60, esses movimentos que vão restar vão se juntar no que vai ser a Pastoral dos Camponeses, ou seja, a Igreja vai juntar todos e vai dizer: “agora vocês vão se reunir na Pastoral dos Camponeses”, mesmo que eles tivessem perspectivas antagônicas, porque no fundo era uma justaposição, por porque cada um, depois que saía da sala de reunião, desenvolvia o seu trabalho separadamente. Aí, essa Pastoral dos Camponeses, com certeza por conta do termo “camponeses”, se tornou Pastoral Rural, porque o termo camponês foi ficando muito difícil de ser utilizado. Em 66, você tem registros dessa Pastoral dos Camponeses e, depois, já em 71, já se chama Pastoral Rural. Aí a Pastoral Rural vai se tornar cada vez mais um movimento. Não vai chegar a ser um movimento porque ela ainda continua sendo esse fórum de pastorais da Igreja.

Um desses movimentos, que era a ACR, dentro da Pastoral Rural, acaba fazendo com que a Pastoral Rural se torne um pouco um movimento, porque eles tomam um pouco à frente e o Sorpe se esvazia muito rapidamente. É uma Pastoral Rural, inclui em alguns lugares o MEB, o SAR – que era o Serviço de Assistência Rural -, o Sorpe um pouquinho, no início, mas basicamente acaba sendo a ACR, que era um pouco do que havia sido a JAC quando ela se radicalizou. E aí com a ACR, com a Pastoral Rural, ela teria permanecido Pastoral Rural - mas aí teve o conflito com dom José Cardoso e pra fugir da autoridade do bispo... Na verdade, ele não acabou com a Pastoral Rural, ele demitiu os coordenadores e colocou outros coordenadores sob a direção do irmão dele, que era o bispo de Petrolina, dom Paulo Cardoso. A Pastoral Rural continuou existindo, mas a coordenação da Pastoral Rural que foi demitida se tornou CPT, até hoje.

São muitos movimentos, com certeza ficou confuso porque é um caldeirão mesmo, mas o Sorpe, especificamente, ele dava cursos de formação, vários. Às vezes, com um técnico agrícola, curso de semente, mas tinha muito de sindicalização, como organizar um sindicato, como fazer uma ata, como conduzir uma reunião e, na maioria das vezes, esses cursos eram ministrados por ele, o padre Paulo Crespo. Tinha muito essa perspectiva de formação. Depois, à medida que a ditadura foi se constituindo, eles começaram cada vez mais a entrar numa perspectiva menos política e cada vez mais de assistência ao pequeno produtor rural. Ele defendia muito a chamada Lei do Sítio, que é um decreto de 1965. Tem um texto que eu enviei pra revista *Historiar*, da UVA, e nele eu discuto isso, a questão do Sítio. Era uma “forma” – entre aspas – de reforma agrária branda, ele não precisava lutar pra uma justiça social muito radical, ou seja, tirar a terra do latifundiário, bastava que o latifundiário desse dois hectares pra que o trabalhador permanecesse nas proximidades do engenho ou da usina.

Se deixar, eu falo muito dessas questões aí. Eu tenho muito apreço em discutir a questão do sítio, mas na origem, era uma forma de conciliar com a grande produção canavieira, era dar o mínimo de subsistência. No fundo era isso. Alguns autores acabam mostrando o sentimento de posse em relação a esses dois hectares. Isso, de certa forma, é um esboço da luta pela terra, porque, a partir do momento em que você tem um sítio, você passa a ter um sentimento de pertencimento daquele sítio em relação você. Algo que era visto como uma posse provisória, numa situação em que as relações de trabalho estavam mantidas, ou seja, como uma concessão, mas a partir do momento em que essa relação de trabalho entra em crise, porque o produtor quer expulsar o morador, essa concessão se torna um direito. Enquanto ela é minha, porque as relações de trabalho estão garantidas, ela é uma concessão. A partir do momento em que eu estou ameaçado de perdê-la, ela é um direito e eu vou segura-la com unhas e dentes. É uma discussão que eu puxei um pouco pro doutorado.

Telma: Então, professor, nessa perspectiva da manutenção desta pauta, da presença dos trabalhadores como protagonistas dentro e fora da Igreja, nas organizações sindicais, qual é a importância da discussão do mundo do trabalho, hoje, mantendo ou reinventando, ressignificando exatamente esses trabalhadores? Quem são esses trabalhadores que o senhor pesquisou e qual a importância desses sujeitos sociais não só pra pesquisa, mas

pra sociedade, pra revitalizar o estudo acadêmico da História Social e em outros campos?

Samuel: O mundo do Trabalho, na minha pesquisa, foi um pouco uma questão incontornável, pra dizer em termos mais elegantes. Eu entrei pela Igreja e, ao trabalhar a CPT, eu comecei a perceber, na minha concepção mais crítica, que se eu permanecesse só na esfera da Igreja não poderia aprofundar como eu queria a discussão da luta pela terra. Muitas vezes têm os limites institucionais da Igreja, é uma radicalização até certo ponto, tanto é que acabava surgindo margem pro próprio MST⁹. Então, eu entrei muito na questão agrária. Na época, a minha orientadora, Christine Dabat, estava organizando as fontes do TRT¹⁰ lá na UFPE e ela sempre me cobrava: “você não vai usar nada do TRT?” Eu demorei a achar essa ideia. A minha saída, digamos assim, foi ver as áreas de conflito que eu trabalhava, ou seja, os conflitos de terra em que a CPT atuou. Eu procurei ver se antes do conflito de terra existiam processos trabalhistas. A minha preocupação sempre de fontes, pode ver que na maioria dessas decisões de pesquisa que eu fiz acabei produzindo um artigo. Essa discussão aí saiu naquele livro “*História de Trabalhadores*”, publicado recentemente por Montenegro e Marcelo Góes.¹¹ Lá eu discuto a relação Justiça do Trabalho e luta pela terra, apontando como a Justiça do Trabalho de certa forma não conseguiu impedir a expulsão do campo, não impediu que se criassem os quadros, os sujeitos que vão compor os movimentos de ocupação de terra, em sua maioria, são ex-sitiantes, como o pessoal diz, ex-moradores de sítio, filhos de moradores de sítio que foram expulsos.

Contrariamente ao que a imprensa coloca, como sendo moradores das periferias urbanas que pra fugir da fome e da precarização da vida nas periferias urbanas ocupam a terra, no fundo é algo que eu venho tentando trabalhar na construção das memórias, é a perspectiva do retorno ao sítio. Na minha concepção, muito apressada, aqui falando em dois minutos, a luta pela terra na zona canavieira de Pernambuco é um retorno ao sítio, é uma perspectiva que eu percebo tanto nos conflitos na Justiça do Trabalho, quanto nos relatos. Se você não volta às origens, à infância desses traba-

9 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

10 Tribunal Regional do Trabalho.

11 TAVARES, Marcelo Góes; MONTENEGRO, Antonio Torres (org.). *Histórias de trabalhadores e da Justiça do Trabalho*. Arapiraca: eduneal, 2018.

lhadores rurais, você não percebe essa dimensão do sítio.

Telma: Quem são esses trabalhadores com quem você teve maior contato no doutorado? Como é que eles foram para essas organizações?

Samuel: Os trabalhadores com quem eu tenho atuado especificamente – porque eu tenho desenvolvido pesquisas já no Ceará –, os desdobramentos na minha tese, que é algo que vou acabar levando para o pós-doutorado, os conflitos de terra que eu trabalhei são os primeiros que ocorrem na redemocratização e que ainda não têm o MST, e que ainda também não têm a CPT. Acabam sendo conflitos de terra que as pessoas colocam, mas que no fundo, quando você vai aprofundando, não são, como movimentos mais espontâneos, mas de fato eles têm uma base de apoio sindical, em parte em sindicatos dos municípios que eu trabalhei, no caso de Abreu e Lima, Paulista, Igarassu, Goiana - depois eu posso detalhar, são todos municípios da zona canavieira norte, da zona da mata norte, que é a parte canavieira ao norte de Recife, algo como a 30 km ao norte, começa então a zona canavieira. Esses trabalhadores que eu pesquisei têm uma participação sindical, mas muitas vezes já não tanto porque já não são mais trabalhadores do engenho, pois eles foram expulsos, mas começam a participar de reuniões que o sindicato organiza com esses trabalhadores expulsos. Dessas reuniões, no momento de reabertura, de efervescência política, a Igreja também participa. Depois, esses movimentos vão se separando, mas nesse contexto aí, no meu caso aqui é 83, 84, 85, 86, eles estavam muito de mãos dadas, depois é que vão se separando, embora eles mantenham uma relação um pouco tensa, às vezes, mas mantêm uma parceria em alguns casos e outros não, em outros é uma ruptura mesmo. Mas, eles se congregam nesse período aí que eu trabalhei, em torno do final da ditadura. Eles têm uma base de apoio sindical muito forte, um apoio da Federação dos Trabalhadores Rurais e um apoio do que, na época, ainda era ainda a Pastoral Rural, mas que vai

Na minha concepção, muito apressada, aqui falando em dois minutos, a luta pela terra na zona canavieira de Pernambuco é um retorno ao sítio, é uma perspectiva que eu percebo tanto nos conflitos na Justiça do Trabalho, quanto nos relatos. Se você não volta às origens, à infância desses trabalhadores rurais, você não percebe essa dimensão do sítio.

ser a Comissão Pastoral da Terra, a CPT. É interessante porque ela me permite fazer uma verdadeira polifonia de atores, porque eu posso entrevistar pessoas do sindicato, pessoas da Igreja, pessoas da federação, todos eles participavam desses movimentos de ocupação.

Eu trabalhei quatro conflitos específicos, mas esses conflitos que eu trabalho em 85, se você for olhar nos jornais, em 67 essas áreas já tinham conflito, porque o proprietário já tentava expulsá-los. Mais uma vez se confirma de que são sítiantes, ou ex-sítiantes, ou alguém que mantém o vínculo com a terra. São trabalhadores que têm um histórico de vínculo com a terra muito grande e para quem, no fundo, a luta pela terra é só um novo contexto de uma luta que eles já travavam pra permanecer na terra, enquanto eles já eram trabalhadores, mas uma permanência associada com direitos trabalhistas. Eles entravam na Justiça do Trabalho reivindicando direitos salariais, em outros casos, o direito ao sítio, que já dialoga mais com a luta pela terra e a situação mudou para um contexto em que essa relação trabalhista entra em colapso, usinas vão falir ou vão se ressignificar em outro setor da economia, vão produzir cimento, papel, eucalipto etc., que é uma discussão também que tem de ser feita, essa perspectiva de crise muitas vezes é uma grande estratégia dos setores produtivos de mudar de ramo de produção buscando mais lucro. Uma empresa que eu estou trabalhando agora, que é parte de um conflito de terras específico, que José Sérgio Leite Lopes trabalhou, ela depois criou uma série de conversões de capital e começou a trabalhar em rede hoteleira, ser acionista de outro tipo de empresa, trabalhar com fornecimento de crédito etc. Daí, você diz: “como é que essa empresa faliu se ela criou um hotel, uma rede hoteleira?”

Voltando aos trabalhadores, eu tento partir desse complexo de movimentos que se uniu e é muito interessante, o último conflito que eu trabalho é o primeiro dos grandes em que o MST atuou. Isso já me dá uma porta de entrada. A zona da mata norte não teve uma atuação tão cedo dos sem-terra. Os sem-terra acabaram atuando com certa força na zona da mata sul. Depois, na mata norte, na parte mais ao norte é que começou a surgir. Mas um dos primeiros conflitos do MST, eu acho que é justamente esse que eu trabalhei na zona da mata, é na década de 90, em 98. Nesses conflitos que são das terras da Usina Aliança, o MST atuou em estreita parceria com a CPT, o que abre um outro leque de trabalhar com o MST. No Ceará eu tenho trabalhado muito com o MST, porque lá tem poucos assentamentos

que não são do MST. Como aqui é muito dividido, tem assentamento dos sindicatos, tem assentamentos da federação, tem assentamento da Igreja, no caso a CPT, tem assentamento dos outros movimentos que surgiram de dissidência do MST. Então, o sujeito que eu trabalho, principalmente, é esse antigo morador de sítio, ou ele próprio ou seus pais, mas sempre tendo sofrido um processo de expulsão e que, numa perspectiva de crise do setor de produção de açúcar, o setor tanto de açúcar quanto da usina, passa a reivindicar até como forma de indenização salarial o acesso a terra.

Viviane: Até que ponto os interesses dessas organizações, enquanto equipe, enquanto direção, enquanto organização católica, enfim, até que ponto isso coincidia com os próprios interesses desses trabalhadores que estavam vindo nesse processo de família, de tradição de terra, de cultura, de querer permanecer no lugar, ou voltar para aquele lugar de origem, se existiram esses conflitos de interesses, se a gente pode dizer, entre uma base de trabalhadores e uma de direção de movimento, até mesmo nas conciliações pela luta pela terra, nos ajustes, nos acertos?

Samuel: Eu acabo tendo uma perspectiva muito purista, digamos assim. Pra mim, os sujeitos da luta pela terra são os que ocuparam a terra. De forma nenhuma eu descarto os mediadores ou apoiadores, pelo contrário, eu procuro entrevistar a maior diversidade possível em relação a um conflito específico. Por exemplo, eu estou trabalhando um conflito só, atualmente. Na tese, eu trabalhei quatro grandes conflitos e aí, depois, eu fui aprofundando cada um deles e hoje em dia eu estou pegando, especificamente, cada um deles. À medida que vão surgindo informações dos outros conflitos, eu vou arquivando, mas o aprofundamento da leitura da documentação eu estou fazendo de um só, que é do engenho Pitanga, que foi um conflito muito grande. Eu tento até desconstruir um pouco essa ideia, porque as pessoas colocam como o primeiro assentamento de reforma agrária da República, mas na verdade não foi bem assim. Foi o que representou o marco. Pra você ter uma ideia, eles ficaram ocupados três meses na chamada Praça da República, que é em frente ao Palácio do Governo.¹² É como se eles ficassem ali no mauso-

Eu acabo tendo uma perspectiva muito purista, digamos assim. Pra mim, os sujeitos da luta pela terra são os que ocuparam a terra.

¹² Palácio Campo das Princesas, sede do poder executivo pernambucano.

léu, onde é o Palácio da Abolição.¹³ Se você for pensar, isso em 86, tinha acabado de ocorrer o fim da ditadura, eles ocuparam, foram a Brasília reivindicar de [José] Sarney o decreto de desapropriação, promoveram várias manifestações no centro de Recife, tem uma série de ocupações do INCRA¹⁴ que foram feitas. Então, de certa forma, eles introduzem em Pernambuco o instrumento da ocupação de terra, da ocupação pra reivindicar a terra. Até então, se você for observar, as Ligas Camponesas não têm essa perspectiva de ocupar pra reivindicar desapropriação, até porque essa questão da ocupação é mais recente. Essa divergência é o que me fez ir às áreas de conflito. Hoje em dia eu estou quase fazendo o caminho contrário.

Como na época da tese eu só trabalhei a CPT, eu entrevistei as pessoas da CPT, trabalhei os conflitos – aí é uma crítica que eu faço -, mas foi uma opção que meus orientadores sustentaram na época, eu não entrevistei nenhum trabalhador, mas também entrevistei todo mundo que estava envolvido na CPT, ex-membros, membros atuais, pessoas que são colaboradoras, advogados, ex-advogados, tudo o que eu podia, sindicalistas etc. Mas não descii nas áreas de conflito, não fui às bases. No fundo você vê que tem uma perspectiva que se constrói, que, às vezes, se você não perguntar “quem foi que apoiou vocês?”, eles nem falam. Eles falam deles. Então, há uma busca de protagonismo individual, como quem diz “nós que ficamos aqui, um ou outro vinha apoiar”, mas quando você vai ouvir o lado mais institucional, às vezes você tem a impressão de que eles conduziram a luta pela terra. Quando você vai no acampamento, as pessoas não sabem às vezes nem o nome. Se você buscar a condução do conflito, gera uma frustração. Você tem que tentar entender o conflito na sua complexidade. Se você tentar buscar a genealogia do conflito, você vai ter uma perspectiva muito artificial. Por exemplo, padres que tiveram um protagonismo muito grande nesses conflitos, especialmente nesse último conflito aí que eu mencionei. Em alguns casos, as pessoas dizem “foi tal padre”. E em alguns casos, foi tal outro padre. Têm uns três ou quatro padres que, como tiveram protagonismo, as pessoas atribuem a eles e, às vezes, você vai ao próprio padre e pergunta quem iniciou o conflito e ele diz “os trabalhadores, a gente só chamou pra apoiar”. Entendeu? Essa polifonia é difícil de trabalhar, mas hoje em dia eu sei lidar com ela. De certa forma, como eu já fiz mais de

13 Sede do poder executivo cearense.

14 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

cinquenta entrevistas pra toda essa pesquisa em várias áreas de conflito, sempre diversificando, pegando sempre a cúpula e a base e as perspectivas que estavam em torno, às vezes, eu já consigo prever um pouco a linha da narrativa que vai ser construída. Que bom! Eu ainda me surpreendo.

Telma: Na verdade, essa perspectiva da constituição do processo de redemocratização, dos atores sociais, no movimento operário, do movimento sindical, nós, em Fortaleza, também acompanhamos, só que não era no rural, mas no urbano. As pastorais, como a Pastoral Operária, as Comunidades de Base, além de incentivar, de fazer reuniões nas comunidades, também havia uma ação mais direta. Em Fortaleza, por exemplo, a CPT foi muito dinâmica e muito presente. Eu lembro que vários padres, vários agentes trabalhadores da Pastoral Operária também apoiavam as ocupações nos anos 90. Nesse sentido – é uma autocritica que nós, pesquisadores, podemos fazer, que é uma coisa notada –, naquele momento, raras eram as pesquisas que incluíam os novos personagens. Ficavam ainda numa visão muito cupulista, muito da ação sindical, do movimento operário, no entanto, o que a gente precisa, de fato, é conhecer quem eram esses trabalhadores. Eu participei, por exemplo, há trinta anos, de uma célula, no bairro, que tinha todo mundo: éramos nós da Pastoral Operária, os padres, as freiras, os trabalhadores das fábricas e eles não tinham nenhum direito, não tinham organização nenhuma no local de trabalho e as nossas reflexões eram exatamente de ajudar e contribuir para que esse trabalhador pudesse transformar o seu cotidiano, o seu local de trabalho dentro de uma luta mais ampla, que era a redemocratização. Eu não sei – faz tempo que não debruço sobre essa temática – se tem essa coisa desse conflito de que não eram os trabalhadores, ou que era só a cúpula. Foi exatamente o erro do comunista em décadas anteriores e nós sabemos disso. Não se trata, aqui, de quem é culpado, quem é inocente, mas, talvez, para o momento que nós estamos vivendo hoje, ou é essa polifonia, ou é a contribuição e a presença de todos os setores, de uma parceria ampla, ou não se vai garantir nem os direitos que já foram conquistados. Não é só do trabalhador, nem do trabalhador urbano, no movimento popular, também.

Aqui em Sobral, quando se fala de patrimônio, quando se fala da luta por moradia, as pesquisas que tem é das elites sobralenses, é do patrimônio que diz respeito ao Centro Histórico e as periferias – quando a gente fala de periferia -, quando fala dos terreiros, dos líderes nas comunidades não

tem entrevista do povão. Tem entrevista, sim, da liderança do bairro, tem entrevista do líder religioso lá do terreiro, entende? Mas não consegue ir lá em quem ocupa a terra, por exemplo. Quem é que está, de fato, no dia a dia, no cotidiano dessa luta. A sua preocupação nesse retorno é muito interessante, esse seu caminho do pesquisador. Esse é o caminho de volta. A Déa Fenelon, que estudou muito os movimentos sociais aqui no Brasil, da PUC e da Unicamp, dizia muito isso: como é que você faz o seu caminho de volta como pesquisador? Se nós tivemos essa constatação desse movimento, desse momento de populismos que é presente na História do Movimento Operário, nós, dentro da academia, vamos até superar um pouco isso.

Pela sua perspectiva, pelo que você está demonstrando, essa polifonia é dar visibilidade mesmo ao que a gente falava lá nos anos 80, talvez esteja sendo considerado agora. Você pega o fio da meada bem anterior, desde antes das organizações trabalhistas e sindicais. Como é que você vê isso dentro do GT do Mundo do Trabalho? Como é que foram os estudos do mundo do trabalho até hoje e como você se coloca dentro desse mosaico de pesquisas que tem dentro do GT do Mundo do Trabalho?

Samuel: Vou tentar ser bem específico. Vai parecer que eu fugi muito da resposta. É porque eu me perco na questão agrária. Na origem mesmo, a minha entrada no mundo do trabalho – vou tentar usar um termo mais conciliador – foi muito ocasional. Quando eu ia me inscrever nos simpósios, eram as opções que acabavam mais acessíveis, em que eu me encaixava, mas nem tanto. Mas aí, eu consegui aprovar a minha integração ao GT da Anpuh, enviei o meu currículo na época pra constar como membro naquela página – não sei se ainda tem a lista dos pesquisadores. Sempre eu dava uma verificada, vamos ver se me mantêm lá. Eu sempre ficava vendo tudo muito urbano, discutindo muito a questão têxtil, a questão dos operários. Até foi algo que eu falei numa conversa com Clifford Welch, não sei se vocês conhecem. Na época, no primeiro dia de um seminário ministrado por ele, eu disse “eu tenho dificuldade de me encaixar”. Não que minha pesquisa seja tão complexa que eu não me encaixe, não é isso. Pela opção, eu não conseguia achar o que na época eu teria entendido como História Agrária. Como hoje em dia a História Agrária tem se constituído dentro do mundo do trabalho na perspectiva de lutas por direitos, eu entro mais confortavelmente nessa discussão. Eu sinto um limite ainda, eu ainda não me sinto totalmente em casa, digamos assim, porque eu trabalho muito

numa perspectiva local, dos movimentos locais e dessa complexidade da luta pela terra e também dialogo com a discussão de memória, de História Oral e Memória. Eu sinto que isso ainda não é muito trabalhado. Eu acho que seria mais de movimentos sociais, menos de movimento operário, a percepção de movimento social dialoga muito mais com a memória, porque vai além de uma luta mais objetiva e material. Não é só uma luta por direitos quantificáveis, tem a questão da subjetividade, do reconhecimento, têm outras dimensões mais subjetivas da luta que eu tento, por exemplo, atribuir à luta pela terra.

Maria de Nazareth [Baudel] Wanderley, que é uma professora da pós daqui - ela inclusive tem alguns textos, não tantos, que são textos de base -, discute muito essa questão da simbologia da luta pela terra, a relação com a comunidade e com a perspectiva do trabalho. A luta pela terra tem outras dimensões além da busca do direito a terra, é uma forma de vida diferente com a terra, com a agroecologia. Eu não entro muito nessa discussão de agroecologia porque é um recorte mais recente, eu prefiro ficar mais na questão política da luta pela terra. Em relação ao mundo do trabalho, eu comecei a me sentir mais confortável a partir do momento em que o mundo do trabalho se abriu pra outras perspectivas, inclusive de gênero. Não que eu trabalhe com gênero, mas no momento em que incluiu o gênero, começaram a se abrir esses outros leques e acaba que parte da História Agrária fica dentro do mundo do trabalho de certa maneira, não muito, mas tem um pouco. A estratégia que eu usei um pouco no início foi trabalhar com a Justiça do Trabalho. Mas, mais uma vez, eu trabalhava Justiça do Trabalho numa perspectiva da reivindicação do sítio. Era como se a estrutura fosse uma estrutura familiar ao mundo do trabalho, que era a Justiça do Trabalho, mas dando uma ótica agrária. Que não era nem tanto agrária num sentido denso do termo, mas que era no mundo rural.

Hoje em dia eu me sinto mais confortável no sentido da busca por direitos, da luta por direitos, a luta pela terra e toda a complexidade do movimento. Eu tenho tentado também insistir muito na produção de narrativas, ou seja, a produção de diversidade de fontes. Em termos de uma tipologia de fontes eu tenho três, quatro tipos diferentes. Tem as fontes do sindicato, tem as fontes do INCRA, tem as fontes dos jornais e tem os depoimentos de História Oral, e eu ainda estou enveredando pelas fontes da Justiça, no caso da luta pela terra, da Justiça Federal. Eu consegui já alguns processos.

Sem querer conduzir a entrevista de vocês, tem uma questão de como era a importância da metodologia e qual era a dificuldade. Não sei se eu posso comentar isso.

Viviane: Sim, eu ia fazer em seguida. Você já fica à vontade.

Samuel: A metodologia... Por exemplo, as fontes do INCRA, eu pesquisei os processos de desapropriação desde 2013. Foi quando eu comecei a me estabilizar mais na UECE, tomar pé da situação. No começo é sempre muito sobrecarregado. Eu comecei a voltar aqui para aprofundar os conflitos que vinha trabalhando. Deixei um pouco a CPT de lado, agora vou trabalhar os conflitos por eles mesmos, ver as fontes que tem sobre cada um desses conflitos. Fui no INCRA e da mesma forma que eu tive a dificuldade com a aridez, num primeiro olhar, das fontes da Justiça do Trabalho, eu tive também com as fontes do INCRA. Hoje em dia eu tenho entrevistado muitas pessoas do INCRA e eu leio processos com outros olhos. Pra mim, antes era um bocado de papel, quase como um processo da justiça nas mãos de quem não entende. Você pode enveredar numa perspectiva de História Social da Propriedade.

A Companhia de Tecidos Paulistas, que eu estou trabalhando, o que alguns autores chamam de a vocação latifundiária dela remonta a 1904, pra você ter uma ideia. A ocupação de terra nessas mesmas propriedades ocorreu em 1986. O desmatamento de que os trabalhadores rurais foram sendo acusados, quando ocuparam a terra, na verdade era um desmatamento que já ocorria quando as terras eram da companhia e ela concedia a trabalhadores pra explorar. Os laudos de desapropriação do INCRA dizem que esse desmatamento é anterior, porque tem uma vegetação que eles chamam de capoeira, ou capoeirão, que já indica que não é uma vegetação nativa, que é uma vegetação que está nascendo de algo que foi desmatado. Em vez de ser aquela vegetação de floresta característica de mata atlântica, já é um pouco aquela vegetação de mato que cresce, digamos assim. Já não é aquela vegetação tão úmida, com árvores, é algo que foi desmatado e quem não percebe que ali é uma área de mata atlântica, considera assim. As perspectivas do INCRA abrem um leque muito grande a partir de uma documentação que, a princípio, era muito árida, a mesma coisa acontece com os processos da Justiça Federal. Você vê uma série de conflitos. Por exemplo: chega um ponto em que o Ministério Público entra na justiça con-

tra o próprio INCRA pra tentar reverter uma desapropriação que foi feita. Ou seja, a própria história institucional está muito presente nos conflitos entre instituições que deveriam, de certa forma, estar no mesmo sentido. Eles botam o INCRA estadual e o INCRA federal na justiça contestando porque era a mata atlântica. Só que aí, finalmente, o INCRA consegue fazer um plano voltado à questão ambiental, algo voltado à preservação. É como se fosse um reflorestamento, mas não é. De manejo florestal! Pronto. Um projeto de manejo florestal em que eles vão produzir, mas mantendo uma reserva mínima. Essa reserva acabou não sendo tão preservada, mas tem outros conflitos. Por exemplo, o próprio Antônio Montenegro trabalha muito nessa perspectiva da ditadura militar nos processos trabalhistas e como as instituições como o exército têm ingerência sobre as decisões da Justiça. Quer dizer, o fato de o trabalhador ter sido comunista pesa desfavoravelmente a ele em algo que, teoricamente, seria um direito trabalhista, que não deveria ser atravessado pela questão política.

Viviane: Professor, você falou sobre as fontes do INCRA, eu também estive pesquisando na documentação do INCRA, fazendo o cruzamento com a História Oral. Até que ponto nas fontes oficiais se pode perceber os trabalhadores, os ecos desses trabalhadores, os perfis desses trabalhadores? E quanto à História Oral, até que ponto esses trabalhadores visualizavam a grandiosidade que era a luta para além daquele combate cotidiano contra o dono da terra, contra o capanga que estava ali querendo expulsar ele da terra, aquele conflito físico mesmo, corporal, que às vezes levava à morte?

Samuel: Nas fontes do TRT¹⁵ era mais fácil ouvir a voz do trabalhador, ainda que mediada pelo escrivão. O escrivão é de cartório. Agora está me faltando o termo,¹⁶ mas tem a pessoa que faz a transcrição. Então, de certa forma ela transcreve o discurso do trabalhador, mas na audiência de instrução – na Junta de Conciliação tem sempre, como o nome está dizendo, tem sempre uma tentativa de conciliação -, as primeiras audiências oferecem a conciliação, mas tem a parte da instrução, até hoje tem a instrução. Na instrução você ouve as testemunhas e você ouve o depoimento do reclamante. O reclamado às vezes faz o depoimento por escrito, já é algo padronizado, muitas vezes. São tantos trabalhadores que se toda vez for produzir

15 Tribunal Regional do Trabalho.

16 Estenotipista, profissional que digita os depoimentos em uma máquina (estenótipo) com 20 teclas, que, combinadas, formam letras e palavras.

um discurso formal, então cria muitas vezes uma contestação por escrito. É uma história oral, mas transcrita, mediada, não é totalmente uma história oral. De certa forma, você tem o trabalhador falando, não dá pra dizer que não é ele. É o momento em que ele pode dizer mais coisas da relação de opressão que ele vive na propriedade, ali ele está, ainda que por pouco tempo, minimamente resguardado. Claro que depois ele pode sofrer muitas ameaças e, por conta disso, muitas vezes ele desiste do processo.

No caso do processo trabalhista, pra você ter acesso à fala do trabalhador, primeiro você pode recorrer à transcrição do depoimento dele, ou você, a partir do sindicato dele, pode tentar o contato e fazer uma entrevista com ele, isso é uma possibilidade. Mas a fonte, por ela mesma, já tem o depoimento do trabalhador. No caso do INCRA você não ter essa opção, o trabalhador não é ouvido. Muitas vezes, ele aparece na ousadia de lutar pela terra, na desapropriação que deveria partir do INCRA, no plano regional de Reforma Agrária, no plano nacional, desde o Estatuto da Terra. A ideia de que o Estado deveria identificar essas terras e iniciar um processo de Reforma Agrária – cai por terra, na verdade é uma Reforma Agrária que acaba sendo cada vez mais pautada. Ou seja, a ideia de áreas prioritárias vai se perdendo e vai se tornando muito mais uma luta política. As propriedades que vão entrar em processo de desapropriação vão ser aquelas para as quais o movimento vai forçar o processo de vistoria. A partir desse momento é que se inicia o processo de vistoria, o trabalhador não vai ser tão ouvido. Ou se ele vai ser ouvido, não vai constar a transcrição do que ele diz, mas como é pautado pelo movimento, sempre você vai encontrar ofícios dos sindicatos, das associações de moradores e das federações. Às vezes, documentos que hoje os sindicatos já não têm.

Telma: Como você pensa essa área de pesquisa, dessa sua temática, para as novas gerações? Qual é a perspectiva?

Samuel: Na UECE, no meu colegiado, eu sou o único que trabalha com a perspectiva do campo, nessa perspectiva de luta pela terra. Tanto é que, às vezes, há uma confusão que, no meu caso, é favorável, que as pessoas entendem que necessariamente eu sou do MST. Eu, no fundo, tenho uma relação muito estreita, as pessoas até brincam, amigos dizem que sou dirigente do MST etc. Mas, assim, uma visão apressada da parte de colegas que veem, necessariamente, que a pesquisa está totalmente vinculada a

uma institucionalização dentro do movimento. Eu nado totalmente contra a correnteza na UECE. Eu acho – mas aí é uma visão muito apressada -, do meu ponto de vista da UECE Fortaleza, que as pessoas Mas muita gente veio do campo. Mas muita gente veio do campo, os meus alunos, talvez, sejam as primeiras gerações, são filhos de quem veio do campo, são nascidos em Fortaleza, mas, mais do que Recife, quase todo mundo de Fortaleza veio do interior. É muito exagero o que estou dizendo, mas tem muita, muita gente. Eu sempre falo com meus alunos: “você nasceu em Fortaleza?” – “Nasci”. “E seus pais?” – “Não”. Rapidamente você já encontra o vínculo com o interior.

Até hoje, dos bolsistas que eu consegui, só dois trabalham com questão de luta pela terra, com questão agrária. Um, sobre a CPT, e a outro, sobre o acampamento Zé Maria do Tomé, a participação das mulheres na organização do acampamento e da luta pela terra. É um trabalho de formiguinha que, eu confesso, acho que não é uma área que vai se expandir muito, pelo menos, da minha situação ali. No que depender de mim, vai. Mas eu não consigo conquistar muitos bolsistas. Eu estou conseguindo muito pela perspectiva do bolso mesmo. Esses dois alunos foram alunos “convertidos”. Eles entraram pelo bolso, digamos assim. Como eu estou entre os que batalham muitos projetos, os recursos, eu sempre sou um professor procurado pelos alunos como possível professor que vai oferecer bolsas.

Telma: De Iniciação Científica, né?

Samuel: É. Procurado em parte pela situação financeira dos alunos, pela necessidade que a gente sabe que é real, eu começo a botá-los para pesquisar mesmo sobre o tema. A gente está organizando um arquivo da FETRAECE,¹⁷ digitalizando e, junto com o Mário Martins, da UFC, a gente está organizando o da CPT. Parou um pouco porque ele se afastou para o Pós-Doutorado. Aí, eu boto os alunos nessa pesquisa de organização do arquivo e eles começam a ver que tem muita fonte, eu começo a iniciá-los na História Oral. Esses meus dois bolsistas já fizeram entrevistas comigo, alguns eu até exigi um pouco, facilitei que eles participassem com perguntas etc. Eles acabam tendo uma visão mais prática, muitas vezes. Depois, é que eles começam a gostar do tema. Primeiro é a necessidade financeira, depois é a praticidade. “Já que estou pesquisando, aqui tem muita fonte, já

17 Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará.

dá um TCC garantido”. O terceiro passo é começar a gostar. Eu já fui pra acampamento com alguns deles. Mas não é uma sedução à primeira vista. A perspectiva da História Cultural atrai muito mais na UECE, até pela própria orientação do mestrado, que é mais de História Cultural. E quem trabalha com o campo, principalmente conflitos mais recentes, sempre tem que trabalhar com História Oral. Tem aluno que adora falar, mas morre de medo de fazer uma entrevista. Têm alunos meus que desistiram de pesquisas maravilhosas porque disseram que têm vergonha de fazer entrevista. Aí, eu disse: “mas não é você quem vai falar, é o entrevistado”.

Telma: Professor, o senhor queria dar alguma mensagem? Poderia dizer alguma coisa assim para essas gerações novas, que porventura queiram se aventurar, ou se interessar por essa pesquisa mesmo, do trabalhador rural, da questão agrária, dos acampamentos, desse processo todo de redemocratização?

Samuel: Eu vou até ser mais suave no que dizer, porque sempre eu sou meio duro nesse comentário. Pra trabalhar com História Oral tem que fugir da perspectiva do historiador de gabinete, tem que fazer algo que os geógrafos fazem tranquilamente. Por exemplo, o pessoal do Serviço Social, o pessoal das Ciências Sociais, o pessoal da Geografia, eles trabalham muito com a perspectiva antropológica, com diário de campo, de observação. Eu digo porque os alunos de Geografia que iam pros acampamentos e toda minha iniciação de visitar os acampamentos, no Ceará, foi por iniciativa própria mesmo. Mas lá, foi com um grupo de Camila [Dutra dos Santos], que é professora de Geografia, e eu participo do grupo de pesquisa dela, que é o *Naterra*, tem até o Facebook, vocês podem olhar depois. Lá, é o cotidiano deles. Lógico que eu percebia e discutia isso, perspectivas muito diferentes da abordagem deles e da que a gente pode trabalhar. Por exemplo, eles reconhecem isso, não trabalham com História Oral, eles trabalham com entrevista. As entrevistas que eu faço com os trabalhadores rurais são muito longas, uma média de duas horas, tranquilamente. E olhe que muitos trabalhadores rurais não são de muita prosa, como se diz. Mas como é uma pesquisa que fala da realidade deles, gostam.

Já aconteceu de muitas situações alunos chegarem pra mim e eu dizer: “quer ir fazer a entrevista comigo?” Eu aproveito essas viagens e faço entrevistas. Um ou outro foi, teve uma que estava interessada em fazer,

mas acabou não indo. E aí, eu demorei a voltar. Então, ela me perguntou: “Mas essa entrevista durou quanto tempo?” Eu disse: “durou mais de duas horas, mas a gente parou, eu vou continuar quando eu vier de novo”. Aí ela: “mas eu entrevistei ele, foram vinte e cinco minutos”. Aí, eu disse: “por isso que eu te chamei pra vir fazer a entrevista comigo”. Ela: “eu queria ter acesso à entrevista”. Eu disse: “Então venha fazer comigo”. Só quer o resultado pronto.

Eu fui com alguns alunos, às vezes eu estou mais motivado que eles pra sair fazendo entrevista com os trabalhadores. Há uma certa acomodação que eu acho que é um estigma que pesa na nossa área. Eu acho que a perspectiva histórica, às vezes – às vezes, não – é muito elitista. Já na Geografia, eles trabalham muito com a perspectiva do território. Não quero ser contrário à juventude, mas, às vezes, a principal crítica que eu faço aos meus alunos é porque eles não querem botar – como se diz em francês – o nariz nos arquivos, não querem ir. Como hoje em dia têm coisas digitais, a pessoa diz: “se eu não achei na internet, eu não posso fazer a pesquisa”. Claro que podendo ter acesso à fonte digital é melhor. Você economiza dinheiro, no caso dos alunos, tempo, você não tem que levantar o material, ele já está levantado, você só passa pra leitura. Eu acho que é uma coisa do perfil mais da juventude, já quer uma documentação mais digitalizada, mas tem também uma perspectiva mais ampla de leitura da nossa forma de coleta de fontes. O que é visto como uma pesquisa de campo acaba sendo uma pesquisa que não dialoga com a História, porque é vista como uma pesquisa militante. Não que eu não ache que a pesquisa possa ser militante, mas é possível dar todo um rigor de pesquisa em algo que os pesquisadores com uma visão mais preconceituosa acham que, no fundo, eu estou fazendo militância, e não pesquisa.

Há uma certa acomodação que eu acho que é um estigma que pesa na nossa área. Eu acho que a perspectiva histórica, às vezes – às vezes, não – é muito elitista. Já na Geografia, eles trabalham muito com a perspectiva do território. Não quero ser contrário à juventude, mas, às vezes, a principal crítica que eu faço aos meus alunos é porque eles não querem botar – como se diz em francês – o nariz nos arquivos, não querem ir.

Telma: Gente, eu quero agradecer ao professor Samuel e à professora Viviane, e a gente continua o nosso diálogo até a transcrição e a elaboração do livro.

Viviane: Também agradeço, professor, foi um prazer!

Samuel: Eu estou à disposição. Como eu sei, às vezes, a dificuldade que é ter a disposição, a disponibilidade do entrevistador e do entrevistado, me solidarizo totalmente quando as pessoas querem me entrevistar, ou fazer qualquer coisa assim, porque eu sei como é bom o entrevistado que é solidário. Se vocês precisarem, estou à disposição pra dez horas de entrevista, se precisarem. Não tem problema. As siglas, o que ficou confuso, é só me mandar um WhatsApp e a gente marca quantas vezes for preciso.

O que é visto como uma pesquisa de campo acaba sendo uma pesquisa que não dialoga com a História, porque é vista como uma pesquisa militante. Não que eu não ache que a pesquisa possa ser militante, mas é possível dar todo um rigor de pesquisa em algo que os pesquisadores com uma visão mais preconceituosa acham que, no fundo, eu estou fazendo militância, e não pesquisa.

Doi: 10.35260/54211314-2024.p166-186



Marcelo Badaró Mattos é graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987), com mestrado (1991) e doutorado (1996) em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Realizou estágios de pós-doutoramento e pesquisa no Museu Nacional-UFRJ, no Instituto Internacional de História Social, de Amsterdã e na Universidade Nova de Lisboa. Atualmente é professor titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense. É bolsista de Produtividade nível 1 do CNPq.

O sindicalismo e o mundo do trabalho: entrevista com Marcelo Badaró Mattos¹

Marcelo Badaró Mattos
Cosma Silva de Araújo
Viviane Prado Bezerra

Telma Bessa (UVA): Quais foram as suas motivações, professor? Pro senhor começar nesse longo caminho da pesquisa, ligada ao mundo do trabalho?

Marcelo Badaró (UFF): Eu me graduei em história na Universidade Federal do Rio de Janeiro dos anos de 1980 (eu estudei entre 1983 e 1987), quando eu concluí a licenciatura na UFRJ. A década de 1980 é marcada por intensas lutas da classe trabalhadora no Brasil, no final da ditadura militar e o início do governo da chamada “Nova República”, com a conclusão da transição política, com a eleição direta pra presidente da República em 1989, mas antes disso, a Constituição de 88, o próprio movimento das Diretas Já, em 84. Greves gerais, ao longo desse período, muitas greves acontecendo em diversas categorias, algumas que tinham muita tradição de luta antes do golpe de 64, outras novas, no sentindo de que entraram na luta sindical no final da ditadura.



¹ Entrevista realizada via *Google Meet* em 15 de junho de 2020. Confira a entrevista utilizando ou clicando no QR Code ao lado.

Quer dizer que foi no meio desse contexto que eu me graduei em história e, claro, nos sindicatos, as lutas da classe trabalhadora estava na ordem do dia. Nos anos 80, houve muitos estudos novos na área de história do trabalho e eu acompanhei a emergência desses estudos. Mas pra mim, o mais importante, pra minha vinculação na área, foi minha participação como professor, primeiro no curso que é organizado pelo o sindicato dos técnicos administrativos da UFRJ. Primeiro na associação dos servidos da UFRJ, e depois no sindicato, depois da constituição de 88. Era um curso pré-vestibular filiado ao sindicato e depois ele passou a ser filiado a outros sindicatos e movimentos sociais. Então ali, através daquelas aulas, eu fui tendo contato com militantes, ativistas, à base, de trabalhadores de vários movimentos sindicais do Rio de Janeiro. E no mesmo tempo, no final dos anos 80, eu comecei a trabalhar como professor do CEFET-RJ, o Centro Federal de Educação Tecnológica, e ali eu tive contato com sindicalistas docentes, com movimentos dos professores e professoras das universidades e centros de educação tecnológica e eu participei de algumas greves como grevista, como trabalhador do setor da educação federal. Foi a partir desses contatos, um pouco como militante, um pouco como professor, que eu me aproximei do movimento sindical como algo que era vivido no meu dia a dia profissional.

Depois eu transformei o movimento sindical em um objeto de estudo, propriamente. Já na década de 90, no meu doutorado, eu fiz uma pesquisa sobre o sindicalismo do Rio de Janeiro, entre os anos de 1950 e 1980. Então foi um caminho como professor, numa era de muitas lutas sindicais na experiência de pesquisa. Estudando o movimento da classe trabalhadora.

Fannuel Santos (UVA): O senhor pode falar um pouco mais sobre sua tese de doutorado, que se transformou em livro, dos novos e velhos sindicalismo e como esse trabalho guiou os seus trabalhos futuros?

Marcelo: Eu ingressei no doutorado em História na UFF em 1993 e, entre 93 e 96, eu produzi essa tese que em 98 virou livro², que você menciona. Foi meu primeiro livro publicado e foi um trabalho de pesquisa que me deu muita satisfação de desenvolver porque, pra fazê-lo, eu pude combinar uma experiência que eu já tinha tido desde a época da graduação, da

2 MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. v. 1. 244p.

Iniciação Científica, com a pesquisa em arquivos. Mas como se tratava de um recorte de história, como gostam de chamar os franceses, do tempo presente, com testemunhas vivas, eu combinei essa pesquisa em arquivos com entrevistas com militantes do movimento sindical do Rio de Janeiro, do final da década de 70 e anos 80. Eu estudei sindicatos que tinham uma longa história na cidade, como o sindicato dos metalúrgicos, sindicato dos bancários, sindicato dos ferroviários e algumas categorias mais jovens, como era o caso dos metroviários. O metrô surgiu no Rio de Janeiro nos anos 70. O sindicato, então, era um sindicato novo.

Em meio às lutas do final da ditadura militar também surgiram em todos os estados os sindicatos de trabalhadores da educação pública, e no Rio de Janeiro é o SEPE³ que representa esse setor. Então, eu estudei essas cinco categorias e pude fazer uma transição, digamos assim, de pesquisas puramente feitas em arquivos, e o mestrado tinha sito sobre o final do século XIX, e o início do século XX, pra pesquisar entrevistas que envolviam depoimentos, e também pude explorar arquivos, algumas vezes organizados, outras vezes não organizados, dos sindicatos, que também foi muito interessante. Daí pra frente, eu acho que tudo o que eu pesquisei teve a ver com a história do trabalho ou com as ferramentas teórico-metodológicas necessárias ao trabalho do historiador em geral ou especificamente do historiador do trabalho.

Viviane Prado (UVA): Diante de tantas temáticas que vêm surgindo nos últimos anos, como você avalia as possibilidades de fontes de pesquisas e o acesso a essas fontes para se discutir esses temas da história social do trabalho?

Marcelo: No momento, o acesso à fonte de pesquisa é muito difícil, a não ser por caminhos virtuais, né? Mas fora esse momento específico da pandemia, eu diria que nós temos muitas fontes para produzir história social do Brasil. Mas infelizmente nós não temos investimentos, não só na área de história social do trabalho, como em outras áreas, investimentos adequados dos governos para garantir que essa e outras temáticas pudessem ser exploradas através de fontes armazenadas pelos arquivos públicos. Cada vez a gente vê menos recursos nessa direção. Eu diria que ao estudar a história social do trabalho, a gente tem a possibilidade tanto de

3 Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro.

recorrer aos arquivos públicos, como em arquivos estaduais, municipais, o arquivo nacional do Rio de Janeiro, as bibliotecas públicas, quanto a gente tem a possibilidade de recorrer aos arquivos privados, sejam arquivos do próprio movimento da classe trabalhadora, arquivos sindicais... Alguns sindicatos possuem arquivos organizados, são poucos, mas importantes. E a gente também tem a possibilidade de ter acesso aos arquivos privados dos militantes do movimento sindical, estudiosos do movimento sindical, que guardaram durante muito tempo esses arquivos, e como eu disse, pra períodos mais recentes a gente pode fazer usos das entrevistas e de toda a metodologia da História Oral.

Há alguns arquivos especializados em história social do trabalho que foram constituídos em instituições públicas, especificamente em Universidades. O mais antigo e mais importante deles é o arquivo do Edgar Leuenroth, em Campinas, na Unicamp, que foi constituído inicialmente com doações de arquivos pessoais de militantes de movimento da classe trabalhadora no Brasil, que atravessaram o século XX com sua militância. Depois esse arquivo se ampliou muito. Hoje ele não tem apenas documentos da área da história do trabalho e documentos de outras áreas, mas ele continua sendo uma grande referência aqui do Rio de Janeiro. Aqui, por exemplo, trabalhei muito com documentação do arquivo de memória operária no Rio de Janeiro, que é sediado, que é constituído pela UFRJ.

Arquivos judiciais são cada vez mais explorados pelo os historiadores do trabalho. Nós exploramos às vezes também processos da justiça criminal, onde conflitos em torno de relações de trabalho acabam emergindo, aparecendo. E a partir da redemocratização, especialmente no final dos anos 90, quando eles começaram a ser abertos para a consulta, um mundo de informações sobre greves, sindicatos, mobilização da classe trabalhadora apareceu nos arquivos das polícias políticas. Em muitos estados do Brasil esses arquivos começaram a ser abertos à consulta, graças primeiro à luta pelo direito de acesso às informações que o Estado produz sobre os cidadãos, a partir da Constituição de 88, e depois, de esforços de militantes de direitos humanos, de movimentos como o *Tortura nunca mais*, pra que esses arquivos fossem disponibilizados. Eu fiz muito uso, ao longo das últimas décadas, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, onde estão armazenados os documentos das polícias políticas aqui do Rio. Tem uma especificidade: como o Rio foi capital até 1960, a documentação dis-

ponível aqui não é só do Rio de Janeiro, mas de diversos estados do Brasil. Isso porque a polícia política trocava correspondência com outros estados e era quase uma referência de um certo período. Depois de 45, já era um departamento federal de polícia, que tinha no seu interior um órgão de polícia política. Essa uma documentação das últimas décadas se mostrou muito rica, não só pra gente estudar a repressão dos movimentos políticos da classe trabalhadora, que era essa a função da polícia política, mas também porque ela recolhia documento dos sindicatos, dos militantes, informes, relatórios. Sempre a gente deve olhar pra eles com muito cuidado porque são produzidos com o objetivo de politizar politicamente os militantes, mas ela pegava documentos, jornais e tal, de diversos movimentos que são muito úteis pro pesquisador de história do trabalho.

Então o que não faltam são fontes. Talvez elas devessem estar mais bem preservadas, organizadas e a gente tem sempre que se mobilizar pra isso. Mas há uma enorme disponibilidade de fontes e há muitos caminhos novos a serem explorados pelos jovens e pelas jovens historiadoras do trabalho.

Cosma Araújo (SME - Sobral): Professor, queria que você falasse um pouco para os pesquisadores iniciantes, que estão começando agora suas pesquisas em história social do trabalho. Que conselhos teria a dar para eles?

Marcelo: Meu avô dizia pra mim que se conselho fosse bom a gente não dava, a gente vendia. Mas eu vou me arriscar a dar um conselho. Eu aprendi, lendo umas referências da história, de uma forma geral, de uma forma social em particular, que quando nós escrevemos história, a gente está escrevendo sobre um passado mais distante ou mais próximo no tempo, mas a gente está sempre escrevendo, pensando a partir das questões do nosso presente. Então eu diria que nós vivemos um presente muito conturbado, de uma crise sanitária ligada a uma crise social, no caso brasileiro, uma crise política, evidentemente. Nós vivemos em um presente muito conturbado, que nos pressiona com muitas questões, e eu diria que é preciso buscar no trabalho do historiador respostas não imediatas para as questões do presente, mas respostas para os anseios sociais mais gerais que essas questões presentes nos apresentam. Então eu diria que a história do trabalho em especial, como em outras áreas, pode usar justificativas

parecidas. Ela nos coloca diante de um dever, de uma responsabilidade social: entender como é que a gente chegou nessa situação de país como esse que a gente vive.

Mas isso vem de muito tempo, onde a força de trabalho empregada no setor privado é de trabalhadores informais. O número de desempregados no Brasil já passou de 13 milhões de pessoas, a renda é distribuída de forma muito desigual entre os setores que vivem do trabalho, e especialmente entre os que vivem do trabalho e os que vivem do lucro de exploração desses que vivem do trabalho. Então, esse tipo de quadro social tem uma longa história no Brasil. Essa história não é linear, ela é marcada de muitas lutas, momentos de refluxos dessas lutas, mas a classe trabalhadora construiu suas organizações, pautas, programas, estratégias de lutas, movimento, para tentar, ao longo da história desse país, reverter ou melhorar essa situação profundamente desigual que nos marca desde a origem colonial, desde esse longo passado de escravização de populações trazidas à força do continente africano para trabalhar aqui no empreendimento colonial e, depois da independência, ainda nas *plantations* escravistas até 1888

Então essa longa história de exploração do trabalho, essa longa história também de resistência, de organização, de luta pode ajudar a gente a entender melhor essa conflituosa, desigual, contraditória realidade no mundo e Brasil que a gente vive hoje. Era o que eu diria hoje. Estimulo todos aqueles que estão preocupados em intervir, em resolver as questões do presente, a tentarem, através do estudo do passado, pra compreender melhor como é que a gente chegou ao ponto que a gente está hoje.

Jerfson Lins (SertãoCult): Ainda dentro dessa questão do tempo presente, da atualidade, a gente vê que a ciência tem sofrido uma série de ataques, principalmente as ciências humanas, a história. A nossa área de atuação tem sido disputada por vozes que muitas vezes trabalham sem nenhum tipo de embasamento, só o “achismo”, e estão ocupando esse espaço muitas vezes baseados em um revisionismo histórico feito às margens do rigor científico. Dentro dessa atualidade, como nós historiadores podemos nos portar agora pra tentar recuperar esse espaço que nos está sendo tomado? E mais ainda: qual foi o erro que a gente cometeu para perder esse espaço neste momento? Será que a gente não deixou de fazer

um trabalho de tradução do que a gente produz para que a sociedade possa nos compreender?

Marcelo: Está certo, Jerfson! A questão que você coloca é crucial. Eu acho que há dois campos aí em que a gente tem que pensar essa questão, do ponto de vista da memória social, da história produzida na Universidade, a história escrita pelos historiadores, ela é apenas um dos elementos que disputam um espaço na sociedade, essas representações sobre o passado, narrativas sobre o passado. Como a política, constitucional ou não, os interesses sociais também estão por trás dessa disputa de narrativas, de referências sobre o passado. Em um momento de crise, de polarização, de disputas políticas acirradas, fica difícil e muito nítido que reinterpretar o passado é essencial para justificar determinadas posições no presente, e o exemplo mais gritante disso, nós vivemos em um governo que tem evidentes intenções autocráticas, para usar a expressão do Florestan Fernandes, que cunhou a expressão “autocracia burguesa” para fazer um contraste com a ideia de democracia burguesa. No Brasil, as classes dominantes não tiveram forte compromisso democrático, tiveram muito mais um tendão autocrático. Então, nós tivemos longos períodos de ditaduras no país, no primeiro governo Vargas, na Ditadura Militar... Desse ponto de vista, no momento que a gente vive em que o governo tem uma manifestação evidente de desprezo pelas instituições democráticas, ele sustenta suas posições no presente também tentando rescrever a história, especialmente a história dos últimos 60 anos no Brasil. Daí esse governo se apegue a interpretações revisionistas sobre o que foi a ditadura constituída em 1964, no golpe que derrubou o governo de João Goulart, ou mesmo sobre episódios do passado mais recente do país.

Dessa forma, os historiadores e as historiadoras profissionais, nas univer-

Em um momento de crise, de polarização, de disputas políticas acirradas, fica difícil e muito nítido que reinterpretar o passado é essencial para justificar determinadas posições no presente, e o exemplo mais gritante disso, nós vivemos em um governo que tem evidentes intenções autocráticas, para usar a expressão do Florestan Fernandes, que cunhou a expressão “autocracia burguesa” para fazer um contraste com a ideia de democracia burguesa.

sidades, nas suas pesquisas, nos seus trabalhos, têm de se confrontar às vezes com poderes políticos constituídos muito mais fortes. Para isso a gente precisa atuar coletivamente, através das instituições, através das associações. A Associação Nacional de História – ANPUH tem desempenhado um papel muito importante de denúncia, de posicionamento bastante enfático contra esse tipo de apropriação indevida, acientífica, contrária a todo o acúmulo de conhecimento produzido pelos historiadores e pelas historiadoras, e a acho que a gente deve reforçar esse papel da ANPUH no nosso próprio trabalho cotidiano.

Eu entendo que a gente pode ter perdido o espaço, eu diria que de um lado pelo que você próprio sugeriu, porque muitas vezes nós avançamos muito na produção do conhecimento acadêmico, através de um saber cada vez mais especializado nas áreas de pesquisa, que acumula muito referências internacionais, teóricas, metodológicas, trocas, intercâmbios, seminários e tal, mas esse saber especializado tem pouca repercussão na divulgação mais ampla, de um público mais amplo. Então, quando isso acontece, nós nos fechamos no casulo das nossas especialidades, e temos dificuldade de dialogar nas demandas sociais, das grandes questões impostas no debate social.

E eu acho que outro campo ainda mais importante, que diz respeito ao próprio ensino de história. O espaço que a produção de conhecimento histórico tem mais importante no diálogo com a sociedade é a escola, é a educação, especialmente a educação pública, onde a maioria da população brasileira em idade escolar tem acesso a seus conhecimentos mais sistematizados sobre a história do país e do mundo. Portanto, esse é o esforço que muitos e muitas de nós fazemos cotidianamente, mas dá pra perceber que não estamos sendo tão bem sucedidos assim, a gente tem que con-

E eu acho que outro campo ainda mais importante, que diz respeito ao próprio ensino de história. O espaço que a produção de conhecimento histórico tem mais importante no diálogo com a sociedade é a escola, é a educação, especialmente a educação pública, onde a maioria da população brasileira em idade escolar tem acesso a seus conhecimentos mais sistematizados sobre a história do país e do mundo.

centrar nossa tensão, nossos esforços, no trabalho voltado para o ensino básico, para a educação de crianças e jovens do país. E nesse terreno, é claro, esses setores negacionistas do conhecimento científico, revisionistas do passado histórico do país, também atuam vigiando, censurando, reprimindo, através de movimentos de escola sem partido, que tentam constranger a liberdade de cátedra, a expressão do conhecimento científico por parte dos professores e das professoras.

Isso não fica restrito a movimentos da sociedade civil, ainda ontem a gente ouviu uma declaração, que eu diria no mínimo triste, se não revoltante, do próprio ministro da educação, que falou que por ele não se investiria recurso público na formação de sociólogos, antropólogos, filósofos, ou seja, na formação das humanas. Na prática, isso já está acontecendo quando o CNPq esse ano divulgou uma lista de linhas de pesquisa prioritária que praticamente excluem completamente as ciências sociais e humanas do financiamento à pesquisa pelo CNPq. A gente tá vivendo o corte sistemático nas instituições do Brasil, das faculdades públicas, e os principais centros de pesquisas do país, isso atinge ainda mais duramente as ciências sociais e humanas. Nós já estamos vivendo, no plano das políticas públicas, a tentativa de cessar essa produção de conhecimento crítico, e eu acho que o esforço que a gente tem que fazer, não apenas dentro da universidade, mas em articulação com profissionais da educação básica para construir com conhecimento crítico, atrelado aos valores democráticos, defesa dos direitos, da cidadania, política social, no interior das escolas, e o papel da história e da produção do conhecimento histórico aí é chave, é seminal.

Telma: Quais alternativas nós temos diante de uma conjuntura que cada vez mais amplia a desigualdade e, particularmente no mundo do trabalho, vai ficar bem pior essa distância abissal entre os que estão incluídos, os que têm acesso à tecnologia e outras benesses modernas etc., e a grande massa que não vai ter acesso a nada disso? Como o senhor percebe nossa própria atuação nesse sentido?

Marcelo: Eu vou começar pelo o próprio sentindo da pesquisa em história do trabalho. É claro que a pesquisa em história do trabalho é influenciada pela a dinâmica da classe trabalhadora. Quando eu comecei a estudar a história do trabalho nos anos 80, a ascensão das lutas organizadas, sindicais, especialmente dos trabalhadores, incentivou muitas pesquisas

na Universidade. A história do trabalho, como área acadêmica, é relativamente nova no Brasil. Os primeiros trabalhos universitários sobre a história social no Brasil são do final dos anos de 1970. Nas ciências sociais, na Sociologia em especial, isso remota aos anos de 1960. Então é uma área relativamente nova, e ela sofre esses influxos. Portanto, da mesma forma que o impulso das lutas dos trabalhadores fez subir a produção nos anos 80, na década de 1990 a gente viu um recuo do interesse na área, o que me parece aí é que quanto mais antenados com a realidade que a gente vive hoje, mais a gente consegue captar uma contribuição que a história do trabalho pode dar. Um entendimento desses problemas da sociedade atual, não só oscilando conforme as ondas dos movimentos, mas também interferindo nesse processo, construindo relatos sobre o passado, análises sobre o passado que alimentem as lutas do presente. E eu vou dar muitos exemplos pontuais.

Hoje, nós avaliamos as relações de trabalho no Brasil e no mundo e nós, tanto os pesquisadores acadêmicos quanto organizações internacionais, a OIT, Organização Internacional do Trabalho, identificamos um processo que é normalmente definido como de precarização das relações de trabalho. O desmonte de uma série de leis que garantiam direitos à classe trabalhadora, limitando as condições de exploração da força de trabalho, a deterioração das condições de vida da maioria da classe trabalhadora. A gente percebe o aumento das desigualdades na distribuição de renda. Então, diante desse quadro, a história do trabalho pode contribuir para um olhar de longa duração, para mostrar que na trajetória do capitalismo, trabalho defendido por leis, por direitos foi a exceção, foi excepcionalidade. No Brasil, isso aconteceu de forma limitada para a classe trabalhadora urbana a partir dos anos 30. E a classe trabalhadora era minoritária no conjunto da população brasileira, e ainda assim esses direitos que foram descritos por lei, desde os anos 30, ainda demandaram muita luta para entrarem em vigor nas décadas seguintes.

E quando a gente parecia que tinha ampliado a gama de direitos, a partir dos trabalhadores urbanos e rurais dos anos 60, incluindo os servidores públicos nos direitos de sindicalização com a constituição de 88, ampliando direitos, como a licença maternidade e garantias maiores para quem trabalhava em horários noturnos, aumento da indenização por demissão etc. Na constituição de 88, quando a gente achava que estava avançando

em direitos, os anos 90 mostraram pra gente que aquele ali foi o limite não só da classe trabalhadora brasileira, mas mesmo em países de desenvolvimento industriais mais avançados, no centro da economia capitalista, os países do hemisfério norte. Aquilo que foi chamado de estado de bem-estar social, quer dizer um emprego relativamente pleno, com direitos sociais universais, à educação, à saúde, direitos ligados à moradia, melhorias salariais, garantias de contratações coletivas etc. Aquilo que foi definido com estado de bem-estar social ficou restrito a alguns países, especialmente do norte do globo, durante o período do fim da Segunda Guerra até o fim dos anos 70, início dos anos 80. E mesmo nesses países, atingiu seletivamente a classe trabalhadora. Foram os homens, principalmente, que tiveram esses empregos estáveis, que a OIT chama de emprego padrão. As mulheres, em geral, tiveram relações mais precárias com o mercado de trabalho assalariado e foram os nacionais que tiveram essas garantias, pois os imigrantes sempre foram uma parcela expressiva de trabalho e sempre eram os que tinham menos direitos. Então, o que a OIT chama de emprego padrão foi uma exceção histórica das relações de trabalho nas sociedades capitalistas. Historiadores e historiadoras têm muito o que dizer sobre isso.

Hoje a gente vê que grandes mobilizações ocorrem em torno de direitos civis, de garantias de igualdade de tratamento. Está acontecendo agora no mundo todo, especialmente nos Estados Unidos, na luta contra o racismo, contra o fim da violência social contra a população negra. No caso da classificação utilizada nos Estados Unidos, “*people of color*”, que inclui as pessoas de cor e todos os que não são considerados brancos, nascidos nos Estados Unidos, considerados lá os latinos, os imigrantes asiáticos, todos esses. Vivem em uma situação de racismo institucionalizado, em organização com a polícia. Isso fica cada vez mais evidente no dia a dia. O racismo estrutura as próprias relações sociais. Atravessando a pandemia, a gente viu pelos dados dos Estados Unidos que a população negra é minoritária, mas tem uma incidência maior de casos de morte, percentualmente maior na pandemia, mesma coisa que a gente vê no Brasil, onde a população negra é majoritária, mas é possível ver a diferença entre números de internados e números de mortos, percebidos o percentual de doentes e o percentual de mortes, a gente percebe que a doença é mais letal sobre a população negra. E isso tem a ver com as condições sociais desiguais que

formam a sociedade brasileira, atravessada de desigualdades sociais de gênero e de classe.

Em situações como essas, os historiadores do trabalho têm muito a dizer sobre como se dá a formação da classe trabalhadora ou como o racismo estrutural atravessa as relações de trabalho, como ele é obstáculo em muitos momentos das lutas unificadas das classes trabalhadoras, como o empresariado, o capital joga com a discriminação racial no dia a dia das relações de trabalho, dividindo inclusive o movimento da classe trabalhadora, como é difícil superar isso. Eu estou tentando pegar alguns exemplos para tentar mostrar que a nossa intervenção no presente se dá através da organização, como eu mencionei na questão anterior, através da Associação Nacional de História intervir no debate político do passado. Ela se dá por nossa participação militante e junto a movimentos sindicais em cursos de formação em pesquisas, no interior desses sindicatos. Mas ela se dá também na nossa produção, no que a gente pesquisa, no que a gente escreve, no que a gente divulga através da sala de aula. Isso orienta um sentido de intervenção social que vai muito além da militância política direta de cada indivíduo. Isso se dá na própria conscientização histórica no cotidiano da pesquisa, dos fins acadêmicos do cotidiano da sala de aula das universidades, das escolas em geral, onde a gente trabalha.

Telma: Como é que nós podemos atualizar nossa fala, essa nossa análise, para que ela chegue aos que não estão inclusos? Porque grande parte não tem a moeda do conhecimento, não tem acesso à tecnologia e, inclusive, nós mesmos estamos sendo impulsionados a lidar a todo momento com um aparato tecnológico que não nos era tão cobrado e agora nós vamos ter que embarcar nisso daí. Pelo menos na Universidade, nós estamos realizando atividades remotas, como atividades complementares, mas parece que o quadro vai se estender e nós vamos chegar a ter que cumprir um calendário letivo em EAD, que nós não aprovamos aqui em nosso local de trabalho, por exemplo, porque é contra a nossa proposta de ensino público, a relação professor/aluno, da experiência em sala de aula e fora da sala de aula. Então, como o senhor percebe esse quadro tão agravado?

Marcelo: Olha, a situação que vocês estão vivendo aí é a mesma situação que nós estamos vivendo aqui. Também estamos pressionados por esse tipo de tentativa de, a gente pode dizer, “aligeiramento de solução da

crise pandêmica”, que abre para um modelo de educação a distância que é controlado por grandes corporações no Brasil e às vezes até por interesse políticos de fusão de informações. Hoje correu a notícia de que uma das empresas que está vendendo aplicativos supostamente educacionais, das secretarias de educação do Brasil, de vários estados, inclusive do estado de São Paulo, é a mesma empresa que produz material de propaganda política na internet pra família do presidente da República. E essa empresa, que tem pouquíssima expressão na área, na produção de material para educação, tem acesso aos dados de estudantes e professores da rede pública de vários estados do país: Amazonas, Pará, Piauí, Paraná, São Paulo. Pela reportagem que foi publicada hoje pelo Intercept Brasil. Então, a gente vive sim esse tipo de encruzilhada, não vamos deixar de ter em conta que o que a gente está chamando de trabalho por aplicativo, por exemplo, de motoristas de Uber, de entregadores, de certa maneira é uma referência para o tipo de proposta que esses modelos de educação a distância, baseados em aplicativos educacionais e tal, estão colocando hoje.

Então, nós professores e professoras não estamos tão distantes assim dessa realidade, especialmente no ensino privado. Cada mais gente já se transforma numa força de trabalho uberizada na educação privada do país. É possível enxergar isso em formas novas de contratação que vêm se impondo nos últimos dois, três anos. Mas eu vou focar um pouco mais nesses setores precarizados da classe que você mencionou, e de novo tentar defender esse ponto de vista de que a história do trabalho é relevante para as lutas desses setores hoje.

Não sei se vocês chegaram a ver, mas circulou bastante pelas redes sociais um discurso feito na semana passado por um entregador de aplicativo em São Paulo que montou um movimento chamado “Entregadores antifascistas”. Galo é o apelido dele. E o Galo faz um discurso de menos de um minuto, bom para rodar em lista de WhatsApp, ele pensou nisso, ele deu uma entrevista depois à Folha de São Paulo explicando isso, que tinha de ser curto para rodar em lista de WhatsApp. Ele termina o discurso dizendo que “empreendedor coisa nenhuma! Nós somos é força de trabalho!” Boa essa consciência de classe que um movimento como esse demonstra. E todos os limites pra ela. Ele também explica que como é um entregador motorizado, de motocicleta, ele tentou organizar outros motoboys, outros entregadores de motocicleta trabalhando para a rede de aplicativo. Não foi

tão bem sucedido porque muitos diziam para ele que eram empreendedores, “vai pra Cuba” e aquelas coisas que a gente ouve nas ruas do Brasil, infelizmente, hoje em dia. E ele foi mais bem sucedido organizando os entregadores de bicicleta.

Uma pesquisa em São Paulo mostrou que eles trabalham pedalando em média 12 horas por dia, que recebem menos de mil reais, ganham 900 e pouco reais trabalhando 12 horas por dia, e ele foi mais bem sucedido aí. Então, qual é a técnica que ele utiliza? Bom de um lado ele tem coisas que há 100, 200 anos não existiam. WhatsApp, as redes, o próprio processo que os subordina à empresa, via aplicativo, lhe permite ter contato. E a partir do contato com esses entregadores, que não estão concentrados em uma fábrica, mas estão conectados por essas redes sociais, podem se mobilizar em torno de pautas que são típicas da classe trabalhadora, a mesma de 100 anos atrás. A pauta que ele está defendendo, para iniciar essa mobilização, é do pagamento de refeições para esses trabalhadores. Por que ele chama atenção? Imaginem uma pessoa trabalhar 12 horas por dia pedalando, entregando comida com fome porque as empresas não garantem café da manhã, almoço, jantar! Dependendo de onde o sujeito está trabalhando, ganhando menos de mil reais por mês, é muito caro comer na rua. Então a pauta é essa. As técnicas de mobilização são as mais tradicionais do movimento sindical. Ainda que o meio seja novo, seja o aplicativo, a rede social.

Também vemos aqui, no Rio de Janeiro, que pelo visto está crescendo, espalhando para uma greve de entregadores dessas empresas, que trabalham terceirizados, que trabalham na internet. Agora, com a quarentena, muito mais gente passou a comprar pela internet. Então eles estão tentando articular uma greve de entregadores por aplicativo, pro dia 1 de julho. Então, mesmo esses setores mais precarizados, como já aconteceu no passado, se organizam por reivindicações mais básicas, pelo o direito de se alimentarem decentemente, pelos reajustes. Eles ganham por peça, como antigamente ganhava um entregador de fábrica, para cada peça produzida, eles ganham alguns centavos, entregas por uns centavos, por uns reais. Então, eles estão se mobilizando por reivindicações mais básicas, como se fez no passado. O mais interessante é que eles aprendem diretamente com os historiadores. Nos Estados Unidos, na Califórnia, conquistou-se, a partir de mobilizações por aplicativos, uma lei estadual que diz que trabalhadores

de aplicativos são funcionários das empresas de aplicativos e, portanto, têm direitos trabalhistas. Não é um, como eles chamam, autônomo ou prestador de serviços, é um funcionário, tem direitos trabalhistas e tem que receber e garantir uma legislação trabalhista para esses trabalhadores.

Lendo uma reportagem, eu descobri que esses organizadores de movimento, esses trabalhadores de aplicativo se inspiraram no livro de um historiador estadunidense, que recolhiam documentos e comentavam, analisavam, que organizavam-se como os trabalhadores ligados à IWW – *Industrial Workers of the World* –, que no final do século XIX e no começo do século XX participavam dos setores mais radicais do sindicalismo, não só dos Estados Unidos, como em todos os países de língua inglesa, eles tentaram construir uma ligação internacional. Era uma tentativa de uma central internacional. Então eles estavam lendo esse livro para terem noções de como fazer trabalho de bases, para motivarem trabalhadores hoje. Então os setores mais precarizados de hoje talvez se inspirem nas lutas dos precarizados de 150 anos atrás para reivindicar seus direitos, para organizarem sindicatos, para conquistarem o mínimo de condição social no seu trabalho. Eu acho que esse é um desafio colocado para nós, historiadores. Nos mobilizarmos não apenas sindicalmente, não apenas nas associações profissionais, apesar de tudo isso ser importante, mas nos conectarmos às lutas reais, completas, às classes trabalhadoras que existem e àquelas que a gente sabe que precisam existir no presente. Contribuir com uma visão do passado que inspire essas lutas, que traga lições, que ajude a mobilizar. Eu acho que isso a gente tem potencial para fazer.

Viviane: Os estudos sobre o trabalho vêm muito vinculados àquela coisa do conceito de classe, voltado para os

Eu acho que esse é um desafio colocado para nós, historiadores. Nos mobilizarmos não apenas sindicalmente, não apenas nas associações profissionais, apesar de tudo isso ser importante, mas nos conectarmos às lutas reais, completas, às classes trabalhadoras que existem e àquelas que a gente sabe que precisam existir no presente. Contribuir com uma visão do passado que inspire essas lutas, que traga lições, que ajude a mobilizar. Eu acho que isso a gente tem potencial para fazer.

trabalhadores urbanos e masculinos. Mas de um tempo pra cá, a gente viu uma entrada muito forte de temas de abordagens relacionadas à história da mulher, de gênero de conflitos, alinhando-se também ao conceito de etnia. Você pode comentar como se deu essa ampliação, juntando esses três conceitos que hoje são pilares, que é classe, gênero e etnia?

Marcelo: A pergunta é bem interessante. Eu vou começar falando o seguinte: da mesma forma que na década de 1980 o movimento sindical se impôs como um tema para os historiadores, para as historiadoras pelas lutas da classe trabalhadora naquele período, eu acredito que as lutas do movimento de mulheres, as lutas do movimento negro no Brasil impuseram aos historiadores em geral, aos historiadores do trabalho em particular, uma sensibilidade maior para a pesquisa. Olhando a classe trabalhadora de uma forma mais ampla, em que a gente não se restringisse a esse trabalhador urbano, formal, do sexo masculino, com o contrato, direitos etc. Essa não é uma mudança só da história do trabalho no Brasil, essa é uma tendência internacional das pesquisas na história do trabalho nas últimas décadas.

Eu vou dizer como eu me aproximei, digamos assim, desse tipo de perspectiva. A primeira pesquisa que eu fiz de forma mais sistemática no final da minha graduação e durante o mestrado foi sobre aquilo que, no código penal de 1890, foi definido como contravenção penal. Eu procurei entender porque na cidade do Rio de Janeiro, que era a capital da república, a polícia atuava sobre a população urbana, com o foco muito maior nessas contravenções penais do que nos crimes propriamente ditos. A maior parte dos processados eram presos por artigos por contravenção penal. O que era as contravenções penais? Algumas eram típicas do período e ficaram restritas a ele, por exemplo: a capoeira era considerada contravenção penal, então houve logo no início da década de 1890 uma perseguição aos “capoeiras”. Também estavam ali artigos como porte ilegal de armas, embriaguez em lugares públicos, mas a maior parte dos processos era pelo artigo da vadiagem, que era definida por não ter um emprego fixo e nem ter um local de moradia definido, que pudesse atestar que aquela pessoa não vivia dos expedientes da vadiagem, da vagabundagem, como era antes também chamada.

Estudar isso me levou a pensar no mercado de trabalho do Rio de Janeiro, quem estava fora do mercado de trabalho, ou quem estava irregular,

digamos assim, mais informal era alvo prioritário dessa repressão à vadiagem. Mas também me obrigou a pensar que 1890, dois anos depois da abolição, o Estado estava preocupado em controlar aquele contingente de trabalhadores e trabalhadoras escravizadas que tinham sido libertados pela lei de 88, que já vinham se libertando nas lutas abolicionistas do período anterior. Então esse cruzamento entre mercado de trabalho assalariado em formação e repressão policial com um olhar privilegiado, não apenas do trabalhador informal, mas principalmente sobre os trabalhadores negros, foi algo que eu percebi olhando essa documentação policial. A documentação policial me permitia ver que o percentual de trabalhadores negros na força de trabalho do Rio de Janeiro, no censo de 1990, era de cerca de um terço da população local, e um terço da força de trabalho. Mas a presença deles nos processos por vadiagem era quase metade dos processos. Então, havia um foco nesse setor, ou então porque eles eram mais presentes no trabalho informal, no trabalho avulso, onde eles trabalhavam um dia e outro não, ou porque a polícia, que tinha sido criada no Brasil escravista para vigiar trabalhadores escravizados urbanos, continuava com um olhar na população negra. Então ali já me apareceu como uma questão de pesquisa empírica.

Eu avancei no tempo, como eu falei na primeira questão, e fiz minha tese de doutorado no período mais recente porque eu estava vivendo no período sindical nos anos 80 e eu tinha uma inquietação que me levou a pensar nas possibilidades e nas mudanças do sindicalismo brasileiro na chamada época do novo sindicalismo, na época dos anos 70, na década de 80. Mas eu depois fui recuando de novo nas minhas pesquisas, no tempo, e eu voltei para entender a formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. E a constatação que eu cheguei é que seria impossível chegar à formação da classe trabalhadora aqui, começando em 1888, começando com o fim da escravidão, porque na verdade, o trabalho assalariado já existia antes, mesmo que essas organizações, o movimento da classe trabalhadora assalariada, desprezando o fato que a experiência do trabalho era compartilhado com trabalhadores escravizados, seria contraproducente do ponto de vista da pesquisa. Então eu fui começando a entender esse compartilhamento de experiência entre trabalhadores assalariados e trabalhadores escravizados. E esse movimento não foi eu que fiz, a historiografia do trabalho estava fazendo a partir daquele momento.

Em 2001, no Encontro Nacional de História, no Simpósio Nacional de História da ANPUH, que aconteceu aqui em Niterói, a gente fundou o grupo de Mundo Trabalho, que reúne historiadores do Brasil todo, e dentro desse grupo, uma das preocupações de pesquisa que aparecia em vários lugares, em vários trabalhos, era essa quebra de 1888 e entender as relações de trabalhadores e trabalhadoras como parte de um mesmo processo da classe trabalhadora do país. Então, eu acho que essa preocupação agora, já no século XXI, já foi compartilhada. Esse movimento de pesquisa, do ponto de vista teórico, as relações entre gênero, raça e classe nas sociedades capitalistas em que a gente vive. Isso me levou ao último estudo que eu publiquei, que é um livro sobre a classe trabalhadora, de Marx aos temas atuais⁴, onde eu parto particularmente sobre a classe trabalhadora para tentar entender como ela pode ser útil hoje, para entender a dinâmica que a classe trabalhadora vive hoje em dia.

Eu acabei me vendo obrigado a discutir como é que essa classe trabalhadora, longe de seu homogêneo, é atravessada por desigualdades internas, entre homens e mulher, entre brancos e não brancos. No caso da sociedade brasileira, especialmente a população negra. E alienação do trabalho em relação ao capital, quer dizer, a perda do controle sobre o que está sendo trabalhado por parte dos trabalhadores, a perda do controle sobre a força de trabalho que é vendida para o capitalista. Como esses processos, a exploração, opressão e alienação estão completamente interligados na totalidade contraditória que é uma sociedade capitalista? É impossível entender essas relações de trabalho assalariadas, na empresa, no comércio, onde quer que seja.

Deve sempre haver o interesse de saber o que essas pessoas precisam para se reproduzir como força de trabalho, se alimentar, ter um lugar para dormir, para descansar, para lavar sua roupa, para voltar no dia seguinte e vender de novo, para o trabalhador e trabalhadora vender sua força de trabalho, mas onde ela faz isso? Em parte, ela faz isso no mercado, comprando, mercadorias e tal. Mas o alimento não chega pronto, a roupa não se lava sozinha, por mais que você tenha uma máquina de lavar. A criança, que vai ser o trabalhador do futuro, precisar ser produzida também, por homens e mulheres. E quem cuida da criança? Quem cuida

4 MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. v. 1. 156p.

do trabalhador idoso que não pode mais trabalhar? Numa sociedade como a que a gente vive, as regras patriarcais herdadas de sociedades anteriores foram atualizadas no capitalismo de tal forma que as mulheres, em especial, exercem essas tarefas relacionadas ao cuidado que a gente poderia chamar de trabalho reprodutivo, no sentido de reprodução da própria força de trabalho. Marx explica pra gente que o salário equivale ao custo da reprodução da força de trabalho. Mas se uma parte desse custo é a amortecida por trabalho não pago, porque o trabalho das mulheres em casa, quando elas lavam, enquanto elas cozinham, quando elas cuidam das crianças e dos idosos, é um trabalho na maior parte das vezes não renumerado. Então, isso significa que o custo da força de trabalho é reduzido. Do ponto de vista do capital, manter a opressão de gênero, manter a lógica patriarcal é interessante para reduzir os custos de reprodução dessa força de trabalho.

Quem cuida do trabalhador idoso que não pode mais trabalhar? Numa sociedade como a que a gente vive, as regras patriarcais herdadas de sociedades anteriores foram atualizadas no capitalismo de tal forma que as mulheres, em especial, exercem essas tarefas relacionadas ao cuidado que a gente poderia chamar de trabalho reprodutivo, no sentido de reprodução da própria força de trabalho.

Da mesma forma que se a gente olha pro mercado de trabalho e vê que tem tarefas que pagam menos, a gente vai observar que a concorrência entre os trabalhadores para ter emprego diante de muito desemprego, para ter os empregos que pagam melhor, para ter a qualificação para ocupar esses empregos que pagam melhor vai gerar disputas internas. Como organizar a fila dessas disputas, dessas concorrências? Uma das formas de organizar é justamente através das opressões. Mulheres ganham menos no mercado de trabalho, quando trabalham de forma assalariada, do que homens, mesmo quando elas têm a mesma qualificação. Negros e negras ganham menos que o branco no mercado de trabalho, esses dados o IBGE divulga periodicamente e podemos ver que as diferenças são gritantes no Brasil. Ou seja, as opressões também organizam, a partir de hierarquias de gênero, a partir de hierarquias sociais. E desse ponto de vista, o capitalismo não vive só da exploração da classe trabalhadora, ele vive dessa combinação

permanente entre exploração, opressão e alienação do trabalho. E cabe à gente tentar entender a totalidade desse processo.

Então falar da classe trabalhadora sem perceber as dimensões raciais e de gêneros que estão envolvidas nas relações de trabalho em uma classe capitalista é ver a classe trabalhadora de uma forma homogênea demais, ou talvez muito restrita. E eu acho que esse é um esforço que os historiadores e as historiadoras do mundo do trabalho estão cada vez mais fazendo para sobreviver e superar essa visão restritiva sobre a classe trabalhadora. Eu entendo que um bom caminho para fazer isso é usando justamente a referência de Marx. Mas Marx não viu tudo, por exemplo, Marx não discutiu a reprodução da força de trabalho a partir da desigualdade de gênero, embora ele tenha falando bastante da desigualdade de gênero. E ele foi ouvido por feministas marxistas, que nas últimas décadas avançaram no que hoje é chamado de “teoria da reprodução social”. Marx denunciou como racismo dividir a classe trabalhadora, Marx lutou pela abolição da escravatura nos Estados Unidos, escreveu muito sobre isso. Na Associação Nacional dos Trabalhadores, colocou isso em um manifesto inaugural do capital, que enquanto o trabalhador de pele negra não se livrar dos grilhões nos Estados Unidos, o trabalho de pele branca não podia avançar nas suas lutas sociais.

Mas Marx não podia observar todos os processos de continuidade da opressão racial nas sociedades pós-escravistas, afinal de contas, ele morreu antes da abolição no último país das américas a libertar, que foi o Brasil. Então a gente é que tem de olhar para toda aquela luta dos movimentos contra a opressão de gênero, contra a opressão racial, encontros e desencontros dessas lutas com a teoria social para tentar avançar, e é isso que eu estou tentando fazer nos trabalhos.

Telma: Professor, nós agradecemos novamente a partilha do seu tempo e a sua valorosa contribuição!

Marcelo: Eu agradeço, pela a oportunidade de estar conversando com vocês, e com a disposição de que a gente possa fazer junto. A gente está muito longe em quilometragem, mas está descobrindo que pode estar perto através dessas ferramentas de discursão virtual. É muito legal estar conversando aqui com vocês hoje e espero que a gente se encontre ao vivo em outros momentos, mais também por esses canais aqui.

Doi: 10.35260/54211314-2024.p188-206



Clarice Gontarski Speranza é professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ocupando a chefia do Departamento na gestão 2021-2023. Professora permanente do Programa de Pós Graduação em História da UFRGS. Bolsista produtividade CNPq PQ 2. Graduada em Comunicação Social (Jornalismo) pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS (1990), com mestrado em História (2007) e doutorado em História (2012), ambos pelo PPG em História da UFRGS; e pós-doutorado em História (2015) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Trabalho, Resistência e Cultura. Coordenadora nacional do GT Mundos do Trabalho da ANPUH, gestão 2016-2018.

“Não dá para pensar a sociedade sem trabalho”: Entrevista com Clarice Speranza¹

Clarice Gontarski Speranza

Fannuel Santos Mesquita

Viviane Prado Bezerra

Telma Bessa (UVA): Professora, antes de mais nada, que nome tão lindo é esse, heim? (risos).

Clarice Speranza (UFRGS): Na verdade eu nasci com o Esperança mesmo. A gente alterou para Speranza já faz uns 20 anos, com aquela coisa da cidadania italiana, né? Enfim, é esse meu nome.

Telma: Quais foram as suas motivações para abraçar essa temática do mundo do trabalho? Como que foi o processo de aproximação com esse tema?

Clarice: Eu tenho uma trajetória um pouco diversa. Eu, na verdade, iniciei minha vida acadêmica um pouco mais tarde. Eu, na verdade, sou formada em Comunicação, sou jornalista. Me formei em 1990 aqui pela UFRGS e trabalhei de 90 até 2002, mais ou menos, em veículos de comunicação, trabalhei em jornal, trabalhei como repórter e como chefe de



¹ Entrevista realizada via *Google Meet* em 12 de junho de 2020.
Confira a entrevista utilizando ou clicando no QR Code ao lado.

reportagem. Tive uma carreira nessa área. O Flavio Heinz, um colega aqui da UNISINOS que hoje está na Rural do Rio de Janeiro, uma vez disse assim: “Você é uma historiadora trãnsfuga”, porque eu acabei indo para essa carreira acadêmica, para essa área de história, que não seria a primeira escolha naquele momento. Porque, afinal de contas, eu tinha uma carreira na Comunicação. Foi logo depois que meus filhos nasceram. Por umas questões pessoais e também com umas insatisfações com o próprio jornal, com a própria situação na imprensa. E aí acabei inicialmente de uma forma diletante, fazendo algumas disciplinas como aluna especial nos cursos de História, ali na UFRGS. Até que chegou um momento em que eu acabei fazendo todas as disciplinas possíveis, me envolvendo, vendo questões. E acabei fazendo uma disciplina de pesquisa, de preparação para pesquisas, e na verdade eu fiquei pensando “o que eu estou fazendo aqui?” O professor dessa disciplina era o Benito Schmidt, que se tornou depois meu orientador de mestrado e doutorado, e é a quem eu devo um grande incentivo para que eu ficasse nessa área. Nessa disciplina, na verdade preparatória, que é o TCC, eu apresentei um projeto que depois acabou sendo meu projeto de mestrado. Então, eu fiz diversas disciplinas no curso, mas eu não tenho graduação em História. Eu passei direto pro mestrado e, enfim, a partir daí não larguei mais.

E a minha pesquisa de mestrado já era na área da história do trabalho. Eu trabalhei em uma greve que ocorreu na empresa jornalística Caudas Junior em 83 e 84, pedindo um novo sindicalismo. E nessa primeira pesquisa eu já tive contato com diversas questões que foram se tornando importantes para mim, e o que me preocupa muito em termos de pesquisa. A questão, por exemplo, da justiça no trabalho, como que se dá essa relação entre os trabalhadores. E esse arcabouço legal. E esse momento específico era interessante. Era um momento do novo sindicalismo, enfim, toda essa questão da autonomia e a questão também dos ofícios, das culturas relacionadas aos diferentes ofícios e conforme a identidade dos trabalhadores. Então, por exemplo, eu trabalhei muito com uma das categorias que participou daquela greve naquele momento, que era a dos gráficos, e passava por um processo de mudanças em termos do seu fazer, pensando em termos de estar sendo atingida, naquele momento, por um processo de estruturação produtiva bastante grande. Inclusive, nesse momento tomei

contato com a sua pesquisa, Telma, sobre os trabalhadores da Volkswagen em São Bernardo.

Então, a questão do processo de trabalho me interessou e me interessava também a questão do novo sindicalismo em específico, o porquê que entre diversas áreas da História eu fui me envolver com os trabalhadores? Talvez não tenha sido só influência do Benito, que naquele momento estava muito voltado para as questões do mundo do trabalho, mas acho que tinha a ver com a minha experiência pessoal e até familiar de contatos com trabalhadores, a minha experiência como trabalhadora posterior, como bancária, e depois como jornalista, era uma experiência que envolvia uma relação de sindicatos e tal. Aquilo acabou sendo algo natural, e isso acabou me mantendo, digamos assim, fiel a áreas do mundo do trabalho, que é um campo bem interessante no Brasil. Na área de História tem institucionalmente o GT mencionado que eu fui coordenadora e que, de certa forma, nasce no Rio Grande do Sul. E depois ele tem uma expansão muito grande, sobretudo a partir dos estudos feitos por aquele grupo da UNICAMP, do Fernando Teixeira, do Paulo Fontes, do Alexandre Fortes. E hoje é um GT espalhado por todo o Brasil e com uma expansão muito legal e muito interessante no Nordeste. Na Paraíba temos um grupo bem interessante, e no Amazonas, enfim, a gente tem uma penetração bem interessante e também um diálogo bem legal com outros GTs próximos, como o GT do Pós-Abolição, entre outros.

Ainda nesse momento do mestrado, eu iniciei minha carreira como professora. Eu não era mais uma jornalista que estava estudando, eu passo a ser uma professora. O meu mestrado eu finalizo em 2007. Em 2006 eu início como professora substituta na faculdade de Biblioteconomia e Comunicação na UFRGS. Ou seja, como professora na Comunicação. Eu retornei para a faculdade que eu me formei, como substituta, e aprendi a dar aula. E foi uma coisa interessante, eu aprendi a dar aula e também os meus filhos eram pequenos e estavam em uma escola muito participativa. Então, teve aquela construção do conhecimento que enfim, claro que não é a mesma coisa, no ensino superior e na educação infantil, mas passou a ser uma preocupação muito grande na minha vida. Então, essa questão da sala de aula se tornou bem relevante a partir desse momento.

Eu termino o mestrado em 2007 e em 2008 eu vou começar o doutorado. E ao contrário do mestrado, que eu trabalhei com o novo sindicalismo

no período dos anos 80, no doutorado eu mudo meu período temporal e mudo meu projeto, no sentido que eu deixei de lado essa preocupação com os trabalhadores de uma empresa jornalística e passei a pesquisar os trabalhadores de minas de carvão no Rio Grande do Sul nos 40 e 50. O doutorado, que eu considero na verdade a pesquisa mais bem acabada. Claro que a gente está tocando outras pesquisas e outras questões, mas o doutorado é uma marca na vida da gente. Eu começo o doutorado em 2008, finalizo em 2012 e a questão do doutorado é interessante porque eu desenvolvi a pesquisa do doutorado a partir das fontes. Então, a partir do mestrado, eu comecei a ter contato com o Memorial da Justiça do Rio Grande do Sul, que é ligado ao Tribunal Regional do Trabalho, e eles têm um acervo importante desses processos das minas de carvão. Inicialmente eles eram processos que envolviam os anos até 47, mais ou menos, de 41 até 47. 41 inicia a Justiça no Trabalho no Brasil. Em 45 começa a junta em São Gerônimo, que era um município que agregava as minas. Em 47, eles receberam a doação de uma série de atas de julgamentos de um dos juizes, o que vai fazer com que a gente constituísse os processos até 1954, até o momento que coincidiu com o suicídio de Getúlio. Mas que enfim, marcado pela saída desse juiz de lá. Depois disso esses processos sumiram, eles foram queimados e a gente só tem esses processos nesse momento. Então, foi uma pesquisa interessante.

A partir dos processos, eu ouvi uma série de questões. E era um número grande de processos, em torno de 6 mil só os processos dos mineiros de carvão. Mas eles realmente eram em menor número, pra fazer uma análise quantitativa do que a gente poderia pensar das relações de trabalho a partir desses processos. Então, isso me levou a utilizar além do arcabouço teórico utilizado por mim e por grande parte, para não dizer a maior parte dos historiadores no Brasil, pós 80, que é o [Edward Palmer] Thompson, principalmente essa ideia do Thompson da justiça como um campo de luta, como um local de enfrentamento, dos diversos fatores sociais. Eu pensei muito na questão do [André] Burguière em termos de campos jurídicos, pensando em examinar esses autores, esses chamados de mediadores do direito e a forma que eles enxergavam esses trabalhadores e como eles enxergavam as relações de trabalho no momento específico, que é o momento de institucionalização. O momento em que a Justiça do Trabalho está se afirmando como uma terceira arena. Enfim, além da fábrica, além desses

outros locais de trabalho. Fora também, de uma arena, uma arena que retira o caráter, digamos assim, que foi sendo reivindicado pelo patronato brasileiro, da relação patrão e empregado, como um domínio privado. Ele se torna um domínio público. E essa justiça, atuando de diversas formas e a dificuldade de a gente enxergar isso, pensando em termos de a favor, a justiça contra o empregado. E sim, a justiça atuando também no sentido de se reafirmar nesse campo, se tornando um campo confiável tanto para patrões quanto para empregados. Enfim, foi muito interessante.

E eu me esqueci de dizer que, na verdade, eu tinha feito um ano de Direito também. Eu fiz Direito antes da faculdade de Comunicação e eu fiz muito pouco do Direito. A minha experiência era muito pouca, mas me interessava tanto as discussões jurídicas como o próprio papel desses atores. Foi bem interessante retornar a isso e ter, conversar com uma série de autores que estavam começando a trabalhar com isso, dentro do movimento que havia naquele momento e ainda existe de tentativa de preservação desses processos na Justiça do Trabalho, que eram movimentos encabeçados por atores do judiciário, por magistrados, que visavam preservar o papel da Justiça do Trabalho na História. Mas que também contou com o apoio muito forte de diversos historiadores. O próprio Benito, o Fernando Teixeira, a Ângela de Castro Gomes, todos eles, no sentido de tentar criar uma visão dentro do ponto de vista judiciário do valor dessa documentação, que ela não fosse queimada, que ela não fosse colocada no lixo. Então, nesse sentido, por exemplo, eu participei daquela coletânea que é organizada pela Ângela e pelo Fernando, que se chama "*Justiça do Trabalho e a sua história*"², publicada pela UNICAMP, que traz aquele momento, eu acho que é de 2014, agora não me recordo, mas que traz uma série de autores que naquele momento estava trabalhando com isso.

Por outro lado, o desafio dessa pesquisa foi trabalhar com mineração de carvão, algo pouco estudado no Brasil. Hoje, a gente tem uma interpretação muito boa do Bruno Mandelli, que é meu orientador de doutorado ali na UFRGS, e que trabalhou sobre processos de acidente de trabalho naquela região, mas no Rio Grande do Sul, a gente tinha poucos trabalhos. E foi também uma coisa interessante, uma oportunidade de trabalhar com isso. A tese acabou sendo publicada pela ANPUH, pela Associação Nacional de

2 GOMES, Ângela de C.; SILVA, Fernando. T. da (orgs.). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

História, sessão do Rio Grande do Sul, em 2014, dois anos depois que eu defendi, ela foi premiada e eu tenho muito orgulho, porque enfim, no fundo, no fundo, eu me sinto assim: “um pé dentro e um pé fora da História”. Eu tenho sempre que mostrar que eu sou historiadora. Eu me lembro, eu tive muito orgulho quando a professora Silvia Bertani, eu acho que foi na banca de doutorado que ela disse: “Tu és uma historiadora”. E eu achei o máximo. Enfim, o que eu posso falar em paralelo a essa questão é que já se passaram seis anos da publicação da tese.

Em paralelo à minha defesa, eu continuei minha trajetória como professora e inicialmente estive dentro da faculdade de Comunicação, dando aula na Faculdade Santa Cruz, no interior, na UNISINOS. Em 2012, entrei no pós-doutorado pela UFPel com supervisão do professor Aristeu Lopes, que tinha sido quase meu colega no doutorado. Ele era de uma turma um ano mais antiga que a minha, então era um companheiro, uma pessoa muito legal que me ajudou bastante. E na UFPel eu desenvolvi um trabalho muito interessante, que foi uma pesquisa de levantamentos de redes da trajetória dos trabalhadores gaúchos a partir das fichas de identificação da DRT³. Essas fichas de identificação da DRT eram formulários para obtenção da carteira de trabalho. Havia sido preservadas. Parte delas está preservada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH – UFPel). E aí, eu comecei a desenvolver uma reflexão a respeito de novo, já não mais da Justiça do Trabalho, mas da instituição legal anterior a isso, porque a lei das carteiras é de 32 e 33. Então, aí tem uma contradição interessante porque é um momento no qual o movimento operário, que havia apoiado o Getúlio Vargas, começa a se desiludir com Getúlio. Mas ele começa a reivindicar a carteira de trabalho. E a gente tinha outros trabalhos anteriores que olhavam para essa carteira e diziam assim: “Olha, mas essa carteira tira o lugar da luta para um lugar institucional”. Aí a gente vai olhar para os jornais operários, vai olhar para os movimentos operários e a gente vê uma reivindicação dos trabalhadores para que eles pudessem cobrar as férias. Que eram leis, se não me engano, em 1925, depois tem uma segunda lei de férias. São leis que estão em vigor desde a primeira República, mas que não são cumpridas. Então, é interessante que esses estudos, não só o meu, mas todos dessas áreas, vão colocar em xeque uma bibliografia anterior que vai dizer que todas essas questões anteriores eram questões

3 Delegacia Regional do Trabalho.

que limitavam a luta dos trabalhadores. E o que a gente vai ver é que ali tem os trabalhadores se aproveitando daquilo para tentar também alargar, esgaçar esses limites. É por isso que, no momento da tese, tudo que eu sei foi cavando a tese por conta dos mineiros. Claro que é um trocadilho da mina, mas tinha a ver de você tentar pegar e ir além.

Então, não é uma obediência essa institucionalização. Todo esse aparato legal tinha sim um objetivo dos trabalhadores, montado a partir do governo provisório do Vargas. Tinha sim essa intenção. Isso não significa que esses trabalhadores vão se submeter a eles de forma totalmente submissa. Porém, é claro que há um enquadramento. Esse jogo do ir e vir, do que é que é na verdade uma autonomia, os limites dessa autonomia que estavam brigando, dizendo que era superimportante nos anos 80, está lá. Os limites dessa autonomia, até que ponto ela existe e até que ponto não existe.

Cosma Araújo (SME - Sobral): Professora, qual conselho você dá para as pessoas que estão iniciando nesse campo do mundo do trabalho, principalmente utilizando as fontes judiciais?

Clarice: Eu acho que as fontes jurídicas são bem interessantes. Eu trabalhei com fontes da Justiça do Trabalho. Depois da UFPel, eu retornei para a UFRGS e acabei voltando para essa questão da mineração e estou finalizando agora um projeto que desenvolvi depois, que tinha as migrações étnico-raciais nessas comunidades mineiras. E aí, eu trabalhei com fontes judiciais que não eram da Justiça do Trabalho, mas eram fontes da Justiça Criminal. Qual é a dificuldade para mim, que eu vejo às vezes nos alunos? Eu tenho orientandos que trabalham com esse tipo de fonte. A fonte jurídica tem uma forma própria. Toda fonte tem sua forma própria. Até a fonte jornalística, que parece uma fonte muito transparente, você chega lá e acha que está dizendo isso, na verdade, elas escondem uma série de questões formais. Talvez na questão jurídica esteja mais claro esse formalismo porque o judiciário é muito formalista. Tem toda aquela coisa de audiência e não sei o que. Aí, aciona a pessoa, todas as audiências... Por exemplo, ela tem um formato semelhante, as sentenças têm formatos semelhantes. Só que elas estão sendo construídas dentro de uma lógica, que é a lógica do Direito.

Eu acho importante, não só em relação à fonte da justiça, compreender o objeto de onde essas fontes estão sendo construídas. Por isso, quando eu fui trabalhar os anos 40, eu pensei o seguinte: em 1940, está sendo ins-

talada a Justiça do Trabalho no Brasil. Então, muitos daqueles juizes, lá de São Gerônimo e em Pelotas também, estão querendo mostrar como esses trabalhos são úteis. Estão querendo mostrar para outros ramos da justiça, que questionavam a validade da justiça do trabalho. Aquela série de polêmicas, por exemplo, do Valdemar Ferreira e do Oliveira Viana, que diziam que a Justiça do Trabalho era algo menor. Então, há ali uma preocupação de alguns juristas em mostrar um formalismo, de mostrar que aquilo é algo embasado, de mostrar aquela equidade do Direito. Você tem que compreender isso, na minha visão. Compreender que é outro campo, mas depois que você se aproxima e compreende, você se distancia, eu acho. Você tem que chegar lá e dizer assim: “a minha pergunta de pesquisa é essa. Eu compreendo isso, essa é uma esfera na qual eu coloco a minha análise sobre ela”. Assim como os historiadores e é uma interlocução interessante.

Eu já participei de alguns eventos do pessoal da Associação Brasileira da História do Direito, e eles têm uma visão bastante diferente das visões dos historiadores. Mas é interessante essa interlocução. Acho que a dificuldade é essa, a compreensão, a crítica, entender a questão formal, principalmente. E o respeito também, a dificuldade que você tem de pegar um processo e querer julgar o juiz. É a tentação que você tem, a primeira coisa que você faz é pensar “ele agiu certo” e “ele agiu errado”, todo mundo tem isso. Eu

Atualmente eu estava trabalhando com esses processos criminais envolvendo as minas e muitos são de mulheres viúvas e que estão entrando na justiça para receber as indenizações dos maridos que morreram. Então, tem toda uma questão de como elas se colocam, como é que a justiça as vê. Qual o lugar da feminilidade ou do feminino, digamos e qual lugar do masculino. Tem toda uma questão de gênero misturado com a questão de classe, eu acho que é bem interessante. Eu acho que a fonte deve ser respeitada, mas desconstruída.

Tem uma outra fonte que eu tenho mais dificuldade, que é a fonte oral, que eu trabalhei mais no mestrado, mas que eu trabalhei um pouco no doutorado e agora também eu tenho já umas entrevistas. Eu tenho mais dificuldade com a fonte oral porque eu tive uma experiência anterior como jornalista, e eu tenho que me

Eu acho que a fonte deve ser respeitada, mas desconstruída.

policar muito para não fazer uma entrevista jornalística, entende? E a entrevista jornalística, eu acho muito diferente. Na conversa é muito fácil eu virar uma jornalista, mas eu não quero, porque eu acho que quando eu fizer, quando eu for jornalista, eu sou jornalista. Então, para mim, essa é a dificuldade na fonte oral. Agora, é uma fonte muito interessante, pois ela tem uma capacidade, uma possibilidade de análise posterior na fonte interessantíssima. Todas aquelas reflexões de [Alessandro] Portelli, de [Michael] Pollak, entre outros autores sobre as possibilidades da fonte oral, eu acho que é uma das fontes mais férteis que se tem. Eu apresentei um projeto que tá muito incipiente, mas é um projeto para trabalhar com fontes orais agora, nesse momento da pandemia, que se chama “*Memória do trabalho na pandemia*”, que é no sentido de ouvir os trabalhadores que estão atuando. Eu pensei a princípio nos trabalhadores de aplicativos ou trabalhadores domésticos que estão trabalhando e tentar perceber as questões relacionadas ao trabalho, ao tempo nesse momento. Então, vai ser um desafio pra mim. É interessante a gente se desafiar no sentido, eu não posso falar desafio porque é uma coisa meio neoliberal. Tudo que é de problema, a gente chama de desafio. Mas eu acho legal quando as coisas são difíceis. O fato de ser difícil para mim me dá mais vontade.

Viviane Bezerra (UVA): Como você avalia essa relação da formação jornalística? Ela contribui na formação do trabalho de historiadora, na pesquisa das fontes, na escrita da história?

Clarice: Em termos de escrita, realmente a gente tem, eu não digo uma maior facilidade, mas um maior treinamento. Ainda mais no meu caso, pois minha carreira jornalística foi na mídia impressa. Eu fui repórter, depois fui editora, trabalhei com a chefe de reportagem. Existe um treinamento e um cobrança muito forte em cima do texto, não só dos empregadores e dos colegas. Existe uma questão, que está muito bem colocada no texto do Robert Darnton, no livro “*O beijo de Lamourette*”,⁴ chamado “*Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica*”, que é referente à experiência dele no New York Times. Ele fala como os próprios jornalistas policiam os jornalistas. A questão do texto, é uma questão muito importante, uma questão muito de vaidade, assim: “o meu texto é melhor”. Enquanto o historiador pesquisa, não que ele não esteja preocupado com seu texto, mas

4 DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

tem aquela apuração. Então, essa questão do texto, pelo treinamento, é diferente porque o texto jornalístico aparentemente é um texto fácil, mas ele é um texto todo formatado, é um texto muito engessado, é um texto muito no qual você tem obrigação, por exemplo, de colocar as coisas mais importante no início. Ele, na verdade, já é um texto pré-fabricado. Meus colegas jornalistas que não me ouçam dizer isso porque eles acham que são muito criativos! Mas, na verdade, o texto jornalístico em geral, claro, estou falando de texto de jornal - é claro que o texto de revista tem mais liberdade -, se preocupa com essa hierarquização das notícias. O texto do historiador, um texto acadêmico, você tem que estar construindo algo no decorrer. A impressão que tenho quando você está escrevendo um texto acadêmico é que ele vai mudando ao longo do que você está escrevendo, ao longo da pesquisa. Ele vai se alterando porque altera a forma de você pensar. Mas em geral, isso não acontece no jornalismo. Em geral, aquilo já está mais ou menos formatado. Claro que você tem uma liberdade de estilo, mas a ideia, a hierarquização está ali. Enquanto no texto acadêmico, no texto que você está construindo um conhecimento, é diferente. O jornalista te dá uma informação, mas ele não está construindo um conhecimento. Ele faz de conta que te mostra alguma coisa que é óbvia. O texto tem de parecer que está te mostrando uma coisa óbvia. Isso é em relação ao texto, tá? Tem algumas questões teóricas que eu acho mais complicadas de discutir.

Tem um texto meu na época do mestrado, e isso foi uma preocupação muito grande na época do mestrado, porque eu queria entender o meu lugar no mundo. Eu me perguntava: “que diabo eu estou fazendo aqui?” Se não fica aquela coisa de jornalista querendo fazer História. E eu queria fazer História, e eu queria ver como se fazia aquilo. Mas aí tinha uma questão relacionada à autoridade do discurso. O jornalista tende

Enquanto o historiador pesquisa, não que ele não esteja preocupado com seu texto, mas tem aquela apuração. Então, essa questão do texto, pelo treinamento, é diferente porque o texto jornalístico aparentemente é um texto fácil, mas ele é um texto todo formatado, é um texto muito engessado, é um texto muito no qual você tem obrigação, por exemplo, de colocar as coisas mais importante no início. Ele, na verdade, já é um texto pré-fabricado.

àquela coisa do discurso impessoal, àquela coisa de não ter um sujeito jornalista, de haver um sujeito imparcial que não aparece, um narrador imparcial, um narrador onipresente. É como se ele não tivesse autoridade naquele discurso, é como se a autoridade dele fosse muito maior do que a do historiador, porque o historiador está aparecendo, mesmo que você não se coloque na primeira pessoa, na pesquisa, é evidente que as questões ali são colocadas por você, que os erros são seus, é a sua visão que está lá e você está construindo um objeto. Enquanto um jornalista está lá mostrando a realidade, entende? Então, eu acho que para mim foi importante montar essa diferença, para não fazer essas duas coisas. Eu trabalhei um pouco como jornalista, mas eu trabalhei. Mas se eu tivesse que fazer um texto jornalístico, eu não faria um mesmo texto, entendeu? As coisas são um pouco diferentes. Nesse sentido do texto, evidentemente você tem um pouquinho mais de treino, mas tem essa dificuldade que é você saber se colocar, saber seu lugar no mundo, e essa é a questão.

Fannuel Santos (UVA): No doutorado você tem um recorte dos anos 40 aos 50, dos mineradores de São Gerônimo. E no mestrado, tem uma questão geral que você trabalha em relação às mudanças tecnológicas verificadas no setor gráfico e a mobilização grevista, essa situada em 83 e 84. Quando se compara os anos 40 ou 50, de 83 e 84 pros tempos de hoje é que houve um avanço da tecnologia. Do ponto de vista do trabalhador, isso surgiu como algo positivo ou negativo? A senhora conseguiu perceber como esses trabalhadores viram esse avanço tecnológico?

Clarice: Eu acho que isso é uma das grandes possibilidades da história oral. Acho que uma das coisas interessantes da história oral é isso, de ir contra as nossas expectativas iniciais. Então, a gente acha que os trabalhadores vão ter uma visão sobre determinada coisa, ou determinada situação e eles nos surpreendem. E cabe a nós o esforço e interpretação daquilo, o que não significa adotar a visão deles, mas também significa interpretar essa questão.

Em relação à questão dos gráficos e dos mineiros e as modificações que ocorreram, nos gráficos, especificamente, o que acontece depois dos anos 80 é uma mudança muito grande de um trabalhador que até então, pelo menos no Brasil, é um trabalhador especializado, um trabalhador considerado de elite. A gente pode pensar nos linotipistas, por exemplo, que

são os caras que eu trabalhei, e digamos assim, com essa elite operária, que é uma elite culta, muito culta, que fazia as correções dos textos e que vai ser uma elite muito envolvida com o movimento operário.

Eu acho interessante trabalhar com o ofício. A gente fala “os gráficos”, só que tem diversas funções específicas. Ele não acha que faz a mesma função não, ele não acha que faz a mesma coisa não. Ele se acha muito diferente, e a gente tem essa visão meio imperialista. No caso, essa é uma função que acabou, não existem linotipistas. Aqui em um jornal no Rio Grande do Sul, tinha um cara parece linotipista, que é uma coisa curiosa, um velhinho que gosta, mas não é. Esse tipo de função acabou, mas muito mais que isso, os gráficos em si se transformaram em operadores de Xerox. Então, você tem uma gráfica hoje, a maior parte do trabalho é feita por computadores. Os trabalhadores, todos aqueles saberes foram revistos e eles não têm mais essa força.

Em relação à mineração, pelo menos aqui no Rio Grande do Sul - em Santa Catarina não sei como está a situação -, a gente tem mineração ainda, mas é aquela mineração de superfície. A gente não tem aquela mineração do solo, que também era a parte insalubre da mineração. Os trabalhadores que ganhavam mais eram também os trabalhadores mais mobilizados, e hoje essa mineração é toda de superfície, então os trabalhadores são mais ou menos uniformes. Essa evolução da técnica não existe por uma questão natural ou voluntária, do progresso da humanidade. Ela existe também como decorrência das próprias relações de trabalho e da própria organização do trabalhador.

Eu estou enxergando como uma categoria, mas talvez os trabalhadores não se enxerguem como categoria, que são os trabalhadores de aplicativo. Ontem estava passando na rua, aquelas saídas que a gente dá agora, que a gente morre de medo de tudo, e eu estava passando por uma avenida e vi um cartaz escrito à mão, de uma forma muito rudimentar, escrito assim: “Paralisação Ifood, Uber”, com uma data e horário. E me chamou atenção aquilo. Que interessante, né? É como se você voltasse lá pro início do século XX. Onde você tem lá, um início de mobilização desses trabalhadores. Mas se você se sentar com eles, e muitas vezes a gente conversa com trabalhadores de Uber e tal, eles não se consideram trabalhadores, se consideram empreendedores. “Ah, não! Eu trabalho com outra coisa, isso aqui é um

bico”. “Eu me viro, eu faço meu horário”. Ou seja, você tem uma mudança, eu acredito firmemente. Eu não sou uma pessoa religiosa, mas eu acredito firmemente na luta de classes, não na luta de classes como dogma, mas eu acredito na realidade da luta de classes, eu acredito, e aí pensando bem Thompsoniamente. Os interesses desses grupos em alguns momentos vão de encontro aos interesses de outro grupo, tá? Mas isso não quer dizer que no discurso, ou mesmo inicialmente, essas pessoas não acreditam que estejam em outro lado.

O trabalho volta a ser um foco de atrito que acaba sendo um faz de conta que não existe, um fim do trabalho, esse tipo de coisa. No momento, eu acredito que se torne mais patente, e essas contradições tendem a se aglutinar. Agora é um desafio você conversar com um indivíduo, respeitando sua forma de enxergar e qual é a situação que você está se colocando. Por exemplo, uma categoria que é bastante importante e que tem toda uma contradição, hoje talvez menos, mas se nós pegássemos 10 a 15 anos atrás, é a das trabalhadoras domésticas, que têm uma relação às vezes muito próxima, às vezes muito distante, mas os conflitos estão ali, mas os interesses são contraditórios. Então, eu acho que isso é nosso foco, como historiadores do trabalho: é enxergar os indivíduos, ver esses indivíduos fazendo parte de um coletivo. Individualizar, pensar em termos de como essas pessoas comuns estão forçando as amarras dessa situação e criando alternativas dentro desses conflitos que estão acontecendo.

Telma: Você poderia comentar o papel do trabalhador docente neste momento em que estamos aprendendo a lidar com a tecnologia, os *Google Meet* da vida, que nós estamos tentando enfrentar para nos aproximarmos do aluno e ao mesmo tempo em que a gente busca não assumir o trabalho de ensino a distância.

Clarice: Em relação à questão do trabalhador docente. Tem uma discussão nesse momento dentro da Universidade sobre o que fazer, como fazer, enfim, que no caso das universidades públicas coloca em xeque todo um processo anterior que tinha como norte a inclusão, ou seja, usar a universidade como processo de inclusão para boa parte dos trabalhadores, da sociedade brasileira, aquelas pessoas que não tinham acesso à Universidade. Só que boa parte hoje não tem acesso à internet ou não tem acesso a uma boa internet. Então como fazer esse processo no meio de

uma situação que você não tem como realmente dar aulas presenciais? Porque você corre uma série de riscos, não só o professor, mas os alunos e os familiares dos alunos, principalmente. Ou seja, dar aula presencial hoje é uma ameaça a toda a sociedade, infelizmente.

Uma questão que se coloca também é sobre as dificuldades que a gente tem em relação a essas ferramentas. Eu, particularmente, dei umas disciplinas em EAD, mas muito poucas, quando eu trabalhava nas faculdades privadas. Mas a minha experiência é muito pequena e, mesmo assim, frente a outros professores, é muito grande, porque as pessoas realmente não têm muita desenvoltura. Por outro lado, se a gente olhar para os professores de ensino básico, e eu tenho colegas, alunos, pessoas que trabalham com ensino básico, a situação é mais complicada ainda porque aqueles alunos, aquelas famílias não estão, não têm acesso à internet. Eu tenho uma aluna, que trabalha com a rede básica daqui do interior do estado, que está fazendo trabalhos, exercícios impressos, deixando na escola e os familiares pegam. Mas é interessante isso porque é uma coisa difícil. Eu não quero parecer demasiadamente otimista. Eu não estou sendo otimista. Acho que nós estamos em situação muito difícil como país, como professores também. Agora, uma coisa que me chamou a atenção dessa minha aluna, ela disse assim: “A gente tá tendo mais valorização dos pais do que tinha antes”. Porque os pais estão vendo como dar aula dá trabalho. Ela disse assim: “Os pais chegam pra nós e dizem que nunca pensaram que dar aula desse tanto trabalho”. Eles precisam acompanhar os filhos, né? Talvez esse acompanhamento dos filhos faça com que eles valorizem o trabalho do professor, eles são obrigados a fazer isso, eles são obrigados a participar mais.

Outra questão, de novo, não querendo ser excessivamente otimista, é que, por exemplo, em algumas universidades privadas daqui houve uma mudança de contrato em relação aos professores. Então, os professores que estão dando aulas remotas tiveram uma mudança contratual e passaram a ganhar mais porque eles precisam de mais aula, e o fato de você, não na História, mas em outros cursos que dão aula de laboratório, eles davam aulas antes pra 20 ou 30 alunos, agora só dão aulas pra 5 alunos. Então, você precisa contratar mais professores. E bom, agora vão dizer os alunos não vão conseguir a mensalidade e tal. Então assim, a gente está com as coisas se desenhando e nós estamos nesse processo de transição, nesse

processo de transformação. Transição é complicado porque você passa de um processo já consolidado para uma coisa que está se consolidando. Mas eu acho que nós temos que estar muito atentos e eu estou querendo muito começar a trabalhar com isso. Ontem, anteontem eu tinha que imaginar as trabalhadoras domésticas, da construção civil e trabalhadores de aplicativos, agora penso também em trabalhadores docentes. É uma categoria muito interessante para trabalhar pela mudança que está acontecendo e pelo o fato de que nós, nas licenciaturas, estamos sendo também desafiados a ensinar nossos alunos a darem aula também à distância. Eles vão ter que aprender a dar aula à distância. Os que não estejam se formando agora, mas isso se tornou um horizonte.

Enfim, eu acho que por outro lado, para quebrar um pouco dessa questão, sim, tem uma precarização no trabalho em EAD. O EAD pressupõe em princípio um número muito maior de turmas. Então, a gente está no momento que as nossas mobilizações estão limitadas pela própria questão da pandemia, pelo desemprego, pelo excesso de mão de obra, que está cada vez maior. Então, eu não sei te dá uma resposta, Telma. Eu acho que é um momento muito complicado, mas muito fértil também, nesse sentido.

Viviane: Você já falou um pouco dos ofícios de gráficos e dos mineradores. Quem são esses trabalhadores? Qual o perfil desses trabalhadores e como as mulheres, os familiares em questão ajudam na luta por direitos trabalhistas, por melhoria do trabalho desses mineradores? Eu queria que você falasse um pouco sobre isso, fazendo uma diferenciação da pluralidade desses trabalhadores, do universo cultural deles.

Clarice: Esses trabalhadores mineiros no Rio Grande do Sul tinham uma característica específica. Primeiro eles são trabalhadores que vêm da região em torno, que são trabalhadores rurais da agricultura de subsistência. Agricultores brancos, pardos, negros e há muitos trabalhadores da Espanha, em especial do Uruguai, e de uma série de outros países, em especial da Europa. É uma imigração muito grande no pós-guerra também, mas principalmente no início do século. Há uma imigração de ingleses no final do século XIX e, no início do XX, uma imigração de espanhóis que trouxeram algumas técnicas e, com isso, se colocaram em uma posição mais respeitada, digamos assim, dentro da categoria em relação ao patronato em Minas Gerais, tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina.

Santa Catarina tem uma grande diferença, inclusive na cronologia, pois eles tiveram um apogeu maior na produção de carvão no pós-guerra. E no Rio Grande do Sul, a partir dos anos 30, não havia trabalho feminino nas minas. Em Santa Catarina, as mulheres, as pessoas mais velhas e as crianças trabalhavam em uma função específica, que aqui a gente chama de peneireiro. Em Santa Catarina chamam de escorredeiro, que é você pegar as pedras de carvão que escorriam pra saber as que prestavam ou não.

No Rio Grande do Sul, não. É uma região com um trabalho anterior. A mineração se estabeleceu antes, são empresas maiores. A gente pode pressupor que são essas as razões. Mas de resto, mesmo com essa característica de haver o trabalho feminino nas minas de Santa Catarina, o papel da mulher nessas regiões de mineração é um papel muito subalterno, um papel de doméstica, um papel de dependência econômica. Por exemplo, se o homem morre, essas mulheres ficam sem uma forma de subsistência. É um papel no qual elas precisam de autorização pra tudo. Tem uma moralidade muito grande ali. Só que tem alguns momentos, que são os momentos das mobilizações, nos quais essas mulheres vão ter um papel muito importante, não só de apoio, mas elas vão encabeçar as manifestações. Isso não é uma característica específica nem do Brasil. Se você olhar a mineração, o trabalho de mineiros, não só de carvão, mas de cobre, tem essa constância. As mulheres, não lembro qual autor diz isso, mas acho que é a Michelle Perrot, ela diz assim: “Nas minas de carvão, a greve é um assunto de toda a tribo”. Todo mundo entra: filhos que não trabalham, mesmo os que não trabalham entram em greve, as mulheres entram em greve.

Telma: Eu queria que você comentasse, nessa linha de reflexão, como é que você pensa a perspectiva da importância do tema do trabalho nesse momento e a perspectiva do que virá.

Clarice: Bom, aí a gente fica um pouco na questão da futurologia, mas pensando que todo historiador é um pouco historiador do presente, no sentido que a gente tende a olhar mais as questões que são mais importantes no momento. Por exemplo, toda essa questão em relação a gênero e raça, a gente olhar isso hoje tem a ver com essa discussão estar em evidência. E muito dessa questão do trabalho vai receber influência de como o trabalho vai se tornar importante, ou qual a importância que o trabalho terá nessa sociedade que está se delineando.

A gente tem uma dificuldade de pensar como vai ser a sociedade pós-pandemia. Eu continuo achando que a questão do trabalho é central, eu não vejo geração de riquezas sem trabalho. Mesmo a sociedade pós-industrial vai precisar da sociedade industrial lá dos confins do mundo e que tenha trabalhador, até semiescravidão, talvez, para produzir, para fazer sua transformação. O mundo do trabalho cresceu. Esse campo da história do trabalho cresceu muito no Brasil nos anos 90 até hoje, digamos assim, no contexto que ele sofria muitas vezes um refluxo de outras partes do mundo. Eu me lembro de ir em alguns eventos fora do Brasil e perceber que os historiadores do trabalho não têm a mesma visão de quanto esse tema é importante, de quanto esse tema era valorizado. Claro que isso tem relação com as questões políticas pelas quais nós passamos, inclusive pelos governos Lula e Dilma, que tinham uma visão e a ascensão antes dele do próprio movimento sindical. O movimento sindical era um movimento ativo, mas que tinha um compromisso com o movimento operário, com a história do movimento operário, que é também uma história de si mesmos.

Nesse sentido, a gente tem que pensar isso politicamente. Eu acho que não dá para pensar a sociedade sem trabalho. Eu não consigo pensar uma sociedade sem trabalho. Vocês todos colocaram, e acho que eu também coloquei, o trabalho tem que ser pensado de forma mais ampla, o trabalho tem de ser problematizado. Nós não podemos voltar para uma visão ideológica, a gente não pode julgar o trabalhador achando que ele tem que ter a visão assim ou assado. Que ele tem que ter um posicionamento tanto político, como em relação à luta de clas-

Eu continuo achando que a questão do trabalho é central, eu não vejo geração de riquezas sem trabalho. Mesmo a sociedade pós-industrial vai precisar da sociedade industrial lá dos confins do mundo e que tenha trabalhador, até semiescravidão, talvez, para produzir, para fazer sua transformação.

Eu acho que não dá para pensar a sociedade sem trabalho. Eu não consigo pensar uma sociedade sem trabalho. Vocês todos colocaram, e acho que eu também coloquei, o trabalho tem que ser pensado de forma mais ampla, o trabalho tem de ser problematizado.

ses. Eu acho que temos de compreender o trabalho, pensar nas culturas de classe e pensar principalmente na questão do conflito de interesses que perpassa a questão do trabalho. Não só do conflito, mas pensar no trabalho como espaço de aprendizado e um espaço de solidariedade com os meus colegas. Nesse sentido, a gente pensar nos trabalhadores como seres sociais, seres que são solidários, que se identificam, a gente se identifica uns com os outros, né? Acho que isso é muito interessante. Quando eu olho praquele cartazinho do Uber marcando uma paralisação no dia tal, escrito à mão, na rua, eu vejo um cara que está olhando para outros trabalhadores, vendo-os como iguais. Não teria uma bola de cristal para saber, mas eu enxergo essas contradições se agudizando. Eu acho que, na verdade, você tem uma revalorização nessa questão do trabalho sim, nos últimos anos porque as principais contradições vão estar ali.



Antonio de Pádua Bosi é graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (1993), mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997) e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2002). Foi diretor da Associação Docente do Campus Avançado de Catalão da UFG (1997-98), vice-presidente da Associação Docente do Campus de Toledo/UNIOESTE (2001-02), 1º Tesoureiro do ANDES-SN (2004-06), coord. do Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE (2006/08 e 2010/12), presidente do Sindicato de Docentes da UNIOESTE (2013-15) e coord. do Curso de Graduação em História da UNIOESTE (2020-22). Atualmente é professor Associado C da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Tem experiência na área de História e estuda os conflitos em torno da organização do trabalho e dos trabalhadores com ênfase para as experiências mais recentes de precarização das relações de trabalho e de formação da classe trabalhadora no Brasil.

Pesquisa e empatia no mundo do trabalho: entrevista com Antonio Bosi¹

Antonio de Pádua Bosi
Fannuel Santos Mesquita
Viviane Prado Bezerra

Telma Bessa (UVA): Professor, o senhor poderia contar quais foram suas motivações para que começasse a trilhar este seu percurso acadêmico?

Antonio Bosi (Unioeste): A minha preocupação com o mundo do trabalho antecede um pouquinho a academia. A minha formação se deu muito próxima ao Partido dos Trabalhadores, às Comunidades Eclesiais de Base, à Pastoral Operária, enfim, a uma diversidade de movimentos e agrupamentos no campo da esquerda. Isso foi em meados dos anos 80. Eu nunca tinha pensado em fazer História, até praticamente a véspera do vestibular. Minha mãe esperava que eu fizesse Engenharia, eu tinha vínculos com a Matemática desde do ensino médio. Mas essa formação anterior ajudou muito nesse tipo de orientação, por exemplo: hoje eu acho até comum, mas ainda na adolescência, no ensino médio, eu já conhecia o *Manifesto Co-*



¹ Entrevista realizada via *Google Meet* em 23 de junho de 2020. Confira a entrevista utilizando ou clicando no QR Code ao lado.

*munista*², eu já conhecia *Formação do Brasil contemporâneo*³, que é uma obra do Caio Prado Jr, então havia, naquele universo, uma possibilidade de formação no campo da História, no campo da Sociologia, enfim.

Eu ingressei na Universidade em 1989, que era um período absolutamente efervescente. Ainda no contexto da redemocratização, havia uma candidatura democrática popular que animava muita gente, inclusive desfazia o estigma contra o trabalhador. Então eu ingressei na Universidade motivado por isso. Eu fiz o curso na Universidade Federal de Uberlândia, uma boa universidade, mas havia uma característica lá que era de ser um curso muito diversificado. Então, havia professores com muita identidade com Michel Foucault, com Eduard P. Thompson, com psicanálise, embora o curso fosse de uma formação marxista.

A primeira pesquisa que eu desenvolvi foi na Iniciação Científica, e aparentemente não tinha absolutamente nada a ver com o mundo do trabalho. Aparentemente. Eu me interessei em saber porque os movimentos pentecostais e neopentecostais estavam se desenvolvendo tanto. Não era uma pergunta minha, era também de outros professores. Aí eu falei “tá, vamos estudar isso”. Na época havia, ainda existe isso, uma tese do campo da antropologia que buscava explicar isso em função de uma resposta ao sofrimento e à aflição. Havia a famosa tese do Marx de que a religião era o ópio do povo, não nesse sentido, mas também uma resposta meio que desesperada a uma série de condições de vida muito ruins. E havia uma tese do Weber, muito popularizada, que dizia mais ou menos que a ética religiosa condiciona e influencia o comportamento econômico. E foi aí que eu entrei e comecei a me interessar por trabalho. Por incrível que pareça, pelas mãos de Max Weber! E foi um estudo até que interessante, queria comentar a respeito das dificuldades metodológicas, porque eu não tinha uma documentação. Eu abordei uma igreja e a documentação era escassa, chamava-se Casa da Bênção.

2 MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. Edição Ridendo Castigat Mores, 1999. (Versão para e-book.). Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/lancado-o-manifesto-comunista/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

3 PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 23ª edição, 1994. 390 p.

Conversando com o pastor, a gente trocou bibliografia, eu entreguei *A ética protestante e o espírito do capitalismo*,⁴ e depois ele me devolveu e falou que não tinha entendido nada. Ele me entregou uns panfletos, umas cartilhas também, e eu lia aquilo e falava: “gente, mas aqui não explica o que o trabalhador está fazendo nessa igreja. Aqui fala muito é de passagens da Bíblia”. Aí eu entreguei e falei para ele que não tinha entendido muita coisa também não. Aí vamos lá pro culto, eu queria conhecer essa realidade e a expectativa dele era outra. Ele queria me converter, mas enfim, foi uma conversa muito interessante. Ficamos até amigos, inclusive.

Veja, desse ponto de vista, eu não tinha nenhuma orientação metodológica da História para fazer isso. Para tentar capturar a experiência, fazer as perguntas corretas e obter respostas. O que me ajudou foi o contato com os fiéis da igreja, principalmente uma figura muito representativa, que acabou se aproximando porque a gente tinha estudado na quinta ou na sexta série, e eu perguntei para ele “o que você está fazendo aqui?” E foi uma pergunta muito direta. E ele falou: “Olha, aqui tem muita gente que eu gosto, eu me acho aqui”. “Mas você trabalha?” “Trabalho, trabalho em uma loja de eletrodoméstico”. Uma loja que hoje virou uma rede, mas havia só nessa pequena cidade. E aí ele me deu a deixa: ele me disse que não gostava muito de trabalhar porque o patrão mandava atender umas pessoas simples, que às vezes nem podiam comprar as coisas fora do crédito. Naquele tempo não existia cartão de crédito, apenas aqueles carnezinhos. Aí eu falei: “como assim?” A frase era mais ou menos a seguinte: “Vai lá fulano, porque crente não mente”. E essa foi a ideia que me movimentou a estudar o mundo do trabalho, como as práticas estavam articuladas em meio às ideias. E saiu um trabalho interessante.

Quando eu me formei, eu dei aula no ensino médio, de Geografia, História, Sociologia, era um período muito, muito ruim. Havia poucos concursos. Você entrava ali, por volta de fevereiro, você ganhava as contas no final do ano e, no ano que vem, você tentava de novo. Bom, eu trabalhei durante 3 anos no ensino médio, não só na área de História, como eu disse, e depois eu ingressei no mestrado, na PUC de São Paulo, que foi uma história bastante interessante também porque eu não tinha ideia de entrar na História. Eu fiz dois projetos, um pra entrar nas Ciência Política na Unicamp e um

4 WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

para História. E as entrevistas coincidiram no mesmo dia e eu tive que fazer História. Eu tenho impressão, não tenho como afirmar isso, que eu fui o último orientando de mestrado da saudosa professora Déa Fenelon. E meu tema, aí sim, já foi definido em torno do trabalho, do mundo dos trabalhadores, sobre Comunidades Eclesiais de Base e os interesses que mobilizavam aqueles trabalhadores.

Quando eu defendi meu mestrado, em 97, eu já estava trabalhando na Universidade Federal de Goiás, Campus Avançado de Catalão. Contrato que não era temporário, era um contrato permanente. E trabalhei lá pesquisando trabalhadores da mineração. Goiás é um estado interessante porque você só acha que existe o agronegócio. Mas não, lá tem montadora, mineradora, tem indústria química. Eu fiquei lá até 99 e vim para o Paraná, para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, porque era uma universidade nova e isso fascina a gente. E foi trabalhando nessa universidade que eu fui pesquisar sobre o mundo do trabalho e fiz o doutorado na Universidade Federal (doutorado interinstitucional), recuando para o século XIX, mas também lidando com os trabalhadores, principalmente como eles contariam seu espaço na cidade, em pleno processo de reforma urbana, dentro da primeira república. Fui orientado pelo Marcelo Badaró.

Os docentes é uma coisa mais interessante. Eu fiz um trabalho, uma pesquisa sobre a precarização do trabalho docente, que não tinha a ver necessariamente com a pós-graduação, sob encomenda do ANDES - Sindicato Nacional⁵. Eles falaram: “olha, não tem nada sobre isso, a gente precisa estudar sobre essa realidade, você pode fazer?” Aí eu respondi: “posso ver o que dá pra fazer, buscar material de pesquisa nos arquivos do ANDES, esse tipo de coisa”. Aí eu fiz um artigo que saiu publicado. Ele circulou entre os sindicatos de docentes e aí o pessoal me pediu para publicar. Foi publicado na revista *Educação e Sociedade*⁶ e mostrava como é que o processo de precarização de diversas categorias da classe trabalhadora se dava também entre o trabalho docente. Um processo de intensificação do trabalho, aula, pesquisa, orientação e um processo de adoecimento também. Adoecimento entre, por exemplo, os trabalhadores de frigoríficos,

5 Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

6 BOSI, A. de P. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 101, p. 1503–1523, set. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9WptVJrmQdsdtW4fZ9VHgkh/?lang=pt#>. Acesso em: 15 jan. 2023.

que eu e outros pesquisadores conseguimos dar visibilidade. Agora, com a Covid, muita gente está atenta a esse problema dentro dos frigoríficos, que são plantas produtivas de mais de 1.500 trabalhadores, às vezes um pouco mais ou um pouco menos, trabalhando lado a lado, trabalhando em câmaras frigoríficas, em temperaturas muito baixas. Em meio a uma tragédia, os trabalhadores não encontram formas de agir contra aquilo.

Por volta de 2004, 2005, 2006, eu comecei a fazer história social do trabalho comparada. Isso me permitiu, por exemplo, colocar lado a lado catadores, professores universitários e catadores, mostrando que o trabalho podia ser melhor explicado sem recorrer a distinção de setor formal e setor informal. Tentei discutir que toda modalidade de trabalho no tempo presente compunha a formação social e específica do capitalismo brasileiro. Estava tudo misturado, você não tinha como tentar e separar aquilo, “como esse aqui produz mais valia, esse aqui já não produz, esse aqui ajuda na acumulação”, esse aqui já não ajuda, esse aqui não é explorado, o trabalhador docente não é explorado, esse aqui é. Então eu tentava mostrar, não por desejo e vontade, mas por conta do que a realidade inspirava, e com o método que era possível utilizar.

Essa é a minha trajetória em relação a essa temática, que a gente chama mundo do trabalho ou mundo dos trabalhadores. Inicialmente, ela não foi uma escolha, digamos, consciente, mas ao longo da formação acadêmica, ao longo da formação política, ela foi se tornando mais clara e mais vinculada ao meu trabalho. Não que eu não goste de pesquisar e dar aula sobre outras coisas, mas o meu interesse tem sido sobre isso. E a dificuldade, como eu disse há pouco, para lidar com história social do trabalho, a história dos trabalhadores, é a documentação. É muito difícil conseguir fazer recortes mais precisos do tempo e do espaço de categorias de trabalhadores por conta da escassez de documentação. Isso eu estou falando por volta do final dos anos 90. Hoje nós já melhoramos bastante com arquivos, inclusive nas cidades pequenas você encontram muita documentação que é deslocada para museus, mas de qualquer modo, não é uma área fácil de pesquisar.

Fannuel Santos (UVA): Professor, tem uma pesquisa sua que me chamou muito atenção, que é sobre trabalho e migração. O senhor trabalha tanto sobre imigrantes no Brasil como na região nos Estados Unidos, Portugal...

O que os leva até lá, o interesse pelo capital, como eles mantêm a própria cultura. O senhor poderia falar um pouco sobre como chegou aos imigrantes e aos trabalhadores e como está o andamento da pesquisa no momento?

Antonio: Isso aconteceu em decorrência da pesquisa com trabalhadores em frigoríficos. Aqui nessa região, por exemplo, você encontra com facilidade trabalhadores de Serra Leoa, do Haiti, da Somália, de uma série de países mais pobres que o Brasil, que entram em um processo de migração, não necessariamente de uma migração direta para o Brasil, mas muitos deles terminam por aqui. E o que eles encontram no mercado de trabalho são os extratos mais inferiores, por exemplo, quando eu topei com esses imigrantes nos frigoríficos, isso começou a chamar a minha atenção e a atenção de alunas de graduação do mestrado e doutorado. Então eu tive que pesquisar isso, eu tive que criar condições para ajudar a pesquisar isso, então eu comecei a abrir uma intervenção de pesquisa sobre isso, mas mantendo perguntas muito parecidas com as que acompanham o trabalho que eu e outros colegas fazemos. Ou seja, como eles se veem, como eles traduzem suas experiências e que expectativas eles têm. Só que agora com um ingrediente muito diferente: são trabalhadores que de fato trazem uma cultura diferente da cultura brasileira, da cultura regional. Isso se tornou um desafio pra gente.

Ao longo do tempo, que eu estou falando, nos últimos 4 anos, uma aluna do pós-doutorado se mudou para Portugal, então ela começou a pesquisar as imigrantes sírias (refugiadas da guerra), e depois com os africanos. No Sudoeste de Goiás, dois alunos do doutorado pesquisaram trabalhadores mulçumanos empregados na Sadia. Em Cascavel, abrimos uma turma de alfabetização em língua portuguesa para haitianos, e depois vieram cubanos e venezuelanos, grupos de trabalhadores que alimentaram nossas pesquisas. Nos Estados Unidos, trocamos informação e discussão teórica com um colega da Rutgers (universidade de Nova Jersey), Michael Merrill, mais conhecido aqui no Brasil pela entrevista que fez com o Thompson em 77, que saiu publicada e traduzida em espanhol num livro do Raphael Samuel, traduzida para o português na revista *História & Perspectivas*. Nós começamos a desenvolver um projeto de história comparada, de como os imigrantes naquela região, Nova York, Nova Jersey, se organizavam, e como é que os haitianos, os estrangeiros que trabalham em frigoríficos da região, se organizavam em torno da sua cultura.

Aí a gente acabou dando um passo mais adiante e realizando um projeto que tenta envolver colegas da Universidade Federal de Uberlândia, pois lá tem muitos asiáticos. Eles são desdobramentos de pesquisa de mestrado e doutorado, a gente não conseguiu produzir a síntese disso. E aí o que vai parecer, não posso dizer que é uma síntese, é o mais próximo de uma síntese, que é um dossiê que vai ser lançado pela revista *Tempos e História*, com alguns artigos que mapeiam essas experiências, inclusive a tradução de um texto clássico do John Steinbeck, sobre os imigrantes da Califórnia.

A pesquisa passa muito por aí e depende muito da pesquisa de estudantes do mestrado e do doutorado ingressarem nessa temática. Eu também não sei como é o Ceará. Eu tenho conhecimento de alguns colegas, de uns 10 anos atrás, falarem de um processo de industrialização e que também estavam chegando imigrantes para lá também, eu não sei como é que está a situação lá, mas aqui, a presença de imigrante é enorme, de tal modo que existe já uma caracterização de pessoas do Oeste do Paraná. Isso muda não só o trabalho, mas muda a configuração cultural, urbana. E a gente segue estudando isso.

Cosma Araújo (SME - Sobral): Professor, quais conselhos você daria para os pesquisadores iniciantes no mundo do trabalho?

então ela começou a pesquisar as imigrantes sírias (refugiadas da guerra), e depois com os africanos. No Sudoeste de Goiás, dois alunos do doutorado pesquisaram trabalhadores mulçumanos empregados na Sadia. Em Cascavel, abrimos uma turma de alfabetização em língua portuguesa para haitianos, e depois vieram cubanos e venezuelanos, grupos de trabalhadores que alimentaram nossas pesquisas. Nos Estados Unidos, trocamos informação e discussão teórica com um colega da Rutgers (universidade de Nova Jersey), Michael Merrill, mais conhecido aqui no Brasil pela entrevista que fez com o Thompson em 77, que saiu publicada e traduzida em espanhol num livro do Raphael Samuel, traduzida para o português na revista História & Perspectivas.

Antonio: É difícil! Eu não sei se seriam conselhos, mas são pontos que devem ser vistos com muita atenção. O primeiro deles é estar em contato com os trabalhadores. Se você não tiver essa abordagem, é quase que antropológica, você pode fazer julgamentos muitos distorcidos a respeito da pesquisa. Eu vou dar dois exemplos: você só conhece a realidade de um catador quando você vai à casa dele. Aí você vai saber como é a rotina de trabalho dele, porque o que a gente conhece de um catador é um trajeto dele na cidade. Um catador que não é associado a uma cooperativa, quando você vai na casa dele, você vai notar que tem espaço para um pequeno depósito, porque ele não leva o que ele consegue recolher todo dia no depósito. Porque ele organiza, ele separa, ele faz um trabalho que já deveria ser de um depósito. Isso custa muito para ele. Quando você olha as mãos de um catador é que você vai entender o que ele faz, por exemplo. Pouca gente percebe isso. Você entrevista a pessoa, mas você não observa quem ela é de fato. Eu não falo isso com tristeza, não, é com conhecimento empírico que você tem que considerar. Às vezes você olha para uma pessoa, você calcula 65, 70 anos e a pessoa tem 40 anos. Mas não é só em função de ser catador, não. Ela tem uma vida inteira, inteira dedicada às piores tarefas possíveis no mundo do trabalho. Ela não consegue sair dali, é estigmatizada, pessoalmente estigmatizada, como trabalhador, como classe. E você tem que ouvir o que ela vai falar, e o que ela vai falar não é bom, não é bom mesmo, certo? Então esse contato te permite aprofundar análises, capturar essa realidade que só no papel, nas ferramentas, na própria história não é possível.

Coisas semelhantes acontecem com a documentação. Vou dar um exemplo também. Estava mexendo em uma documentação das décadas de 1950 a 1970, para ensinar dois alunos, um da graduação, outro do mestrado, a mexer com documento oficial, cartorial e judicial. Eles não sabiam, nunca tinham visto, mas queriam conhecer. Aí nós fomos para um núcleo de documentação que tem na Universidade onde trabalho, que reúne a guarda dos processos judiciais da vara criminal na cidade de Toledo/PR, desde 1954. Aí nós fomos lá. Por onde a gente começa? Aí falaram: “procura retrato de gente morta”. (Eram fotografias de pessoas que se mataram.) Não são nem processos, são inquéritos policiais. E teve um boia-fria, em meados dos anos 70, que se suicidou. A maioria das testemunhas, que eram uns 6, no total, falaram que ele tinha algum transtorno mental. Mas ao

mesmo tempo, também que esse transtorno mental era recente, e falaram também que ele viveu um processo de empobrecimento tamanho. Então veja como um inquérito policial para apurar um suicídio nos permite falar do mundo do trabalho à medida que você contextualiza o suicida como um trabalhador! Porque ele não é só um suicida, ele foi um trabalhador a vida toda. Ele se transformou no suicida no momento que tirou a própria vida. E aí, fazendo a pesquisa, nós chegamos à conclusão que um dos principais motivos que o levaram a uma atitude assim foi um processo de empobrecimento, que ele viveu na região desde o final dos anos 60, contado pelas testemunhas. Ele nunca foi proprietário nem teve posse de terras, ele sempre foi um trabalhador assalariado, mas ele foi empobrecendo na medida que, em meados dos anos 70, a introdução de maquinário, mecanização do trabalho expulsou muitos trabalhadores. Ele reagiu mal a isso. E depois nós fomos pesquisando a fundo, relativamente a inquéritos policiais sobre suicídio, e fomos constatando que aquele não era, no mesmo período, um caso isolado.

Então veja: igualmente ao esforço que se tem que fazer para se aproximar do trabalhador no tempo presente, você tem que imaginar o contexto, imaginar historicamente o contexto de um trabalhador no tempo mais recuado, porque senão você vai manter uma distância dele que não vai te ajudar. Isso não é exatamente um conselho, isso é exatamente uma dificuldade que qualquer estudante, não só estudante de História, de Sociologia, Antropologia, Geografia, de Geografia do trabalho também, vai ter que enfrentar. Se você quer fazer história do trabalho e dos trabalhadores, você precisa ter uma metodologia muito plástica. Dificilmente você encontra a documentação que precisa. Dificilmente você consegue problematização conforme a sua expectativa, e sem constituir esses vínculos, não é possível.

Vivianne Bezerra (UVA): Professor, eu fiquei muito curiosa em relação a essa sua aproximação com esses sujeitos: catadores de reciclados, trabalhadores de frigoríficos, as empregadas domésticas... Como foi fazer esse percurso de aproximação com esses trabalhadores e quais fontes você utilizou? Além da história oral, que recursos você utilizou para desenvolver essas pesquisas, nessas categorias mais diferenciadas e mais do tempo presente?

Antonio: A dificuldade para entrevistar um catador é igual para entrevistar qualquer outro trabalhador. Essa desconfiança do “por que um professor universitário quer saber de mim?” Então, essa aproximação é difícil e, na medida que você repete a entrevista, vai lá uma vez, uma segunda vez, você estabelece uma relação de confiança. Nem sempre isso é possível, mas quando isso é possível, as informações que você obtém em relação à realidade de vida, de trabalho daquelas pessoas é enorme. Segundo, você precisa ir até onde ele está, e isso às vezes nem sempre é possível. Por exemplo, uma vez eu tentei fazer um percurso de um catador desses, para ver como era a recepção das pessoas. Ele ia lá pegar, ele ia lá recolher latinhas, mexia no lixo de uma outra pessoa, e nem sempre ele era bem recebido. E às vezes ele chegava lá e a pessoa tinha organizado, juntado todo o papelão que ela podia juntar para entregar para o catador. Então é preciso pensar em estratégias para se aproximar dele. Esse é o primeiro ponto. A gente precisa fazer também visitas técnicas, que é um recurso da Sociologia. Como eu posso falar da linha de produção de um frigorífico só através do que os trabalhadores me contam? Eu preciso ir lá dentro e ver como aquilo funciona. O pior trabalho na linha corte de um frigorífico é a coxa, é desossar a coxa. É em torno de 80 movimentos para desossar uma coxa. Uma coisa é ele te contar, outra coisa é você o ver fazendo aquilo. E nem sempre a gerência do frigorífico te deixa entrar lá. Às vezes uma conversa lá, uma conversa aqui e chama isso de visita técnica. A mesma coisa com catadores. Eu visitei diversas cooperativas, em Brasília, São Paulo, Recife, Pelotas, para entender como é a divisão do trabalho, a divisão sexual do trabalho, a presença de maquinários. Tem cooperativas que à época do segundo mandato do Lula⁷ conseguiram comprar prensas, caminhões. Não aqueles caminhões grandes, aqueles menorzinhos, pelo financiamento do BNDES⁸. Como também tinham cooperativas que não conseguiam nada. Então essas visitas técnicas ajudam bastante. São muito difíceis porque precisa de dinheiro, você precisa viajar, você precisa ter financiamentos, não dá para fazer em qualquer circunstância.

E por fim, o que é que ajuda nessa aproximação? Todo mundo tem um talento em outras áreas e dentro da História também. Se você não

7 Luiz Inácio Lula da Silva (presidente do Brasil por dois mandatos consecutivos, de 2003 a 2011, e atualmente no terceiro mandato, iniciado em 2023).

8 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

tiver sensibilidade para perceber o outro no trabalho dele, muita coisa vai escapar da sua pesquisa. Então, veja, o catador é um documento. Então você olha e pensa: “como uma pessoa pode ser um documento?” Claro que pode! É onde vive, como ele vive, a vizinhança que ele tem, a roupa que ele veste, a relação que ele tem com você. Tudo isso ajuda a contar a história dos catadores. Eu escrevi um livro que se chama *História dos catadores do Brasil*.⁹ Ele reúne diversas experiências como essa, mas eu recuei até a Grécia Antiga para mostrar como é que o trabalho de homens e mulheres com o lixo dos outros, os rejeitos e os dejetos dos outros, foi estigmatizado. Você tem que foi trabalho de escravo, que sempre foi trabalho de servos e, aproximando do século XVIII, XIX, foi da classe trabalhadora mais empobrecida. É uma possibilidade muito interessante de fazer comparações de longa duração. Porque, o lixo, por incrível que pareça, não é um elemento da nossa sociedade. Ele é tão preocupante porque nenhuma outra sociedade produziu tanto lixo, mas as outras sociedades também produziram lixo. Então, quem limpava a sujeira dos outros? Grande parte da sujeira dos outros era reciclada, reaproveitada, até na Bíblia a gente acha rastros. No velho testamento, por exemplo, quando se fala que é chegado o momento que você tem que transformar as lanças, as armas em arados, em enxadas, e o contrário também. Então há diversas evidências que possibilitam contar a história dos catadores de hoje estabelecendo uma regra de longa duração. Mas fundamentalmente, você tem que ter uma relação de empatia com os trabalhadores, ou então fica muito difícil de avançar. Você pode ter um domínio metodológico muito bom, de história oral, por exemplo, e as coisas nem sempre funcionam como a gente quer.

Telma: Eu queria que você comentasse qual é a importância dessa temática do mundo do trabalho dentro das pesquisas, das produções do conhecimento histórico, e também do ponto de vista da centralidade do trabalho na vida das pessoas.

Antonio: Um ponto que é muito importante, tomando por base o lugar em que eu estou, a Universidade, é estabelecer vínculos duradouros com esses movimentos. Às vezes, a gente tem sorte de fazer isso, e às vezes não tem. A pressão, generalizada do país pra que a Universidade não sirva para os trabalhadores, para que não sirva às demandas sociais é muito

9 BOSI, Antonio de Pádua. *História dos catadores no Brasil*. São Paulo: Verona, 2016.

grande. Isso sempre existiu, mas agora, nestes últimos anos eu estou sentindo que é um verdadeiro escândalo. Tem setores das classes dominantes que tratam professores que fazem extensão, por exemplo, nessa direção, como criminosos. Esse é o ponto em que é sempre preciso insistir. Segundo, que há uma despolitização enorme dentro das universidades. Em parte, tem a ver com os processos que a gente vive na sociedade, a Universidade tem o que há de bom e ruim na sociedade, mas de qualquer modo há uma despolitização enorme. Em parte, tem a ver com a forma de produção de conhecimento científico. Os alunos já nascem vendo a Universidade com pressão enorme porque eles já são obrigados a escrever artigos. O aluno que não consegue uma bolsa de Iniciação Científica fica, do ponto de vista acadêmico, marginalizado. Ele termina a graduação, vai direto para o mestrado, ele vai direto para o doutorado, ele vai direto para o pós-doutorado, se não ingressar em uma Universidade como professor. Ou seja, esse não é um processo cuja razão é individual, isso é um processo em que a docência na Universidade se produz assim.

Nos anos 80, a preocupação era outra, a Universidade era mais aberta a movimentos sociais. Um exemplo: em meados dos anos 80, se um grupo do MST entrasse na Universidade para fazer um curso de extensão, ouvir uma palestra, ninguém acharia aquilo um ponto fora da curva. Hoje, se um grupo do MST entra na Universidade para fazer qualquer coisa, é um estardalhaço, como se aquilo rompesse toda a estrutura existente na Universidade. Como se aquilo violentasse a existência da Universidade, como se a Universidade fosse voltada exclusivamente para as classes dominantes.

Bom, como é que estudar um tema, estudar um projeto ligado ao mundo do trabalho, ao mundo dos trabalhadores pode ajudar? Nem sempre pode. Nem toda historiografia, nem toda bibliografia produzida focada nisso tem interesse de dar um esclarecimento, de ajudar a classe trabalhadora. Isso não é verdade, isso é uma parte da verdade. Você tem muitos trabalhos que fazem isso. Hoje, pesquisar o mundo do trabalho não estabelece esse compromisso, tem esforços de pesquisas sobre o mundo do trabalho que são meramente estéticos. “Ah! Eu estou pesquisado uma experiência bem recortada sobre os trabalhadores escravos do século XIX”. Não necessariamente isso teria um vínculo com as questões raciais hoje. Então, é uma questão difícil de ser equacionada.

Quando eu comecei a pesquisar, como eu disse no começo, a motivação não estava só na Universidade, ela estava no engajamento. Hoje, não necessariamente alunos da História escolhem seu objeto por alguma afinidade, não necessariamente ele escolhe o objeto. Às vezes o objeto vem pronto, acabado, oferecido pelo professor. Então, a resposta que eu quero dar é que a nossa Universidade mudou muito. Não mudou necessariamente para melhor. Às vezes a gente está até melhor aparelhado para fazer pesquisa. Laboratórios, tem equipamentos que nos ajudam muito para isso, por mais que ainda tenha cortes de verbas, ainda temos acesso a alguns recursos nestes últimos dois anos, três, quatro anos, mas ainda é possível. Nem todo pesquisador do mundo do trabalho tem a preocupação em reconhecer que não está pesquisando o trabalho, mais sim o trabalhador. E não se vê como trabalhador, eu falo da minha categoria, dificilmente um professor universitário se vê como trabalhador. Ele se vê como professor universitário. Então é uma questão cuja solução é muito difícil. Eu não saberia como solucionar isso.

Viviane: Professor, eu queria que você voltasse um pouco, sobre o que você percebe das relações de gênero no mundo do trabalho, dentro dessas categorias informais. Como é que você tem trabalhado isso com os catadores, os trabalhadores dentro desse universo informal do trabalho?

Antônio: Eu não vou acrescentar nenhuma novidade do que as pesquisas na área de Ciências Sociais, de História têm apontado. Se você imagina uma pirâmide da classe trabalhadora, na base você vai encontrar sempre a mulher numa faixa etária mais alta e negra. Nessa posição de trabalho e gênero, os piores postos de trabalho, as piores condições de vida sempre são identificadas junto às mulheres. E desse ponto de vista, tem ocupações que são preparadas para receber trabalhadoras mulheres, por exemplo: a teleoperadora, que tem um percentual bem mais alto de mulheres do que de homens. A justificativa presente nos manuais das em-

Nem todo pesquisador do mundo do trabalho tem a preocupação em reconhecer que não está pesquisando o trabalho, mais sim o trabalhador. E não se vê como trabalhador, eu falo da minha categoria, dificilmente um professor universitário se vê como trabalhador. Ele se vê como professor universitário.

presas de teleoperação ou de projetos que fazem parte dessas empresas apontam que as mulheres têm mais paciência, a voz das mulheres acalma. Então, eles pensam até nisso. Tem os ativos e passivos. Os passivos são aqueles que recebem a ligação, já o ativo é o que aciona. Então, o estigma se repete, nesse tipo de trabalho. Se repete escandalosamente. Por mais que a gente tenha uma legislação que busque uma economia, um tratamento do mundo do trabalho, essas empresas tentam burlar o que já tem registrado nos movimentos sociais.

Na catação, o que eu identifiquei em relação à divisão do trabalho foi nas cooperativas. Você tinha as corporativas mais bem organizadas, que tinham um convênio com a Caixa Econômica Federal, então eles iam lá, pegavam as aparas, que são os restos de papéis das agências. Então, você tinha os homens que iam buscar os recicláveis e traziam para o galpão. As mulheres trabalham nas bancadas, nas esteiras, que lembram divisão fordista e taylorista, cada um tem sua bancada e divididas. Ou seja, o trabalho administrativo, o trabalho exterior, o trabalho de manobrar caminhão, prensa, de manobrar empilhadeira era dos homens. E o trabalho mais sujo, separar as coisas, com as mulheres.

Doi: 10.35260/54211314-2024.p224-242



Fabiane Popinigis é Doutora em História Social pela Unicamp (2003) e desde 2010 professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde coordena o Núcleo de Estudos da Política e História Social (NEPHS) e o CEDOC (Centro de Documentação). Foi coordenadora nacional do GT Mundos do Trabalho/ Associação Nacional de História do Trabalho entre 2019 e 2021 e coordenou o Programa de pós-graduação em História da UFRRJ entre 2022 e 2023. É bolsista de produtividade do CNPq e Cientista do Nosso Estado- FAPERJ.

“Boas questões fazem boas pesquisas”: entrevista com Fabiane Popinigis¹

Fabiane Popinigis

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Cosma Silva de Araújo

Telma Bessa (UVA): Professora, uma das primeiras questões que gostaríamos de fazer é quais foram suas motivações para abraçar essa temática e pautar esse tema do trabalho?

Fabiane Popinigis (UFRRJ): Eu tinha muito interesse, quando eu cheguei na Unicamp, de estudar a história do trabalho, os movimentos sociais, mas eu não tinha um tema específico. Na Unicamp, nessa época, a História tinha uma inserção muito grande nos debates sobre a história da escravidão e também sobre a história do trabalho, e eu sempre transitei muito nessas possibilidades. A gente tinha uma possibilidade na graduação que era muito interessante, que era uma coisa que chamava sigla aberta, que eram créditos específicos em que um grupo de alunos podia se inscrever e pedir orientação para um pequeno grupo de leitura, de umas 5 pessoas, por exemplo, e demandar a um professor que abrisse uma quantidade de créditos em um espaço semanal de discussão de determinado tema. En-



¹ Entrevista realizada via *Google Meet* em 03 de junho de 2020. Confira a entrevista utilizando ou clicando no QR Code ao lado.

tão, ali foi muito interessante porque eu pude fazer parte de alguns grupos de discussão e pesquisa, de leituras e bibliografias, principalmente, sobre pesquisas ligadas tanto à história social do trabalho como à história social da escravidão. Esses temas caminhavam um pouco paralelamente e eu estava muito interessada também na discussão sobre os trabalhadores, a vida dos trabalhadores, as experiências de homens e mulheres fora ou longe das fabricas. Também, muito influenciada por uma historiografia que estava começando a ampliar... Começando, não. Mas estava ampliando essa conceitualização da história do trabalho, tanto nos seus objetos como nas suas perspectivas e nas suas fontes, para outros lugares de experiências e vivências desses homens e mulheres do mundo do trabalho. O cotidiano, os bairros, a vida, as redes de solidariedades, em outros âmbitos que não fossem só aqueles do chão da fábrica ou do trabalho na fazenda, ou pensando em outras perspectivas, no caso do trabalho escravo. No caso da família escrava, por exemplo, e dos trabalhadores nas redes de sociabilidade, de solidariedade, das comunidades.

E aí eu encontrei uma categoria de trabalhadores que nem era pensada como tal na época, que eram os trabalhadores no comércio. No século XIX, eram chamados de caixeiros, um pouco depois, empregado no comércio, e mais recente, comerciários, mas não tem uma cronologia rígida sobre isso. Embora isso tenha se transformado, são pessoas que se empregam no que hoje a gente chama de setores terciários, de serviços, embora obviamente isso tenha dimensões diferentes ao longo do tempo, isso vai se transformando. Mas me interessou também poder contar essa exclusão, porque era uma grande proporção dos trabalhadores nos centros urbanos e, no entanto, não eram nem considerados como parte da classe trabalhadora ou do processo de formação da classe trabalhadora ou vistos como trabalhadores. Então o que eles eram? Isso me interessou, inclusive, porque nessa época eu encontrei, pesquisando nos jornais, diversos movimentos e manifestações desses trabalhadores em temas que seriam muito caros a outros grupos de trabalhadores, mesmo internacionalmente, que era a redução das horas de trabalho, as condições de trabalho. Então, isso foi o que me interessou inicialmente. Foi assim que eu cheguei nesse tema, uma vontade de pensar experiências de trabalho de forma ampla e pensar em um grupo de trabalhadores que ainda não tinham sido vistos como tal.

Jerfson Lins (SertãoCult): Professora, você usou como fonte na sua graduação o Correio da Manhã, do Rio de Janeiro. Fale um pouco sobre a sua graduação, ainda no período da sua construção de vida, da sua trajetória acadêmica. Você poderia falar um pouco sobre essa primeira pesquisa? Como foi trabalhar o jornal impresso como fonte nesse momento?

Fabiane: Isso é muito interessante porque você pensa: onde a gente vai procurar essas pessoas, esses trabalhadores do comércio, enfim, pessoas comuns? Era um momento em que a gente estava explorando outras possibilidades nos periódicos, nos jornais de grande circulação e os jornais militantes, das associações operárias. Esse associativismo no Rio de Janeiro, no final do século XIX e no início do século XX, era muito forte. É uma característica muito relevante de organização dos trabalhadores ter um órgão próprio para demandar, para se expressar, fazer a sua voz ser ouvida. Então, eu pensei da gente explorar outros lugares dos jornais, por exemplo, as colunas policiais. E ali estavam homens e mulheres trabalhadores também, estigmatizados pela própria fonte, e era uma questão de usar uma fonte que, na verdade, estava eivada de preconceitos e oposições em relação ao próprio objeto que está sendo construído ali. E então a gente estava, não só eu, mas estávamos acompanhados de muita gente que estava usando esse tipo de fonte, os impressos, principalmente os periódicos e os jornais, para ir além do que os próprios veículos estavam interessados em informar, mas pensar também sobre o que estava acontecendo com aqueles sobre os quais eles estavam falando. E isso também levou à necessidade de lapidar muito mais a nossa compreensão do que é a metodologia de trabalho com o uso desses periódicos. Ou seja, não é possível usar os periódicos, assim como nenhuma fonte, nenhum documento, como se eles fossem transparentes em relação ao relato da verdade. Mas é uma fonte possível de obter elementos e evidências para responder as perguntas que a gente traz. Tanto nas colunas policiais, como nas cartas a pedido, por exemplo, nos grandes periódicos, havia um intenso debate sobre a questão que eles, na época, chamavam de “fechamento das

[...] não é possível usar os periódicos, assim como nenhuma fonte, nenhum documento, como se eles fossem transparentes em relação ao relato da verdade. Mas é uma fonte possível de obter elementos e evidências para responder as perguntas que a gente traz.

portas”, mas que hoje a gente pode pensar como uma questão muito relacionada às horas de trabalho dos empregados no comércio. Então estava muito presente em vários lugares do jornal.

Para chegar lá, eu fui analisar um pouco melhor, procurar investigar um pouco melhor as características dos jornais e o contexto daquilo que eles estavam abordando naquele momento, que era, principalmente, em relação ao Rio de Janeiro, que era um assunto que foi muito discutido e sobre o qual se escreveu muito, que é a reforma urbana do Rio de Janeiro, nesse período, que é início do século XX, e a adoção de políticas higienistas, no final do século XIX, início do XX. A caracterização dos trabalhadores, justamente no imediato pós-abolição, o que na época a gente dizia “a primeira república”, e que hoje a gente também tem um campo temático, que surgiu com toda força, que é o campo do pós-abolição.

Ali se pensava muito na chave do controle social, e isso foi muito discutido, muito trabalhado: “o que fazer com os trabalhadores no fim da escravidão”. Em termos legislativos, em termos de repressão policial, mas em torno da construção de uma agenda de direitos também (hoje se pensa muito mais nisso, né?) Mas, o que se reivindicava, por exemplo, como educação, como informação, como inserção nesse campo de direitos políticos e sociais. Nesse momento, então, era um pouco isso. Foi assim que eu cheguei para pensar. É como a gente orienta, um pouco, na monografia, esse primeiro momento do pesquisador, que é saber construir um debate historiográfico, saber pensar nas perguntas para suas fontes e saber pensar metodologicamente como trabalhar com essas fontes, entre outras coisas. Mas são coisas que o/a discente, o/a pesquisador/a inicialmente precisa passar por esse caminho, ler uma vasta historiografia sobre o tema e retirar dali as suas questões e fazer o seu próprio caminho de pesquisa.

Cosma Araújo (SME - Sobral): Professora, eu gostaria que você falasse um pouco quais foram os principais desafios que você enfrentou na sua

É como a gente orienta, um pouco, na monografia, esse primeiro momento do pesquisador, que é saber construir um debate historiográfico, saber pensar nas perguntas para suas fontes e saber pensar metodologicamente como trabalhar com essas fontes, entre outras coisas.

pesquisa, principalmente a mais recente, que é a do doutorado sobre os caixeiros.

Fabiane: Tá! Na verdade, eu fiz o pós-doutorado também e tenho outras pesquisas em andamento. Mas eu pensei em falar sobre a trajetória de uma pesquisa para outra. Pode ser assim? Porque eu acho que uma pesquisa que a gente faz vai levando a outras questões e ela acaba dando origem a uma nova pesquisa. Bom, e também a gente tem a nossa própria vida que nos vai levando para caminhos que a gente não imaginava. Na pesquisa do doutorado, o que eu resolvi fazer foi trabalhar com os processos-crime, e eu acho que foi a coisa mais difícil que eu resolvi fazer porque o Arquivo Nacional estava em obras, tinha uma grande parte das pretorias nas quais estavam organizados os processos-crime. Eu continuava com aquela minha ideia de querer encontrar as pessoas no seu cotidiano, ou seja, esses processos-crimes de ofensas físicas leves que eu pesquisei. Eu desci mais de mil processos e fui fazendo uma seleção. A gente não tinha tantos instrumentos de pesquisa como a gente tem hoje. Provavelmente todos os pesquisadores que vocês forem entrevistar falarão sobre isso, sobre a revolução da hemeroteca digital, sobre o próprio site do acervo da Biblioteca Nacional, onde você pode pesquisar com palavras-chaves vários desses documentos judiciais... Isso estava sendo construído, inclusive uma parte disso foi construída por pesquisadores que doaram o seu material e pelos próprios profissionais do arquivo, é claro! Mas nessa época isso tudo estava em organização, eu ia ver fichinhas, eu ia buscar, então eu acho que isso foi o mais desafiador, que foi tentar trabalhar com uma grande diversidade de fontes.

Então, eu trabalhava com fontes como a junta comercial, onde as sociedades comerciais tinham que se inscrever para funcionar, e os processos-crime, por exemplo, e continuava trabalhando com jornais também. E os processos-crime de ofensas físicas leves mostram casos da vida cotidiana. Não são aqueles grandes casos que o homicídio, em geral, constrói. Tem muito mais dados dentro de um processo de homicídio, que também é abordado pela a imprensa, que tem uma dimensão maior. Inclusive, tinha processos de homicídio que eu acabei nem trabalhando com eles porque exigiam uma outra pesquisa. E os processos de ofensas físicas leves era uma diversidade de casos que, aparentemente, não tinham conexão entre si. Era um trabalhador que brigou com outro, em uma determinada situa-

ção e tal. Então, juntar tudo isso exigiu uma definição do problema muito mais... Digamos assim, eu tive que pensar nos eixos pelos quais eu ia conectar esses casos, que eram casos da história da vida cotidiana dos trabalhadores do Rio de Janeiro, que nem sempre eles tinham relação um com o outro, não é? Isso foi um dos maiores desafios. Eu fiz um banco de dados, eu montei um banco de dados enorme e não usei uma grande parte disso, mas também foi muito enriquecedor para meu crescimento como pesquisadora.

Depois disso, eu comecei a pensar na pesquisa sobre o mercado público de Desterro, que hoje é Florianópolis (na época se chamava Nossa Senhora do Desterro), porque na época eu estava morando lá, eu estava trabalhando na UFSC, na Federal de Santa Catarina. A minha formação foi na Unicamp, depois eu fiz um pós-doutorado na UFSC, depois eu fui trabalhar como professora substituta lá. Então eu me defrontei com o mercado público de lá, que é um ponto turístico inescapável, quando você vai pra lá, e é um grande centralizado da ideia do que é ser de Florianópolis, do que é ser “manezinho”. Então, é muito relevante para todo mundo a presença do mercado público, e quando eu fui ler sobre isso, muito me estranhou que as primeiras coisas que eu li sobre isso não apareciam os trabalhadores. Enfim, que apareciam em todas as outras histórias dos mercados públicos no Atlântico, que eram os homens e as mulheres negras, quitandeiros, quitandeiras, pombeiros. Então eu fui fazer uma investigação sobre esses trabalhadores e trabalhadoras. Eu passei, praticamente, agora vai fazer já uns 8 anos pesquisando isso. Agora eu percebo que preciso escrever esse livro o mais rápido possível porque eu já estou migrando para outra pesquisa. E ali eu fui capaz de pensar o que eu tenho trabalhado muito, que é uma história do trabalho com a perspectiva de gênero.

Então, é isso. Eu percebi a grande importância do trabalho desses homens e dessas mulheres, mas como era muito grande a presença de mulheres - e de mulheres de ascendência africana -, mas cujo trabalho teve pouca visibilidade. Nem os memorialistas, que construíam a ideia de um mercado de Florianópolis que fosse eminentemente feito, construído, aquele comércio, pelos colonos alemães e açorianos, depois, né? E ali tem vários centros de pesquisas sobre homens e mulheres africanos e descendentes em Florianópolis, agora, desse tempo pra cá. Mas para mim isso foi muito importante para desenvolver essa perspectiva de gênero em relação

ao que era e porque esse trabalho das mulheres foi pouco pensado nessa situação como economicamente importante. Então, muitas vezes nos censos elas eram classificadas como “trabalho doméstico”, por exemplo, do “serviço doméstico”, como era chamado no século XIX, mas elas estavam, na verdade, movimentando uma grande parte da economia, inclusive com acesso a crédito, circulando as mercadorias, produzindo comida pronta para alimentação, e às vezes, até mesmo, trabalhando com a própria produção desses alimentos. Então, isso foi muito importante para eu pensar além do comércio a retalho que existia.

No Rio de Janeiro, hoje tem muitos trabalhos maravilhosos sobre as mulheres quitadeiras e a importância delas na circulação, e como o comércio a retalho era muito mais um nicho de trabalho para os homens portugueses, ou seja, os pequenos negócios, e como o comércio da rua, essa circulação de pessoas era feita por homens e mulheres, principalmente nesse momento, de 1850 até 1870, depois você tem, mais para o final do século XIX, uma grande imigração, e tem uma outra configuração também, mas ali era, principalmente, dominada por esses homens e mulheres de ascendência africana e uma grande participação das mulheres.

A minha pesquisa mais atual é, na verdade, com outras fontes. E essa pesquisa que eu fiz sobre as mulheres quitadeiras foi com registros muito mais áridos do que os jornais, que são registros de despesa da câmara municipal. Receita e despesa. Ou seja, é uma linhazinha que diz “Fulana de tal pagou imposto de uma quitanda”. Às vezes a gente dava um pulinho, porque encontrava assim: “era uma preta forra”, ou então “pertence a Fulano de tal”, ou então “é liberta vinda de não sei de onde”, ou então “que trabalha pra não sei quem”. Então, você tinha um pouquinho mais de informação para construir essas redes. E aí também cruzar isso com registros cartoriais, de obtenção de alforria, de compra ou de doação condicional de alforria, por exemplo, e ali tem também parte do que seria um contrato de trabalho, às vezes, arranjos de trabalho diversos. Então, foi com essas conexões de uma diversidade de fontes, às vezes muito mais áridas do que os jornais, que eu usei para fazer essa pesquisa. E eu estou agora fazendo essa estrutura para escrever esse livro, porque eu já publiquei artigos sobre uma outra pesquisa, que é com processos de demandas de salários de criadas e de criados no século XIX. Também já tem algumas publicações sobre isso. Eu comecei junto com o Henrique Espada, e agora

a gente está em processo de escrever um livro sobre isso. Tem algumas publicações sobre isso, mas a gente selecionou em torno de 25 processos dentre muitos outros que encontramos sobre demandas de salários, ou seja, de homens e mulheres que estavam na condição de criados, criadas - às vezes chamados de caixeiros, às vezes chamados de criados. Mas esses são homens e mulheres que realizavam todo tipo de serviço de uma casa comercial, ou seja, de uma casa que vendia comida para fora, ou que era de centros molhados, ou que era armazém de ferragem, ou que era uma hospedaria... Como esses homens e mulheres demandavam salários no século XIX. E pensando essa relação entre as demandas e as decisões judiciais sobre isso, ou seja, quais eram as discussões jurídicas nesse período. Porque não havia legislação do trabalho nesse momento e se recorria muito a outros códigos legais, como, por exemplo, as Ordenações Filipinas, ou o Código Comercial, a lei de 31, a lei de 71, a lei de 37, mas, não tinha uma legislação específica sobre isso, e era decidido em juízo. Então, são processos que vão para as pequenas instâncias, pra processos cíveis, mas podem também chegar às instâncias superiores, até a Relação do Rio de Janeiro. Então isso aí é uma fonte muito rica, ou seja, são processos de 200, 250 páginas, onde você tem testemunhos de cinco pessoas relatando, da sua perspectiva, o mesmo caso. Ou seja, se a demanda era justa ou não, se a demanda era lícita ou não. E aí a questão de gênero fica muito evidenciada para os mundos do trabalho. Quem é sujeito de direitos? Como se atribui o valor do trabalho e das renumerações? Que tipo de renumeração se dá a um homem e uma mulher realizando a mesma atividade? E como isso muda no tempo, ao longo do século XIX?

Mas a questão é que muitas dessas mulheres e desses homens, eles reformularam. E olha que isso é uma exceção, pois são poucos processos que chegam [a uma decisão], porque a gente imagina que a maioria tenha se decidido em acordos verbais, por exemplo. Porque até agora a gente não encontrou contratos de trabalho, e a legislação diz que tem que haver um contrato, então demanda um contrato, e muitas dessas mulheres dizem “não tenho um contrato escrito, mas tenho um acordo, e o acordo é que me pagassem tanto de salário por mês”. E muitas vezes a reação é dizer “não, veja! Mas ela é uma mulher, ela era amásia, ela não era uma criada. Então, ela não tem direito a uma renumeração”. Tem um argumento ali, que é muito diferente do que é usado com os homens. Então, você tem uma possibili-

dade de trabalhar com as relações de gênero, como se constroem as diferentes noções do que é o trabalho. E depois, uma noção androcêntrica de trabalho também, a partir dessas fontes. São realmente fontes riquíssimas, sei lá, de 20 processos, você deve ter bem mais de mil páginas.

Fannuel Santos (UVA): Professora, você, encontra similaridades entre esses trabalhadores do período pós-abolição com os de hoje, principalmente com os trabalhadores de aplicativos, que não têm direitos? E quais são as perspectivas de pesquisas desse mundo do trabalho que a senhora acredita que virão?

Fabiane: Totalmente! É muito atual. Aproveitando pra juntar a sua questão com uma pergunta que estava no roteirinho, que eu achei muito interessante: “quais são as perspectivas desse campo”. Eu acho que esse momento da pandemia tem feito a gente pensar muito sobre as questões do trabalho, dos direitos ao trabalho. De anos pra cá, a gente tem perdido rapidamente uma diversidade de acúmulos de direitos sociais, políticos e trabalhistas que a gente tinha, que são parte de uma conquista, que é um processo, que faz parte de um processo. Em termos da história do trabalho, isso que o Fannuel está perguntando é uma coisa que, tanto a Sociologia como a história social do trabalho têm abordado muito, que é essa questão das relações de trabalho atuais, da uberização, de relações de trabalho nos quais tanto o discurso quanto a prática trazem a ideia de flexibilização, do desmonte da legislação trabalhista, da CLT, que foi tão discutido e que foi feito já final no governo [Michel] Temer, que foi curto. Mas que deu tempo ele aprovar o que eles chamaram de Reforma Trabalhista, que é justamente um retrocesso em relação a todos esses direitos e a esse processo duramente construído, do próprio Ministério do Trabalho, da existência do Ministério do Trabalho, enfim, e como a gente teve um gigantesco retrocesso nessa proteção dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, nas quais a gente vinha fazendo avanços, até com a inclusão das trabalhadoras domésticas, nos anos 2013 e depois, com toda a regulamentação.

Essa é uma questão que tem de fato suscitado várias análises sobre isso porque também nos faz pensar nas conexões que a gente tem nesses momentos, em questões comuns para a história do trabalho. Que nos faz pensar “em que momento a gente tem conquistas de direitos?” Conquistas de direitos em termos de botar um limite na exploração do trabalho, seja

ele através de uma legislação, que é, no caso, a partir do século XX, que é uma legislação que vai começando a ser implementada em nível nacional, e não local, como era antes. Existiam conquistas, isso não se inicia nem nos pós-30, nem na primeira República, mas existiam conquistas com outras formatações, que não eram conceitualmente pensadas assim, mas eram limites que os trabalhadores e as trabalhadoras buscavam colocar na exploração do trabalho. E buscando, cada vez mais, a intermediação do Estado. Então, agora a gente está num momento que isso nos permite perceber quais as conexões entre essas ideias também. Em certo momento, a história do trabalho pensava que o momento mais aperfeiçoado da história do capitalismo era o assalariamento. O trabalhador assalariado, organizado, reivindicando os seus direitos de forma coletiva, muitas vezes ligados a organizações como sindicatos ou a partidos. E isso garante, e garantiu muitas vezes, o acesso da implementação de direitos coletivos, legislação e formas jurídicas de reivindicar esses direitos. Mas, por outro lado, também, nos permite ver que eles não vão progressivamente se expandir e que certamente a gente tem que repensar essas relações de uma forma mais complexa, por exemplo, o fato de que o capitalismo não é mais afeito ao trabalho assalariado, como se o trabalho escravo fosse um empecilho ao trabalho assalariado. Não é, o trabalho escravo de homens e mulheres foi amplamente utilizado ao longo do desenvolvimento capitalista, como é até hoje. Ou seja, se não houver barreiras legais, jurídicas e também ancoradas nos movimentos sociais para exploração de homens e mulheres trabalhadores, isso é o que tende acontecer: esse processo de dissolução dos vínculos com a ideia de trabalho e também de trabalhadores.

Agora tem um discurso das empresas, uma construção que está sendo feita para desresponsabilizar as empresas desses processos. Essa ideia de que o trabalhador é empreendedor, e não trabalhador. E aí a empresa se desonera, de certa forma, dos vínculos e relações de trabalho, pensadas como proteção ao trabalhador, né? Então, se ocupa o próprio tempo livre do trabalhador, porque essas pessoas que trabalham com Uber têm o tempo que eles ficam esperando um pedido, mas na verdade só conta para eles o tempo que estão com o pedido. Mas e o tempo que eles ficam esperando de um pedido para o outro? Essa ideia de tempo livre já é uma outra escala. E a diminuição de possibilidades também, de fazer uma reivindicação co-

letiva a partir disso. Isso é muito recente, não tanto, mas é recente em relação a outros processos, e é um campo aberto de estudos.

Telma: Esse processo de uberização de fato nos faz pensar nessa necessidade de organização de outras formas para tentar garantir o mínimo que já foi conquistado e que está sendo desconstruído dia após dia. Aqui em Sobral, por exemplo, tem um jornal da diocese, que se chama Correio da Semana, que na década de 60 tinha matérias e colunas criticando obviamente os trabalhadores, que se organizavam em associações, que lutavam ou pelo menos reivindicavam melhores condições de vida e de trabalho. E criticavam esses trabalhadores usando nomenclaturas como “comunistas”, “terroristas”. Parece que estamos vendo mais um capítulo dessa mesma novela, o que nos causa muito incômodo, com essas práticas da extremas direta ou o neofascismo, como estamos vendo no país, presentes na nossa história e, desde 2016, a gente viu pontualmente elogios a torturadores, manifestações com violência e pedindo a volta do momento de exceção do regime civil-militar. Como é que nessa perspectiva da discussão e da pesquisa do mundo do trabalho nós podemos ter presentes essas reflexões da política, da intolerância, da desconstrução desses direitos? Como é que nós podemos pensar as nossas pesquisas incluindo todo esse mosaico de questões tão urgentes no mundo que vivemos hoje?

Fabiane: A gente vive um momento bem complicado, em que não só os direitos trabalhistas, os direitos sociais, os direitos políticos, os próprios direitos humanos estão sendo ameaçados. Até certo momento, talvez você incluir direitos do trabalho, da saúde do trabalhador e os direitos humanos, a partir do momento em que práticas de tortura são defendidas pelos próprios governantes. A gente vive um momento de crise e de desindustrialização, como foi quando a história do trabalho surgiu, a partir desse movimento de trabalho industrial, de participação de movimentos sociais, e agora a gente vive um outro momento de crise em vários sentidos. E foi em momentos de crise que muitos historiadores e muitos cientistas sociais escreveram belos trabalhos e belas análises, porque somos desafiados a pensar também o futuro a partir dos nossos objetos, a recolocar questões, a fazer novas questões sobre temas semelhantes, que são esses, no espaço e no tempo. Ao longo do tempo, como se construíram essas instituições de proteção aos cidadãos, aos trabalhadores? Como esses movimentos se aglutinam, se veem, se reconhecem como sujeitos dessas ações? E o

que é importante também no nosso campo da história social do trabalho é pensar esses sujeitos dessas ações. Pensar como eles se colocam e como pensar sobre a história do Brasil, a história é global, a história das sociedades, como pensar a ação desses homens e mulheres e essa relação com o Estado, com as instituições, as relações sociais em geral. Porque tem análises que ignoram esse tipo de ação dos trabalhadores, dos grupos escravizados, das mulheres, enfim, dos grandes grupos de seres humanos que fizeram parte dessa história. Então, nosso desafio sempre foi e agora continua sendo ampliar a análise.

A gente citou o caso das domésticas, essa luta das trabalhadoras domésticas, do sindicato das trabalhadoras domésticas e da aprovação da lei de 2013, depois, da regulamentação, e esse momento que a gente está vendo, depois, a pandemia. Saber da morte daquela doméstica, quando os patrões vieram de viagem e ela acabou sendo contaminada, aqui no Rio de Janeiro, por exemplo. É um exemplo de que as pessoas de certas classes sociais não conseguem prescindir de um trabalho, que é visto de um trabalho essencial, mas que nesse caso, na verdade, o que a gente tem feito e instruído, que era continuar o pagamento das trabalhadoras, mas sendo que elas não voltassem a trabalhar em condições que são insalubres, as exponham à contaminação, não é? No trânsito, na chegada, na saída de casa, no próprio trabalho.

Outra coisa, nesse momento, as relações de trabalho estão cada vez menos ligadas pelos direitos de pertencimento por uma legislação social que regule, regulamente, pela presença do Estado, que garanta que esses direitos sejam respeitados, que eles existam legalmente, que eles sejam fiscalizados e que eles sejam respeitados, esse processo que está sendo desconstruído. Isso nos faz pensar também sobre essas distinções que acabaram se tornando muito rígidas entre o que é um trabalho precário e um não precário, o que é um trabalho formal e informal, que é uma crítica que as feministas fazem a um longo tempo, que é de um trabalho não pago, não reconhecido, que é um trabalho invisível. Não por caso, quem está à frente do trabalho de enfermagem, da classe dos enfermeiros, das enfermeiras, são mulheres, as cuidadoras são mulheres. Então, é essa ideia de trabalho de cuidados, que muitas vezes foi negligenciado, e que agora tem aparecido muito evidentemente, assim como isso tem ressaltado as desigualdades.

Eu acho que a gente tem que pensar também, como historiadores, historiadoras, e se colocar no debate público contra as *fake news*, ocupar esses espaços, que a gente está tentando fazer. Diante dessas redes de *fake news*, de criação de narrativas que não têm base nenhuma nos fatos ou nas evidências, ou em uma construção científica de conhecimento socialmente referendado, é importante que a gente faça isso, e esse momento agora é de total evidência dessas desigualdades. A gente vê o que está acontecendo nos Estados Unidos agora. Onde o racismo histórico, nessa carga do racismo histórico, e agora, nesse momento ainda mais evidenciado, está causando reações, e agora aqui no Brasil também a gente viu as manifestações e reações contra essa ascensão do fascismo em vários âmbitos, inclusive institucionalizado. A gente tem um momento que é um campo aberto para investigações e que a gente não vai sair desse momento sem ampliar nossos horizontes de pensar nisso que vocês falaram, de pensar várias categorias de desigualdades social, de marcadores sociais, como raça, classe e gênero, como eles atuam perversamente na produção e na reprodução de desigualdades. No Brasil, também, a gente tem tido demonstrações muito claras de como o racismo funciona perversamente nesse sistema, então a gente tem muito trabalho para fazer.

A gente tem um momento que é um campo aberto para investigações e que a gente não vai sair desse momento sem ampliar nossos horizontes de pensar nisso que vocês falaram, de pensar várias categorias de desigualdades social, de marcadores sociais, como raça, classe e gênero, como eles atuam perversamente na produção e na reprodução de desigualdades.

Uma das coisas que eu tenho percebido que tem se expandido é essa ideia das lives, isso que a gente está fazendo aqui. Como a gente faria isso se fosse presencial? Provavelmente a gente não faria. Talvez não fizéssemos. E hoje, nesse processo da pandemia, a gente está aprendendo a lidar com as redes. Eu, pelo menos, estou aprendendo. A gente está aprendendo a lidar com o *streaming*, com lives... Todo dia tem lives! Então, coisa que a gente não podia ver antes, a gente está podendo ver agora. Lives internacionais, lives com pessoas em diferentes lugares, que foram organizadas de uma semana para outra, enfim. Eu espero que esse processo também

nos faça a aprender. O que para nós especialistas, que trabalhamos sempre com isso, isso sempre esteve muito evidente, mas eu estou achando muito interessante ver na mídia a circulação daquelas conversas assim: “Oh, agora estou percebendo como o Brasil é desigual”. A gente vê com um pouco de surpresa. O que fez a pessoa pensar isso que ela não via antes? “Ah, os meus colegas da classe não têm computador”. “Ah, meu colega da classe não tem internet pra assistir a aula”. E na verdade, essas desigualdades já existiam em outras formas, só que elas estavam muito naturalizadas, invisibilizadas, e agora elas estão evidenciadas para as pessoas que não estão treinadas para pensar isso cotidianamente.

Telma: A senhora poderia comentar sobre o veto à nossa profissão? E ainda mais termos de enfrentar essa! Nesse momento caótico, ainda tem esse veto da nossa profissão!

Fabiane: Isso é uma luta antiga, né? E agora o presidente vetou depois que passou na Câmara e no Senado, um projeto do Paulo Paim (PT-RS). Eu vejo, de certa forma, a importância do nosso trabalho, porque se tem uma coisa que foi pisoteada, que foi dilacerada, que foi utilizada para fazer o mal, digamos assim, para escamotear a verdade, foi a História. Toda essa ideia de revisionismo, toda essa discussão que começou lá atrás, que a gente ouvia dos nossos alunos, que vinham na sala de aula questionando se o nazismo era de direita ou de esquerda.

Quando eu comecei a ouvir isso, que eu comecei a ver uns youtubers, que tinha umas coisas que só a minha filha via, que eu não conhecia. E eu pensei: “gente, o que é isso?” E que é na verdade uma repaginação de processos que já ocorreram antes, mas que pra gente, como previa Umberto Eco, o que a internet deu de voz para quem antes não tinha essa possibilidade de se expressar! E aí surgiu e se expandiu essa ideia de que opinião é igual a conhecimento.

Opinião, cada um tem a sua, mas isso não significa igualar a opinião de cada um com conhecimento. E outra coisa: racismo, machismo e violência contra as minorias, nada disso é opinião, isso é crime. Alguns não são nem tipificados como cri-

Opinião, cada um tem a sua, mas isso não significa igualar a opinião de cada um com conhecimento. E outra coisa: racismo, machismo e violência contra as minorias, nada disso é opinião, isso é crime.

me, mas racismo é crime, violência contra as minorias é crime. Várias coisas que muitas vezes são colocadas como opiniões, por exemplo, isso que vocês disseram antes, quando se exaltou a tortura na ditadura, isso deveria ter sido punido. A gente está aqui, em grande parte, porque não foi. Isso claramente passou os limites do que poderia ter acontecido, e aí a gente se coloca agora nessa situação.

Eu queria também atentar, em relação ao veto, o que para mim fica muito evidente, que é causar mais um desgaste. Eu me senti super importante. (risos). Mas em relação às ciências humanas, por exemplo, que a gente vê a Capes² cortando bolsas das ciências humanas, depois voltando atrás. São as coisas desse governo. Vai e volta, vai preparando o terreno. Então, ali na estrutura de perguntas de vocês, eu queria aproveitar para falar junto com a questão da profissão de historiador, do veto ao projeto que regulamentava a nossa profissão, que de fato a gente exerce na prática, mas é todo esse ataque às ciências humanas também. E hoje a gente tem uma novidade, que os colegas das outras ciências não tinham antes, que é um desafio, que até os médicos, que até meus colegas da física, da matemática, que é um negócio tão absurdo, que antes só a gente sentia na pele, que praticamente todo mundo tinha alguma opinião sobre questões que são vistas como das ciências humanas, agora até as outras também estão sentindo isso. Porém, a gente tem um desafio, a gente tem um problema, a gente tem uma dificuldade, principalmente na história social, que é lidar com as fontes. Então, a gente tem um problema sério agora, por exemplo, na pós-graduação, como vai ser essa nova geração de pesquisadores que têm entrado no mestrado e doutorado que contava com os arquivos. Isso é um problema com a pandemia, mas é um problema que já vinha sendo construído antes com a expansão das universidades públicas, com a entrada nas universidades públicas, que muita gente antes não tinha, de gente que são os primeiros da família a entrar na Universidade, a poder ter um diploma, enfim. Isso é muito importante, e que com mais alguns anos isso iria se concretizar numa revolução na educação superior e na transformação social. Isso é muito importante. E essas pessoas, por exemplo, hoje têm condições muito menores do que as outras de continuar exercendo o ofício de historiador ou de outras áreas das Ciências Sociais e Humanas, e isso tem me preocupado bastante porque eu vejo pesquisadores e pesqui-

2 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

sadoras formados que estão em uma vulnerabilidade social, que têm um espírito crítico, uma formação excelente, e estão com dificuldades até de sobreviver. Quanto mais para encontrar bolsa para fazer pesquisa. Isso é uma coisa que a gente vai ter um impacto. Eu me preocupo com o impacto disso porque aquele processo que a gente estava tendo de inclusão de temas, de inclusão de sujeitos, de muito mais pessoas negras nas universidades, de filhos da classe trabalhadora, de filhos de empregadas domésticas, de gente que estava se qualificando, entrando no debate, jogando luz sobre outras questões, e agora, o impacto sobre eles, principalmente, sobre todos nós que pesquisamos história social, que demanda financiamento, que demanda fontes arquivística, mas sobretudo sobre essas pessoas.

Cosma: Diante desse processo de descredibilização das ciências, no qual o conhecimento está perdendo espaço para o achismo, você vê a necessidade de que repensemos nossas práticas como pesquisadores?

Fabiane: A gente tem que repensar nossas práticas. Por exemplo, em um grupo que eu participo, na Universidade, a gente está fazendo uma atividade de extensão exatamente sobre isso: divulgação científica. Ou seja, como ocupar esse espaço, que como eu falei, a gente está correndo atrás porque eles vieram antes. E isso é muito divulgado nos canais que existem, inclusive tem um pessoal fazendo pesquisa sobre os canais de *fake news*, sobre os canais de revisionismo histórico, aqueles livros, que vendem muito, *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*.³ Então, são coisas terríveis, coisas que distorcem totalmente o sentido da história que a gente faz, inclusive usando os historiadores contra eles mesmos. É uma coisa absurda, e a gente tem que ocupar esses espaços. Então, se existe alguma coisa que a gente deve aprimorar nesse momento é justamente aprender alguma coisa sobre isso. Eu pessoalmente estou todo dia tentando aprender alguma coisa nova sobre isso. Eu estou ouvindo as pessoas, eu estou chamando reuniões, eu estou tentando aprender como ocupar esses espaços, o que se pode fazer para divulgar o conhecimento científico, para colocar a história de forma pública. Eu acho que, por exemplo, os sociólogos aparecem mais na mídia em geral. Nós historiadores ficamos, durante muito tempo, fazendo menos isso. Então, agora a gente está pensando em formas de história digital, de acesso aos arquivos e também de acessibilidade,

3 NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Leya, 2012.

para que as pessoas consigam e se interessem em acessar. Eu costumo perguntar para as pessoas: “mas você viu tal coisa que o historiador fez?” Alguma coisa de divulgação. Se a pessoa fala “sim, que legal”, tudo bem. Agora, se a pessoa fala “não, não vi”, eu pergunto por que. Em geral, a pessoa responde que está muito longe do que ela acha que é o cotidiano dela. As pessoas de outras áreas, que não têm nada a ver com o estudo de História. É uma coisa interessante, a gente tem que começar a pensar em como ocupar esses espaços, em como atrair esses interesses e, também, uma parte é uma educação para isso, a nossa educação, porque é uma linguagem distinta. A linguagem de um livro didático é distinta, a linguagem de texto de divulgação é distinta. É uma coisa para a qual a gente tem pouco treino. E agora é o momento da gente fazer. Então, que bom agora, Telma, vocês estão conseguindo fazer os eventos!

Mas, quando os alunos vêm – porque os colegas, cada um tem seus interesses -, eu acho um indicativo muito bom de que é um tema que é muito atual, que traz questões muito atuais, que estão no cotidiano das pessoas. Se você colocar no cotidiano das pessoas, a gente está trabalhando como configurações de desigualdade afetam no seu dia a dia, no trabalho que você realiza, no quanto você ganha, no descanso que você vai ter ou não, como você vai conseguir ficar com a sua família, como você vai conseguir aproveitar um tempo livre que você tem ou não, como você vai envelhecer, como vai ser a sua qualidade de vida. Tudo que você vive. Como são as relações sociais em torno de você? Você se sente respeitado nas suas escolhas, na sua orientação sexual? Tudo faz parte do que a gente tem pela frente, para fazer, para conquistar, para lutar. Primeiro, frear esse retrocesso. Depois ver como a gente vai falando politicamente e depois, como acadêmicos, intelectuais, professores, pesquisadores, como a gente age no mundo para compartilhar, para trocar, para ouvir. Eu acho que a gente precisa muito ouvir também.

Um conselho para os estudantes, para os jovens pesquisadores, eu pensaria que é muita leitura. Como você constrói alguma opinião sobre o tema? Lendo sobre ele. Então, às vezes, os estudantes mais jovens, no início vêm me perguntar: “Professora, como fazer tal coisa?”. Aí eu respondo: “então tá, a base de teses da Capes, então vai lá e procura sobre isso, procura no Scielo, todos os artigos, busca e lê”. E como você constrói o problema? Porque sempre teve alguém que já fez isso antes de você. Você

pode querer fazer um pouco diferente, é muito difícil “inventar a roda”.

E a segunda coisa é ouvir, né? E a terceira coisa, muito importante, é fazer perguntas, sabe? Fazer perguntas pros textos, em sala de aula, fazer perguntas ancoradas na pesquisa de quem está apresentando. Ter questões, eu acho que é muito importante porque eu acho que esse é o nosso diferencial. Que questões

a gente coloca para o nosso objeto? Como elas estão informadas pelas nossas leituras, pelos nossos referenciais metodológicos? Boas questões fazem boas pesquisas. Você nem precisa responder todas elas, mas só de colocar as questões, já é um exercício importantíssimo para o historiador e para historiadora.

Eu queria também convidar os estudantes e os professores a não desanimar nesse momento tão difícil. Pesquisadores e historiadores, com solidariedade a gente vai passar esse momento mais duro, cuidando uns dos outros e lutando por mais justiça social e para que a informação chegue amplamente onde ela precisa.

Boas questões fazem boas pesquisas. Você nem precisa responder todas elas, mas só de colocar as questões, já é um exercício importantíssimo para o historiador e para historiadora.

Doi: 10.35260/54211314-2024.p244-265



William James Mello é graduado em História (Empire State College, 1996), com mestrado em História e Ciência Política (New School for Social Research, 1998) e doutorado em História e Ciência Política (New School for Social Research, 2003). Atualmente é professor de Estudos de Trabalho na Indiana University, professor afiliado do Center for Latin American and Caribbean Studies (CLACS) e no Brazilian Studies Program da Indiana University.

“Seria estranho se eu não tivesse optado por estudar o trabalho”: entrevista com William Mello¹

William James Mello

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Cosma Silva de Araújo

Telma Bessa (UVA): Quais as suas motivações para abraçar a temática do trabalho? O senhor poderia falar um pouco sobre sua trajetória de pesquisa?

William Mello (IU): Devido à minha história pessoal, seria estranho se eu não tivesse optado por estudar o trabalho. Eu nasci em uma família de operários ativistas políticos, ativistas sindicais. Então, basicamente, o meu passatempo da sexta-feira de noite era ficar no pé do meu pai ouvindo as reuniões dos ativistas que se reuniam na cozinha e debatiam política, debatiam as estratégias do sindicato. Quer dizer, isso fez parte do meu crescimento. Essa noção, essa opção de lutar pelos trabalhadores, para que a vida dos trabalhadores fosse digna, fosse mais justa. E a luta contra o que? A exploração. Então, desde pequeno isso faz parte da minha vida, não só do ponto de vista político da família, de ser isso que a gente faz. Quer



¹ Entrevista realizada via *Google Meet* em 19 de maio de 2020. Confira a entrevista utilizando ou clicando no QR Code ao lado.

dizer, até por uma questão moral, por uma questão de justiça. É claro que todo mundo tem as suas perspectivas políticas, mas também era a questão moral. Isso era o justo, era a coisa mais importante para dedicar a vida.

Para dizer a verdade, isso vinha desde o meu avô, pois ele também foi da Aliança Nacional Libertadora em 1935². Foi preso, passou anos no presídio Frei Caneca, passou a vida lutando ao lado dos trabalhadores. Então, isso é uma coisa que vem de geração em geração. Então seria estranho se eu não optasse pelo estudo do trabalho. E quando eu comecei a pensar sobre o tema que a gente vai discutir, é um negócio estranho porque, diferente dos outros meninos de 10, 11 anos de idade, que gosta de brincar de bola, gosta de fazer aquilo e aquilo outro, no meu caso, eu me lembro com 10, 11 anos de idade, o grande negócio era participar de piquete de grevistas para ajudar. E eu achava aquilo maravilhoso porque era uma forma de mostrar solidariedade com gente que era muito parecida com a gente, que sofria os mesmos problemas.

Até meus 10, 12 anos de idade, nós morávamos nos Estados Unidos. Meu pai se aposentou cedo e nós viemos para o Brasil, no início da década de 70, sob a ditadura. Eu já estava na escola secundária, engajado em movimentos secundaristas, contra a ditadura, a favor da democracia. E acabei indo para o curso de História na UFF. Fiz o vestibular e passei para o curso de História na UFF, sem ter muito claro qual era a área de pesquisa que eu ia exercer. Claro que a maioria dos estudantes de graduação, quando entra na Universidade, nem sempre tem a área à qual vão se dedicar, mas com essa bagagem de atividade política...

Bom, eu passei, acho, que dois anos na UFF e saí para ser ativista sindical. Para ir participar do movimento operário. Naquele momento, a luta pela democracia no Brasil era tão importante e a participação dos trabalhadores era central! O ponto que ia dar a mudança qualitativa para derrubar a ditadura era que o movimento sindical tivesse se organizado. Então eu deixei a Universidade e fui ser metalúrgico no Rio de Janeiro e ativista no movimento de oposição sindical, dentro dos sindicatos metalúrgicos no Rio de Janeiro. E continuei sempre, mesmo depois de deixar de ser metalúrgico,

2 A Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi uma organização política fundada pelo Partido Comunista do Brasil em 1935.

com essa preocupação de como eu participaria, sempre o que vinha primeiro era meu engajamento com o movimento sindical.

Com a volta da democracia e a crise econômica muito grande, já com uma esposa e três filhas, eu resolvi voltar para os Estados Unidos porque eu precisava achar um meio de ganhar a vida. E voltei para Nova York, fui trabalhar como metalúrgico, e depois de um ano, assumi a posição de delegado sindical de fábrica onde trabalhava, e mais tarde secretário executivo do sindicato e, finalmente, assumi o cargo de administrador do Fundo de Benefícios Médicos e de Pensão do sindicato. Primeiro para delegado sindical por onde eu trabalhava. Um dia eu estava no sindicato pegando a correspondência e tinha um negócio assim: “volte a estudar”, não sei o que. “Trabalhadores que não concluíram seus estudos, voltem para a Universidade Estadual de Nova York”. E eu fui. Era uma coisa que eu sempre queria fazer, e aí eu fui e fiquei apaixonado nesse negócio de estudar História! Tinha botado essa paixão de lado por um tempo por outras questões, criar minhas filhas e achar como ganhar a vida, essas coisas todas. Aí, quer saber? Pelo menos o curso de graduação eu vou fazer. E na medida que eu fazia, eu fui me apaixonando.

Eu podia ver muitas das questões que eu tinha vivido sob a ótica, sob a perspectiva histórica, do ponto de vista histórico sobre aquelas mesmas coisas que eu via, mas não tinha noção de que eles tinham uma trajetória histórica também. E isso nos Estados Unidos isso foi muito desenvolvido. Nessa época, inclusive, havia muita produção acadêmica sobre o movimento operário, sobre o movimento sindical. Antes, a história do movimento sindical e operário tinha uma visão muito limitada e tradicionalista, de que o movimento sindical e o estudo do movimento operário era simplesmente estudar sindicato, mas havia, nesse período que eu voltei para a Universidade um novo grupo que dizia o seguinte: “O movimento operário não é só estudar o movimento sindical, é estudar o mundo em que o trabalhador vive, seja na comunidade, na cultura, seja nas suas

“O movimento operário não é só estudar o movimento sindical, é estudar o mundo em que o trabalhador vive, seja na comunidade, na cultura, seja nas suas lutas dentro de fábricas”.
Então, havia aberto uma perspectiva muito mais ampla sobre o que era fazer a história do movimento operário.

lutas dentro de fábricas”. Então, havia aberto uma perspectiva muito mais ampla sobre o que era fazer a história do movimento operário. Eu abracei isso e achei maravilhoso! E na medida que eu ia chegando perto de concluir a graduação, eu pensava “eu gosto muito de estudar, eu gosto muito de fazer pesquisa. É isso! Eu vou fazer a pós-graduação, mestrado...”.

Eu queria ver uma perspectiva que não fosse tão tradicional e, ao mesmo tempo, na graduação eu tinha lido muito os trabalhos do Eric Hobsbawm e eu descobri que havia um programa de pós-graduação em que ele dava aula, em Nova York. Aí eu disse: “pronto, é ali que eu quero estudar!” E era no New School for Social Research. Aí, eu fiz a seleção e passei primeiro para o mestrado. Só que ali o curso era um pouco diferente do curso de História tradicional porque, primeiro, ele era transdisciplinar. Quem quer estudar História, não pode estudar só História. Ela tem que ser estudada aliada a uma outra ciência social. Então, no meu caso, eu estudei, tanto no mestrado como no doutorado, e tenho o diploma em Ciência Política e em História. Você tinha que desenvolver um trabalho histórico ou um trabalho de Ciência Política, mas com uma perspectiva histórica. E o trabalho de História não podia ser a narrativa, tinha que ter, no plano de fundo, um debate político que você ia contribuir. Não tinha outra coisa que eu pudesse estudar que fosse tão parte da minha vida mesmo!

Eu me lembro que em uma das primeiras aulas no mestrado, a professora estava falando que muitos cientistas americanos argumentam que classe social não é uma questão importante nos Estados Unidos porque ela é, historicamente uma coisa...

Telma: Ultrapassada?

William: É. Existia nos Estados Unidos uma ampla possibilidade de mobilidade social. Então, que classe não influencia tanto na política americana. E eu fiquei ofendido com aquilo. Eu acho que foi uma das primeiras aulas que eu tive sobre Ciências Políticas e eu fiquei ofendido porque isso vai contra tudo, a minha experiência histórica da vida toda. Ela ficou um pouco surpresa que eu ficasse ofendido. Mas então parte da minha atividade na pós-graduação era justamente rebatendo esses argumentos, era olhando, do ponto de vista histórico, como rebater esses argumentos.

Jerfson Lins (SertãoCult): Professor, você pode falar um pouco como foi o desenvolvimento dessa pesquisa?

William: Sim. A pesquisa inicial do doutorado, na verdade, começou na graduação. Porque, como existe no Brasil, o trabalho final da graduação é a monografia. E aqui eles chamam de trabalho final de curso, que é uma pesquisa. Como era o curso de História, obviamente era uma pesquisa. E eu me lembro, conversando com um professor de História na graduação, eu dizendo “olha, eu não sei o que escrever, como é que se faz isso?” Porque eu estudei tanto na graduação como na pós-graduação, o tempo todo trabalhando no sindicato. Então, eu ia para a escola e voltava para o sindicato. Aí, conversando com ele, ele disse assim: “olha, outro dia a gente estava batendo papo e você comentou sobre essa atividade do seu pai no movimento sindical no porto de Nova York. Por que você não pega uma parte daquilo e escreve sobre aquilo? Mas do ponto de vista histórico, você não vai me escrever a biografia do seu pai não! Eu quero que você faça uma pesquisa sobre aquilo e apresente como trabalho final”. Aí eu disse: “tá bom, eu vou fazer”.

A partir daí é que começa. É como se você abrisse uma caixa de coisas que você só via quando era criança. E aí você começa a ver o impacto histórico que tudo aquilo tinha. E aí você vai para os arquivos, vê os jornais, vai para os arquivos do sindicato e vê o impacto de tudo isso. Vai para os arquivos, que têm muitos e são muito bons, do movimento operário e sindical, principalmente em Nova York, que tem vários. Aí, na pós-graduação, digamos que eu comecei a introduzir as pesquisas e os debates políticos de cunho teórico que havia sobre a estrutura política dos Estados Unidos, além do impacto que essa estrutura tem para limitar e constranger, impedir o avanço do movimento operário-sindical. Para dizer que não era na verdade o meu argumento, era contradizendo esses cientistas políticos e alguns historiadores dizendo o seguinte: “Não, não! Não é porque a classe social não tem impacto. É que você tem uma estrutura social, uma estrutura política que impede que os trabalhadores façam valer sua vontade e sua voz. Você limita o movimento sindical, você constrange a organização operária, você impede que os trabalhadores consigam se organizar, e depois você vem dizer que os trabalhadores não têm consciência de classe e organização de classe”.

E aí o que começou como uma pequena pesquisa na graduação, culminou na minha tese de doutorado, que era olhar o movimento sindical no porto de Nova York, olhar as atividades da oposição sindical, analisar a atividade do sindicato e o papel do Estado em limitar e tentar controlar a atividade e os avanços do movimento social no porto. Basicamente é isso. É olhar a questão de classe através da estrutura de poder. Como o poder político é estruturado nos Estados Unidos para limitar e conter o avanço do movimento sindical, a organização do movimento sindical.

Telma: Como foi, a partir da sua experiência de ser um trabalhador, de ser um ativista sindical e político, e também atuar dentro de uma Universidade, dentro da academia, estudando exatamente isso, a atuação do movimento operário, inclusive discutindo categorias como trabalho, como classe social, isso em Nova York? E como é que foi esse seu contato com a Universidade no Brasil, pós-democratização? Porque nós sabemos que na História do Brasil, pra gente sair da ditadura militar e o processo de redemocratização, os operários tiveram uma importância fundamental. Então, como foi esse seu contato, essa sua experiência aqui no Brasil, dentro da Universidade e também com os movimentos?

William: Claro, eu passei 30 anos no Brasil como ativista e fazendo política, e então, por conta própria, eu tinha muitos contatos, muitas pessoas que conhecia. Em 2003 eu fui contratado pela Universidade de Indiana, como professor aqui no departamento de estudos do trabalho, que ninguém no Brasil sabia o que era isso porque no Brasil não existia isso. E é um departamento transdisciplinar, composto por economistas, cientistas políticos, historiadores e sociólogos. E todos com seus objetos de pesquisa voltados para o mundo do trabalho.

Em 2004, por acaso, a universidade fez uma conferência sobre Pedagogia, comunidades de aprendizagem e como se dava no meio operário, e convidaram dois brasileiros para participar da conferência, um era ativista da CUT³ e tinha sido metalúrgico também. Então a gente tinha muita coisa em comum. E a outra era uma pedagoga que tinha muita experiência nesses programas de educação de adultos. E a universidade me pediu para eu ser o tradutor porque eles não falavam inglês e ninguém na universidade falava português. Aí eu fui. E a partir daí eu conversei mais com o rapaz

3 Central Única dos Trabalhadores.

que vinha da CUT e a gente começou a conversar sobre os tempos do passado, as greves e tal. E ele disse assim: “Você não quer fazer um programa internacional para trazer seus alunos para cá?”. Porque eu dizia para ele que a grande dificuldade que a gente tinha com alunos dos Estado Unidos é que eles, no meu modo de ver, poderiam ter mais criatividade ao olhar as coisas. Eles tinham uma dificuldade imensa, eles tinham acesso aos meios de pesquisas, tinham computadores pelos corredores da universidade para eles acessarem internet, uma biblioteca enorme, uma das maiores do mundo, mas que na pesquisa lhes faltava um pouco de criatividade. Era bom que a gente criasse um programa que lhes possibilitassem ver como a luta social e a luta sindical se davam no Brasil. Então, durante quatro anos, entre 2004 e 2007, eu levava meus alunos para o Rio Grande do Sul e eles participavam de debates com a CUT, com o sindicato dos metalúrgicos, com pessoas envolvidas com a economia solidária, ou seja, com os movimentos sociais mais diversos. Para mostrar para eles como era vibrante e como pessoas com poucos recursos podiam mover montanhas, que podiam mover 500 anos de opressão em um gesto baseado nas noções de solidariedade, de consciência de classe. E os alunos adoravam, né? A gente tinha fila para eles participarem. E para mim era ótimo porque eu conseguia, uma ou duas vezes por ano, voltar para o Brasil, e fazia contatos, o que facilitava acompanhar as transformações que estavam acontecendo. No fundo, no fundo, eu dizia que ia achar um jeito de voltar para o Brasil. Em 2009 eu disse assim “quer saber? Eu vou para Brasil. E eu vou começar a fazer contatos pra ver se eu posso desenvolver essa mesma atividade que eu tenho aqui, no Brasil”.

A escolha pelo Ceará é puramente pessoal. Eu tinha me separado da minha ex-esposa e o único lugar no Brasil em que todas as minhas filhas se juntavam, pois todas elas nasceram em Fortaleza, com exceção de uma, que nasceu em Nova York. Mas todas elas, uma vez por ano, iam a Fortaleza para visitar os avós, as tias, e eu disse assim: “eu vou pra Fortaleza porque parte da minha vida de ativista passou-se em Fortaleza, no Ceará, no Nordeste, mas morando no Ceará”. Então, era uma cidade que eu conhecia, mas que também era uma cidade que eu sabia que eu poderia ver minhas filhas. Uma vez por ano a gente se juntaria. E fiz contato, eu tinha conhecido já por outras vias algumas pessoas na UFC, mas que a partir daí eu participei da coordenação do Encontro Nacional da ANPUH, que foi

onde eu conheci as pessoas da UECE. E aí, eu dizia assim: “Eu tive essa ideia de formar esse grupo de pesquisa e que podia se relacionar, inclusive, com a Universidade de Indiana e desenvolver essa relação entre as duas universidades”. E recebi o apoio do departamento de História, que eu estava conhecendo naquela hora, mas eles acharam ótimo. E a partir daí, nós fomos desenvolvendo essa relação e procurando outras pesquisas.

Uma das questões que mais me chamaram a atenção a partir daí, que eu comecei a olhar e a me entregar, foi a existência da Legião Cearense do Trabalho. O fato de que muito da historiografia, inclusive a brasileira, dizia que o Integralismo e esses movimentos eram fundamentalmente de composição de classe média, mas o fato é o seguinte: quanto mais eu pesquisava, eu via que eles ofereciam e tinham desenvolvido uma perspectiva que atraía grandes setores da classe trabalhadora. Então, como era isso? Essa relação desses movimentos de direita, os fascistas, e como é que atraíam e como eles conseguiam atrair setores da classe operária? E no Ceará, essa temática, esse objeto de pesquisa oferecia mais recursos para entender devido à existência, a organização e a influência que a Legião Cearense do Trabalho tinha na organização do que é o movimento sindical do estado. Então, para mim isso foi um grande laboratório para entender como se mescla a política com a consciência nesse debate sobre consciência de classe e organização política da classe trabalhadora fora dessa perspectiva de esquerda, porque a gente sempre acha, por alguma razão, por osmose, que os trabalhadores vão gradativamente gravitar para a esquerda. E isso não necessariamente acontece.

Cosma Araújo (SME - Sobral): Como você vê a produção acadêmica referente ao trabalho no Brasil e quais conselhos você daria para as pessoas que têm interesse em iniciar ou que estão pesquisando os trabalhadores, nessa temática do mundo do trabalho?

William: Nos Estados Unidos, enquanto existem muitos recursos para fazer pesquisa, eu acho que no Brasil, a pesquisa sobre os mundos do trabalho nunca esteve tão rica, inclusive, apesar do golpe⁴ e das mudanças dos últimos 3 ou 4 anos. Durante muitos anos, depois em 2004, 2005, 2006, se você vir a produção acadêmica nessa área dos mundos do trabalho, muito do que se pesquisava era justamente voltando a buscar quais fo-

4 Golpe jurídico-parlamentar que culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff.

ram as reações organizadas dos trabalhadores contra a ditadura, em meio à própria ditadura. E isso enriqueceu porque, por muito tempo, o que se achava, o que a historiografia dizia era que não havia movimento operário-sindical durante a ditadura, só existiu movimento estudantil e movimentos da classe média, o que não era verdade. O que você vê ao longo da ditadura são as tentativas da classe trabalhadora de se organizar, enfrentando a repressão, muitas vezes com muito menos recursos do que outros setores da sociedade. Mas, mesmo assim, constantemente confrontando.

Independentemente do quadro político que a gente está vivendo hoje, você vê a riqueza da produção acadêmica desses últimos 20 anos sobre o trabalho e os trabalhadores no Brasil. Ela nunca esteve tão rica, mesmo que a gente tenha de lutar, o que é um negócio que eu acho que é mundial, contra a falta de recursos para a pesquisa, principalmente na área de humanas. Mas isso não é por acaso. Isso, em si, já é uma opção política que está sendo feita para tentar conter esse tipo de pesquisa, que gere esse tipo de discussão na sociedade. Então eu acho que tem um papel enorme, eu acho que tem muitas questões que não de ser discutidas. Eu mesmo tenho uma daquelas pesquisas que a gente vai e volta, e nunca termina, mas que a cada dois ou três meses, dá uma busca, acha uma coisa, até um dia que vai sentar e tentar buscar sentido para aquilo. Ela é sobre o movimento operário no Rio de Janeiro, na década de 70.

Porque esse negócio, muitas vezes, e os historiadores também são um pouco culpados disso, porque a gente escreve, não só sobre o movimento operário, movimentos sociais, movimentos políticos, e uma certa hora diz assim: “Porque isso surgiu”. Mas as coisas não surgem do nada. Os movimentos sociais surgem, o movimento sindical surge, os movimentos de reivindicações surgem a partir da ação e do trabalho que vem sendo feito. E muitas vezes, quando a gente estuda o mundo do trabalho, essa particularidade, o preparativo nunca é discutido. Nós partimos do resultado. E o preparativo às vezes é mais importante do que o resultado porque envolve debates e tempos e contratempos que muitas vezes não são considerados. Então, essa é a parte que eu quero olhar. Eu acho que a gente devia voltar, inclusive questões que já foram pesquisadas, voltar a olhar com esse olhar. O que levou àquilo? Por que essas opções foram feitas? Essas são perguntas que a gente não faz com muita frequência.

Fannuel Santos (UVA): Quando o senhor foi fazer essas pesquisas, tanto no mestrado quanto no doutorado, quais foram as principais dificuldades que enfrentou no trato com as fontes?

William: Olha, eu vou contar uma história para vocês verem como é que essas coisas vêm. Eu estava no primeiro ano do mestrado e tinha uma conferência internacional da Universidade da cidade de Nova York, com gente vindo do mundo todo para falar sobre trabalhadores e do movimento sindical, mas principalmente do ponto de vista dos imigrantes italianos que participaram do movimento sindical nos Estados Unidos. E parte da minha pesquisa sobre o porto de Nova York era nas comunidades italianas no Brooklyn, que eram estivadores, que dominavam sindicatos, que tinham controle... Um professor disse: “você tem que começar a apresentar seu trabalho em conferência, você nunca fez e isso faz parte da vida acadêmica. Por que você não escreve uma proposta pra participar dessa temática, usando aquilo que você já pesquisou na graduação e essa parte que você já desenvolveu no mestrado?” Aí eu disse que eles nunca aceitariam, mas inscrevi assim mesmo. E para minha surpresa - eu era um simples estudante de mestrado ainda, não era nem de doutorando -, a proposta foi aceita.

Então, o professor virou para mim e me disse que queria saber onde eu tinha arrumado essas fontes. E eu disse: “professor, eu vou lhe contar a verdade, eu ainda estou com dificuldade de achar as fontes que eu preciso para fazer um argumento mais consistente, porque eu sei que existem, só não sei onde achar”. Aí ele disse: “olha, por que você não procura no arquivo do deputado fulano de tal? Porque ele era muito presente em apoio a esse movimento sindical e ele pode ter alguma coisa”. Aí eu disse: “tá bom”. Mas sempre com um pé atrás, pensando que esse troço não ia dar certo. Aí fui na biblioteca central, peguei os arquivos do deputado e havia uma caixa inteira só de documentos daquilo que eu estava propondo pesquisar.

Eu aprendi que muitas vezes a gente pergunta às pessoas sem achar que vai ter as repostas, mas vêm uma sugestão que vem a calhar e que é justamente o que a gente estava precisando. Então, muito da pesquisa, eu acho que em parte é dedicação, é você se concentrar e se debruçar sobre determinada coisa, mas ao mesmo tempo, uma parte do processo de pesquisa é você divulgar o que você está fazendo, buscando ajuda, pois ela é sempre feita com o apoio de muitas pessoas. E se a gente estiver tímido, a

pesquisa fica pobre por causa disso. Eu acho que essa é a grande questão.

Outra vez foi no doutorado, pesquisando no arquivo do movimento operário da Universidade de Cornell, no interior do estado de Nova York, e conversando com a bibliotecária, disse que eu queria pesquisar um arquivo de um professor que havia lecionado na universidade e era muito envolvido nesse trabalho de negociação sindical, no porto, essas coisas. Aí eu disse: “olha, eu queria olhar o arquivo do professor”. Ele já tinha morrido fazia anos. Aí ela disse assim: “olha, eu faço um acordo com você. Nós temos as caixas do professor, mas nós não sabemos o que está dentro. Então eu deixo você olhar todo o arquivo do professor, até designo alguém para lhe ajudar, mas você vai me dizer o que tem dentro de cada caixa pra depois a gente poder organizar”. Aí eu disse que estava de acordo, e também achei uma tonelada de documentos que eu estava precisando, específico do que eu precisava.

O problema é que a gente não pode esperar, eu acho que tudo isso foi feito em uma época em que internet mal existia. Então, era muito mais a gente batendo perna de um lugar para o outro, de um arquivo para o outro, havia muito pouco. Internet era mais um meio de comunicação de e-mails do que de pesquisas, de achar arquivos digitalizados, essas coisas são muito mais recentes. Então, eu consegui. Quer dizer, eu acho que muito da pesquisa é com quanto mais gente a gente fala, com quanto mais pessoas a gente se comunique. Esse é o essencial, porque sempre vai haver alguém que vai dizer “ah, procure ali”, que vai fazer sua pesquisa mais rica.

Jerfson: Como o senhor analisa o atual momento do trabalhador, no qual o sindicalismo passa por um momento de desagregação?

William: Eu acho que um dos grandes problemas de quem estuda o mundo do trabalho, que estuda principalmente movimentos sindicais e associações, é exigir uma resposta única, como se os trabalhadores fossem

Então, muito da pesquisa, eu acho que em parte é dedicação, é você se concentrar e se debruçar sobre determinada coisa, mas ao mesmo tempo, uma parte do processo de pesquisa é você divulgar o que você está fazendo, buscando ajuda, pois ela é sempre feita com o apoio de muitas pessoas. E se a gente estiver tímido, a pesquisa fica pobre por causa disso.

um grupo monolítico, que todos vão ter a mesma resposta. Eu acho que por pior que seja o atual momento político, mais repressivo e mais virulento que seja, ele também ajudou a trazer à tona, ou trazer à claro, quais são as nossas deficiências. Quais são as dificuldades que ainda tínhamos. Eu acho muito engraçado que se você olha as discussões políticas que, por exemplo, aconteciam principalmente entre 2009 e 2011, muitos dos analistas políticos diziam ou apontavam que nós tínhamos de olhar qual o futuro que teríamos após o neoliberalismo. Que a gente já tinha passado, superado, já tinha derrotado o projeto neoliberal. E o que a gente vê na atual situação é que nós, de certa forma, nos enganamos. Nós não tínhamos superado coisa nenhuma, muito pelo contrário. Ele voltou com mais virulência, de uma forma mais autoritária e mais violenta do que havia antes. Então, isso demonstra de certa forma as deficiências que a gente tinha antes, de não reconhecer a capacidade do neoliberalismo de se transformar de uma coisa em outra, que não fosse aquele neoliberalismo “água com açúcar” do Fernando Henrique [Cardoso]. Que ele pudesse se transformar em um projeto tão autoritário e tão violento como está sendo, e de achar que a gente já tinha superado, que a gente já tinha ultrapassado isso, quando, de fato, ele estava simplesmente procurando uma forma de se reerguer, de se reapresentar para a sociedade. E como ele não conseguiu ganhar por via dos bens democráticos, inventou outra forma. Mas a doença é a mesma, só que ela volta de forma mais grave, destruindo instituições.

Eu estava vendo uma entrevista hoje de manhã, de um cientista neurofísico, e ele disse, parafraseando Hannah Arendt: “A grande problemática das ditaduras não é só o descumprimento das normas, de acabar com as instituições e normas de convivência democráticas, mas a grande dificuldade é quando a noção de verdade e mentira acabam se igualando no discurso político”. E é o que a gente tem hoje, é o Trump, é o Bolsonaro, que falam as maiores bobagens e ainda conseguem que ninguém diga que não é verdade. E ainda há setores da população que vão dizer que é verdade. Porque Bolsonaro disse, ou porque Trump disse.

A pandemia aqui nos Estados Unidos, por que ela se alastrou tanto pelos Estados Unidos? Nós temos hoje um milhão e meio de pessoas contaminadas, e desses, noventa mil, até 1º de julho, a estimativa é que mais de cem mil pessoas vão morrer. E se você pensa em termos de mortalidade de guerra, isso é muito mais do que se faz em uma guerra

em tão pequeno espaço de tempo, proporcionalmente, mas você tem um presidente que se acha capaz de ditar normas médicas, e ele não tem nem o segundo grau completo. E as pessoas vão acreditar, né? Mas isso tem uma função, não é só porque ele é doido. Porque por trás dele está o objetivo de que prevaleçam os interesses do mercado, de que os interesses do capital devem prevalecer sobre a vida das pessoas. É esse o objetivo deles. Eles não são doidos, nós é que somos doidos se acharmos que o objetivo é outro. Não é. Havia políticos que diziam que se tiver que sacrificar a vida dos velhos para salvar a economia, então que seja.. Ele vai sacrificar a vida da mãe dele, entendeu? Mas essa que é a lógica do mercado.

E a grande problemática hoje é como enfrentar essa lógica, é como derrotar essa lógica. Eu acho que no Brasil tem mais condições do que aqui. Eu acho que, primeiro, vocês têm a experiência dos últimos 20 anos, que não é apagada. Vocês têm um nível de organização, inclusive das forças políticas progressistas, de esquerda, que é muito maior, muito mais influente do que aqui. Olha, aqui, como na Inglaterra com a derrota do [Jeremy] Corbyn, e aqui a derrota do Bernie Sanders, eles não foram derrotados nem pelo grande público, foram derrotados por parcelas dos seus próprios partidos. Que é muito diferente do nível da luta política que acontece no Brasil. Eu acho que a grande derrota foi a nossa incapacidade, primeiro, de entender o que vinha no passado, e segundo, que um impeachment não vai resolver. Ele pode aliviar, pode trazer uma nova questão para dentro da política, mas não podemos acreditar em soluções imediatas. Para resolver isso que aconteceu no Brasil, vai levar anos.

Se quer pegar uma experiência do passado, e o movimento pela democracia no Brasil, na década de 70. Enquanto ele se mantinha dentro da Universidade, dentro dos limites da reivindicação publicamente, pelo menos, da classe média, ele não foi pra canto nenhum. No momento que o movimento sindical brasileiro, principalmente em São Paulo, quando o movimento sindical entrou em cena na luta pela democracia, houve uma mudança política qualitativa para o movimento pela democracia no Brasil que nunca se havia visto. E é isso que nós precisamos. Eu acho que sobretudo, devemos ser criativos. Eu sempre acho que quando a gente vê que uma coisa não está funcionando, a gente tem que parar e pensar em outras formas, e parar de insistir no erro.

Então, por exemplo, a gente viu ao longo desses último 2, 3 anos, em vários momentos, que foram capazes de paralisar o Brasil com essas greves massivas que houve. Mas isso não foi suficiente para impedir o que houve. No final das contas, com tudo isso, paralisando o Brasil, organizando passeata, está faltando alguma coisa, porque eles conseguiram, com tudo isso, implementar a reforma trabalhista, implementar a reforma política, acabar com a CLT, que desde 37 está em vigor. Então, a gente tem que perguntar o que está faltando? No quadro político o que está faltando? Quer dizer, a unificação vai se dar e você também tem que entender que sempre, na política, você tem que lidar com vários sujeitos diferentes. Uns que têm interesses próprios, projetos políticos pessoais, outros que têm projetos políticos diferentes e a unidade vai se dar a partir do movimento real e concreto, e não a partir de uma proposta que a gente traga tudo junto, para cantar junto, isso não vai resolver nada se estamos cantando só para nós mesmos. Quer dizer, a gente está cantando para o estádio vazio. Eu acho que na esquerda, muitas vezes, a gente é nosso próprio inimigo, a gente é inimigo de nós mesmos.

Havia um ditado do Amílcar Cabral, que no meio da guerra anticolonialista, perguntaram para ele sobre o socialismo na África e ele disse: “Eu quero deixar um negócio claro: o povo não quer saber de socialismo não. O que o povo quer saber é se nós temos uma proposta política que melhore a vida deles”. A questão do socialismo, de qual governo nós vamos ter, isso vai vir a partir do momento que o povo está convencido das nossas propostas. Temos uma proposta muito básica, de que isso vai melhorar a vida deles. Porque não podemos achar que vamos ganhar a grande massa do povo com essas discussões estratosféricas, sem que essas discussões resolvam as questões do dia a dia deles. Porque foi nisso daí que a direita foi capaz de ganhar espaço naqueles últimos anos dos governos do PT. Foi nossa incapacidade de mostrar, não só como a vida tinha sido melhorada, mas o que se vinha apontado para o futuro. E aí nós perdemos, inclusive, o discurso político, a discussão política. “Hoje é bem melhor do que o passado”. Mas para manter o povo unido, mobilizado a seu favor você tem que convencer de que o futuro também vai ser melhor. Naquele momento, nós perdemos a discussão e agora, meu filho, vai ser Zé pra tirar esse cara daí.

Telma: Professor, diante desse avanço do neoliberalismo, como o trabalho influencia a organização social no momento em que temos milhões de desempregados?

William: Eu acho que quando a gente fala de organização dos trabalhadores, a gente não pode pensar simplesmente na estrutura sindical ou na organização sindical. Eu acho que essa é uma parte fundamental e central, mas dela podem e devem sair formas de organização que mobilizem os trabalhadores que não estejam em locais formais de trabalho. Eu acho que essa é uma das dificuldades, uma das problemáticas. Um dos componentes ou uma das questões centrais desse neoliberalismo é justamente o fim do trabalho formal, empurrando milhares de trabalhadores para o trabalho informal, esporádico. Eles gostam de chamar de flexível, que de flexível não tem coisa nenhuma. É precário mesmo! Entender que vai ter que existir um esforço por parte das forças progressistas, inclusive, principalmente dos sindicatos, de organizar esses trabalhadores que estão em áreas de trabalho precário. Se não fizer, nós vamos estar praticando a exclusão política de uma camada de trabalhadores cada vez mais importante. E esse trabalho vai ter que se dar de duas formas, pelo menos de duas formas: uma é nos locais onde se congrega, mas também entender, eu acho que fundamental a partir de organizar os trabalhadores nos locais de moradia. Porque justamente a informalidade dispensa esses trabalhadores, muitas vezes que trabalham sozinhos ou em grupos pequenos, aí a necessidade de relembrar inclusive que nada disso é novo. O problema é que nada disso é novo, é porque teve uma parte que deixamos de fazer e vamos ter que voltar a fazer.

Noutro dia eu estava revendo uns vídeos de documentários sobre a greve de 78 em São Bernardo do Campo. Inclusive, era um documentário que olhava especificamente na estrutura da greve, na organização da greve. E uma das coisas principais é que os trabalhadores foram organizados dentro dos seus bairros. Quer dizer, a vitória da greve tanto foi uma vitória da organização dentro do centro produtivo, como também nos centros onde eles moravam. Tanto que a organização e a forma de impedir os trabalhadores de entrar na fábrica não acontecia na porta da fábrica, onde podia haver embate. Esse trabalho estava sendo dado nos pontos de ônibus e nos bairros operários que circundavam. Então, essa é o nível de organização que nós precisamos voltar a ter em nível nacional. Ter o esforço coletivo que dê um salto qualitativo para dar um fim a Bolsonaro.

Eu acho que a eleição é importante, mas se a gente quer participar e ter uma resposta positiva do ponto de vista eleitoral, nós temos que mudar a qualidade da nossa organização não só no partido, como nos bairros e nos locais de trabalho e lazer.

casa, na associação... Então, ele não tem a pressão do tempo exercido da pressão, a pensar. E isso por um lado, que eu acho que é o essencial que nós perdemos.

A segunda coisa é entender que nós vamos ter que enfrentar nesse debate, principalmente e sem medo, não ficar conversando com gente que concorde com a gente, e sim, ir para o debate com pessoas que justamente estão votando no Bolsonaro e tentar mostrar para eles o mal que estão fazendo. E isso é difícil, é uma discussão que dá azia nos melhores dos dias. Eu sei, mas olha, você quer ver um negócio? Eu tive antes de o Bolsonaro ser eleito, eu acho que uns quatro meses antes da eleição, eu estava ali no interior do Ceará e topei com um cara, e você via que ele ia apoiar o Bolsonaro, e eu me sentei com ele no botequim e comecei a conversar. E ele, muito claro, dizia que “esse aí é o jeito do capitalismo desenvolver”. E não era um cara muito educado, mas ele tinha visto, em algum lugar, que era o jeito que o capitalismo devia funcionar, essa forma virulenta, sem direitos, sem mobilização. E eu: “meu amigo, deixa eu lhe dizer uma coisa...” E eu fui conversando com ele, mostrando que, justamente, quando o capitalismo melhor se desenvolvia era quando todo mundo estava contemplado. O problema é justamente o contrário. Se você quer acabar com o capitalismo, é tentar acorrentar as pessoas, é tirar os seus direitos, é impor o medo.

Qual era o grande negócio do [Franklin Delano] Roosevelt? A vitória do Roosevelt durante a Depressão de 1929. Ele não era um socialista alopchado, nada disso! Ele estava salvando o capitalismo deles mesmos. E ele dizia “meu amigo, eu estou salvando essa porra de vocês mesmos!” Então,

Eu acho que a eleição é importante, mas se a gente quer participar e ter uma resposta positiva do ponto de vista eleitoral, nós temos que mudar a qualidade da nossa organização não só no partido, como nos bairros e nos locais de trabalho e lazer. Isso não é novo. Nós sabemos como isso funciona. Nós já temos um monte de exemplos históricos de como fazer isso. O bairro é o lugar, é o momento em que o trabalhador pode discutir sem pressão, porque ele está dentro da sua

favorecia os trabalhadores? Favorecia em muitos pontos. É um ponto mais rico, onde se havia mais expansiva organização sindical, mas também se havia uma produtividade econômica enorme, uma renda que se resultou no que se dizia, a aura econômica dos Estados Unidos foi em função dessas reformas que o Roosevelt fez, justamente contra a própria vontade do capital. Eu não sei de onde é que se diz, como se perpetuou... Aí eu volto para a Hannah Arendt, que as pessoas acabam acreditando na própria mentira. A diferença entre a mentira e a verdade acaba perdendo, de achar que esse é o rumo de maior desenvolvimento econômico, de maior bem-estar social para todo mundo, que justamente é o contrário. Eu tinha um velho amigo sindicalista de muitos anos atrás, que era inclusive antes de 64. Era um velho. Ele era dirigente do CGT⁵ e dizia o seguinte: “rapaz, esse negócio de quanto pior é melhor é a maior alucinação. O quanto pior é pior mesmo, não é melhor! O que é melhor é quando a gente cria condições para organizar a classe operária, para dar bem-estar, para dar condições de vida para que o povo possa se organizar. É esse o problema.

Esses pastores evangélicos tiveram e têm um papel muito danoso. Eu não digo nem só na política, mas em como enfrentar essa pandemia, por exemplo. Eles estão levando milhares de pessoas à morte com essa alucinação. Você quer ver? Quando eu estou no Ceará, eu fico a maior parte do tempo ali no Balbino, que é um pequeno vilarejo de pescadores entre Pindoretama e Cascavel. E ali, a cada rua tem uma igreja evangélica. Tem uma igreja católica grande, que é tradicional. Não tem padaria, mas tem umas 8 ou 10 igrejas evangélicas num negócio pequenininho desses! Todo mundo ali, eu acho que metade é evangélico, metade é católico, os dois brigam, um não confia no outro. Agora, quando foi essa última eleição do Bolsonaro, todo mundo, evangélicos e católicos, todos votaram no [Fernando] Haddad. Independentemente do que os pastores ou seja lá quem estava dizendo. Eu conversando com o dono da venda, que é quem sabe mais ou menos das fofocas e das conversas dali, e ele disse: “não! Aqui só teve um sem-vergonha que votou no Bolsonaro e a gente escorraçou ele da cidade”. Porque a vida para eles durante esses anos da Dilma e do Lula mudou de forma radical, que ninguém ia imaginar. Esse povo vivia, antes dos governos Lula e da Dilma, esse povo vivia em casa de sapé, com barro. Quando chegou o final do primeiro governo Dilma, não havia mais nenhuma casa

5 Comando Geral dos Trabalhadores.

de sapé, nenhuma casa de barro, nenhum problema de doença de Chagas, de malária, nada disso que vem com o [mosquito] barbeiro. Todo mundo tinha casa com azulejo, com tijolo, com água encanada. Então, é isso que ganha as pessoas, para ele dizer o seguinte: “a minha vida melhorou”. Pela primeira vez na vida, os meninos do vilarejo estavam indo estudar na UFC. Nunca ninguém tinha passado no vestibular e tinha ido pra Universidade, aliás, mal se concluíu o segundo grau naquele vilarejo! Então houve uma mudança qualitativa e é isso que tem que haver.

Eu acho que a religião, a forma de combater essa ação nociva dos pastores é justamente com essas ações concretas. Porque esse tipo de modificação não se ganha com reza, se ganha com ação concreta, organizando gente, investindo dinheiro. O cara pode rezar na igreja que quiser, agora, no dia a dia, a melhora da vida dele se dá através da política. E aí a gente tem que saber separar as duas coisas.

Jerfson: Em sua fala o senhor reforça como a sua pesquisa anda ao lado da prática social. Nesse sentido, o senhor gostaria de deixar uma fala para os pesquisadores que estão iniciando essa caminhada?

William: Sim. Eu acho que ficou claro que ficou muito mais difícil para as pessoas que estão ingressando na academia hoje, não vamos nos iludir. Há uma série de coisas existiam antes e que não existem mais. Primeiro, nos cursos de pós-graduação, bolsas suficientes para todo mundo, para os alunos que são aceitos nas seleções. Segundo, e eu acho que aí é que a problemática é mais grave, por exemplo, se você entra, passa a seleção, faz a pesquisa aos trancos e barrancos, arrecadando dinheiro de onde não tem, aí se forma, não há um mercado de trabalho que sustente a formação dessas pessoas. Então, no Brasil, a grande dificuldade, que é a dificuldade que já existiu aqui há muito tempo e, adendado a isso, o problema do que aqui se chama dívida estudantil, quer dizer, mesmo nas universidades públicas, aqui se paga anuidade. Muitas pessoas, aqui nos Estados Unidos, se formaram, não conseguiram emprego, mas estavam lastreados em uma dívida enorme, de milhares de dólares que eles pegaram para pagar a faculdade, a graduação ou a pós-graduação.

A lógica disso era de que você vai fazer essa dívida, mas o mercado vai lhe fornecer o emprego que vai permitir que você leve sua vida adiante e

pagar suas dívidas. E o que aconteceu foi justamente o contrário. Não havia emprego que permitisse que esse povo pagasse essas dívidas, na sua grande maioria. E hoje em dia, a maior dívida que tem aqui nos Estados Unidos é a dívida estudantil, que milhares de pessoas não conseguem pagar, levando à inadimplência, à falência, à bancarrota milhares de famílias, ao ponto que, no auge da crise de 2008, 2009 tinha economista que oferecia o seguinte: “se a gente desse anistia à inadimplência da dívida estudantil acumulada, isso seria a maior injeção de dinheiro na economia, que tiraria a gente da crise”. Para você ver os bilhões e bilhões de dólares que os bancos amassaram para si em torno dessa questão da dívida.

No Brasil, eu acho que está se encaminhado um pouco pra isso, que vai ser um massacre. Primeiro, você reduz o financiamento público das universidades públicas, você oferece e promove a universidade privada e o fato de que, mesmo depois de se formar, não vai haver mercado de trabalho que possa comportar todo mundo com salários dignos que permitam que paguem essa dívida que têm acumulado. Esse filme eu já vi e o final é uma catástrofe. Tanto do ponto de vista individual para as pessoas, como do ponto de vista coletivo, para a sociedade. Isso não deve impedir as pessoas que queriam seguir a carreira acadêmica, fazer pesquisa, não deve intimidar. Não me intimidou.

Eu era o aluno não tradicional na pós-graduação, no doutorado. Eu tinha quatro filhos, eu trabalhava, eu não tinha 20 anos. E mais ainda, a universidade, por causa disso, achava menos um investimento para, por exemplo, me dar bolsa ou me dar desconto de anuidade. “Ele já é um cara mais velho, um cara de 30 e tantos anos”. Só que a vida prática se mostrou o contrário. Primeiro eu me formei antes de todos da minha turma justamente porque eu tinha que trabalhar, eu tinha que ser muito mais organizado e dedicado no pouco tempo que eu tinha para estudar, para fazer a pesquisa e tudo isso. Dois: eu fui o único da minha turma a ser contratado com emprego de professor antes mesmo de me formar. Todo mundo que se formou na mesma turma comigo, levou dois, três, quatro anos para finalmente encontrar um emprego. Obviamente que para a universidade, essa que é a medida de sucesso, que é o cara ser contratado antes de se formar. Eu antes mesmo de defender a tese de doutorado, já tinha um emprego. E finalmente, eu fui o primeiro da minha turma a ter a tese publicado como livro.

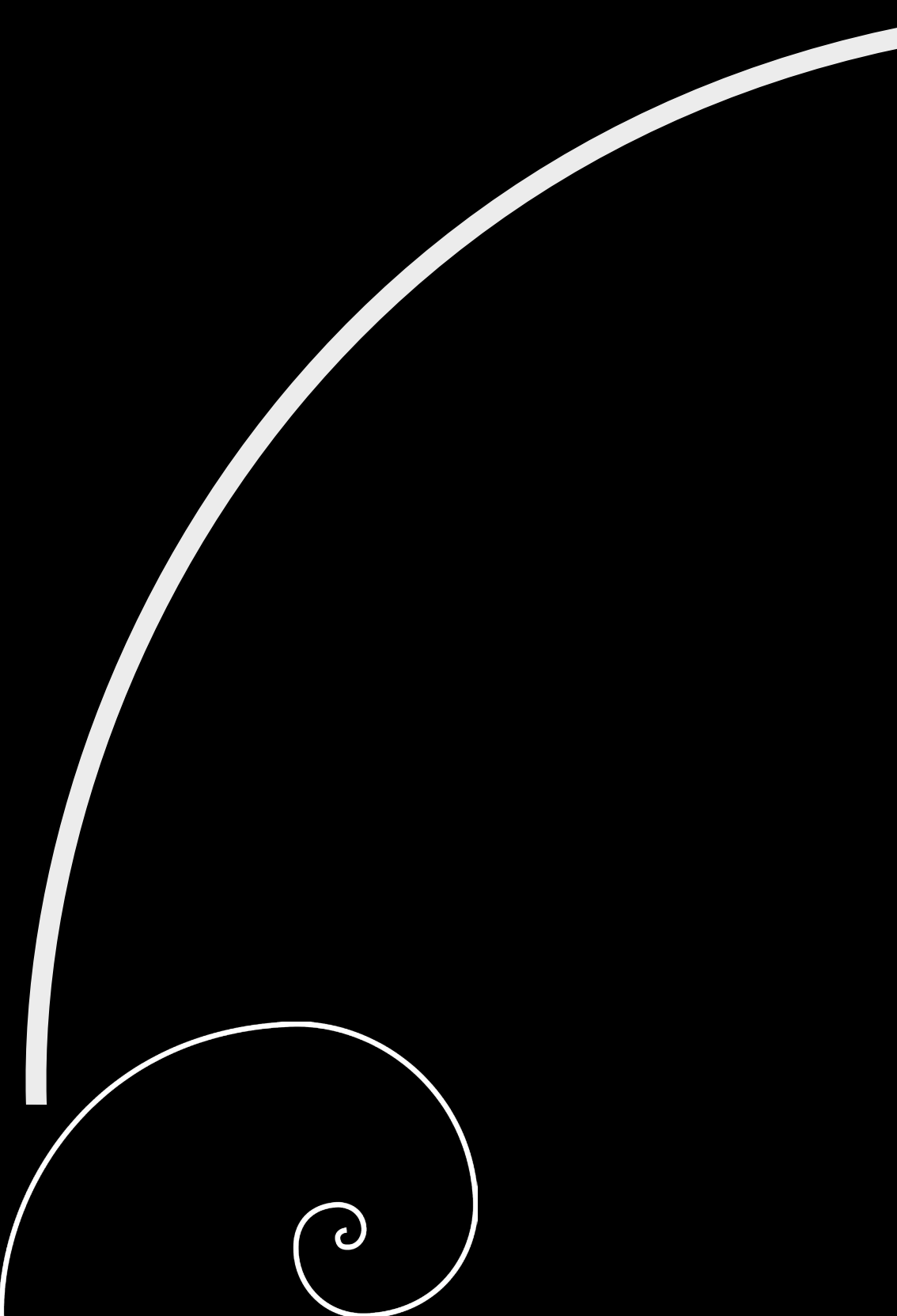
Então, o moral da história: a gente não pode se basear no que os outros estão fazendo, a gente tem que trilhar o caminho da gente. A vida acadêmica não é o caminho mais indicado para enriquecer. Não pense que você vai virar um milionário fazendo isso, que você não vira. Tem até uma camiseta antiga aqui da associação dos historiadores, que eu achava engraçadíssima, que era a imagem do Karl Marx e ele dizia assim: “Olha só, virei historiador, mas não sou milionário”. Quer dizer, eu estou na pobreza. É um pouco disso: a gente não pode achar que isso é um meio de ganhar dinheiro. A minha pesquisa, e eu acho que a pesquisa da maioria das pessoas que vão ser historiadores, ou que vão ser acadêmicos, é porque é uma temática, é uma questão que eles se sentem e que não tem como impedir. A pessoa que não tiver essa questão queimando dentro da alma, então é melhor ele ser outra coisa porque ele não vai ser um bom acadêmico.

Aquela raiva que eu senti quando a professora virou e disse que classe social não significava nada. Eu achei aquilo um absurdo, eu tinha que combater aquilo. Então, é um pouco disso que os acadêmicos têm que ter quando abraçam a sua pesquisa, e se fizer isso vão ser bons pesquisadores, vão ser bons acadêmicos e, eventualmente, essa situação vai mudar, e quando muda, eles vão estar prontos. E ser um bom acadêmico quer dizer que é uma pessoa dedicada à justiça social, à igualdade, ao fim da

A minha pesquisa, e eu acho que a pesquisa da maioria das pessoas que vão ser historiadores, ou que vão ser acadêmicos, é porque é uma temática, é uma questão que eles se sentem e que não tem como impedir. A pessoa que não tiver essa questão queimando dentro da alma, então é melhor ele ser outra coisa porque ele não vai ser um bom acadêmico.

desigualdade. Num país como o Brasil, há aquela velha história que quem tem olho é rei. Mas a lógica é que nós precisamos de pessoas mais instruídas, mais dedicadas à pesquisa, no Brasil isso vai ser essencial. Só assim para modificar as coisas. Se as coisas vão mudar, espero, de uma forma definitiva, da próxima vez, porque isso que tem hoje não é democracia não. Isso não faz parte da democracia não. Isso é um projeto autoritário a partir do grande capital. E não é só no Brasil, é aqui nos Estados Unidos, na Europa, muitas partes da Europa. Isso é uma coisa que nós vamos ter que derrotar e aí vai ser todo mundo.

Eu acho que nós precisamos debater mais, mas debater com o objetivo de mudar a situação. Durante a ditadura a gente tinha muitos debates no meio universitário e debatia, debatia, debatia até que um dia disseram: “olha, isso não está levando a coisíssima nenhuma. Vamos debater sim, mas vamos à ação. Então, em parte, no futuro temos que debater, mas debater com vistas também à ação de como vamos sair dessa problemática.



Índice Remissivo

- Aliança Nacional Libertadora**, 246
- América Ladina**, 52
- América Latina**, 62, 74, 75, 144
- Anistia**, 48, 263
- Aplicativos**, 25, 27, 179, 180, 181, 197, 203, 233
- Aposentadoria**, 63, 80, 81, 89
- Associativismo**, 227
- Ativistas políticos**, 245
- Ativistas sindicais**, 245
- Bolsonaro**, 55, 120, 123, 256, 259, 260, 261
- Capitalismo**, 11, 26, 28, 31, 37, 38, 102, 105, 106, 108, 110, 111, 119, 176, 185, 211, 213, 234, 260
- Catadores**, 213, 217, 218, 219, 221
- Ciência Política**, 211, 248
- Círculo de Controle de Qualidade**, 48
- Classe social**, 52, 53, 248, 248, 250, 264
- CLT**, 54, 57, 131, 233, 258
- Collor**, 130
- Comissão Pastoral da Terra**, 142, 153
- Computador**, 30, 54, 91, 200, 238, 251
- Comunistas**, 143, 235

Conhecimento, 4, 13, 15, 30, 31, 35, 36, 47, 61, 85, 86, 87, 88, 106, 108, 109, 110, 123, 135, 158, 174, 175, 178, 191, 198, 215, 216, 219, 220, 237, 238, 240

Consenso de Washington, 34

Constituição, 15, 50, 55, 62, 106, 110, 130, 156, 167, 168, 170, 176

Consubstancialidade, 12, 51, 52, 53, 54, 112

Coronavírus, 17, 63

CUT, 250, 251

Democracia, 118, 131, 173, 246, 247, 257, 264

Desindustrialização, 48, 64, 235

Direitos sociais, 55, 137, 177, 233, 235

Diretas Já, 167

Ditadura, 12, 20, 33, 44, 46, 99, 117, 146, 150, 153, 155, 160, 167, 167, 169, 173, 239, 246, 250, 252, 253, 256

Divisão sexual do trabalho, 12, 18, 43, 57, 58, 59, 60, 61, 100, 101, 103, 105, 109, 218

Documentação, 131, 154, 160, 164, 170, 171, 183, 193, 194, 210, 213, 216, 217

EAD, 178, 202, 203, 209

Economia do trabalho, 37

Economia solidária, 12, 57, 251

Empreendedor / Empreendedorismo, 34, 35, 116, 136, 137, 179, 180, 200, 234

Empregado / Desempregado / Emprego, 54, 56, 115, 116, 125, 128, 172, 193, 197, 214, 215, 226, 228, 259

Engenho do Pitanga, 154

Estado de bem-estar social, 26, 50, 62, 177

Estatuto da Terra, 161

Etnografia, 113

Fake news, 136, 237, 240

Feminismo, 50, 52

Filosofia Política, 44

Flexibilização, 37, 54, 57, 116, 118, 137, 233

Fordismo / Fordista, 26, 27, 29, 30, 31, 50, 51, 107, 222

Frigoríficos, 212, 213, 214, 217

Gay, 58, 115, 121, 122, 125

Gênero, 12, 18, 43, 44, 45, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 102, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 129, 137, 158, 178, 182, 184, 185, 186, 196, 204, 221, 230, 232, 233, 237

Getúlio Vargas, 53, 131, 194

Globalização, 39, 122, 123, 124

Golpe, 62, 99, 142, 146, 167, 173, 252

Greve, 12, 24, 48, 55, 99, 131, 141, 148, 167, 168, 170, 180, 190, 204, 250, 258, 259

História Oral, 13, 16, 18, 77, 78, 91, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 145, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 170, 199 217, 219

Historiografia, 131, 183, 220, 226, 228, 252, 253

Igreja, 12, 33, 142, 143, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 210, 211, 261, 262

Imigração, 203, 231

Integralismo, 252

Intergeracionalidade, 54

Interseccionalidade, 12, 18, 50, 51, 52, 53, 54, 112

Intersubjetividade, 81, 82, 84

Jornais, 30, 101, 153, 159, 171, 194, 226, 227, 228, 229, 231, 249

Jornalismo, 83, 197, 198

Justiça, 18, 130, 150, 151, 152, 153, 158, 159, 160, 170, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 242, 246, 264

Keynesianismo, 26

Legião Cearense do Trabalho, 252

LGBT, 57, 58, 59, 115, 122, 125

Liberalismo, 33, 120

Ligas Camponesas, 146, 147, 149, 155

Luta sindical, 167, 251

Lutas sociais, 38, 62, 120, 186

Mais Valia, 30, 108, 110, 213

Marisqueiras, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90

Marx / Marxismo, 28, 35, 36, 37, 38, 39, 44, 53, 112, 136, 184, 185, 186, 210, 264

Memória, 72, 74, 93, 131, 134, 135, 142, 145, 151, 158, 170, 173, 197

Mercado, 28, 33, 41, 45, 57, 58, 99, 100, 103, 104, 105, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 177, 182, 183, 184, 185, 214, 230, 231, 257, 262, 263

Metalúrgicos, 25, 54, 102, 132, 169, 146, 151

Metodologia, 13, 35, 39, 84, 85, 113, 133, 134, 135, 159, 170, 217, 227

Mineiros, 192, 195, 199, 203, 204

Ministério do Trabalho, 233

Montadoras, 25, 212

Movimento negro, 52, 122, 125, 182

Movimento sindical, 12, 18, 24, 99, 128, 156, 168, 169, 170, 180, 182, 205, 246, 247, 249, 250, 252, 253, 254, 257

MST, 25, 151, 152, 153, 154, 161, 162, 220

Mulheres, 5, 11, 45, 46, 47, 49, 50, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 65, 67, 68, 73, 75, 83, 87, 88, 89, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 122, 125, 128, 130, 137, 138, 148, 162, 177, 182, 184, 185, 196, 203, 204, 219, 221, 222, 226, 227, 230, 231, 232, 234, 236

Mundo do Trabalho, 11, 17, 18, 19, 23, 24, 35, 44, 51, 55, 57, 73, 97, 98, 102, 104, 110, 115, 128, 129, 131, 132, 133, 141, 144, 145, 151, 157, 158, 167, 175, 184, 186, 189, 191, 195, 205, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 226, 232, 233, 235, 250, 252, 253, 255

Neoliberalismo, 27, 33, 34, 62, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 136, 137, 256, 259

Nova República, 167

Operários, 25, 26, 28, 30, 35, 75, 107, 128, 131, 157, 194, 245, 250, 259

Pandemia, 13, 23, 57, 59, 63, 64, 65, 71, 72, 90, 113, 117, 118, 119,

123, 137, 169, 177, 197, 203, 205, 233, 236, 237, 239, 256, 261

Pastorais sociais, 128, 134

Pastoral Operária, 24, 128, 156, 209

Pastores evangélicos, 261

Pensamento negro, 52

Pescadores, 72, 73, 74, 78, 79, 81, 85, 87, 88, 92, 93, 261

Precariedade, 50, 51, 52, 55

Precarização, 17, 18, 50, 54, 55, 58, 62, 84, 87, 136, 151, 176, 203, 212

Privatizações, 34

Processos, 11, 12, 17, 27, 38, 40, 107, 108, 151, 159, 160, 170, 182, 183, 184, 186, 192, 193, 196, 216, 220, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 238

Produtividade, 27, 28, 30, 31, 34, 47, 101, 261

Psicodinâmica do trabalho, 49

PT, 58, 66, 238, 258

Raça, 50, 51, 52, 53, 54, 88, 110, 111, 112, 113, 114, 137, 184, 204, 237

Redemocratização, 47, 128, 152, 156, 163, 170, 210, 250

Reforma Agrária, 148, 150, 154, 155, 161

Reforma Trabalhista, 18, 55, 56, 57, 58, 62, 63, 113, 115, 116, 118, 233, 258

Revolução 4.0, 25, 28, 56, 84, 106

Revolução Industrial, 11, 25, 26, 27, 28, 30

revolução tecnológica, 27, 28, 106

Revolução tecnológica informacional, 27

Robotização, 56, 57

Salários, 28, 30, 31, 32, 49, 56, 108, 137, 131, 132, 163

Segmentação vertical, 104, 105

Segregação horizontal, 104, 109

Serviços públicos, 26

Sindicato(s), 31, 32, 34, 48, 63, 64, 72, 73, 99, 102, 132, 152, 153, 154, 158, 161, 168, 169, 170, 171, 178, 181, 191, 212, 234, 236, 245, 246,

247, 249, 250, 251, 254, 259

Sociedade fordista, 26, 30

Sociologia do Trabalho, 15, 23, 24, 30, 37, 38, 44, 45, 51, 60, 68, 99, 103

Sociologia Francesa, 51

Taylorismo / Taylorista, 31, 50, 51, 222

Tecnologia, 12, 27, 30, 36, 47, 54, 55, 56, 58, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 137, 175, 178, 199, 201

Teologia da Libertação, 142, 143, 145

Terceirização, 37, 57

Terroristas, 235

Trabalhadoras domésticas, 55, 201, 203, 233, 236

Trabalhadores, 12, 16, 17, 18, 20, 24, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 46, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 56, 63, 64, 65, 72, 73, 75, 76, 79, 89, 92, 99, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 114, 116, 118, 122, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 168, 169, 172, 175, 176, 176, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 199, 200, 201, 203, 206, 209, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 226, 227, 228, 230, 233, 234, 235, 236, 245, 246, 247, 49, 250, 252, 253, 254, 255, 259, 261

Trabalho assalariado, 29, 44, 45, 177, 183, 234

Trabalho doméstico, 12, 44, 45, 56, 59, 103, 104, 105, 110, 231

Trabalho precário, 50, 236, 259, 31, 44, 49, 108, 111, 183, 236, 259

Transdisciplinar, 248, 250

Transexuais, 58, 116, 125

Transnacionalizado, 31

Uberização, 11, 12, 18, 29, 30, 35, 55, 84, 87, 106, 136, 233, 235

Urbanismo, 76

Vale do Silício, 27

WhatsApp, 165, 179, 180

Entrevistadores

Cosma Silva de Araújo - Graduada em História- UVA. Mestre em História e Culturas- UECE. Graduanda em Artes Visuais pela Universidade Estadual do Ceará - UAB. Servidora pública.

Fannuel Santos Mesquita - Graduado em História-Licenciatura pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

Joannes Paulus Silva Forte - Graduado em Ciências Sociais na modalidade Licenciatura pela Universidade Federal do Ceará (UFC) (2004), em Ciências Sociais na modalidade Bacharelado pela UFC (2004), mestre em Sociologia pela UFC (2008) e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (2019) com cotutela no Département Droit, Intervention Sociale, Santé, Travail (DISST) do Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM-Paris-França). É Professor Adjunto J da Universidade Estadual Vale do Acaraú. É docente do quadro permanente do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio), na associada UEVA.

Viviane Prado Bezerra - Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Dinter UFF/URCA). Mestra em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em Movimentos Sociais, Camponeses, História das Mulheres, História Oral e História da Educação.

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Este livro foi composto em fonte Swis721 Cn BT, impresso no formato 15 x 22 cm em offset 75 g/m², com 274 páginas e em e-book formato pdf.
Maio de 2024.

Série
Território
Científico

Editora
**SER
TÃO:
CULT**
10 anos

Uberização, gênero, trabalhadores tradicionais, trabalhadores da terra, o sindicalismo, desigualdades, diálogo, pesquisa, capitalismo, empatia. Cada uma destas palavras-chave é fundamental para aqueles que têm interesse pelos estudos acerca do mundo do trabalho. Mais ainda: são temas fundamentais para cada um de nós, trabalhadores, inseridos em uma sociedade em constante transformação, nem sempre (ou quase nunca) para melhor.

Pensando nisso, a série Território Científico uniu neste seu 5º volume entrevistas com 11 pesquisadores que se dedicam há anos ao mundo do trabalho e aos trabalhadores. Para melhor conhecermos nossa sociedade, nada melhor do que conhecermos aquilo que a move: o trabalho. Por isso convidamos vocês, caros leitores, a refletirem conosco sobre nossa realidade, que é primeiro passo para que possamos tornar essa transformação mais justa.

ISBN 978-655421130-7



9

786554

211307

Editora **SERTÃO:
CULT**